REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Dossiê "Intelectuais da Casa de Sergipe"

Nº 42 | 2012

REVISTA
DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

© 2012 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

CONSELHO EDITORIAL
Magno Francisco de Jesus Santos (IHGSE/FJAV) – Editor
Amâncio Cardoso dos Santos Neto (IHGSE/IFS)
Antônio Carlos dos Santos (IHGSE/UFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá (IHGSE/UFS)
Beatriz Góis Dantas (IHGSE)
Giliard da Silva Prado (IHGSE/UnB)
Josefa Eliana Souza (IHGSE/UFS)
Lourival Santana Santos (IHGSE/UFS)
Neuza Maria Góis Ribeiro (IHGSE/UFS)
Terezinha Alves Oliva (IHGSE/IPHAN)
Vera Lúcia Alves França (IHGSE/UFS)

CONSELHO CONSULTIVO
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê da Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Luísa Tombini Wittmann (UDESC)
Maria Emília Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Rosangela Patriota Ramos (UFU)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Lucílio Freitas

Imagem da Capa
Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Tiragem
200 exemplares

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/ Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1, n. 1 (1913) –. – Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1913-

1. História de Sergipe. 2. Geografia de Sergipe.

CDU 91+94(813.7) (05)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: *Sumários de Revistas Brasileiras* - http://www.sumarios.org/revista.asp?id_revista=805&idarea=5

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua Itabaianinha, 41
Aracaju - Sergipe, 49010-190
Fundado em 06 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Marcelo Déda Chagas
Governador do Estado de Sergipe

Angélica Guimarães
Presidente de Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe

Osório de Araújo Ramos Filho
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

DIRETORIA (2012-2014)

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Presidente

José Ibarê Costa Dantas
1º Vice-Presidente

Igor Leonardo Moraes Albuquerque
2º Vice-Presidente

Arionaldo Moura Santos
Secretário-Geral

José Rivadálvio Lima
1º Secretário

Lenalda Andrade Santos
2ª Secretária

Terezinha Alves de Oliva
Oradora

Saumíneo da Silva Nascimento
1º Tesoureiro

Claudefranklin Monteiro Santos
2º Tesoureiro

Ane Luise Silva Mecenas Santos
Diretora do Museu e da Pinacoteca

João Paulo Gama Oliveira
Diretor da Biblioteca e do Arquivo

Magno Francisco de Jesus Santos
Editor da Revista

COMISSÕES PERMANENTES (2012-2014)

História
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Beatriz Góis Dantas
Josefa Eliana Souza

Geografia
Lourival Santana Santos
Neuza Maria Góis Ribeiro
Vera Lúcia Alves França

Admissão de sócios
Antonio Carlos dos Santos
Ednalva Freire Caetano
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Documentação e Divulgação
José Thiago da Silva Filho
Magno Francisco de Jesus Santos
Sayonara Rodrigues do Nascimento

Estatística e Informática
Adailton dos Santos Andrade
Petrônio Andrade Gomes
Wanderlei de Oliveira Menezes

Finanças e Patrimônio
Ancelmo de Oliveira
Eduardo Antônio Seabra
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

SÓCIOS HONORÁRIOS

Jackson da Silva Lima
João Oliva Alves
Josué Modesto dos Passos Subrinho

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antônio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira Filho
Gilton Feitosa Conceição
Itamar Freitas de Oliveira
João Alves Filho
João Fontes de Faria
João Gomes Cardoso Barreto
José Carlos Mesquita Teixeira
José Eduardo de Barros Dutra
José de Oliveira Júnior
Lourival Baptista
Luiz Eduardo de Magalhães
Marcelo Déda Chagas
Maria do Carmo Nascimento Alves
Verônica Maria Meneses Nunes

SÓCIOS EFETIVOS

Adailton dos Santos Andrade
Afonso Barbosa de Souza
Aglaé D'Avila Fontes
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Ane Luise Silva Mecenas Santos
Anita Rocha Paixão Sotelo
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Fernando de Araújo Sá

Antônio Lindvaldo Sousa
Antônio Porfírio de Matos Neto
Antônio Samarone de Santana
Arionaldo Moura Santos
Beatriz Góis Dantas
Claudefranklin Monteiro Santos
Cleiber Vieira Silva
Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Domingos Pascoal de Melo
Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antônio Seabra
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fernanda Cordeiro de Almeida
Fernando José Ferreira Aguiar
Francisco José Alves dos Santos
Gerson Vilas-Bôas
Gilberto Francisco dos Santos
Giliard da Silva Prado
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Janaína Cardoso de Mello
Jean Marcel D'Avila Fontes de Alencar
João Francisco dos Santos
João Hélio de Almeida
João Paulo Gama Oliveira
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Maria do Nascimento
José de Oliveira Brito Filho
José Rivadálvio Lima
José Thiago da Silva Filho
José Vieira da Cruz
Josefa Eliana Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Lauro Cruz dos Santos
Lenalda Andrade Santos
Lourival Santana Santos
Lúcio Antônio Prado Dias
Luiz Alberto dos Santos
Luiz Vieira Lima
Magno Francisco de Jesus Santos
Manoel Alves de Souza
Marcelo da Silva Ribeiro
Marcio Carvalho da Silva
Marcos Antônio Almeida Santos
Maria Glória Santana de Almeida
Maria Lígia Madureira Pina
Maria Neide Sobral da Silva
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Melins
Neuza Maria Góis Ribeiro
Nilton Pedro da Silva
Petrônio Andrade Gomes
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo
Rômulo de Oliveira Silva

Ruy Belém de Araújo
Samuel Barros de Medeiros
Albuquerque
Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner da Silva Ribeiro
Waldefrankly Rolim de Almeida Santos
Wanderlei de Oliveira Menezes

FUNCIONÁRIOS/PRESTADORES DE SERVIÇOS

Ângela Nickaulis Corrêa Silva
Fernando dos Anjos Renovato
Gustavo Paulo Bomfim
José Carlos de Jesus
Maria Fernanda dos Santos

ESTAGIÁRIOS

Aline Santos Cruz
Gilsimara Andrade Torres
Marcus Vinícius Gomes da Fonseca
Mirtes Lopes da Silva
Nayara Santos de Jesus
Pablo Renan Silva Campos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 15

DOSSIÊ "INTELECTUAIS DA CASA DE SERGIPE" 23

SÍLVIO ROMERO: impressões de uma trajetória 25
Milena da Silveira Pereira

EPIFÂNIO DÓRIA E O IHGSE: 64 anos de contribuição para a preservação do patrimônio documental e da memória sergipana e nacional 53
Lorena de Oliveira Souza Campello

FRAGMENTOS DA TRAJETÓRIA DE ADOLPHO AVILA LIMA 85
Cristina de Almeida Valença C. Barroso

AMYNTHAS JOSÉ JORGE, O ENTUSIASTA DA LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO 105
Clotildes Farias de Souza

JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA EM SERGIPE: redes de sociabilidade construídas e espaços ocupados 121
Silvânia Santana Costa

JOSÉ CALASANS E SUA OBRA: um novo olhar sobre cultura popular e história 143
Gilsimara Andrade Torres

JOSÉ ROLLEMBERG LEITE NOS TEMPOS DA REFORMA FRANCISCO CAMPOS: professor de matemática do Atheneu Sergipense e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe 165
Suely Cristina Silva Souza

TEREZINHA ALVES OLIVA: a mulher na Casa de Sergipe ... 185
Claudefranklin Monteiro Santos

IBARÊ DANTAS E A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SERGIPE 209
Samuel Barros Medeiros de Albuquerque

CULTO À PERSONALIDADE: SIQUEIRA DE MENEZES E O IHGSE..... 219
José Thiago da Silva Filho

SOB O PESO DA MEMÓRIA E DA TRADIÇÃO: cultura política e o projeto do Museu do IHGSE (1912-1955)..... 241
Ane Luíse Silva Mecenas Santos

ARTIGOS 263

LAURA AMAZONAS: sua contribuição para as instituições educacionais espíritas e suas práticas pedagógicas..... 265
Rosimeire Siqueira de Santana; Josineide Siqueira de Santana

LIVRARIA REGINA: notas sobre a aventura do livro em Aracaju (1918-1976) 287
Elissandra Silva Santos

A PARTICIPAÇÃO DO MILITAR AUGUSTO MAYNARD GOMES NA REVOLUÇÃO DE 1930 EM MINAS GERAIS 313
Adailton dos Santos Andrade

A ESCRITA DA HISTÓRIA DE SEVERIANO CARDOSO NO ENTARDECER DO SÉCULO XIX..... 329
Maria Fernanda dos Santos

DISCURSOS 353

DISCURSO EM HOMENAGEM A MARIA THETIS NUNES .. 355
Terezinha Alves Oliva

LUIZ ANTÔNIO BARRETO..... 361
Terezinha Alves de Oliva

HISTÓRIAS DE UM LIVRO 367
Fernanda Cordeiro de Almeida

DOCUMENTOS 365

DISCURSO DE INAUGURAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE..... 373
Florentino Teles de Menezes

O SERGIPANÊS CLODOMIR SILVA 377
Gilfrancisco

APRESENTAÇÃO

No longínquo seis de agosto de 1912, um grupo de intelectuais se reunia no edifício da Relação para a concretizar um sonho: fundar uma sociedade que congregasse a intelectualidade local e que guardasse as tradições de Sergipe[1]. Para o idealizador do instituto, era preciso fundar uma associação científica que reunisse "os nossos talentos", que distinguisse "os grandes homens".[2]

Essa premissa apresentada por Florentino Telles de Menezes nos revela um propósito que extrapola a ânsia de se constituir uma associação científica em território sergipano. Expressa a vontade de buscar a legitimação da intelectualidade local em seu próprio estado, evidenciando os notáveis herdeiros de Tobias Barreto, Sílvio Romero e Fausto Cardoso. O Instituto se tornaria, ao longo de grande parte do século XX, a principal instituição de produção do conhecimento histórico e geográfico local, a casa de ciência que estudava o Sergipe de antanho em seus diferentes âmbitos. Pode-se afirmar que no alvorecer do terceiro decênio republicano, a Casa de Sergipe[3] se tornou palco principal da reinvenção de uma historiografia local, pois o nascimento do IHGS ocorreu "como um projeto da periferia em relação ao centro,

---

1 MENEZES, Florentino Telles de. O Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. *Revista do IHGS*. Vol. 1, nº 1. Aracaju, 1913, p. 12.

2 MENEZES, Florentino Telles de. O Instituto Histórico e Geographico de Sergipe, p. 10.

3 Forma carinhosa como os sócios passaram a chamar o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

um esforço de reafirmação da identidade dos pequenos Estados no bojo da experiência federativa".[4]

A Primeira República constituiu um momento de reorganização da intelectualidade brasileira, de reinvenção da História Nacional, pautada na apresentação de novos heróis, no soerguimento de narrativas sob o enfoque regional, de cada unidade da federação. Segundo Ângela de Castro Gomes, a Primeira República foi "o momento estratégico para a conformação de uma escrita da história do Brasil e para a delimitação do perfil do historiador, o que só poderia acontecer tendo como cenário de fundo uma discussão sobre ciência e cientificidade".[5]

Um indício de que os sócios fundadores do IHGSE estavam inebriados com essa preocupação republicana é o estatuto aprovado ainda em 1912, que apresenta como primeira finalidade da instituição:

> Verificar, colligir, archivar e publicar os documentos, memorias e chronicas relativos relativas às datas históricas, à distribuição geographica, às curiosidades archeologicas, ao folk-lore, a ethnographia e língua dos indígenas a tudo que possa concorrer para a História do Brazil e especialmente a de Sergipe.[6]

O foco central da produção do conhecimento histórico não seriam, exclusivamente, as ações do campo político na perspectiva macro e centralizadora, mas também abriria espaço para a redescoberta da experiência histórica de cada Estado. Os brios da história sergipana não tinham apenas uma casa, um lugar de memória,[7] mas também um periódico que se tornou responsável pela publicação dos textos produzidos pelos sócios e, principalmente, pela divulgação da intelectualidade local em outras unidades da federação brasileira e até mesmo em outros países. Segundo o parágrafo quarto do artigo primeiro do

---

4 FREITAS, Itamar. *A escrita da História na "Casa de Sergipe" – (1913-1999)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002, p. 16

5 GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 25.

6 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Estatutos do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. *Revista do IHGSE*. Vol. 1, nº 1. Aracaju, 1913, p. 16.

7 NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Nº12. São Paulo, 1993.

estatuto de 1912, o Instituto deveria "publicar trimensalmente um Revista, sob o título de 'Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe' contendo as Actas das sessões, discursos, nomes dos sócios admittidos e trabalhos litterarios referentes aos fins do Instituto".[8]

Nesse sentido, a Revista do IHGSE, publicada a partir de 1913, tornou-se um dos principais veículos de divulgação dos estudos relativos à Sergipe. Foi o periódico que acionou a História "para compor as cores da região",[9] assim como protagonizou os embates historiográficos na primeira metade do século XX, com questões voltadas para a edificação de uma identidade sergipana, como a dos limites entre Sergipe e Bahia, a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju e as revoltas que marcaram o campo político, como a de Santo Amaro das Brotas (1836) e a de Fausto Cardoso (1906). Ao longo de quase um século, a Revista cumpriu com sua finalidade inicial de divulgar os registros documentais sobre o passado sergipano, publicando discursos, atas e principalmente documentos oficiais e textos de caráter memorialísticos, que contribuíram para o entendimento do passado local.

Todavia, a Revista que foi foco da excelente análise empreendida por Itamar Freitas[10] nos idos de 2000 já não é a mesma. No último decênio, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe passou por inúmeras transformações, tendo como principal entusiasta o professor Ibarê Dantas, que liderou uma competente e atuante equipe na propagada "Reforma da Casa de Sergipe".[11] Sob a batuta de Dantas, pesquisadores renomados se empenharam na reorganização do Arquivo, Biblioteca, Pinacoteca e Museu, fazendo com que Casa de Sergipe voltasse a figurar entre as mais importantes instituições de pesquisa do Estado.

No âmbito dessa gestão renovadora, a Revista do IHGSE também foi beneficiada, renovada, no intuito de recuperar o prestígio no campo

8 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Estatutos do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe, p. 16.

9 FREITAS, Itamar. *A escrita da História na "Casa de Sergipe"*, p. 60.

10 FREITAS, Itamar. *A "Casa de Sergipe"*: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913/1929). Rio de Janeiro, 157f. Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, 2000.

11 ALBUQUERQUE, Samuel Barros Medeiros. *Ibarê Dantas e a Casa de Sergipe*. Aracaju, 2012 (no prelo).

intelectual sergipano, no processo de divulgação da produção intelectual. Do mesmo modo, paulatinamente, a Revista foi adequada às diretrizes preconizadas pela Capes. Nesse sentido, antigos problemas que marcaram a trajetória do periódico ao longo do século XX foram sanados, inclusive a conquista da periodicidade, que em poucos momentos da Casa de Sergipe se tornou possível.

Um quadro elucidativo dessas transformações é a composição das comissões organizadoras de cada número. A cada edição o periódico apresentava uma novidade. O número 34 da Revista foi organizada por um grupo de jovens intelectuais, denominado de "coordenadores da Revista" e composta por Antônio Carlos dos Santos, José Mário dos Santos Resende e Samuel Barros de Medeiros Albuquerque. Nesse número, os organizadores também tentaram estruturar os textos a partir de eixos temáticos, "as edições comemorativas", que, naquele ano, tiveram como foco o sesquicentenário de Aracaju.

Nos dois números subsequentes a Revista foi coordenada por Samuel Albuquerque, que tentou seguir o mesmo parâmetro do número anterior. Contudo, o número 35 apresentou ao público o convênio firmado entre o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Universidade Federal de Sergipe, que passou a fomentar a publicação da Revista por meio de sua editora. O então presidente do Instituto, Ibarê Dantas, ao apresentar a Revista declarou que:

> De modo especial, temos a ressaltar o papel da Universidade Federal de Sergipe, através do seu Magnífico Reitor, professor dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho, com quem temos ampliado o sistema de parcerias, envolvendo inclusive a publicação da Revista do IHGS a partir deste número.[12]

Todavia, foi o número 37 da Revista do IHGSE que apresentou as maiores inovações. Pela primeira vez aparecem os termos editor e comissão editorial, evidenciando a preocupação com os ditames esta-

[12] DANTAS, Ibarê. Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 35. Aracaju, 2006, p. 13.

belecidos pela Capes. Além disso, o periódico que ficou conhecido por apresentar a produção dos "grandes homens" de Sergipe, passou a consagrar-se, também, como campo para neófitos na investigação histórica. Segundo Ibarê Dantas, ao tempo em que mantém a periodicidade anual por quatro anos consecutivos, a Revista reafirmava seu perfil de órgão plural acolhedor da produção intelectual de várias tendências que estudam a realidade sergipana.[13]

Percebe-se que ao longo do último decênio as conquistas da Revista do IHGSE estiveram associadas a três pontos centrais: a regularização da periodicidade, a adequação aos parâmetros da Capes e a democracia temática e autoral na publicação de textos. O editor e o conselho editorial fizeram com que a Revista do IHGSE se tornasse um espaço privilegiado na revelação de novos talentos na pesquisa, especialmente no âmbito da História. Como bem salientou Dantas, "acatamos a contribuição de novos autores e de consagrados historiadores".[14]

Em 2010 a Revista passou a ter um novo editor, Giliard da Silva Prado, que reformulou o Conselho Editorial e formou um Conselho Consultivo, constituído por professores consagrados de oito instituições de ensino superior do Brasil. Além disso, os novos números passaram a ser publicados a partir da organização de dossiês temáticos, adequando-se a uma demanda comum entre os periódicos acadêmicos do país. Desse modo, foram lançados "Sergipe nos programas de pós-graduação em História no Brasil" e "Historiografia educacional sergipana". Concomitante às mudanças vieram os "bons ventos",[15] pois a Revista do IHGSE, pela primeira vez, obteve uma avaliação bastante positiva pelo Programa Qualis/Capes, com o estrato B3.

O aparecimento do número 42 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* reafirma as conquistas obtidas no último decênio,

---

13 DANTAS, Ibarê. Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 37. Aracaju, 2008, p. 11.

14 DANTAS, Ibarê. Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 39. Aracaju, 2009, 11

15 ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 40. Aracaju, 2010, p. 12.

mantendo a periodicidade regularizada, ampliando os conselhos editorial e consultivo, além de apresentar um novo dossiê que se integra as comemorações do Centenário do IHGSE, como forma de homenagear "as figuras marcantes de nossa constelação cultural"[16].

Nesse sentido, lançamos o dossiê "Intelectuais da Casa de Sergipe". Isso propicia a reflexão sobre homens e mulheres que se engajaram na consolidação do projeto de Florentino de Menezes e transformaram o Instituto em lócus da pesquisa e da produção intelectual no estado. Foi o afinco desses intelectuais que fez com que a sua associação se tornasse um centro cultural,[17] proporcionando o intercâmbio de sua produção e de seus sócios com outras instituições.

Todavia, a categoria intelectual é fluida, escorregadia, ou como bem define Ângela de Castro Gomes, constitui "uma categoria sócio-profissional de contornos pouco rígidos".[18] Assim, pode-se definir que se trata dos "criadores e mediadores de interpretação da realidade social que possuem grande valor político".[19] Desse modo, o dossiê nos brinda com a reflexão acerca de homens e mulheres que, ao longo da última centúria, contribuíram com a interpretação da realidade sociocultural sergipana em seus diferentes âmbitos e atuaram tanto no Instituto, como em outros lugares de sociabilidade intelectual do Estado.

O primeiro artigo, produzido por Milena Pereira, analisa a polêmica trajetória de Sílvio Romero, sócio correspondente do IHGSE e que se envolveu em inúmeras querelas no campo intelectual. A autora destaca embates instigantes entre o intelectual lagartense e Machado de Assis, assim como a defesa da cidade do Recife como lócus da produção intelectual do Brasil. Já Lorena Campello, discute a trajetória de Epifânio Dória, o secretário perpétuo da Casa de Sergipe. No texto a autora apresenta o envolvimento de Dória com as questões culturais

16 DANTAS, Ibarê. Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 39. Aracaju, 2009, 11.

17 BARRETO, Roseane Guimarães. *O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a ideia de Centro Cultural*. São Cristóvão, Monografia (Licenciatura em História) DHI, UFS, 1996.

18 GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*, p. 26.

19 SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

de Sergipe, principalmente na salvaguarda da memória documental na Biblioteca Pública Estadual e no IHGSE.

Cristina Valença Barroso analisa a trajetória de Adolpho Avila Lima, que chegou a ser redator da Revista do Instituto. A autora apresenta o envolvimento do intelectual com as questões educacionais, assim como se preocupa em evidenciar as querelas travadas com Helvécio de Andrade. Clotildes Farias de Souza discute a Liga Sergipense contra o Analfabetismo, a partir da liderança de Aminthas José Jorge, tecendo a trajetória do líder a partir do seu envolvimento com os lugares de sociabilidades e com as inúmeras controvérsias que foram travadas em torno da Liga.

Sobre José Calasans temos dois artigos. No primeiro, Silvânia Costa discute a constituição de suas redes de sociabilidades a partir do seu engajamento no campo educacional, assim como analisa a sua atuação em diferentes instituições culturais de Sergipe, incluindo o próprio IHGSE. No segundo artigo, Gilsimara Torres analisa a produção do intelectual, destacando os estudos sobre a cultura popular e evidencia que o mesmo tentou aproximar os estudos culturais da investigação histórica.

Suely Cristina Souza analisa a atuação do professor José Rollemberg Leite no Atheneu Sergipense e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, constatando inclusive que grande parte dos lentes do Atheneu também fazia parte do quadro de sócios da Casa de Sergipe. Claudefraklin Monteiro Santos trata sobre a atuação docente e a produção intelectual da historiadora Terezinha Oliva, oradora do IHGSE. O artigo apresenta uma pesquisadora preocupada com as questões culturais e que constituiu uma relevante produção acerca da história política de Sergipe.

Ibarê Dantas, empreendedor da "Reforma da Casa de Sergipe", foi foco do texto de Samuel Albuquerque. O autor analisa o mais recente livro de Ibarê e com afinco, nos leva a viajar pelo momento da pesquisa, pelas páginas da obra e até mesmo pela repercussão que o livro teve, com a premiação concedida pelo IHGB.

Os dois últimos textos que compõem o dossiê evidenciam a polissemia do campo intelectual. Thiago da Silva Filho discute a trajetória de Siqueira de Menezes, presidente do Estado de Sergipe no momento em que o IHGSE foi fundado. O autor buscou compreender as diferentes

estratégias de construção da memória do líder político, incluindo as ações empreendidas pelo Instituto. Ane Mecenas Santos encerra o dossiê com um texto que analisa a formação do Museu do IHGSE, o primeiro de Sergipe. Criado em 1912, o museu passou a ser uma referência na construção da cultura política republicana no Estado.

Além do dossiê, a Revista apresenta três artigos com temáticas distintas. Rosimeire Santana e Josineide Santana problematizam a instigante trajetória de Laura Amazonas, discutindo a atuação profissional, a defesa pela educação e pelo espiritismo. Elissandra Santos apresenta a Livraria Regina, que de mero estabelecimento comercial passou a ser importante centro de congregação da intelectualidade local. Adailton Andrade analisa a atuação de Maynard Gomes na Revolução de 1930 em Minas Gerais, episódio esse que aumentou o prestígio do líder. Já Maria Fernanda dos Santos, analisa a corografia inédita de Severiano Cardoso, discutindo a trajetória do autor e as sociabilidades no campo intelectual.

Além dos artigos, temos também três discursos. No primeiro, Terezinha Oliva homenageia Maria Thetis Nunes, em um texto que mescla memórias, emoção e erudição. No segundo, Fernanda Cordeiro apresenta a trajetória de produção do seu livro "Manguezais Aracajuanos", passando por suas "três casas" como lócus de formação do pesquisador. Por fim, temos o texto necrológio escrito pela professora Terezinha Oliva, em que homenageia o intelectual Luiz Antonio Barreto, falecido neste ano.

Nessa edição em que comemoramos o Centenário da Casa de Sergipe, a Revista volta a publicar documentos. O primeiro documento é o discurso de Florentino Telles de Menezes, apresentado na fundação do IHGSE em 6 de agosto de 1912. O segundo, com apresentação de Gilfrancisco, temos cinco textos inéditos de Clodomir Silva, importante intelectual sergipano da primeira metade do século XX.

Aracaju, maio de 2012
Magno Francisco de Jesus Santos
Editor da Revista do IHGSE

Dossiê

Intelectuais da Casa de Sergipe

SÍLVIO ROMERO: impressões de uma trajetória

Milena da Silveira Pereira*

RESUMO

Partindo do pressuposto de que, na obra de Sílvio Romero, é possível notar uma espécie de ímpeto autobiográfico, ou seja, certa propensão do autor em traçar e dar impulso à sua trajetória intelectual, o presente ensaio busca realizar um breve mapeamento das impressões do pensador sergipano, indicadas em seus escritos, sobre sua própria obra, seu tempo, seu modo de escrita e o papel que atribuiu ao conhecimento. Tal mapeamento tem como alvo compreender como Sílvio Romero construiu sua imagem e qual o seu lugar na história da literatura brasileira e na história do Brasil.

Palavras-chave: Sílvio Romero. Autobiografia. História da Literatura.

ABSTRACT

Under the assumption that it is possible to notice a kind of autobiographical impetus in Sílvio Romero's work, in other words, a certain propensity towards tracing and promoting his own intellectual trajectory, this essay presents a brief mapping of the impressions of this thinker from Sergipe, which are present in his writings, on his own work, his time, his way of writing and on the role he assigns to knowledge. Such mapping aims to give an understanding about how Sílvio Romero has built his own image and about his place on the history of Brazilian literature and the history of Brazil.

Keywords: Sílvio Romero. Autobiography. History of Literature.

* Milena da Silveira Pereira é mestre em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca (2008). Atualmente desenvolve projeto de Doutorado, intitulado "O Lugar da Crítica Literária Oitocentista na Construção da História do Brasil", junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da mesma instituição, com financiamento da CAPES.

INTRODUÇÃO

Em 1888, Sílvio Romero lança sua obra capital, História da Literatura Brasileira,[1] e já, nas primeiras páginas, realiza um balanço de sua produção até então. O historiador da literatura sergipano, em tal balanço, declara ter passado na sua carreira intelectual por três fases distintas até chegar à maturidade de sua reflexão sobre o país. Destaca uma primeira fase de "otimismo da meninice e da primeira juventude, idade em que toda a gente lê nos livros das classes a famosa descrição do Brasil em Rocha Pita e acredita em tudo aquilo como numa dogmática infalível". Uma segunda, que deu curso em seus primeiros livros, marcada por um "pessimismo radical e intratável" quanto ao futuro do Brasil. E uma terceira e última fase, a da "crítica imparcial, equidistante da paixão pessimista e da paixão otimista, que [lhe tinham] feito andar às tontas"[2] – fase de "madureza" de um espírito que queria servir ao seu país, datada do momento da publicação da História da Literatura Brasileira. Afirma ainda que esse caminho em direção à crítica imparcial sucedeu-se de maneira gradual, à medida que avançava nos estudos de etnografia, de história, de folclore e de literatura.

Em larga medida, a imagem de Sílvio Romero, que se faz ainda hoje, como um homem que atuou em diversos campos do saber, belicoso, ambicioso, temperamental, contraditório, iconoclasta, mas também sempre um caráter generoso, valente, estudioso e de excelente humor, deve-se às suas próprias páginas. O ímpeto autobiográfico[3] do pensador

---

1 A edição analisada da *História da Literatura Brasileira* é a 3ª, organizada pelo filho de Sílvio Romero, Nelson Romero, trinta anos depois de seu falecimento. A primeira edição da *História...*, vale destacar, é um desdobramento do trabalho em série por Romero divulgado em 1881 na Revista Brasileira e reeditado em 1882 sob o título de *Introdução à História da Literatura Brasileira*, o qual, seis anos depois, cristalizou-se como *História da Literatura Brasileira* em dois volumes. O historiador sergipano ainda melhorou o trabalho, repensando-o e reeditando-o em edição modificada em 1902, na qual declarou, em seu prólogo, que "o fato de haver, em poucos anos, esgotado a 1ª edição desta obra é prova de não ter sido ela mal recebida pelo público brasileiro." Cf. ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira*, v. 1, p. 31. Na 3ª edição, além dos dois volumes já publicados, Nelson Romero buscou agrupar também outros trabalhos posteriores à 2ª edição da obra.

2 ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira* [1888]. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, 5v, p.34.

3 Sobre autobiografia como construção de uma narrativa sobre si em que o discurso oscila entre a busca de verossimilhança e a idealização ver: LIMA, L. C. Júbilos e misérias do pequeno eu. In: ____. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

sergipano, como veremos ao longo do texto, perpassou praticamente toda sua obra. Desse modo, uma breve apresentação de seus escritos e posições anteriores à História da Literatura Brasileira,[4] bem como das impressões de Sílvio Romero sobre sua própria obra, seu tempo, seu modo de escrita e o papel que atribuiu ao conhecimento, nos permite entender um pouco como Sílvio Romero tentou construir sua imagem e qual o seu lugar na história da literatura brasileira e na história do Brasil.

Desde a sua chegada no Recife, em 1868, aos 17 anos, Sílvio Romero estava preocupado em ser ouvido e deu início à sua jornada jornalística, resenhando obras, destacando autores e tomando a poesia como objeto dos seus primeiros estudos. Conta, em entrevista a João do Rio, que permaneceu "os dois primeiros anos calado, no estudo das disciplinas"[5] e só começou a participar do cenário intelectual brasileiro em fins de 1869, quando produziu seu primeiro escrito para o jornal acadêmico Crença.[6] O pensador sergipano via o Recife ou a "bela Veneza Transplantada", tal qual ficou conhecida, como a capital mais próspera e progressiva do país. Segundo ele, de todos os centros intelectuais do Brasil, "se é que neste país os há bem caracterizados, a cidade do Recife, nos últimos vinte anos, é o que tem levado a palma aos outros na iniciativa das ideias".[7]

As ideias semeadas por Romero nos jornais recifenses desse tempo, em que cursou a Faculdade de Direito, foram sintetizadas no ensaio A Poesia Hoje, que serviu de prefácio ao seu livro de poemas Cantos do Fim do Século (1878). Romero inicia este texto, de 1873, afirmando

---

4 Isso não significa que a obra de Romero se divida em antes e depois da *História...*, estamos buscando apenas apresentar um breve mapeamento de seus trabalhos até a sua empreitada maior, para, então, dar a conhecer as impressões de Sílvio Romero sobre sua obra, seu tempo, seu modo de escrita e sua apropriação do conhecimento para a projeção do país.

5 RIO, J. do. *Momento Literário*. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d [1906?], p. 45.

6 Esse primeiro texto de Sílvio Romero foi escrito em novembro de 1869 e publicado no jornal *Crença* em março de 1870. O artigo era uma análise dos versos publicados pelo jovem paraense Santa-Helena Magno, intitulado *Harpejos Poéticos*. De acordo com Arthur Guimarães, esse escrito de Romero "era uma crítica muito severa, e levantou grande assuada nos círculos acadêmicos." Cf. GUIMARÃES, A. *Sylvio Romero de Perfil*. Porto: Typ. a vapor de Arthur José de Souza, 1915, p. 20.

7 ROMERO, S. Vista Geral Sobre a Escola Literária do Recife [1880]. In: ____. *Estudos de Literatura Contemporânea*. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa), p. 45.

que suas páginas eram direcionadas a uma certa classe de literatos, os quais ainda não tinham compreendido os novos rumos literários, e que seu objetivo era mostrar a impossibilidade de permanência da intuição romântica. Para ele, o romantismo era um cadáver que deveria "sair de circulação como inútil e cediço", pois não havia futuro que o salvasse.

Na primeira metade do século XIX, como é sabido, assistiu-se à emergência de uma definição primeira dos elementos constitutivos da nossa nacionalidade.[8] O romantismo, representado por homens como Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Araújo Porto-Alegre (1806-1879), Sales Torres Homem (1812-1876), Gonçalves Dias (1823-1864) e José de Alencar (1829-1877), forneceu boa parte do repertório em torno do qual a literatura brasileira iria se desenvolver: o sentimento religioso e o espiritualismo, o saudosismo, a melancolia, o culto da liberdade, a atividade poética concebida como uma missão reformadora e moralizante, o patriotismo, o indianismo, entre outros. O conceito de nacionalidade, nesse primeiro momento de construção da literatura brasileira, centralizava-se, basicamente, na exaltação da exuberante natureza local e no culto do índio, ou seja, exaltando a natureza e os nativos na sua produção escrita, os românticos acreditaram estar reproduzindo o retrato do Brasil.

Essa "limitada", "ufanista" e "subjetiva" definição de nacionalidade literária brasileira já não respondia mais às necessidades de homens que buscavam fundamentos "objetivos" e "imparciais" ao estudo da literatu-

[8] A questão da nacionalidade da literatura brasileira foi um dos temas mais caros ao século XIX. Os diálogos se alimentavam da necessidade de dotar o Brasil de uma identidade, uma língua, uma história, um povo, enfim, inventar uma tradição nacional. De 1836, quando o poeta G. de Magalhães publica os seus *Suspiros Poéticos e Saudades*, até aproximadamente o final da década de 70, quando começam a aparecer os trabalhos da então chamada "nova geração", pode-se dizer que a poesia brasileira traçou as linhas mestras da sua nacionalidade. Uma nacionalidade que não deve ser vista como uma definição acabada de poesia nacional, pois, como é sabido, a história literária brasileira não parou de discutir e redefinir os critérios que distinguem a nacionalidade do nosso fazer poético – lembremos, é claro, dos esforços de nosso autor ou da geração de 1922. Cf. FRANÇA, J. M. C. *Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999; CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira***:** momentos decisivos [1959]. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981; CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade* [1965]. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro); COUTINHO, A. *A Literatura no Brasil*. [1955]. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana S. A., 1969.

ra.[9] Era primordial que se estabelecesse uma intuição mais vasta e mais segura para a arte, uma nova intuição literária, na visão de Romero, "resultado do espírito geral da crítica contemporânea", que abandonasse essas "célebres questões" sempre marteladas por autores brasileiros, ou seja, era hora de esquecer de "índios e de lusos para lembrar-se da humanidade".[10] Justifica, então, sua investida contra o romantismo como uma predisposição de seu próprio tempo, pois "a humanidade e a natureza, os dois grandes corações das artes, deram-lhe a matéria e uma filosofia mais adiantada forneceu-lhe a arma" para sua reação.[11] Ousou ainda, com sua vontade de afirmação, apresentar esses poemas como "uma exemplificação das teorias desposadas" e que "o livro [seria] medíocre, mas nada [teria] do maravilhoso romântico".[12]

Araripe Júnior (1848-1911), referindo-se ao mal estar causado por esses escritos anti-românticos, declara que a sua impressão de Romero era de quem via aparecer de repente, no meio de uma multidão pacífica, um homem tomado de fúria a empunhar uma faca de ponta. Esse instrumento ameaçador ou "arma escandalosa", de que o estudioso sergipano se servia para "aterrar os adversários", completa Araripe, não era senão o Curso de Filosofia Positivista de Augusto Comte.[13]

No mesmo ano de 1873, em que Romero condenava a pieguice, o condoreirismo e a falsificação do espírito nacional pelo indianismo nacionalista dos românticos, Machado de Assis (1839-1908), sentia, todavia, despertar o Instinto de Nacionalidade[14] nos mesmos românticos que Sílvio Romero combatia e negava. Nesse relevante ensaio sobre a nacionalidade de nossa literatura, o romancista fluminense ressalta que não era lícito afastar o elemento indiano da nossa aplicação inte-

[9] Adjetivos destacados pelo próprio Sílvio Romero. Cf. ROMERO, S. A Poesia Contemporânea [1878]. In: ____. *Literatura, História e Crítica*. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002, (edição comemorativa), p. 29.

[10] Ibid., p. 29.

[11] Ibid., p. 33.

[12] Ibid., p. 34.

[13] Cf. ARARIPE JÚNIOR. Sílvio Romero Polemista. In: *Araripe Júnior*: teoria, crítica e história. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978, p. 321.

[14] MACHADO DE ASSIS, J. M. Instinto de Nacionalidade [1873]. In: ____. *Obras Completas de Machado de Assis*. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955, Vol. 29, p. 129-149.

lectual, erro seria "constituí-lo um exclusivo patrimônio da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão".[15] Erro, inclusive, prossegue Machado, é só reconhecer espírito nacional nas obras que tratam de assuntos locais, ou seja, para ele, "não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam".[16] Apesar de algumas ressalvas, contudo, defende que os escritos românticos, a poesia, o romance, bem como todas as formas literárias do pensamento, buscaram "vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro". A independência literária, portanto, assevera o romancista, "não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo".[17]

Tempos depois, a propósito, em A Nova Geração, estudo sobre a nova produção poética que estava despontando no decênio de 70 do século XIX, Machado afirma que via certo desdém e um pouco de ingratidão desses moços em relação ao romantismo, isto é, a nova geração "chasqueia às vezes do romantismo". Para o autor de Brás Cubas, esses moços não percebiam que "se é a musa nova que os amamenta, foi aquela grande moribunda [a romântica] que os gerou; e até os há que ainda cheiram ao puro leite romântico".[18] Nessa mesma obra, inclusive, Machado de Assis pondera as colocações de Romero sobre uma nova intuição literária. Para ele, não bastava à poesia ser o resultado geral da crítica do tempo como defendia o pensador sergipano no ensaio A Poesia Hoje, ou seja, "dizer que a poesia há de corresponder ao tempo em que se desenvolve é somente afirmar uma verdade comum a todos os fenômenos artísticos".[19] Além disso, Machado pontua, nesse ensaio que desencadeou os desafetos com o autor sergipano, que Romero não

---

15 Ibid., p. 132.
16 MACHADO DE ASSIS, J. M. Instinto de Nacionalidade, p. 134-135.
17 Ibid., p. 129-130.
18 MACHADO DE ASSIS, J. M. A Nova Geração [1879]. In: _____. *Obras Completas de Machado de Assis*. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955, v. 29, p. 181.
19 Ibid., p. 188.

possuía forma poética, em seu genuíno sentido, faltava estilo aos seus escritos, bem como sempre caía no equívoco da "luta entre o pensamento que busca romper do cérebro e a forma que não lhe acode ou só lhe acode reserva e obscura, o que dá a impressão de um estrangeiro que apenas balbucia a língua nacional".[20]

E no que se refere aos reclames de Romero sobre as críticas feitas aos seus poemas, Machado concluiu que os "criticados que se desforçam de críticas literárias com impropérios dão logo ideia de uma imensa mediocridade", pois, para ele, se há talento, "verdadeiro e modesto", o criticado "deve reservar o silêncio do desdém".[21] De certo modo, foi assim que Machado de Assis procedeu nos vários ataques feitos a ele por parte de Romero.

Outros escritos de Sílvio Romero dessa mesma época, em que tinha como alvo alfinetar o romantismo e lançar bases modernas para o pensamento e o estudo da cultura nacional, foram reunidos, em 1880, sob o título de A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna. Nesse tempo, vale ressaltar, este já havia se transferido para o Rio de Janeiro. Ao chegar à capital, em princípios de maio de 1879, Romero encontrou acolhimento junto ao republicano Lopes Trovão (1848-1925) – seu colega nos preparatórios do internato "Ateneu Fluminense" –[22] que o convidou para escrever no jornal por ele dirigido, O Repórter. Sob o pseudônimo Feuerbach, Sílvio Romero publicou uma série de artigos desencantados e virulentos sobre políticos eminentes[23], manifestando grande pessimismo

[20] Ibid., p. 225.

[21] Ibid., p. 227.

[22] Romero, depois de fazer as primeiras letras em Lagarto, aos 12 anos, foi estudar os preparatórios na Corte. Cursou, de 1863 a 1867, como aluno interno, o antigo "Ateneu Fluminense". O Rio de Janeiro, entre 1863 e 1868, vale destacar, estava vivendo o apogeu do romantismo: na poesia, com a fase condoreira, em que se destaca Castro Alves e na prosa com Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar. Esses tempos são poucos documentados pelo autor, talvez por não ter apreciado muito sua passagem pelo Ateneu e pelo Rio. E foi nesse contexto, ainda, que nosso autor conheceu seu amigo Lopes Trovão. Cf. WEHLING, A. *Sílvio Romero e a Consciência Modernizadora no Brasil*. 1979. 330 f. Tese (Livre-Docência em História Ibérica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo; MENDONÇA, C. S. de. *Sílvio Romero,* de Corpo Inteiro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

[23] Entre esses políticos que não escaparam ao crivo romeriano estavam homens como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, o visconde de Sinimbu, Francisco Otaviano, o visconde de Ouro Preto, Manuel Luís Osório, o barão de Cotegipe, João Alfredo, Lafayette Rodrigues Pereira. Cf. MOTA, M. A. R. *Sílvio Romero*: dilemas e combates no Brasil na virada do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 38.

em relação ao país.[24] Nesse mesmo ano de 1879, iniciou também a sua colaboração assídua e relevante para a Revista Brasileira[25], reeditada, entre outros, pelo defensor da "Literatura do Norte", Franklin Távora (1842-1888), pelo carioca Nicolau Midosi (1838-1889), pelo médico baiano Moreira Sampaio (1851-1901).

Esses homens, funcionários da Secretaria do Império, no empenho de reorganizar a revista, tinham por fim, segundo os dizeres da contracapa, "proporcionar aos escritores brasileiros e a quantos se ocupam com o estudo das coisas do nosso país a publicação das produções literárias e científicas de reconhecido mérito e utilidade".[26] Esta fase da revista teve, desse modo, um tom nitidamente mais literário do que a anterior. Em suas páginas, tiveram lugar a primeira publicação de Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis; a publicação da obra póstuma de Fagundes Varela (1841-1875), Os Diários de Lázaro; e o Dicionário Bibliográfico, de Sacramento Blake (1827-1903), foi lá publicado originalmente. As páginas do periódico traziam, ainda, os estudos de Sílvio Romero sobre A Poesia Popular do Brasil e parte do Perfil Literário de José de Alencar, por Araripe Júnior. Além dos artigos Lendas, crenças e superstições, de João Barbosa Rodrigues (1842-1909), A Religião dos tupi-guaranis, de José Veríssimo (1858-1916) e muitas outras publicações similares, que incursionaram também pela linguística e antropologia. Essa segunda edição da Revista Brasileira circulou de 1879 a 1881, tendo, como a maioria das revistas nacionais, vida curta, apesar do apoio financeiro de um de seus assíduos leitores, o Imperador D. Pedro II.[27]

A esse tempo em que Romero veio se instalar no Rio de Janeiro, a capital estava dando largos passos rumo à consolidação como maior

---

[24] Esses escritos foram reunidos mais tarde no livro *Ensaios de Crítica Parlamentar* (1883).

[25] Houve, no século XIX, diversas publicações com a designação de *Revista Brasileira* e Sílvio Romero sempre fez questão de pontuar que colaborava "nas páginas da *Revista Brasileira*, a *Revista Brasileira* do grande Franklin Távora, de A. Midosi e outros, e não a tua, José [Veríssimo], aparecida dezesseis anos mais tarde". Cf. ROMERO, S. Zeverissimações Ineptas da Crítica. In: ____. *Autores Brasileiros*. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002, (edição comemorativa),, p. 526.

[26] Editorial da *Revista Brasileira*, 1879 apud http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/4288_4.PDF?NrOcoSis=9488&CdLinPrg=pt.

[27] Cf. PRISCO, F. *José Veríssimo*: sua vida e suas obras. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1937; Editorial da *Revista Brasileira*, 1879.

cidade e principal centro econômico, político e cultural do país. As muitas mudanças fermentadas durante os últimos anos do Império, que culminaram, entre outros eventos, na abolição da escravidão e na proclamação da República, criaram condições necessárias para a emergência do Rio como principal cidade da nação.[28] Além disso, a explosão demográfica nos anos 70 contribuíra para um aumento significativo da imprensa e uma maior circulação de ideias, transformando o Rio de Janeiro no local para onde convergiam representantes dos movimentos intelectuais de todo Brasil, especialmente do Norte e Nordeste. Nesse burburinho, Araripe Júnior conta-nos que, quando Romero lá chegou, tanto entre os moços como entre os velhos homens de letras, "dir-se-ia, que uma cascavel, vinda dos sertões de Sergipe, tinha-se emboscado à Rua do Ouvidor". Todavia, o crítico cearense adverte que "Sílvio Romero, longe de trazer essa enorme soma de veneno crotálico, chegava à capital do Brasil ávido de boas impressões e cheio de amor pelas coisas pátrias". Araripe ressalta, inclusive, que toda a grita causada pela sua chegada à Capital era explicável pela ausência de um elemento, a saber,

> esse elemento é a sagacidade ou a polidez artificial dos centros civilizados, e a que Schopenhauer se referia, dizendo que, sem ela, os homens se entredevorariam. Sílvio Romero não a possuía. Apresentando-se na arena nu, como um atleta antigo, e com os seus hábitos de franqueza nortista, o crítico sergipano foi recebido à maneira de um bárbaro.[29]

Tomado como bárbaro ou não por alguns nomes da época, Romero chegou à capital com três livros publicados,30 uma grande tradição de estudioso e combativo, e, sobretudo, uma enorme ojeriza pela Corte.

---

[28] Cf. COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos [1979]. 7. Ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999; ALONSO, A. *Ideia em Movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002; HOLANDA, S. B. de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Do Império à República. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. 5, 1972.

[29] ARARIPE JÚNIOR. Sílvio Romero Polemista, p. 321.

[30] *Etnologia Selvagem*, 1875; *Cantos do Fim do Século*, 1878; e *A Filosofia no Brasil*, 1878.

Sílvio Romero nunca aceitou a supremacia do Rio de Janeiro em relação ao Nordeste e, mais especificamente, ao Recife. É constante, em seus trabalhos, a defesa da prioridade de Tobias Barreto[31] e do grupo formado na capital de Pernambuco – o qual Romero denominou, muito pomposamente, de "Escola do Recife" – na renovação intelectual do final do século XIX. Atribuía, sem medir palavras, à "Escola do Recife" a precedência na renovação crítica, literária, jurídica e filosófica e a reação contra o romantismo, o indianismo, o clericalismo e a metafísica. Do mesmo modo, elevava Tobias Barreto a um primeiro plano, por seu suposto pioneirismo nos diversos campos intelectuais, poesia, crítica, direito e filosofia; bem como destacava a sua própria contribuição na introdução das "novas ideias". Nas suas próprias palavras:

> Tive a leviandade de, na arena das lutas nacionais, nesse tumultuar pela fama, pela glória nas letras, tive a leviandade de tomar em meus ombros, que, ai de mim! Não são dos mais robustos, o tríplice encargo de me defender, advogar a escola do Recife, e pugnar nomeadamente pela justiça a que tem direito o seu chefe, o poeta dos Dias e as Noites, o jurista dos Menores e Loucos, o filósofo e crítico dos Estudos Alemães.[32]

O Rio de Janeiro desse tempo, por estar situado na zona cafeeira em expansão, crescia mais rapidamente que o Recife, que vivia da economia açucareira então em situação crítica no mercado internacional.[33] Por essas e outras, a predominância cultural, política e econômica da Corte patenteava-se, cada vez mais, de maneira incontrastável e Sílvio

---

[31] A prioridade de Tobias Barreto é cantada por grande parte de seus discípulos e colegas de Faculdade. Clóvis Beviláqua, por exemplo, declara que "a poderosa individualidade literária do Dr. Tobias Barreto se avulta sobre as que lhe ficam em torno [...] como o cedro alteroso se avulta sobre as gramíneas que rastejam pelo solo e sobre os fetos arborescentes...". BEVILÁQUA, C. *Épocas e Individualidades*– estudos literários. 2. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1888, p. 143.

[32] ROMERO, S. Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira [1897]. In: ____. *Autores Brasileiros*, p. 187. (grifo nosso)

[33] Cf. COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República*, p. 259. Cf.: VENTURA, R. *Estilo Tropical*: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 139-141; RABELLO, S. *Itinerário Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944. (Coleção Documentos Brasileiros, 43), p. 188.

Romero, apesar dos incômodos causados pelo novo status da capital, não tardou em se transferir para o Rio de Janeiro. E foi na "velha inimiga"[34] que o pensador sergipano se realizou intelectualmente e viveu a maior parte de sua vida.

Declara, em prefácio a um dos livros de Tobias Barreto, que depois da "desgraça feita", ou seja, da sua transferência para o Rio de Janeiro, o que queria mesmo era, "conscientemente, lutar, como durante dez anos antes tinha feito no Recife" e o que importava era "dizer que as lutas ali travadas prosseguiram aqui...".[35] E com esse objetivo de luta ou cultivo de um estado de beligerância permanente, um ano depois da sua chegada ao Rio, veio a lume seu quarto livro, A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna, classificado por Franklin Távora como um autêntico "manifesto de guerra".

Nesse livro, visto como uma arma de guerra e como a reprodução das suas investidas mais violentas contra o Romantismo, Romero afirma que a romântica[36] já chegou ao Brasil morta, ou seja, "morto, já frio, foi quando chegou até nós o romantismo. O Brasil tem o privilégio funerário nas letras; estamos num cemitério, andamos de luto, nossa literatura é gélida, nossas criações são defuntas".[37] Destaca, ainda, que a intelectualidade daquela época era muito fraca, ou seja, para ele, o Romantismo não teve grandes vultos, excetuando não mais que Gonçalves de Magalhães, o qual enchia toda a "história da romântica brasileira, na poesia, no teatro, na filosofia e na célebre luta do indianismo, porque os seus companheiros e competidores [eram] do seu tamanho, senão menores do que ele".[38]

Todavia, apesar desse forte ataque ao romantismo, é em A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna que suas propostas de uma renovação na crítica ganharam maior dimensão e Romero dá os primeiros passos

---

34 O Rio de Janeiro, para Romero, era visto como a "velha inimiga".

35 ROMERO, S. apud MENDONÇA, C. S. de. *Sílvio Romero*, de Corpo Inteiro, p. 73.

36 É comum encontrar nos textos de Romero esse termo, "a romântica"; "a velha romântica brasileira".

37 ROMERO, S. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna [1880]. In: ____. *Literatura, História e Crítica*, p. 84.

38 Ibid., p. 80.

na busca por uma crítica moderna[39], inspirada nas ciências europeias. Na introdução dessa compilação de seus escritos, publicados na imprensa do Recife de 1872 a 1874, adverte que publicar um livro de crítica no Brasil não deixa de ser coisa perigosa, pois além da carência desse gênero no país, os nossos leitores "estão tranquilíssimos com tudo quanto os cerca, e repelem soberbamente aquilo que os possa perturbar". Em um país como o nosso, vislumbra ele, em que "não temos vida própria, que somos um dos povos mais deteriorados do globo",[40] uma espécie de "contrabandistas do pensamento, [...] só a crítica, a tão desdenhada crítica, nos pode preparar um futuro melhor".[41] E aos que questionam: "mas isto é escrever com paixão; é ser bilioso..."; responde: "a frase é da moda; mas não cheira bem"; e completa "sim, é escrever com paixão, a saber, com pureza e com verdade; é ser apaixonado, isto é, ter a nobreza das boas convicções e a fé dos bons estímulos".[42]

Defendia, desse modo, a necessidade de os escritores nacionais escreverem com paixão, pois, faltavam aos nossos homens de letras a "consciência" e a "dignidade" e escrever assim seria "chafurdar-se constantemente no pestilento pélago dos elogios metidos e das bajulações indecorosas",[43] seria ainda compartilhar dos velhos hábitos do Brasil. Para Romero, o sentimento de nacionalismo sustentado pelo indianismo, o velho lirismo, a retórica portuguesa, o sentimentalismo filosófico, o "afrancesamento", em suma, todas essas concepções românticas tinham que ser abandonadas para se forjar uma crítica moderna.[44] Essa paixão com que rebatia as proposições românticas, expressa em seus

---

39 Nesses primeiros trabalhos de Romero, a crítica é vista como um o sinônimo de método e, por vezes, de filosofia ou teoria do conhecimento. "Tanto, que não se considerava um 'crítico literário', mas um crítico em sentido amplo, abrangendo os mais variados setores". Cf.: CANDIDO, A. *O Método Crítico de Sílvio Romero* [1945]. São Paulo: Edusp, 1988, p. 53.

40 Sílvio Romero defende que uma das causas de nosso atraso seja o português. Para ele, o povo português pertencia a uma sub-raça branca, *grego-latina*, que estava bem longe de igualar-se à raça *germano-saxônica*, e nunca tinha sido fecunda e original. Cf. ROMERO, S. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna, p. 63.

41 ROMERO, S. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna, p. 39.

42 Ibid., p. 39-40.

43 Ibid., p. 40.

44 CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira e Literatura e Sociedade*; COUTINHO, A. *A Literatura no Brasil*; FRANÇA, J. M. C. *Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista*.

escritos, vale sublinhar, não era aceita por muitos editores da época, ou seja, vários jornais daquele tempo recusavam seus ensaios ou artigos por achá-los violentos demais. E Romero, com toda a sua apresentada "paixão" em mostrar uma verdade, via essas recusas como uma espécie de "ódio à crítica, oposição ao pensamento livre".[45] Sobre essa suposta dificuldade de se fazer crítica e de ser um crítico no Brasil, resume:

> quem ousa desafinar no meio do geral concerto, é apontado nada menos do que como "um invejoso das glórias alheias".
> A inveja vem a ser assim o incentivo que dirige o crítico no Brasil!...
> Em que vale, portanto, o sacrifício de proclamar a verdade a este povo, correndo o risco de ser apontado como o possuidor de um sentimento repugnante?
> Em nada.
> Resta, porém, sempre a consolação de haver contribuído com alguma coisa para derrocar o podre edifício de velhos erros, e limpar a atmosfera que nos sufoca.[46]

Pretendia esclarecer, desse modo, que a ciência de criticar neste país estava ainda "reduzida aos preceitos retóricos, às regrinhas do bom gosto do tempo da última Arcádia Ultramarina". O Brasil, para ele, nada tinha produzido em esfera alguma e "só a crítica implacável" poderia nos salvar, só "a crítica levada a todos os compartimentos de nossa ignorância é que nos há de antolhar um melhor ideal".[47] Depois de quatro séculos de contato com a civilização moderna, decreta ter chegado o momento "de olhar para trás a ver o que tem produzido de mais ou menos apreciável no terreno das ideias", ou seja, era o momento de preparar um balanço dos resultados obtidos em todos esses anos, para então traçar nosso devir histórico. Na concepção de Romero, portanto, os renovamentos dos ideais das nações "seguem-se sempre aos tempos

45 Cf.: RABELLO, S. *Itinerário de Sílvio Romero*, p. 54.
46 ROMERO, op. cit., p. 40. (grifos do autor).
47 ROMERO, S. A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna, p. 71.

de crise, em que a crítica depura a atmosfera intelectual, sufocando os germens parasitários, que ameaçavam destruir o organismo público".[48]

Depois desse nocivo "manifesto", Sílvio Romero percebeu que as portas dos círculos intelectuais da Corte, as quais haviam sido abertas com suas primeiras investidas nos jornais, dificilmente teriam o mesmo trânsito de antes, em razão do seu impetuoso temperamento, sempre cunhado em seus trabalhos. Sentiu, então, a necessidade de procurar bases mais sólidas do que o jornal para se firmar na "velha inimiga". E, nesse mesmo ano de 1880, foram reabertas as inscrições de um concurso para as cadeiras de Filosofia do Imperial Colégio de Pedro II. Seis meses antes, a propósito, o concurso tinha sido aberto e nove nomes concorreram à cadeira, sem que se chegasse a uma solução satisfatória. A comissão concluiu que nenhum dos candidatos tinha atingido o "grau de habilitação que os lugares exigiam".[49] Assim, teve início um novo concurso em fins de 1879 e Sílvio Romero não deixou essa oportunidade escapar. Em um processo ruidoso e polêmico, o estudioso classificou-se em primeiro lugar, com a tese Da Interpretação Filosófica na Evolução dos Fatos Históricos,[50] e assumiu a cadeira de Filosofia do notável Colégio. A banca examinadora proferiu, curiosamente, a seguinte ata:

> Os examinadores cumprem o dever de declarar que, para a classificação do Bacharel Sílvio Romero, atenderam aos seus incontestáveis talentos, lucidez de exposição e aptidão profissional sem investigar se a filosofia de Comte, da qual o candidato é ardente sectário, vai de encontro à unidade do plano de estudos deste Imperial Colégio, matéria esta que o Governo Imperial decidirá em sua sabedoria.[51]

Os examinadores haviam informado ao governo que o candidato apresentava os requisitos intelectuais para o exercício do cargo, no en-

48 Ibid., p. 103.
49 Cf. MENDONÇA, C, S. de. *Sílvio Romero*, de Corpo Inteiro, p, 106.
50 Essa tese foi publicada, em 1884, no livro de ensaios *Estudos de Literatura Contemporânea.*
51 MENDONÇA, op. cit., p. 112.

tanto, ressaltaram que Romero era "sectário" de Comte, o que poderia ir contra a "unidade de plano de estudos do colégio", em razão de as teorias positivistas estarem, por vezes, relacionadas ao pensamento antimonárquico e anticristão. Cabia ao Imperador, então, dar o aval sobre a nomeação de Sílvio Romero e, nesse processo, o depoimento do Barão de Tautphoeus, velho amigo de Romero e conselheiro de Pedro II sobre problemas relacionados ao ensino, foi de suma importância para a sua contratação.[52] Tempos depois da sua admissão, o seu amigo Arthur Guimarães nos conta que Romero era grato ao Barão e, principalmente, "ao imperador D. Pedro II, pela resistência às intrigas levantadas para não ser escolhido".[53]

A essa luz, vale lembrar o famigerado episódio da defesa de tese de Sílvio Romero na Faculdade de Direito do Recife, em 1875. De todos aqueles que dedicaram um estudo a Romero[54] não encontramos nenhum que deixasse de mencionar, nem que fosse um pequeno fragmento, o seu diálogo com a banca examinadora. A arguição começou, como nos conta Araripe Júnior, "sob os auspícios das doutrinas filosóficas de Cousin; e os lentes, de Charma em punho, buscavam amordaçar o doutorando com argumentos fariscados em B. Constant, Oudot, Taparelli, Bergier, Ortolan e tutti quanti".[55] Romero, então, ao ouvir essas primeiras objeções, não tardou em inflamar-se, especialmente depois das alusões do Dr. Antônio Coelho Rodrigues (1846-1912), presidente da banca e uma das figuras mais veementes daquela corporação, sobre a metafísica. Neste momento a discussão se acentuou:

> – Nisto não há metafísica, sr. doutor, há lógica.
> – A lógica não exclui a metafísica.
> – A metafísica não existe mais, sr. doutor. Si não sabia, saiba!

52 Cf. MENDONÇA, C, S. de. *Sílvio Romero*, de Corpo Inteiro; VENTURA, R. *Estilo Tropical.*

53 GUIMARÃES, A. *Sylvio Romero de Perfil*, p. 34.

54 Entre os principais estudos sobre Sílvio Romero podemos destacar: ARARIPE JÚNIOR, *Sílvio Romero Polemista*; GUIMARÃES, A. *Sylvio Romero de Perfil*; RABELLO, S. *Itinerário Sílvio Romero*; CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*; MENDONÇA, C. S. de. *Sílvio Romero*, de Corpo Inteiro; WEHLING, A. *Sílvio Romero e a Consciência Modernizadora no Brasil*; VENTURA, R. *Estilo Tropical*; entre outros.

55 ARARIPE JUNIOR, op. cit., p. 324.

– Não sabia...
– Pois vá estudar e aprender para saber que a metafísica está morta.
– Foi o sr. quem a matou?
– Foi o progresso, foi a civilização!

E Sílvio Romero, sem esperar mais nenhuma réplica do examinador, no calor da refrega, levantou-se e aos gritos concluiu: "– Não estou para aturar essa corja de ignorantes, que não sabem nada".[56] E passando aos mestres o "diploma de incompetência" e tachando-os, como ressalta Araripe Júnior, de espíritos "impregnados do almíscar seminarístico, Sílvio Romero prescindiu do capelo de doutor e, com o seu título de simples bacharel, penetrou na vida real".[57]

A metafísica, assim como a romântica, para a crítica cientificista emergente naquela época, eram vistas como os redutos mais resistentes a desmantelar, ou seja, eram os obstáculos mais difíceis a serem ultrapassados, em virtude de estarem muito arraigadas no pensamento brasileiro. A solução encontrada por Romero para driblar esse obstáculo foi decretar a morte dessas concepções, como declarou mais de uma vez em seus trabalhos, imbuído das ideias positivistas. Advertiu, tempos depois, que a metafísica não caiu morta pelas suas mãos, todavia, acerca do romantismo afirma, com orgulho, ter contribuído para a sua supressão da literatura brasileira. Romero não levava em conta, por ingenuidade ou não, que havia um movimento de ideias emergindo naquela época, cujos limites ultrapassavam os seus escritos, ou seja, o próprio movimento de ideias com o advento da ciência, que exigia uma objetividade de observação, contribuiu para enfraquecer os discursos metafísicos e românticos.[58]

Retomando a década de 80 do Oitocentos, dois anos depois da publicação de seu quarto e polêmico livro, veio a público O Naturalismo

[56] Cf. RABELLO, op. cit., p. 130-131.
[57] ARARIPE JÚNIOR. *Sílvio Romero Polemista*, p. 326.
[58] Cf. RABELLO, S. *Itinerário Sílvio Romero*, p. 59; ALONSO, A. *Ideias em Movimento*.

em Literatura (1882).[59] Este opúsculo, uma reunião de três importantes artigos de Sílvio Romero sobre o conceito de crítica, dois sobre Émile Zola (1840-1902) e um sobre Machado de Assis e Luiz Delfino (1834-1910), foi publicado pela Tipografia da Província de São Paulo, em uma edição denominada "Edição da Luta". Romero, com a mesma necessidade de se apresentar combativo e com uma definição mais consolidada da crítica, pretendeu, como o próprio título da edição sugere, reclamar o seu reconhecimento no cenário intelectual da época. Inicia esse opúsculo advertindo que o seu direito de ser o divulgador das novas ideias políticas, literárias e filosóficas correntes naquela época foi-lhe outorgado pelos ataques, insultos e pela "grita desordenada e infrene"[60] de seus adversários. Era tempo, continua o pensador sergipano, de defender o seu quinhão de insultos e descomposturas e lutar contra a prática de "espíritos pecos e vadios", os quais incumbem os outros de pensar para eles, apropriando-se do trabalho alheio e volvendo-se contra os legítimos batalhadores.[61]

Nesses artigos, como era de se esperar,[62] Romero lança-se com excessivo rigor sobre os dois literatos nacionais, Machado de Assis e Luiz Delfino (1834-1910). Segundo ele, a figura deste primeiro deveria ser combatida, pois ele era "um parasita, espécie de comensal zoológico, vivendo à custa de uma combinação do classicismo e do romantismo". Machado simbolizava naquele momento, adverte, "o nosso romantismo velho, caquético, opilado, sem ideias, sem vistas, lantejoulado de pequeninas frases, ensebadas fitas para efeito. [...] É um tipo morto antes do tempo na orientação nacional".[63] Com a mesma avidez, definiu Luiz Delfino como um autor sem obras, ou seja, não existiu, de acordo com Romero, um só pensamento, uma

59 Reunião de artigos publicados sobre Émile Zola, Machado de Assis e Luís Delfino, que mais tarde seriam publicados separadamente como capítulos do livro *Estudos de Literatura Contemporânea* (1885).

60 ROMERO, S. *O Naturalismo em Literatura*. São Paulo: Typografia da Província de São Paulo, 1882, (Edição da Luta), p. III.

61 Ibid., p. V.

62 Pouco tempo antes da publicação desta obra, pois, Machado de Assis havia lançado o artigo *A Nova Geração*.

63 ROMERO, S. *O Naturalismo em Literatura*, p. 38-39.

só tendência na literatura brasileira que Delfino tivesse sido autor: "É um gipsy literário. Deixemo-lo de lado".[64]

Justifica esse ataque às figuras de Machado e Delfino em razão de "diretores da inteligência brasileira" terem colocado esses dois homens de letras entre os nossos naturalistas. Para Romero, considerar naturalistas estes escritores de "ordem terciária" era um "nocivo e escandaloso erro" que deveria ser corrigido. E defendendo seu quinhão nesse meio, no qual ele se achava um desbravador, desabafa: "ora, Machado & Delfino, dois sobriquets da cauda romântica, dois infelizes desclassificados, erguidos agora em realistas...é demais!". Definirei o naturalismo, acrescenta Romero, "como o determinei desde 1869. A lei que rege a literatura é a mesma que dirige a história em geral: a evolução transformista".[65] E nessa luta pela afirmação de seu lugar naquela sociedade, Romero manifesta que se "há alguma coisa mais cruel do que a injustiça, é a ingratidão; [se] há alguma coisa mais detestável do que a insuficiência presunçosa, é a mentira letrada".[66]

Se é com fúria que ataca esses dois nomes do pensamento nacional, o mesmo não acontece no que diz respeito a Émile Zola. Nos artigos sobre o naturalista francês, Romero faz uma exposição do que seria a crítica moderna, elogiando e, ao mesmo tempo, censurando a teoria de Zola. A crítica moderna aparece, para o autor, como uma disciplina científica aplicável a todas as manifestações da humanidade, não se restringindo apenas à literatura, ou seja, o objeto da crítica é a "totalidade das criações da inteligência humana". Denominada de "crítica histórica", segundo Romero, por fazer uso do método histórico-comparativo, ela é constituída de seis elementos principais: a mesologia, com Gervinus, Buckle e Curtius; a etnologia, de Herder, Thierry e Renan; a fisiologia, com Taine e Zola; a psicologia, com Sainte-Beuve, Hermann Hettner e Karl Frenzel; as correntes e influências históricas, com Macaulay e Villemain; e o julgamento científico, "último e definitivo que ninguém formula melhor do que Edmond Scherer e Julian Schmidt". O historiador

64 Ibid., p. 50.
65 Ibid., p. 35.
66 Ibid., p. IV.

da literatura sergipano pressupunha que com esses dados "estudam-se os povos e os indivíduos, determinando nos primeiros a natureza de suas instituições e nos segundos a índole de suas criações".[67]

Entre esses nomes sublinhados por Romero, destaque especial merece Taine (1828-1893), o qual formulou, na sua Histoire de la Littérature Anglaise (1863), as bases da crítica naturalista. Declara que Taine "é o genuíno criador da crítica científica",[68] aquele que "contribuiu em França para matar o velho romantismo e espalhar o naturalismo".[69] Na concepção do pensador francês, a crítica naturalista tem a função de abordar o texto como reflexo das condições sociais e naturais e estabelecer, como critério de valor, a "correspondência entre ambos". As obras literárias são tomadas, portanto, como "documentos" que revelam a psicologia de um século ou raça, ao representar a sociedade e a natureza que as produzem. Essa concepção naturalista foi predominante na crítica literária brasileira do final do século XIX, sendo adotada, além de Romero, por homens como Araripe Júnior, José Veríssimo, Capistrano de Abreu (1853-1927) e Rocha Lima (1855-1878). Cada qual, vale pontuar, fazendo o uso que melhor convinha dessas teorias.[70]

Ainda sobre O Naturalismo em Literatura, o autor não se exime de definir o dever do crítico moderno como um julgador:

> Os fenômenos intelectuais não brotam da terra; irrompem dos cérebros; há homens representativos, que os encarnam e simbolizam, e esses homens devem ser julgados na medida de seus méritos. [...] O crítico deve ter bastante ciência e bastante coragem para distribuir os papeis e dar a palma a quem a merecer diante dos fatos e da verdade provada. Por isso que seu juízo é puramente objetivo; é uma conclusão da história e da luta das ideias.[71]

67 Cf. ROMERO, S. *O Naturalismo em Literatura*, p. 16-17.
68 Ibid., p. 14.
69 Ibid., p. 17.
70 VENTURA, R. *Estilo Tropical*, p. 87-88; CANDIDO, A. *O Método Crítico de Sílvio Romero*, p. 66-69.
71 ROMERO, op. cit., p. 20. (grifo nosso).

Para Romero, com sua visão de crítica como uma disciplina aplicável a todas as manifestações da humanidade, não bastava ao crítico afirmar um julgamento de valor estético; era preciso, como complemento, que ele afirmasse um julgamento de valor humano, social, pois, como a ciência, a arte tinha sentido na medida em que contribui para melhorar a sociedade. Defendia, desse modo, influenciado pelas ideias de Taine, o papel da ciência e da arte como armas de interferência na sociedade. A arte pela arte em literatura, nessa sua concepção, aparece como um "velho pecado romântico, é uma lepra que deve ser banida do nosso século de atividade", ou seja, a ciência pela ciência, assim como, a arte pela arte "são dois delírios pedantocráticos, nocivos e desprezíveis".[72]

Todos esses trabalhos supracitados são apresentados pelo próprio autor como sua fase pessimista, isto é, como anunciado no início do ensaio, Romero declara, na introdução da História da Literatura Brasileira, ter passado por três fases distintas até chegar à maturidade de sua reflexão sobre o país. E buscando uma trajetória intelectual coerente, apresenta esses primeiros tempos, portanto, como fases preparatórias rumo à realização de sua empreitada maior, ou seja, nesses primeiros estudos estariam os germens das ideias desenvolvidas por Romero na História... . Declara, inclusive, que esses escritos não devem ser tomados como uma contradição de sua obra, pois, "seus princípios dirigentes são os mesmos. Sua base filosófica, histórica, etnográfica, estética e crítica é

[72] ROMERO, S. *O Naturalismo em Literatura*, p. 28. Nessa época, vale ressaltar, havia uma grande discussão entre José Veríssimo e Sílvio Romero acerca dessa questão da arte pela arte. Um dos principais pontos da discórdia era que, enquanto para Romero a literatura era sinônimo de cultura, Veríssimo recorria às concepções estéticas e noções da retórica clássica para definir sua literatura, ou seja, Veríssimo via um "conceito estrito de literatura, como arte da palavra, distinto do de Romero que a tomava, em sentido amplo, como sinônimo de cultura" Cf. VENTURA, R. *Estilo Tropical*, p. 98-99. Sobre essa questão, ainda, José Veríssimo, na introdução de sua *História...*, afirma que "literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura". E, como uma espécie de resposta a concepção de Sílvio Romero, continua: "nem se me dá da pseudonovidade germânica que no vocábulo literatura compreende tudo o que se escreve num país, poesia lírica e economia política, romance e direito público, teatro e artigo de jornal e até o que se não escreve, discursos parlamentares, cantigas e histórias populares, enfim autores e obras de todo o gênero". Cf. VERÍSSIMO, J. *História da Literatura Brasileira* [1916]. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969, p. 10. Ver ainda: CANDIDO, A. *O Método Crítico de Sílvio Romero*, p. 68.

sempre idêntica".[73] Não há na sua obra capital, pode-se dizer, uma só afirmação de caráter teórico que não tenha sido feita antes. Era um hábito que nosso autor conservou até à morte; a repetição, a reafirmação.[74]

José Veríssimo, acerca dessa questão, declara, depreciativamente, que Romero teve, durante toda a sua vida, poucas ideias centrais. Sempre cantou a "mesma enfadonha cantiga", a saber: "Tobias, escola do Recife, prioridade de Pernambuco, mestiçagem, beletrística, cientificismo, critérios etnográficos, nacionalística, meio físico, classificações e categorias em barba".[75] "Há trinta anos o sr. Sílvio Romero refaz a mesma obra". E Romero, naquele bate e volta constante entre esses dois homens de letras,[76] especialmente da parte do nosso autor, respondeu, já no fim da vida, que "felizes, seja dito entre parênteses, os que se podem repetir".[77]

A História..., portanto, pode ser considerada a obra síntese de seu pensamento, onde colocou o essencial do que desejava dizer sobre a cultura e mesmo a sociedade do seu país. Entre as ideias centrais que perpassaram a obra de Sílvio Romero e se tornaram uma espécie de lugar-comum em seus escritos podemos destacar: primeiramente, a busca do espírito do povo brasileiro, seu alvo declarado durante toda a sua vida; a crítica naturalista; as teorias europeias em voga naquele tempo, especialmente o evolucionismo; o escritor nacional como um lutador; a mestiçagem; o ataque ao Romantismo; o ataque a Machado de Assis e ao seu grupo; a definição de literatura como manifestação da inteligência de um povo, abarcando todas as áreas do conhecimento; a defesa de seu nome no palco das letras, entre outras. Nos vinte anos anteriores à sua publicação, Romero organizou suas ideias e as foi aplicando a setores diversos da cultura nacional e, nos vinte e seis anos posteriores, apurou e desenvolveu as ideias estabelecidas em sua

73 ROMERO, op. cit., p. 35.

74 CANDIDO, op. cit., p. 71.

75 VERÍSSIMO, J. *O que é literatura?* E outros escritos [1907]. São Paulo: Landy Editora, 2001, p. 270.

76 A polêmica entre Sílvio Romero e José Veríssimo teve início com a defesa deste segundo das acusações feitas por Romero a Machado de Assis e só teve fim em 1909, quando Sílvio Romero desfechou contra José Veríssimo o violentíssimo ataque das *Zeverissimações Ineptas da Crítica*.

77 ROMERO, S. apud CANDIDO, A. Introdução. In: *Sílvio Romero*: teoria, crítica e história literária. Sel. e introd. Antonio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978, p. X.

obra capital, sem perder, contudo, vale destacar, ao longo dessa carreira literária, a combatividade.

Uma combatividade, a propósito, definida pelo próprio autor como uma predisposição de sua personalidade, ou seja, Romero, como vimos, ao longo de seus trabalhos, sempre teve a preocupação em edificar uma imagem de homem de letras combativo, de um temperamento belicoso. Em um de seus ímpetos autobiográficos, o crítico revela, no inquérito literário de João do Rio, O Momento Literário, que seu temperamento e sua personalidade foram definidos desde os seus cinco anos; "sou hoje o que era aos cincos anos de idade".78 Esclarece que sua infância foi marcada por duas das mais terríveis epidemias que devastaram o Brasil no século XIX e as vê como acontecimentos que marcaram profundamente sua formação.

A primeira epidemia, como nos conta Romero, data do ano de seu nascimento, 1851; uma epidemia de febre amarela que atacou a vila de Lagarto e o obrigou a ser transportado para o engenho de seus avós. Romero lembra com saudades desses tempos do engenho Moreira, os quais, segundo ele, definiram "tudo o que [sentia] do povo brasileiro", todo seu "brasileirismo" e todo seu "nativismo".79 A outra epidemia, de 1856, o levou a sair do engenho de seus avós e a voltar para a vila de Lagarto, onde nasceu. Relata que esses tempos foram de muito sofrimento, tanto pela devastação enorme dessa epidemia de cólera, que levou sua irmã e sua mãe, quanto pelo fato de ele ter se tornado um estranho em sua casa – havia sido criado no engenho até os cinco anos de idade. Essa infância dividida entre o engenho e a vila de Lagarto, de acordo com o próprio Romero, explica em grande parte toda a sua vida e sua obra. E, assim, decreta:

> Eu, criado fora até aos cinco anos, era, no princípio, como estranho aos meus irmãos mais velhos, que me faziam troças e me maltratavam muitas vezes, com essa malignidade própria dos meninos. Daí, um estado d'alma que se me produziu e ainda

78 RIO, J. do. *O Momento Literário*, p. 37.
79 Ibid., p. 39. (grifo do autor).

> hoje perdura, digo-o à puridade, quer me acredite, quer não. Habituei-me cedo a ser paciente, sofredor, ao mesmo tempo desconfiado, suspicaz, talvez, e, ainda por cima, resistente, belicoso.[80]

E foi com esse espírito desconfiado e belicoso que Sílvio Romero se lançou na vida intelectual. Araripe Júnior, oportunamente, naquele que é reconhecido como o melhor estudo até hoje escrito sobre ele, Sílvio Romero Polemista, conjectura, dez anos depois da publicação da História da Literatura Brasileira, que Romero, por possuir um temperamento forte e vibrante, "fatalmente [viveria] encarcerado na sua índole de polemista",[81] ou, como dirão outros estudiosos, encarcerado no seu "ritmo de turbilhão" ou no seu "estilo tropical".[82] Essas são leituras, uma coetânea e as outras duas a posteriori, que Sílvio Romero sempre fez questão de acentuar em seus trabalhos e que seus contemporâneos e estudiosos posteriores também compartilharam.

Essa necessidade de lutar, resguardar seus princípios e reagir a qualquer ameaça, para finalizar, foi fomentada, por vezes, por um sentimento de perseguição. Sílvio Romero, em seus trabalhos, sempre buscou dar a entender a existência de uma espécie de perseguição à sua obra e à sua pessoa por parte de alguns escritores nacionais. Na História da Literatura Brasileira, por exemplo, destaca que as "calúnias, injúrias e descomposturas, que lhe começaram a atirar desde que pela vez primeira, em princípios de 1870, na Crença do Recife, publicou um artigo de crítica".[83] Anos antes, em O Naturalismo em Literatura, reclamava que "não é debalde que se é atacado, repelido, vilipendiado, e, pelo que me toca, estou sempre disposto a reclamar o meu quinhão de

[80] RIO, J. do. *O Momento Literário*, p. 41.

[81] ARARIPE JÚNIOR. Sílvio Romero Polemista, p. 340.

[82] Antonio Candido, um dos maiores estudiosos de Sílvio Romero, na introdução da antologia de textos de nosso autor, afirma que a obra de Romero se assemelhava a um turbilhão e, nesse sentido, declara que o que pretende compreender é o ritmo de turbilhão do pensador sergipano. Roberto Ventura, igualmente, outro estudioso do autor, vai definir a capacidade de Romero de polemizar com tudo e com todos de "estilo tropical". Cf. CANDIDO, A. *Sílvio Romero*: teoria, crítica e história literária; VENTURA, R. *Estilo Tropical*.

[83] ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira*, p. 33.

insultos, de motejos, de descomposturas...".[84] Em Minhas Contradições, seu último trabalho, declara que esse livro era um "desabafo justíssimo de um homem sempre molestado pelas molecagens de zoilos perversos ou impertinentes".[85]

Mania de perseguição que se explica, de certa forma, pela necessidade que Romero tinha de sempre colocar em pauta o seu nome. José Veríssimo, inclusive, chegou mesmo a falar em uma espécie de "masturbação intelectual", pois nunca conheceu nenhum autor que se tenha citado tanto: "dificilmente se lhe encontrará uma página em que Sílvio Romero não cite a Sílvio Romero".[86] Do mesmo modo, Rangel S. Paio (1838-1893), contemporâneo na Faculdade de Direito do Recife, relembra o gosto que Romero tinha em mostrar-se nos dias de sabatina aos colegas e aos mestres, gerando uma enorme antipatia entre seus colegas.[87] Sílvio Romero, ao que tudo indica, não continha sua vaidade, ainda que não admitisse tê-la, e nem renunciava aos prazeres de falar de si a qualquer propósito. Poderíamos citar, nesse estudo, um sem-número dessas passagens, mas fica aqui um extrato da História da Literatura Brasileira, em que apresenta a "Escola do Recife":

> Nos sucessos que vou narrar pode ser que entre os nomes dos obreiros, que então tanto trabalharam por dar lustre a este país, haja uma vez por outra de aparecer o meu censurado nome.
> Podê-lo-ia calar, mas não o farei, não por vaidade, que não tenho, sim em resposta indispensável a uma crítica que me não dá tréguas, que se gloria de atacar-me.
> O ódio que me vota é em grande parte oriundo da justiça que tenho ousado fazer a ilustres escritores das províncias que ela, a crítica mesquinha, quisera sempre conservar em completa obscuridade, e não pôde; porque eu não deixei!...[88]

84 ROMERO, S. *O Naturalismo em Literatura*, p. III.
85 ROMERO, S. *Minhas Contradições*, p. 7.
86 Ibid., p. 241.
87 Cf. PAIO, R. S. apud RABELLO, S. *Itinerário de Sílvio Romero*, p. 53.
88 ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira*, p. 1182.

Terminada essa breve apresentação das impressões de Sílvio Romero sobre sua própria obra, seu tempo, seu modo de escrita e o papel que atribuiu ao conhecimento, cumpre, pois, mais uma vez, mencionar que o ímpeto autobiográfico, a disputa e a afirmação sempre fizeram parte do repertório romeriano e ajudaram a modelar, em grande parte, a sua ideia de Brasil e de cultura nacional. No afã de construir uma narrativa de si coerente e escrever com a pena da luta, para a afirmação de seus princípios, de seu nome na intelectualidade brasileira e de seu país, o pensador sergipano concebeu uma obra que se tornou referência para pensar o Brasil, a sociedade brasileira e, especialmente, as idiossincrasias do pensamento do final do século XIX. Uma obra, em suma, que ajudou a consolidar um lugar para a literatura e para a crítica literária na afirmação do que era e veio a ser o Brasil e o seu povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. *Ideia em Movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARARIPE JÚNIOR. Sílvio Romero Polemista. In: *Araripe Júnior*: teoria, crítica e história. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

BEVILÁQUA, C. *Épocas e Individualidades* – estudos literários. 2. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1888, p. 143.

CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira*: momentos decisivos [1959]. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

_____. Introdução. In: *Sílvio Romero*: teoria, crítica e história literária. Sel. e introd. Antonio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

_____. *Literatura e Sociedade* [1965]. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. *O Método Crítico de Sílvio Romero* [1945]. São Paulo: Edusp, 1988.

COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos [1979]. 7. Ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

COUTINHO, A. A Literatura no Brasil. [1955]. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana S. A., 1969.

FRANÇA, J. M. C. Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

GUIMARÃES, A. Sylvio Romero de Perfil. Porto: Typ. de Arthur José de Souza, 1915.

HOLANDA, S. B. de. (dir.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Do Império à República. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. 5, 1972.

LIMA, L. C. Júbilos e misérias do pequeno eu. In: ____. Sociedade e discurso ficcional. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MACHADO DE ASSIS, J. M. A Nova Geração [1879]. In: _____. Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955, v. 29.

_____. Instinto de Nacionalidade [1873]. In: ____. Obras Completas de Machado de Assis. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira Ltda, 1955, v. 29.

MENDONÇA, C. S. de. Sílvio Romero, de Corpo Inteiro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

MOTA, M. A. R. Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil na virada do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PRISCO, F. José Veríssimo: sua vida e suas obras. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1937.

RABELLO, S. Itinerário Sílvio Romero. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944. (Coleção Documentos Brasileiros, 43).

RIO, J. do. Momento Literário. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d [1906?].

ROMERO, N. A história da literatura brasileira na terceira edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944.

ROMERO, S. Autores Brasileiros. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002, (edição comemorativa).

_____. Estudos de Literatura Contemporânea. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. História da Literatura Brasileira [1888]. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, 5 v.

_____. Literatura, História e Crítica. Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (edição comemorativa).

_____. O Naturalismo em Literatura. São Paulo: Typ. da Província de São Paulo, 1882. (Edição da Luta).

VENTURA, R. Estilo Tropical: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, J. História da Literatura Brasileira [1916]. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

_____. O que é literatura? E outros escritos [1907]. São Paulo: Landy Editora, 2001.

WEHLING, A. Sílvio Romero e a Consciência Modernizadora no Brasil. 1979. 330 f. Tese (Livre-Docência em História Ibérica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Artigo recebido em 28 de março de 2012.

Aprovado em 20 de abril de 2012

EPIFÂNIO DÓRIA E O IHGSE: 64 anos de contribuição para a preservação do patrimônio documental e da memória sergipana e nacional*

Lorena de Oliveira Souza Campello**

RESUMO

O compromisso com a preservação do patrimônio documental nacional é tradição dos Institutos Históricos e Geográficos brasileiros. A criação e a manutenção de tais instituições estão fortemente vinculadas à ação de determinados atores sociais, que forneceram das mais valiosas contribuições à esses espaços da intelectualidade dos séculos XIX e XX. Em meio às comemorações do centenário do IHGSE, o artigo apresentado objetiva analisar a contribuição dada por um de seus sócios efetivos e secretário perpétuo - Epifânio da Fonseca Dória e Menezes - na construção do IHGSE, como espaço de preservação do patrimônio documental e da memória.

Palavras-chave: IHGSE, Epifânio Dória, Patrimônio Documental.

ABSTRACT

The compromise with the preservation of the national documentary heritage is tradition of the Historical and Geographical Brazilian institutes. The creation and maintenance of such institutions are strongly linked to the action of certain social actors, who provided the most valuable contributions to these spaces of the intellectuality of the nineteenth and twentieth centuries. Amid the celebrations of the centenary of IHGSE, the paper presented aims to analyze the contribution made by one of its partners effective and perpetual secretary – Epifânio da Fonseca Dória e Menezes – in the construction of IHGSE, as a space for the preservation of documentary heritage and memory.

Keywords: IHGSE, Epifânio Dória, documentary heritage.

* O texto apresentado faz parte da pesquisa de doutoramento "O Arquivo pessoal de Epifânio Dória: por uma abordagem arquivística", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social, da USP, sob a orientação da profª Dr. Ana Maria de Almeida Camargo. Os resultados discutidos nesse artigo são provenientes de pesquisa financiada pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social, da USP. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Prodema/UFS. E-mail: loracampello@yahoo.com.br ou lorenacampello@usp.br.

INTRODUÇÃO

A iniciativa de preservar o patrimônio documental nacional é tradição dos Institutos Históricos e Geográficos brasileiros. Tais instituições foram pioneiras na coleta e sistematização da documentação histórica, no levantamento e estudo geográficos, etnográficos e linguísticos do Brasil e de seus Estados. Com o tempo passaram a custodiar arquivos pessoais de intelectuais, que de alguma forma contribuíram para a formação desses espaços[1]. Nesse contexto foi criado em 1912, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE[2]), com a finalidade primeira de verificar, coligir, arquivar e publicar os documentos, memórias e crônicas relativas às datas históricas, à distribuição geográfica, ao folclore, Entre outros.

O que não podemos esquecer é que a criação e a manutenção de tais instituições estão fortemente vinculadas à ação de determinados atores sociais, que de uma forma ou de outra, deram contribuições valiosas a esses espaços da intelectualidade dos séculos XIX e XX.

Com as comemorações do centenário do IHGSE, o artigo apresentado tem como objetivo analisar a contribuição dada por um de seus sócios efetivos e secretário perpétuo - Epifânio da Fonseca Dória e Menezes - na construção do IHGSE, como espaço de preservação do patrimônio documental e da memória.

É nosso propósito discutir de forma imbricada; as características das primeiras fases da "Casa de Sergipe"; o contexto histórico, social e intelectual do período; e a vida e atuação de Epifânio Dória para a preservação do patrimônio documental brasileiro e sergipano, assim como da nossa memória, através das suas ações em prol do IHGSE.

A pesquisa apresentada contou com o incessante uso da quase centenária Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe[3].

---

1 É o caso do arquivo pessoal de Epifânio Dória, custodiado pelo IHGSE.

2 Até 2007 usava-se a sigla IHGS para referir-se ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. No entanto, devido à existência do Instituto Histórico e Geográfico de Santos (IHGS), optou-se pela mudança da sigla para IHGSE. Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. Relatório Anual de 2007. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: IHGSE, nº. 37, 2008. p. 282.

3 Publicada desde 1913. Gostaria de agradecer ao Presidente do IHGSE, Samuel de Albuquerque, que nos cedeu de forma generosa os arquivos da revista.

Percorrendo seus 41 números, tivemos acesso a textos produzidos por seus sócios, discursos proferidos (em especial, os de despedida e posse da presidência), Atas de sessões do IHGSE e relatórios anuais de seus presidentes (as). Seus conteúdos nos deram notícia sobre o caminhar administrativo da instituição, suas ações e sua sobrevivência. Através desses conteúdos, pudemos percorrer as mudanças e permanências administrativas do Instituto, bem como as alterações no funcionamento dos espaços existentes na instituição.

A Revista do IHGSE também nos forneceu rico material produzido por Epifânio Dória. Textos que foram publicados durante os 64 anos em que Dória permaneceu ligado ao Instituto. Foram dezenas de textos, dentre eles: textos biográficos, textos históricos, crônicas poéticas, apresentações da revista, esclarecimentos, notas de falecimentos, etc.

Além da Revista do IHGSE, buscamos outros periódicos em que Epifânio Dória contribuiu com seus escritos, como a Revista de Aracaju e a Revista da Associação Sergipana de Imprensa. Fizemos uso de relatórios administrativos e de gestão da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe, quando este foi seu diretor; assim como de discursos de Dória publicados pela Imprensa Oficial, de quando este foi Secretário da Fazenda do Estado. Sabemos que há publicações suas espalhadas em outros periódicos, inclusive jornais sergipanos[4], mas não conseguimos dar conta de toda a sua produção. Porém, esperamos ter tempo para tal empreitada. Nesse artigo faremos uso do que até aqui angariamos.

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE: 100 ANOS COMO GUARDIÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E DA MEMÓRIA.

Foi dentro do contexto de criação de diversos Institutos Históricos e Geográficos no país, que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

[4] Epifânio Dória colaborou com os jornais: Correio de Aracaju, Jornal do Povo, Sergipe Jornal, Jornal da Manhã e Diário de Sergipe.

(IHGSE) nasceu. Vale lembrar que o período de fundação dessas instituições culturais no Brasil, data de 1838, quando da criação do pioneiro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O IHGB foi criado nos moldes de uma academia e tinha como projeto, traçar a gênese da nacionalidade brasileira inserida numa tradição de civilização e progresso, na tentativa de integrar o velho e o novo, de modo que as rupturas fossem evitadas.[5]

Segundo Cristiane Vitório, do século dezenove até as primeiras décadas do século seguinte, seguiu-se a montagem de uma rede de instituições de saber no Brasil, necessárias à institucionalização da atividade intelectual brasileira, que inserisse o país na esteira dos povos modernos e civilizados, e para garantir critérios de legitimação das nossas práticas culturais.[6]

Com a fundação do IHGB, pulularam instituições semelhantes em todo o país, acompanhando a trajetória do Primeiro e do Segundo Reinado e da Primeira República. Um dos objetivos do IHGB era a integração das diferentes regiões do Brasil, a partir do estímulo da criação dessas instituições nas províncias (e posteriormente nos estados brasileiros), com o intuito de angariar informações acerca das diversas regiões do país. O objetivo final era integrá-las ao "projeto centralizador do Estado, [...] criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira"[7].

Concebido já na fase republicana brasileira, o IHGSE foi fundado em 1912; período conturbado pela batalha ideológica, política e simbólica em torno da imagem do novo regime e pelo imaginário popular republicano, assim como marcado pela busca de uma identidade coletiva para o país e de uma base para a construção da nação[8]. O IHGSE buscou cumprir com tal tarefa.

---

5 GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº.1, p. 5-27, 1988. p. 7-8.

6 SOUZA, Cristiane Vitório. A "República das Letras" em Sergipe (1889-1930). *Revista de Aracaju*. Aracaju: Funcaju. ano LIX, nº. 9, p. 189-208, 2002. p. 190.

7 GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado, op. cit., p. 8.

8 Sobre o tema ler: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas:* o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia dos Livros, 1990.

Em artigo publicado por Epifânio Dória sobre a Biblioteca Pública Provincial de Sergipe, o historiador exalta a proclamação da República e a destruição dos entraves administrativos herdados do Império. Sobre a biblioteca escreve[9]: "De 1880 a 1889 passou a biblioteca uma existência vegetativa, arrastando uma vida obscura e ignorada, entregue ao maior menosprezo. Veio então a República e com ela uma larga porção de sangue novo na circulação administrativa do país"[10].

Os construtores da "Casa de Sergipe" perseguiram a construção de um discurso identitário fortalecedor do elemento regional. No entender de Itamar Freitas, esses homens buscaram construir um projeto republicano, dentro da proposta de reafirmação da identidade dos pequenos Estados no bojo da experiência federativa.[11] Nos dizeres de Dória: "Essa mística de Sergipe que se desdobrava na mística do Brasil"[12].

Ainda na análise de Freitas, essas características próprias imprimiram a mais estreita relação da história do próprio grêmio com a sociedade local. "Sua função social mais significativa: "ser a voz dos sergipanos", traduzir os "sentimentos" destes nos diferentes momentos de sua experiência como "povo" autônomo na construção da representação chamada Sergipe"[13].

Para além desse papel, um dos maiores objetivos da instituição era o progresso intelectual de Sergipe, que não possuía nenhum centro de intelectualidade até o momento. A existência de uma associação científica que viesse apontar e distinguir seus grandes pensadores tornava-se urgente. Em discurso de fundação do IHGSE, Florentino Telles de

9 Optamos por reproduzir as citações com a grafia atual.

10 DÓRIA, Epifânio da Fonseca. A biblioteca provincial de Sergipe: elementos para a sua história. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, vol. 11, nº. 16, p. 78-85, 1942. p. 89.

11 FREITAS, Itamar. *A escrita da História na "Casa de Sergipe"*: 1913-1999. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002. p. 15-16.

12 DÓRIA, Epifânio da Fonseca. Discurso proferido por Epifânio da Fonseca Dória, na cidade de Laranjeiras, a 29 de dezembro de 1943, por ocasião da romaria promovida pelo Instituto Histórico à casa onde nasceu o general Aristides Arminio Guaraná. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, vol. 14, nº. 19, p. 5-11, 1948. p. 11.

13 FREITAS, Itamar, op. cit., p. 16.

Menezes[14] refere-se ao Instituto como um projeto que visava sobretudo o futuro e o engrandecimento do país; demonstrando assim o espírito elevado dos homens sergipanos.[15]

Atrelada ao governo estadual, a instituição nasceu com o apoio e o consentimento do então presidente do Estado, o general José Siqueira de Menezes[16], que foi apreciado com o título de presidente honorário[17] do IHGSE. Para além dessa relação, o estatuto fundador da instituição trazia no Capítulo VI, o artigo 33, que versava sobre o "subsídio dado pelo Poder Legislativo".[18]

Tal qual o IHGB e todos os demais institutos, o IHGSE era composto pela elite intelectual do seu Estado. Indivíduos selecionados e eleitos a partir de relações sociais. Os que estavam presentes na solenidade de fundação do IHGSE faziam parte da "boa sociedade" sergipana.

Analisando as práticas vigentes na "República das Letras" sergipana, Cristiane Vitório conclui que o recrutamento desses indivíduos se dava através do critério de proeminência social, de pronunciamentos de discursos e conferências, de elogios mútuos e do mecenato; e que foram essenciais para a consolidação do campo intelectual local[19].

O uso da tradição como fornecedora de energia na marcha para um futuro desconhecido, era um dos ideários dos fundadores da "Casa de Sergipe". Para estes homens, o passado estaria carregado de energia

[14] Médico sergipano, nasceu em 17 de setembro de 1845 em Estância/SE. Filho do major Florentino Telles de Menezes e Leonor Bernardina Xavier de Menezes, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1869 defendendo a tese "Do infanticídio sob o ponto de vista médico-legal". A fundação do IHGSE foi resultado de sua persistência e do seu trabalho. Faleceu em 12 de abril de 1886, em Florianópolis/SC , com 41 anos.

[15] Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: IHGS, vol. 1, nº. 1, 1913.

[16] Nasceu na cidade de S. Cristóvão em 7 de dezembro de 1852. Seguiu carreira militar e foi eleito presidente de Sergipe, assumindo o governo em 24 de outubro de 1911 e nele esteve até 29 de julho de 1914. Na sua gestão além de outros melhoramentos dotou a capital de luz elétrica e esgotos. Deixando o governo foi eleito senador federal, em 1915, mandato que exerceu durante 9 anos até 31 de dezembro de 1923. Cf. Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano de Armindo Guaraná.

[17] No Capítulo II, art. 7, do estatuto do IHGSE, assinalava que seriam sócios honorários as pessoas de saber e distinta representação, ou os que publicassem obras sobre os parágrafos 1 e 2 do art. 1, que versava sobre as finalidades do instituto. Cf. Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: IHGS, vol. 1, nº. 1, p. 16-23, 1913. p. 18.

[18] Ibidem, p. 21.

[19] SOUZA, Cristiane Vitório, op. cit., p. 205.

fortalecedora para o homem do presente. Jazia em tal pensamento, o importante e crucial papel da História e da Geografia para a humanidade, sendo o primeiro uma espécie de escada usada pelos povos para sua acensão e o segundo tendo importância quando o mundo mostra-se cada vez menor[20].

Florentino Telles afirma: "Não temos um Instituto que guarde as nossas tradições e elas se extinguem por si ou são destruídas pela ação do tempo, que tudo aniquila. As tradições são a alma dos povos e nós devemos guardá-las como o legado mais precioso que nos deixaram nossos antepassados".[21]

Para Epifânio Dória, a história era alimentada pelos detalhes, minúcias, fatos mínimos e acontecimentos desse passado. A escrita de uma história positivista é facilmente percebida nos seus textos, onde o culto ao passado, com suas glórias e seus heróis, são convocados como fundamentais para a criação da identidade da nação.[22]

Com isso, caberia ao IHGSE, a seleção, a recolha e a guarda dessas tradições. Legado do passado, da tradição e da história de um povo, é por assim dizer selecionada pela classe social mais estruturada economicamente e intelectualmente.

Nesse aspecto – o da preservação documental e da memória – a atuação dos setores dominantes é indiscutível. Estes ditavam regras de quais bens deveriam ser preservados, editados e divulgados, ou esquecidos.[23]

Para concretizar tais objetivos, o IHGSE nasceu com as finalidades de:

> § 1º Verificar, coligir e arquivar e publicar os documentos, memórias e crônicas relativas às datas históricas, à distribuição geográfica, as curiosidades arqueológicas, ao folclore, à etnografia e

[20] Cf. discurso de Florentino Telles por ocasião da fundação do IHGSE, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: IHGS, vol. 1, nº.1, p. 9-12, 1913. p. 11. Ainda sobre o tema, ler o capítulo "A escrita da história na "Casa de Sergipe", em livro do mesmo nome.

[21] Idem.

[22] Cf. DÓRIA, Epifânio da Fonseca, op. cit., passim.; e DÓRIA, Epifânio da Fonseca. Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, vol. 13, nº. 18, p. 68-76, 1945.

[23] MENDES, André Oliva Teixeira. Os documentos interessantes e o Arquivo do Estado. *Histórica* – Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, nº. 43, 2010. p. 5.

> línguas dos indígenas a tudo que possa concorrer para a História do Brasil e especialmente de Sergipe,
>
> § 2º Escrever biografias de nacionais e estrangeiros, que se assinalaram por serviços prestados a Sergipe,
>
> § 3º Corresponder-se com as Academias e Sociedades literárias e científicas, quer do pais, quer do estrangeiro,
>
> § 4º Publicar trimensalmente uma Revista, sob o título "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, contendo às Atas das sessões, discursos, nomes dos sócios admitidos e trabalhos literários referentes aos fins do Instituto,
>
> § 5º Organizar um museu de História, - arqueologia, artes, usos e costumes dos indígenas, bem como objetos que tenham pertencido aos homens mais notáveis do Brasil,
>
> § 6º Organizar uma biblioteca.[24]

No Parágrafo primeiro, os verbos verificar, coligir, arquivar e publicar, estão relacionados a documentos, memórias e crônicas de interesses para Sergipe. As ações acima remetem às principais funções dos meios institucionais de custódia e disseminação.

Assim como os demais Institutos Históricos e Geográficos nacionais, o IHGSE nasceu como um meio institucional de custódia e disseminação mista, no âmbito dos espaços de preservação documental, tal quais: arquivo, biblioteca, e museu.

Como vimos, eram finalidades do IHGSE, a organização de um museu e de uma biblioteca. Temos nesse espaço, uma grande potencialidade rumo a diversificação do seu acervo, assim como o tratamento a que o submeteria. Com relação ao espaço de arquivo, o IHGSE fez a recolha de alguns arquivos pessoais[25] ao longo dos

[24] Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: IHGS, vol. 1, nº 1, p. 16-23, 1913. p. 16-17.

[25] São eles: Fundo Armindo Guaraná (FAG), doado em 1950; Fundo Epifânio Dória (FED), doado em 2009; Fundo General Lobo (FGL), sem informação de doação; Fundo Fernando Porto (FFP), doado em vida; Fundo Ivo do Prado (FIP), sem informação de doação; Fundo João Reis (FJR), sem informação de doação; Fundo Urbano Neto (FUN), sem informação de doação; Fundo Padre Aurélio (FPA), sem informação de doação; Fundo José Calazans (FJC), sem informação de doação. Maiores informações podem ser consultadas no site do IHGSE: *www.ihgse.org.br*.

anos. Resta perguntar-nos se havia potencial humano e financeiro para concretizar tal empreitada.

O IHGSE não nasceu com esse potencial. Nasceu sem morada própria e dependia, basicamente, das inscrições e mensalidades dos consórcios, de donativos e de subsídios do poder legislativo e do Estado.[26]

As primeiras décadas do funcionamento do Instituto não proporcionaram maiores atuações com relação ao acervo que foi sendo recebido e acumulado pela instituição. Ademais, o IHGSE não possuía sede própria para alocar todo esse material. Enfim, foi um período de recolha de documentos e de acumulação do seu acervo.

Com a fundação do edifício próprio, em 1939, seus membros tiveram a oportunidade de acondicionar o acervo do IHGSE nos padrões conhecidos da época.

Com a década de 1960 e o impulso do curso de História, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), ocorreu um movimento preservacionista em torno do patrimônio arquivístico sergipano. Esse movimento exigiu do IHGSE uma mudança de postura significativa com relação ao seu acervo. Passou-se a cobrar ações mais efetivas com relação à preservação, à conservação, o tratamento e a difusão deste. No entanto, no que se refere à difusão, pouco se fez de efetivo até o início do século XXI. A ausência dos tão importantes instrumentos de pesquisa é notória nos relatórios apresentados.[27]

A dificuldade em angariar fundos para a manutenção e a realização de trabalhos importantes na instituição, foi realidade durante todas essas décadas. A falta de recursos no Instituto fazia com que seus presidentes e a equipe diretiva perdessem um longo tempo na tentativa de conseguir verbas e apoios para manutenção da casa, remuneração

[26] Ver Estatutos do IHGSE publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: IHGS, vol.1, nº 1, 1913. p. 17-21 e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe, vol. III, nº.7, p. 125-132, 1917.

[27] CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. A contribuição do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe como espaço de preservação do patrimônio documental nacional e sergipano. In: *Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp*, 7., 2012, Campinas. Anais... Campinas: Unicamp, 2012.

de funcionários, aquisição de mobiliários adequados, contratação de serviços técnicos especializados, compra de materiais adequados para o acondicionamento da documentação, entre outros.

EPIFÂNIO DÓRIA: 64 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO AO IHGSE

Buscaremos neste momento do artigo entrelaçar a história de vida de Epifânio Dória, o contexto histórico e intelectual da época tratada, e a contribuição dada por este importante personagem da intelectualidade sergipana à "Casa de Sergipe", durante os 64 anos em que esteve vinculado ao Instituto. Dória aparece como sócio efetivo[28] do IHGSE no ano de sua fundação. Forneceu sua contribuição ao instituto até 1976, quando veio a falecer.

Nascido em 1884, Epifânio da Fonseca Dória e Menezes vivenciou a proclamação da República, acompanhando sua instalação e consolidação ao longo dos anos. Assunto e ideário presente em muito dos seus textos.

Originário do sertão sergipano, nasceu em Campos, atual Tobias Barreto. Apesar de seus pais - José Narciso Chaves de Menezes e Josefa da Fonseca Dória e Menezes - serem proprietários de terra, não conseguiu alcançar formação superior como tantos outros filhos da sociedade sergipana, que na época buscavam formação nos principais centros urbanos do país e em alguns países europeus.

As secas de 1877, 1887 e 1898 que assolaram o nordeste, afetaram profundamente os negócios de sua família e, consequentemente, sua trajetória intelectual e de vida. Assim sendo, frequentou algumas escolas e professores particulares. O suficiente para concluir apenas o curso primário e ser alfabetizado.

Ingressou no mundo do trabalho através de atividades no comércio, na vila de Boquim. No entanto, aos 20 anos de idade, ocupou cargos

[28] O sócio efetivo deveria residir no Estado e ser indicado, através de carta, por um ou mais sócios. A profissão e os títulos do indivíduo indicado deveriam ser citados no documento. A admissão era feita através de escrutínio secreto em sessão do instituto. Ver: Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: IHGS, vol. 1, nº 1, p. 16-23, 1913. p. 17.

públicos como o de 3º Suplente do Juízo Municipal da vila de Boquim (1904), assumindo exercício pleno devido a ausência dos imediatos; e o de Secretário da Intendência de Boquim[29] (1904).

Em 1907, viveu muitas mudanças e exerceu vários cargos públicos e experiências intelectuais entre as vilas de Boquim e de Maruim, assumindo o cargo de Adjunto de Promotor da comarca de Maruim e organizando o arquivo e a biblioteca do Gabinete de Leitura da mesma comarca.

Já em Aracaju, em 1908, foi nomeado amanuense[30] da 2ª secção da Secretaria do Governo, sendo nomeado cinco meses depois bibliotecário da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe.[31] Em 1913, aos 29 anos, foi nomeado diretor dessa instituição.

Em cinco anos galgou espaço merecido na Biblioteca Pública e através de seus relatórios de gestão neste órgão podemos perceber e nos encantar com a paixão, dedicação, afinco e profissionalismo que Dória encarava a função.

No primeiro relatório de gestão apresentado ao governador do Estado - general José de Siqueira Menezes - Epifânio Dória mostra um olhar apurado e com preocupações à frente do seu tempo, ao reforçar a importância e o papel dos centros e instituições culturais e de proteção ao patrimônio documental, rogando pela necessidade da criação de um Arquivo Público e de um Instituto Histórico e Geográfico no Estado. Chamemos suas palavras:

> Como a reorganização da biblioteca, a criação de um arquivo público é uma necessidade que vem se tornando imperiosa,

[29] Além de fontes primárias consultadas, as informações sobre a história de vida de Epifânio Dória foram extraídas de textos e monografias, a saber: DANTAS, Ibarê. Prefácio. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, vol. I, p. 20-21 , 2009. SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. *Epifânio Dória e a intelligentsia sergipana*. Aracaju/SE, 2009. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Tiradentes. MENEZES, José Francisco. Cronologia de Epifânio Dória. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, vol. I, p. 581-587, 2009.

[30] Escriturário de repartição pública ou estatal, que registra ou copia documentos manualmente.

[31] Até 7 de outubro de 1913 não existia o cargo de diretor na Biblioteca Pública do Estado. Muito provavelmente e pelo que as fontes atestam, a direção da instituição estava sob responsabilidade do bibliotecário da mesma. Em relatório de gestão de 1912, Epifânio Dória assina como bibliotecário.

> desde muito, em Sergipe. Todos os nossos documentos, mesmo os mais interessantes à nossa integridade territorial, andam esparsos por aí afora, entregues ao mais completo abandono. […] Nos outros Estados, além da iniciativa dos governos, existe a iniciativa particular: os institutos históricos, ao passo que em Sergipe nada disso há.[32]

O estudioso atenta para a importância da recolha dos documentos existentes nos cartórios das vilas do Estado. Única saída e forma de preservar a documentação produzida por esses lugares, já que não havia previsão de criação de arquivos municipais. Aponta ainda para a importância da preservação dos arquivos documentais dos órgãos públicos, trazendo à baila questões como o problema do espaço físico para a guarda dessa documentação (questão ainda atual) e da temporalidade de guarda de alguns documentos. Trata-se de uma verdadeira declaração de amor ao patrimônio documental e às instituições de guarda dessa documentação. Enfim, um texto que ao apontar as dificuldades, descompromisso e necessidades por quais passavam tais instituições no início do século XX, nos choca ao percebermos que muito do que é colocado por Dória ainda perdura em nosso Estado.

Vimos que em texto publicado em 12 de janeiro de 1912, Epifânio Dória já chamava atenção para a importância da criação de um Instituto Histórico e Geográfico no Estado. Sete meses depois é fundado o IHGSE. Dória não configurou na lista de sócios fundadores da mais recente agremiação cultural sergipana, mas com certeza teve sua importância no incentivo dessa criação.

De acordo com o quadro diretivo do Instituto, Epifânio Dória compôs, em 1925, como um dos responsáveis pela Comissão de Manuscritos e Autógrafos, juntamente com Monteiro de Almeida e Nobre de Lacerda[33].

---

[32] DÓRIA, Epifânio da Fonseca. *Biblioteca e arquivo público de Sergipe:* memorial apresentado ao Exm. Sr. General Dr. José de Siqueira Menezes. Aracaju: Tipografia do O Estado de Sergipe, p. 3-10, 1912. p. 5.

[33] Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Typografia A Cruzada, vol. VI, nº. 10, 1925. p. 4.

Através da leitura dos primeiros números da Revista do IHGSE percebemos o porquê dessa nomeação para a Comissão de Manuscritos e Autógrafos. É que Epifânio Dória, desde o primeiro ano de fundação da "Casa de Sergipe", passou a colaborar com doações, a exemplo da obra "Documentos para a História do Brasil" e de sua obra "Memorial do Arquivo Público de Sergipe"[34], assim como colaborou com o fornecimento de cópias de documentos históricos e inéditos custodiados pela Biblioteca Pública do Estado de Sergipe a serem publicados em seção chamada "Documentos Inéditos", na Revista do IHGSE.

Estamos no ano de 1925, e como sabemos, até 1939 o IHGSE manteve-se em espaço emprestado e provisório. As reuniões dos sócios ocorriam nos espaços em que a agremiação ocupava ao longo dos anos e desde o seu nascimento, bem como a guarda de livros, jornais, documentos recebidos e acumulados pela instituição. O Tribunal da Relação, o pavimento térreo do Palácio do Governo e o pavimento superior da Biblioteca Pública do Estado[35] são exemplos de espaços cedidos ao IHGSE. Com relação a esse último espaço, utilizado por quatorze anos pelos consórcios do Instituto, tivemos mais uma vez a presença colaborativa de Epifânio Dória, que continuava na direção da citada biblioteca.

A falta de um espaço próprio minava as possibilidades de acondicionamento e qualquer tratamento adequado ao seu variado acervo. Sem espaços individualizados e direcionados ao arquivo, à biblioteca e ao museu, não tinha como aplicar os tratamentos mais adequados aos documentos, livros, jornais, periódicos e objetos custodiados pela instituição.

Acerca dessa situação, Epifânio Dória declara em discurso de inauguração do edifício próprio do IHGSE, em 02 de abril de 1939, que essa conquista permitiria que as relíquias históricas "ficassem ao abrigo

[34] Cf. Atas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sessão do dia 08 de outubro de 1912, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: IHGS, vol. I, nº. 1, p. 58-65, 1913. p. 61.

[35] O pavimento superior da Biblioteca Pública do Estado foi cedido para o IHGSE em 1925, até o ano da fundação da sua sede própria (em 1931, o pavimento térreo do Palácio do Governo também foi cedido para a instituição).

das más eventualidades, sempre verificadas nas mudanças ameudadas, que vinha sofrendo, para cômodos impróprios e nem sempre condizentes com a sua natureza"[36].

Não por coincidência, Dória foi eleito para configurar a Comissão de Manuscritos e Autógrafos do IHGSE. Sua contribuição à instituição passava a ser cada vez mais reconhecida por seus pares e este ocupou espaço condizente aos serviços até então prestados ao Instituto.

Em 1926, juntamente com Nobre de Lacerda, Dória assumiu a revista do Instituto como redator. No entanto, no ano seguinte foi eleito para o cargo de tesoureiro, sendo Nobre de Lacerda eleito como presidente efetivo. Acentuar a trajetória desses dois intelectuais sergipanos dentro do IHGSE é relevante para nosso estudo, pois ambos tiveram uma grande proximidade, que configurou-se crucial para a conquista do edifício próprio da agremiação em 1939. Chegaremos lá.

A 30 de julho de 1927, em eleição dos membros da diretoria e comissões para o biênio 1927-1929, Epifânio Dória foi eleito tesoureiro[37]. Inteirado da situação financeira do Instituto, Dória tomou posse em 06 de agosto de 1927, e acabou assumindo tal função até 1934. Temos aí mais uma etapa da grande contribuição desse intelectual para a "Casa de Sergipe".

Através da leitura das Atas das sessões do IHGSE percebemos que Epifânio Dória se diferenciou dos demais tesoureiros do sodalício em alguns aspectos importantes para o funcionamento e o crescimento do Instituto. Primeiro, com relação à constante e metódica prestação de contas feitas por ele nas sessões do IHGSE; com a apresentação dos documentos de quitação de dívidas e de saldos restantes em caixa. Segundo, no que diz respeito à economia feita durante os anos em que ocupou o cargo, conseguindo sair de um conto, cinquenta mil e quinhentos reis (1:050$500), após pagamento de dívidas atrasadas em 6

[36] DÓRIA, Epifânio da Fonseca. *Discursos na solenidade da inauguração do edifício próprio a 2 de abril de 1939*. Aracaju: Imprensa Oficial, p. 1-12, 1939. p. 6.

[37] Cf. Atas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Gráfica José Lins de Carvalho, vol. VII, nº. 12, p. 171-196, 1927. p. 185.

de setembro de 1927, para quarenta e um contos, quinhentos e oitenta e um mil reis (41:581$000), em 6 de agosto de 1932[38].

Faz sentido a declaração feita por Dória em discurso já convocado ao texto, em que afirmava não haver dinheiro "amealhado", mas pequenos débitos a solver. Em suas palavras:

> Liquidamos esses débitos com os primeiros recursos que logramos obter e fechamos a válvula das despesas. Fizemos, então, nos horizontes da economia, vida de Pão Duro: os vinténs eram amealhados com a meticulosidade dos avarentos. Enquanto assim procedíamos, no que tocava às finanças, pedinchávamos por toda parte recursos monetários, sobejos das arcas nutrida dos ricos.[39]

Esse saldo positivo nos cofres do IHGSE foi fundamental para a efetivação do sonho do edifício próprio, pois o terreno, outrora prometido pelo Governo do Estado e a depender da aprovação do Conselho, não vingou. A agremiação teve que arcar com a compra do terreno da rua de Itabaianinha, no valor de 25:000$000[40]. Como visto, sobrou recursos para dar início à construção do sodalício.

"Foi em Agosto de 1927 que a generosa confiança de consócios deste Instituto confiou-me uma parcela de responsabilidade na sua direção."[41], declarava Epifânio Dória em discurso. Ele referia-se à função de tesoureiro, enquanto que Nobre de Lacerda havia sido eleito presidente efetivo. Continuou Dória: " Propús-lhe (à Nobre de Lacerda) um pacto, que coincidiu com o seu ponto de vista, e foi plenamente aceito. Nossa atividade no Instituto se consagraria inteiramente à aquisição de uma sede própria [...]"[42]. E assim o foi.

---

[38] Última informação sobre o saldo em caixa prestada por Epifânio Dória. Cf: Atas de sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Imprensa Oficial, vol. XI, nº. 16, p. 129-199, 1942. p. 141.

[39] DÓRIA, Epifânio da Fonseca, op. cit., loc. cit.

[40] Cf. Atas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Imprensa Oficial, vol. XI, nº. 16, p. 129-199, 1942. p. 146.

[41] DÓRIA, Epifânio da Fonseca, op. cit., p. 5.

[42] Ibidem, p. 6.

A proposta de construção de um edifício próprio do IHGSE foi feita em reunião, no dia 6 de novembro de 1927. A comissão responsável pela solicitação da cessão de terreno na av. Arthur Bernardes para a futura construção da sede própria, ao Presidente do Estado e ao Interventor de Aracaju, foi formada por Nobre de Lacerda, Epifânio Dória e Edison Ribeiro[43]. Como já dito, o referido terreno não foi doado.

No ano seguinte formou-se comissões para angariar donativos e para expedir circulares aos "patrícios" do Estado e de outros Estados da federação, em benefício da obra. Foram formadas comissões de sergipanos, por exemplo, no Rio de Janeiro e em Santos para recolher fundos nesses locais. As cidades do interior de Sergipe não ficaram de fora. Houve um movimento de caravanas sistemáticas a vários municípios sergipanos, a fim de reunir donativos dos prefeitos locais.[44]

Para além desse movimento, divulgou-se na imprensa o recolhimento de donativos de cidadãos sergipanos para a causa. Epifânio Dória, como de costume, registrou nome por nome, valores por valores doados[45].

A imprensa local, especificamente o jornal Correio de Aracaju, deu abertura para a divulgação de pedidos de donativos ao IHGSE, como também para a publicação de cartas enviadas por "patrícios" de outros Estados apoiando à causa. Exemplo foi a correspondência do diretor do jornal "O Paulistano", Josias Nunes, que escreveu em carta endereçada à Nobre de Lacerda: "[...] estou pronto a contribuir com tudo quanto esteja ao meu alcance para a vitória e a grandeza dessa nobre instituição. Assim, ponho o jornal O PAULISTANO que obedece à minha direção, ao dispor do Instituto com tudo quanto possa lhe ser útil."[46]

---

[43] Cf. Atas de sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Gráfica José Lins de Carvalho, vol. VII, nº. 12, p. 171-196, 1927. p. 195.

[44] As informações citadas foram recolhidas das Atas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Gráfica José Lins de Carvalho, vol. VIII, nº. 13, p. 113-125, 1929. p. 113-118.

[45] Consultar listas em: OLIVEIRA, Poliana Aragão Menezes. *O que dizem as cartas?* Formação e consolidação do IHGSE a partir de uma análise da correspondência de Epifânio Dória na década de 1930. São Cristóvão/SE, 2004. 77p. Monografia (Licenciatura em História). DHI/CECH, UFS.

[46] *Correio de Aracaju.* Instituto Histórico e Geográfico. Aracaju, ano XXI, nº. 726, 29/fev/1928.

Carta do general Moreira Guimarães também foi publicada na mesma folha, como apoio ao IHGSE. Assim dizia:

> Não canso de afirmar que tudo farei para corresponder à bondade do excelso patrício, bem como para cumprir o meu dever de sócio do belo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Acredite que, se outros fossem os meus recursos, daria eu, pessoalmente um valor capaz de pesar na balança. Precisa o Instituto de viver em sua casa.[47]

Nessa carta, Epifânio Dória é citado como homem que está sempre a trabalho das grandes causas.

Poliana Oliveira, em pesquisa de conclusão de curso, realizou interessante estudo das correspondências de Epifânio Dória na década de 1930, referente à busca de auxílio para a construção do prédio do IHGSE. Através das referidas fontes percebemos a mobilização promovida por Dória para a construção da sede própria do IHGSE.

Epifânio Dória fez uso das relações políticas e de amizades junto à indivíduos residentes no Rio de Janeiro, para emplacar o projeto da bancada de Sergipe no Congresso Federal. Tal projeto referia-se ao auxílio de 60:000$000, por parte da União (na época sob a presidência de Washington Luiz), para a construção do prédio do IHGSE.[48]

Segundo o próprio Epifânio Dória, o projeto do IHGSE foi bem recebido pelas bancadas da Câmara e do Senado. No entanto, a trajetória feita pelas duas casas legislativas foi muito demorada, encerrando-se a legislatura trienal, sem conseguir aprovação final[49]. Foi recorrido que o projeto voltasse ao plenário, sendo aprovado em último turno e sancionado pelo presidente Washington Luiz, em 8 de setembro de 1930.

---

47 *Correio de Aracaju.* Instituto Histórico: uma carta patriótica do general Moreira Guimarães. Aracaju, ano XXI, nº. 753, 31/mar/1928.

48 Consultar em: OLIVEIRA, Poliana Aragão Menezes. *O que dizem as cartas?* Formação e consolidação do IHGSE a partir de uma análise da correspondência de Epifânio Dória na década de 1930. São Cristóvão/SE, 2004. 77p. Monografia (Licenciatura em História). DHI/CECH, UFS. p. 21; e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Imprensa Oficial, vol. XI, nº. 16, 1942. p. 129.

49 DÓRIA, Epifânio da Fonseca, op. cit., p.7.

A Revolução de 1930, que pôs Getúlio Vargas à frente do Governo Provisório, paralisou o recebimento do auxílio sancionado por Washington Luiz até que os ânimos e a direção da nação fosse realinhada. Em 1934, a verba autorizada foi liberada pelo Governo Federal. Sobre a liberação do subsídio, Dória afirma em discurso:

> Certos de que a revolução não viera senão para apressar a marcha evolutiva do país e de que à frente do governo nacional se colocara um vulto político à altura do momento, recorreram ao Presidente Getúlio Vargas, que, com o seu nobre espírito de coadjuvação, com o seu largo descortino administrativo, atendeu às solicitações do Instituto.[50]

Com a verba em caixa, as obras tiveram início em 06 de abril de 1934, e Epifânio Dória deu notícias aos consórcios do IHGSE, com relação ao estado em que se encontrava a construção. Apresentou ainda, contas de materiais comprados e folhas de pagamentos de operários.[51]

Com o fim do governo provisório, foi aprovada em 1934 uma nova constituição, imprimindo dentre outras mudanças, o voto secreto e a obrigatoriedade do ensino primário. De acordo com a Carta Constituinte, o primeiro presidente do país seria eleito de forma indireta pelos membros da Assembleia Constituinte. Assim, Getúlio Vargas manteve-se constitucionalmente no poder. Em Sergipe, foi eleito pela Assembleia Legislativa, o capitão Eronides Ferreira de Carvalho (1936-1937), significando o êxito de uma orientação conservadora.

Com o golpe de novembro de 1937 e a implantação do Estado Novo (1937-1945) triunfaram as ideias antiliberais e antidemocrática[52]. A constituição de 1937 era centralizadora e autoritária. Com ela tivemos a supressão das liberdades e o definhamento do federalismo e da auto-

---

50 Ibidem, p.8.

51 Cf. Atas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Imprensa Oficial, vol. XI, nº. 16, p. 129-199, 1942. p. 145-146.

52 DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe*: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 88.

nomia dos Estados brasileiros. Governadores dos Estados da federação passaram a ser nomeados pelo presidente e estes nomeavam os prefeitos dos municípios. O primeiro interventor de Sergipe foi Eronides de Carvalho (1937-1941), que conseguiu manter-se no poder.

É importante enfatizar a presença de Dória na vida política do Estado nos anos de 1930. À convite de Eronides de Carvalho – ainda na fase constitucional da Era Vargas – Epifânio Dória afastou-se da direção da Biblioteca Pública do Estado em 1935, para assumir as funções de Secretário Geral do Estado e posteriormente o cargo de Secretário da Fazenda, Agricultura, Indústria, Justiça e Interior. Com isso, Dória adquiriu influência política suficiente para penetrar nos grupos políticos em prol da aquisição de verbas em favor do melhoramento e aquisição de mobiliários e materiais para organizar minimamente o acervo do IHGSE em espaços adequados e individualizados. Na apresentação da Revista do IHGSE de número 16, Dória fala sobre a aquisição de um conjunto de estantes de aço para a biblioteca do Instituto, e de um outro conjunto de arquivos do mesmo material para a guarda de documentos históricos. Cita ainda a encadernação de centenas de volumes.[53]

Ademais, desde 1934, com Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública, foi operada "uma revolução cultural voltada para afirmação da nacionalidade". No campo cultural o Estado nacional tomou como projeto o cuidado com o destino dos monumentos de valor histórico e artístico.[54] Na gestão de Capanema a história do povo brasileiro foi fartamente valorizada como veículo para o conhecimento da realidade nacional, sendo investido verbas no melhoramento e construção de instituições culturais, como museus e bibliotecas. Citamos como exemplo, a construção do novo prédio da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe. Percebe-se aí que não somente o IHGSE foi beneficiado com a presença de Dória no meio político sergipano.

Gustavo Capanema aparece em agradecimentos de Epifânio Dória, com relação à construção da sede do Instituto: "Não é demais

53 DÓRIA, Epifânio. No Pórtico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Imprensa Oficial, vol. XI, nº 16, p. I-II, 1942. p. II.

54 DANTAS, Ibarê. op. cit., p. 106-107.

que o êxito de nossa campanha pela construção da sede própria nós o devemos ao […] Presidente Getúlio Vargas, e ao seu culto e dinâmico Ministro da Educação e Saúde, Dr. Gustavo Capanema."[55]

Enfim, a inserção de Epifânio Dória na esfera política entre os anos de 1935 e 1941, facilitou sobremaneira a busca por mais recursos para dar continuidade aos melhoramentos sofridos pela nova sede do IHGSE ao longo dos anos. Muitos desses melhoramentos propostos por ele, a exemplo da proposta de organização da biblioteca do IHGSE e da criação do cargo de bibliotecário para desempenhar tal tarefa[56]. Sua posição política facilitou o contato e o apoio financeiro de interventores e prefeitos do Estado[57].

Em maio de 1937, Epifânio Dória informou aos consórcios do IHGSE sobre as obras de conclusão do "majestoso palacete de propriedade do Instituto […] onde o nosso alegre e utilíssimo sodalício terá em breve a sua condigna e definitiva sede [...]"[58].

Apesar de assumir por sete anos um cargo político de grande responsabilidade no Estado, Dória foi eleito por dois biênios seguidos para ocupar, concomitantemente, o cargo de presidente[59] do IHGSE (1935 - 1939). Como notado, período entre o recebimento do subsídio federal e o início das obras do edifício do sodalício, até a finalização do mesmo. É interessante observar que sua reeleição para a presidência do IHGSE foi bastante acirrada. Com 25 sócios presentes na sessão de

55 DÓRIA, Epifânio. op. cit., loc. cit.

56 Proposta que foi aprovada por unanimidade. Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Imprensa Oficial, vol. XI, nº. 16, p. 129-199, 1942. p. 188-189.

57 Consta em Ata de sessão do IHGSE, do dia 06 de dezembro de 1938, uma lista de donativos para a construção da sede da instituição. Nesta lista temos a presença da Direção da Repartição de Obras Públicas do Estado, com a doação de 126m² de tacos, e de municípios do Estado, como: Estância, Rosário, Carmo, Muribeca, entre outros.

58 Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Imprensa Oficial, vol. XI, nº. 16, 1942. p. 151.

59 De acordo com o art. 35, do Capítulo III (Da diretoria, sua eleição e suas funções), cabia ao Presidente do IHGSE, dentre outras funções: designar palestras científicas, preleções, tertúlias e congressos científicos; apresentar no final do biênio um relatório de sua gerência, propondo as medidas e providências que entender acertadas; autorizar todos os pagamentos; representar o Instituto em todos os negócios judiciais ou extrajudiciais; determinar a compra de objetos preciosos para o expediente, atendendo a respectiva verba orçamentária; dentre outras. Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe, vol. III, n.º 7, 1917. p. 129-132.

30 de julho de 1937, Dória obteve 11 votos, contra os 9 votos de Artur Souza Marinho e os 5 votos de Gervásio de Carvalho Prata[60].

Em discurso de inauguração do prédio do IHGSE, Epifânio Dória lembra os que "proporcionaram os elementos que nos permitiram chegar ao fim da penosa jornada, cabendo serem os mais eficientes os que nos foram dados pelo honrado Chefe da Nação, dr. Getúlio Vargas, e o dinâmico Interventor Eronides de Carvalho, aos quais tanto fica devendo o sodalício".[61] E continua o discurso enfatizando que "na interventoria Eronides de Carvalho vem sendo sempre ouvidos os rogos do Instituto".[62]

Não nos resta dúvidas sobre a indispensável participação de Epifânio Dória para o crescimento e manutenção do IHGSE, transformando-se no que é e representa hoje para a sociedade sergipana. O IHGSE vem prestando importantes serviços à sociedade e continua sendo uma das principais instituições culturais e de pesquisa em Sergipe.

Epifânio Dória assumiu o cargo de Secretário Geral do IHGSE no biênio 1939-1940, cabendo-lhe superintender todo o serviço da secretaria; organizar e publicar anualmente o cadastro de sócios; e expedir todos os avisos de comunicações feitas à imprensa[63]. Em 1940, coube à Dória o registro da Revista do IHGSE, de acordo com Lei da Imprensa, já que este era membro da Associação de Imprensa.

Após denúncias de mau uso do dinheiro público por parte da administração de Eronides de Carvalho, feitas por Augusto Maynard, através de Memorial enviado ao Ministro da Justiça, chega ao fim o mandato de Eronides de Carvalho.[64] Assim sendo, Dória deixou seu cargo político e retomou a direção da Biblioteca Estadual em 1941, onde se aposentou dois anos mais tarde.[65]

---

60 Cf: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Imprensa Oficial, vol. XI, nº. 16, 1942. p. 153.

61 DÓRIA, Epifânio da Fonseca, op. cit., p. 9.

62 DÓRIA, Epifânio da Fonseca, Idem.

63 De acordo com o art. 38, Capítulo III. Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe, vol. III, nº.7, 1917. p. 129-132.

64 SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves, op. cit., p. 33.

65 MENEZES, José Francisco. Cronologia de Epifânio Dória. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, p. 581-587, 2009, *passim*.

A partir de 1941 assume, paralelamente, a posição de primeiro secretário e de diretor da Revista do IHGSE. Dedica-se a essas duas funções até o biênio 1962-1965, sendo constantemente reeleito para essas duas pastas.

Aposentado da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe em 1943, Epifânio Dória passa a dedicar-se com mais impulso à rotina administrativa do IHGSE e à publicação da revista da instituição, que sofreu um período de refluxo de 12 anos sem tiragem[66]. Conforme Dória, essa pausa deveu-se à "necessidade da construção de uma sede própria, onde o sodalício pudesse entesourar toda a sua colheita, retirada das searas da história e da geografia; das ciências e das artes; das letras e da tradição, levou-o (o IHGSE) a voltar suas vistas para uma frente única, essa desejada construção."[67]

Em abertura da Revista de número 21, publicada em 1945, Dória retoma o motivo do atraso da publicação do periódico. Vejamos: "Para chegar-se a este auspicioso resultado foi imperioso sacrificar alguma coisa recuperável de futuro. Dessa medida não escapou a revista."[68] Sobre o referido número ainda completa:

> Na tiragem deste número (n.21) que nos vai acarretar grande despesa, damos uma prova de coragem, pois as obras em andamento pedem o dispêndio de grande quantia. Terminadas as obras teremos de enfrentar grandes despesas com o aumento de poltronas no salão de festas e de estantes de aço para a biblioteca, findo o que cuidaremos com mais devotamento da publicação da revista.[69]

Segundo Ibarê Dantas, com a emergência do Estado Novo, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda teria ajudado na

---

66 Dória não inclui nessa conta a publicação especial em homenagem à Tobias Barreto, publicada em 1939.

67 DÓRIA, Epifânio. No Pórtico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: Imprensa Oficial, vol. XI, nº. 16, p. I-II, 1942. p. I.

68 DÓRIA, Epifânio. Nosso Atrazo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: IHGSE, vol XVI, nº.21, p. I-II, 1945. p. II.

69 Idem.

retomada das publicações da Revista do IHGSE, sendo editados quatro números entre 1939 e 1944.[70] Recém-saído da administração estadual e sem cargos políticos, o próprio Epifânio Dória foi licenciado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e aparece na edição da Revista do Instituto de 1942 como "Diretor responsável licenciado pelo DIP". Esse órgão estadual tinha como objetivo desenvolver um trabalho de cooptação da sociedade civil para o envolvimento com movimentos promovidos pelo Estado, tais quais: passeatas de trabalhadores, palestras voltadas para personagens das Forças Armadas, comemorações de datas históricas, etc.[71]

Com a presença de Epifânio Dória na direção da Revista do IHGSE, ocorre um constante diálogo deste com o público leitor, através de apresentações das edições e esclarecimentos. Na revista de número 16, publicada em 1942, foi dedicada uma página à ordem das revistas que haviam sido publicadas até aquele momento. Intitulada "Numeração da Revista", trazia numeração, volume, ano e tiragem dos exemplares.

Em 1959, Dória volta a comunicar o porquê do atraso da publicação da revista:

> Aparece com atraso este número da Revista do Instituto; e isto por circunstâncias fortuitas […], a falta de suficiente verba. Impunha-se a construção no prédio de um apartamento três vezes maior que o já existente destinado à biblioteca, bem como o substancial aumento do auditório […]. Concomitantemente, fazia-se necessária a aquisição de estantes de aço, o triplo das já existentes, para a biblioteca, e de poltronas complementares para o auditório […].[72]

Finalmente, em 1959, volta a Revista do IHGSE à sua tiragem de uma edição por ano. Afirma Epifânio Dória que das 22 tiragens

[70] DANTAS, Ibarê. op. cit., p. 109.
[71] Ibidem, p. 109-110.
[72] DÓRIA, Epifânio. Porque tardamos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.* Aracaju: IHGSE, vol XVII, nº. 22, p. 3-4, 1958. p. 3.

feitas (incluindo a de 1959), treze foram realizadas sob sua direção.[73]

Vemos através destes textos de esclarecimentos apresentados acima e através das Atas das sessões do IHGSE, que Epifânio Dória concentrou-se também na tarefa de organizar e acondicionar da melhor forma possível o acervo da instituição. Como dito anteriormente, acervo composto por diversos tipos documentais e que exigiam tratamento diferenciado no processo de guarda.

Para além da parte administrativa do IHGSE e da direção e responsabilidade quanto a publicação da Revista do Instituto, percebemos que de 1941 em diante Epifânio Dória passa a se dedicar com mais afinco à pesquisa histórica, à produção biográfica e à produção de textos dos mais variados estilos. Temos aí sua presença marcante em jornais, como o Correio de Aracaju e Diário de Sergipe, ao longo das décadas de 1940 e 1950; na Revista de Aracaju; na Revista da Associação Sergipana de Imprensa; e logicamente na Revista do IHGSE.

Como afirmado por Epifânio Dória, em discurso proferido em sessão solene comemorativa do jubileu do IHGSE, em 4 de agosto de 1962[74], o instituto era um "centro de estudo da história". Para ele, sem a história, "se perderia a tradição dos povos, os seus feitos, os seus triunfos, e conquistas ficariam submersos no mar do esquecimento".[75]

De acordo com Freitas, até os anos de 1950 vigorou no Instituto as comemorações sobre as efemérides nacionais e sergipanas, sobre a memória de personagens sergipanos destacados nos meios intelectuais e nos campos de batalhas, as reuniões entre seus membros, e os encontros promovidos por outras instituições abrigadas pelo IHGSE. Era a pesquisa e a atitude rememorativa que preenchiam o tempo dos sócios[76]. Enfim, foi um período de grande recolha de documentos (na sua maior parte através de doações) e de acumulação do seu acervo.

---

[73] Cf. DÓRIA, Epifânio. Ritmo normal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* Aracaju: IHGSE, vol XXIII, nº. 23, p. I-II, 1959.

[74] Cf. DÓRIA, Epifânio. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, vol. XXII, nº. 26a, p.20-24, 1965.

[75] Cf. DÓRIA, Epifânio. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, vol. XXII, nº. 26a, p.20-24, 1965. p.24.

[76] FREITAS, Itamar, *op. cit.*, p. 17-18.

Podemos perceber tais características apontadas pelo pesquisador Itamar Freitas nos próprios textos de Epifânio Dória. Mesmo não nos cabendo aqui uma análise profunda sobre sua produção, esta faz parte de sua insubstituível contribuição para o IHGSE.

Desde o início dos anos de 1940 Dória passou a produzir, com mais frequência e intensidade, textos importantes para a história de Sergipe, explorando os mais variados aspectos. A produção de textos rememorativos relativos a acontecimentos e datas do passado - suas famosas efemérides - é a mais conhecida de sua atividade intelectual. Tais textos foram reutilizados por Dória na produção de artigos e crônicas futuras. É o caso dos textos publicados na edição especial da Revista do IHGSE de número 24, em 1960, onde este publica dezessete textos biográficos e rememorativos de personalidades sergipanas destacadas. Dos vinte e seis textos publicados, dezessete são de Epifânio Dória.

Para além das efemérides, temos a publicação de textos sobre a história da educação no Estado; sobre a história da Biblioteca Provincial de Sergipe; sobre a fundação da cidade de Aracaju e seus motivos, trazendo uma visão da relação homem-meio ambiente bastante interessante se analisada do ponto de vista da História Ambiental; sobre a relação Sergipe-Bahia; sobre as freguesias de Sergipe; dentre outros. Tais textos, além de contribuir para a composição das revistas do Instituto, oferecem ao pesquisador atual o conhecimento de toda uma forma de se escrever a história e de se fazer a pesquisa histórica de uma época; ao observar as fontes e os métodos de pesquisas usados; e ao observar o pensamento e ideias que influenciavam a produção historiográfica do período.

Epifânio Dória é extremamente crítico no que se refere à pobreza, às limitações e às ausências das fontes históricas em Sergipe. Em texto sobre os Intendentes e Prefeitos de Aracaju, Dória afirma: "Em consequência de nossa pobreza documentária não foi possível saber qual o seu grau de instrução […]"[77]. Em outro texto fala sobre o motivo dessa pobreza: "É que o nosso documentário não foi zelado e se perdeu

[77] O texto fala sobre o Tenente Coronel Manuel Leão. Cf. DÓRIA, Epifânio. Intendentes e prefeitos de Aracaju. *Revista de Aracaju.* Aracaju, ano III, nº 3, p.37-44, 1949. p.41.

quase todo. Mãos irreverentes despojaram os nossos depósitos oficiais de documentos, de maneira impressionante."[78]

Contribuiu também para a Revista do IHGSE com a publicação de crônicas poéticas, de textos de homenagens, de discursos proferidos, dentre outros. Nela concede uma de suas maiores contribuições: os textos biográficos. Nesses textos, Dória segue uma narrativa cronológica através da seguinte ordem: nascimento e morte; filiação; estudos; serviços prestados e atividades profissionais desempenhadas; vida política; vida pessoal; e finalmente a produção do biografado.

De acordo com Denise Silva e Ronaldo Santos, foi na Revista do IHGSE que Epifânio Dória ilustrou o seu perfil intelectual, seguindo o caminho da biografia e trazendo através dos seus textos informações importantes sobre personalidades exemplares para a formação da identidade cultural sergipana[79].

Na década de 1960 ocorreu um movimento preservacionista em torno do patrimônio arquivístico sergipano. Esse movimento, engendrado no curso de História[80], da Universidade Federal de Sergipe, foi fundamental para o início de uma mudança de postura do IHGSE com relação ao seu rico acervo. Surgia uma nova demanda, e esta passou a retroalimentar a instituição e suas ações com relação a preservação, conservação, tratamento e difusão do seu acervo. Um dos reflexos das mudanças mencionadas acima, foi a posse da professora Maria Thétis Nunes[81] na presidência do IHGSE.

Epifânio Dória, já com seus 79 anos, nos dá uma breve notícia sobre o acervo da instituição, na última Revista publicada sob sua direção. Segundo ele:

> Sua revista vem sendo publicada desde 1912, já tendo saído 26 edições. […] Sua biblioteca, registrada no Instituto Nacional

[78] DÓRIA, Epifânio. Atividades educacionais em Sergipe: achegas para sua história. *Revista da Associação Sergipana de Imprensa.* Aracaju, nº. 3, p.103-104, 1960. p.103.

[79] SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves, op. cit., p. 28.

[80] Através do projeto *"Levantamento de fontes primárias e secundárias para a História de Sergipe"*.

[81] Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Autora de livros sobre Sergipe colonial. Ocupou a cadeira de presidente da casa entre 1972 e 2003.

> do Livro, é franqueada ao público, e conta já 17.000 volumes, arrumados em modernas estantes de aço. […] possui uma grande coleção numismática de valor superior a quinhentos mil cruzeiros. […] Ultimamente vem recebendo grandes donativos de livros, feitos pelo benemérito sergipano Orlando de Carvalho Damasceno […].[82]

A idade avançada desse importante personagem da intelectualidade sergipana afetou diretamente a "Casa de Sergipe". A Revista do IHGSE voltou a ser publicada somente em 1978, dois anos após a morte de Epifânio Dória. Foram 13 anos sem a publicação do periódico.

Epifânio Dória foi figura central na formação de praticamente todos os centros de estudo, arquivos, bibliotecas, revistas e instituições dedicadas às humanidades, no Estado de Sergipe[83]. Dedicou-se à organização de arquivos por seis décadas, reunindo documentos, angariando recursos e adquirindo fundos.

Sua contribuição ao IHGSE é indiscutível. Em discurso pronunciado por ocasião do sepultamento de desse grande homem, Luís Antônio Barreto declarou: "Epifânio Dória deixou um legado por sua construção: a memória da nossa terra e do nosso povo […]. Exerceu posições de direção mas foi, quase sempre, um homem de trabalho e de arquivo, organizando, recolhendo, refazendo, construindo […] a memória sergipana."[84]

O empenho e a força que empregava em tudo o que se envolvia é notório quando lemos seus textos, Atas de sessões das agremiações das quais fez parte, textos escritos por outros sobre ele, correspondências, dentre outras fontes. O papel desempenhado por Epifânio Dória nos seus 64 anos de IHGSE é inapagável.

---

82 Cf. DÓRIA, Epifânio. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, vol. XXII, nº. 26a, p.4-7, 1965. p.4-5.

83 MAYNARD, Dilton. Epifânio Dória e a Memória Sergipana. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, vol. I, p. 601-603, 2009. p. 601.

84 BARRETO, Luís Antônio. Discurso pronunciado por ocasião do sepultamento do Sr. Epifânio Dória. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, vol. XXII, nº. 27, p.103-104, 1978. p.103.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Luís Antônio. Discurso pronunciado por ocasião do sepultamento do Sr. Epifânio Dória. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. XXII, nº. 27, p.103-104, 1978.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. A contribuição do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe como espaço de preservação do patrimônio documental nacional e sergipano. In: Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp, 7., 2012, Campinas. Anais... Campinas:Unicamp, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia dos Livros, 1990.

DANTAS, Ibarê. História de Sergipe: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, José Ibarê Costa. Relatório Anual de 2007. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: IHGSE, nº. 37, 2008.

DANTAS, Ibarê. Prefácio. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). Efemérides Sergipanas. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, vol. I, p. 20-21 , 2009.

DÓRIA, Epifânio da Fonseca. A biblioteca provincial de Sergipe: elementos para a sua história. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, vol. 11, nº. 16, p. 78-85, 1942.

DÓRIA, Epifânio da Fonseca. Discurso proferido por Epifânio da Fonseca Dória, na cidade de Laranjeiras, a 29 de dezembro de 1943, por ocasião da romaria promovida pelo Instituto Histórico à casa onde nasceu o general Aristides Arminio Guaraná. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Livraria Regina, vol. 14, nº. 19, p. 5-11, 1948.

DÓRIA, Epifânio da Fonseca. Aracaju. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Livraria Regina, vol. 13, nº. 18, p. 68-76, 1945.

DÓRIA, Epifânio da Fonseca. Biblioteca e arquivo público de Sergipe: memorial apresentado ao Exm. Sr. General Dr. José de Siqueira Menezes. Aracaju: Tipografia do O Estado de Sergipe, p. 3-10, 1912.

DÓRIA, Epifânio da Fonseca. Discursos na solenidade da inauguração do edifício próprio a 2 de abril de 1939. Aracaju: Imprensa Oficial, p. 1-12, 1939.

DÓRIA, Epifânio. Nosso Atrazo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: IHGSE, vol. XVI, nº.21, p. I-II, 1945.

DÓRIA, Epifânio. No Pórtico. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, vol. XI, nº. 16, p. I-II, 1942.

DÓRIA, Epifânio. Porque tardamos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: IHGSE, vol. XVII, nº. 22, 1958.

DÓRIA, Epifânio. Ritmo normal. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe Aracaju: IHGSE, vol. XXIII, nº. 23, p. I-II, 1959.

DÓRIA, Epifânio. Discurso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. XXII, nº. 26a, p.20-24, 1965.

DÓRIA, Epifânio. Intendentes e prefeitos de Aracaju. Revista de Aracaju. Aracaju, ano III, nº. 3, p.37-44, 1949.

DÓRIA, Epifânio. Atividades educacionais em Sergipe: achegas para sua história. Revista da Associação Sergipana de Imprensa. Aracaju, nº. 3, p.103-104, 1960.

Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, vol. 1, nº. 1, p. 16-23, 1913.

FREITAS, Itamar. A escrita da História na "Casa de Sergipe": 1913-1999. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº.1, p. 5-27, 1988.

MAYNARD, Dilton. Epifânio Dória e a Memória Sergipana. In: DÓRIA,

Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). Efemérides Sergipanas. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, p. 601-603, 2009.

MENEZES, José Francisco. Cronologia de Epifânio Dória. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). Efemérides Sergipanas. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, vol. I, p. 581-587, 2009.

MENDES, André Oliva Teixeira. Os documentos interessantes e o Arquivo do Estado. Histórica – Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, nº. 43, 2010.

OLIVEIRA, Poliana Aragão Menezes. O que dizem as cartas? Formação e consolidação do IHGSE a partir de uma análise da correspondência de Epifânio Dória na década de 1930. São Cristóvão/SE, 2004. 77p. Monografia (Licenciatura em História). DHI/CECH, UFS.

SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. Epifânio Dória e a intelligentsia sergipana. Aracaju/SE, 2009. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Tiradentes.

SOUZA, Cristiane Vitório. A "República das Letras" em Sergipe (1889-1930). Revista de Aracaju. Aracaju: Funcaju. ano LIX, nº. 9, p. 189-208, 2002.

Revistas do IHGSE e Jornais

Correio de Aracaju. Instituto Histórico e Geográfico. Aracaju, ano XXI, nº. 726, 29/fev/1928.

Correio de Aracaju. Instituto Histórico: uma carta patriótica do general Moreira Guimarães. Aracaju, ano XXI, nº. 753, 31/mar/1928.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: IHGS, vol. 1, nº. 1, 1913.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe, vol. III, nº.7, 1917.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Typografia A Cruazada, vol. VI, nº. 10, 1925

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Gráfica José Lins de Carvalho, vol. VII, nº. 12, 1927.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Gráfica José Lins de Carvalho, vol. VIII, nº. 13, 1929.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, vol. 11, nº. 16, 1942.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Livraria Regina, vol. 13, nº. 18, 1945.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: Livraria Regina, vol. 14, nº. 19, 1948.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: IHGSE, vol XVI, nº.21, 1945.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: IHGSE, vol XVII, nº.22, 1958.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe Aracaju: IHGSE, vol XXIII, nº.23, 1959.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. XXII, nº. 26A, 1965.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: IHGSE, nº. 37, 2008.

Artigo recebido em 05 de abril de 2012.

Aprovado em 04 de maio de 2012.

FRAGMENTOS DA TRAJETÓRIA DE ADOLPHO AVILA LIMA

Cristina de A. Valença C. Barroso*

RESUMO
O objetivo desse artigo é compreender a trajetória de Adolpho Ávila Lima no campo educacional, ou seja, identificar suas ações, escolhas e estratégias relativas a disseminação dos preceitos do movimento educacional conhecido como Pedagogia Moderna, bem como compreender o alcance dessas ações na formatação das reformas percebendo as continuidades, as resistências e as mudanças provocadas por esse agente da educação. Foram suas propostas e atuações no campo educacional que lhe garantiu conquistar cargos importantes e interferir no processo de conformação da instrução pública durante as primeiras décadas republicanas.
PALAVRAS CHAVE: Ávila Lima; Educação; Sergipe.

ABSTRACT
The objective of this article is to understand the trajectory of Adolpho Ávila Lima in the education field, in other words, to identify his actions, choices and relative strategies to dissemination of the precepts of the education movement known like Modern Pedagogy, as well as to understand the reach of these actions in the creation of the reforms realizing the resistances and the changes provoked by this agent of the education. His proposals and actings in the education field guaranteed him to conquer important posts and to interfere in the process of resignation of the public education during the first republican decades.

KEY WORDS: Avila Lima; Education; Sergipe.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora do curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe. Membro dos grupos de pesquisa GEMPS/CNPq/UFS e GEPHIM/CNPq/UFS. Email: tina_valenca@yahoo.com.br

A atuação dos sujeitos envolvidos com a educação ao propor renovar práticas escolares, métodos e processos pedagógicos conformavam o campo educacional sergipano. Assim, o objetivo desse artigo é compreender a trajetória de Adolpho Ávila Lima no campo educacional, ou seja, identificar suas ações, escolhas e estratégias relativas a disseminação dos preceitos do movimento educacional conhecido como Pedagogia Moderna, bem como compreender o alcance dessas ações na formatação das reformas percebendo as continuidades, as resistências e as mudanças provocadas por esse agente da educação.

A ideia é tentar compreender parte da trajetória construída por esse personagem que atuou por muito tempo no campo educacional sergipano. No entanto a descoberta de suas ações não está embasada pela cronologia temporal e nem pela narrativa linear. A intenção se baseia em entender suas ações, as ideias defendidas e a forma como estas foram difundidas. O relato muitas vezes não permite a compreensão de uma sequencia de acontecimentos contínuos, pelo contrário, o real é descontínuo como afirmou Bourdieu ao discorrer sobre o fazer biográfico[1]. Dessa forma, sabendo que a produção dos sentidos não é linear, as atuações de Ávila Lima foram tomadas nesse estudo observando a relação das suas ações com o ideal defendido. Mas não só isso, pretende-se também perceber o alcance de suas ideias na conformação das reformas educacionais das primeiras décadas republicanas.

Mas para reconhecer parte da trajetória e das ações desse intelectual da educação faz-se necessário perceber as relações estabelecidas entre esse agente e o campo, entre ele e os outros grupos pertencentes ao mesmo campo. Ou seja, compreender o que Bourdieu chamou de *superfície social,* esta definida como:

> O conjunto de posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituí-

[1] BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: *Usos de Abusos da História Oral.* Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira(coords). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

> da e que age como suporte de um conjunto de atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos[2].

Assim, apesar de Ávila Lima ter uma formação em Direito, ter trabalhado no comércio, ocupou cargos pertencentes ao campo educacional. Fato que não era incomum naquele período. Esse bacharel se propôs a pensar os problemas da educação, a difundir preceitos pedagógicos através de publicações e preleções, ocupou cargos de gestão próprios desse campo também manteve relações com outros sujeitos e outros campos, principalmente, o político e cultural. Dessa forma, Ávila Lima está sendo considerado um intelectual da educação.

Os intelectuais da educação, aqui muitas vezes chamados de reformadores ou agentes da educação, são caracterizados como aqueles que se propuseram a pensar o ensino primário, normal e secundário. Aqueles que planejaram, idealizaram e que criaram formas de regulamentar a educação. Para esse estudo foram também chamados de intelectuais da educação aqueles que serviram como difusores ou que tentaram implantar na prática escolar esses princípios pedagógicos presentes no ideário republicano. Seus papeis ou funções serviram como meio possível de identificá-los.

FRAGMENTOS E ESCOLHAS: O TRABALHO NO CAMPO EDUCACIONAL

Ávila Lima estudou Humanidades e depois foi transferido para a Bahia onde cursou a Faculdade de Direito[3]. No último ano do curso deixou a Bahia e foi terminar seus estudos em Recife, recebendo nesta cidade o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais, em 1910. Apesar da sua formação, atuou por muitos anos no campo educacional como

[2] BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação.* Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.) Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Ciências Sociais da Educação). p. 190.

[3] GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico de Sergipe.* Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925.

inspetor e como professor de Pedagogia do curso normal do Atheneu Sergipense. Essa escolha proporcionou-lhe certa distinção, tanto por causa de sua formação quanto pela oportunidade que teve para construir um *capital social e cultural* satisfatório. Através do reconhecimento de suas capacidades e conhecimentos adquiridos, consolidou sua posição no campo educacional sergipano.

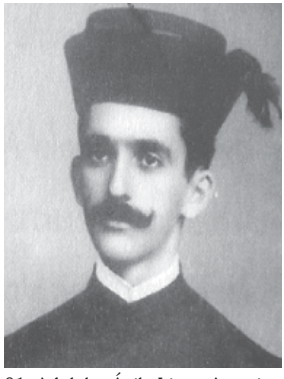


Fig.01: Adolpho Ávila Lima. Aracaju. s/d.
Autoria não identificada. Fonte: Acervo da BPED.

Foi através de um concurso público em vinte e dois de julho de 1914 que Adolpho Ávila Lima assumiu a cadeira de Pedagogia e Metodologia do curso normal do Atheneu Sergipense. Pouco depois foi convidado para lecionar Português, História Universal e do Brasil no Colégio Tobias Barreto, instituição particular de prestígio entre a sociedade sergipana. Provavelmente o convite a Ávila Lima para ministrar essas disciplinas não surgiu de sua experiência no magistério.

Os professores concursados para o Atheneu como para a Escola Normal galgavam de certa posição na estrutura do campo. E, possivelmente, esse e outros convites que surgiram ao longo de sua carreira foi fruto não só das suas competências, mas também do que passou a representar para o campo.

O sujeito forma sua *individualidade* através das relações mantidas com o grupo numa sociedade. No caso de Ávila Lima, a natureza e a

estrutura das relações mantidas por ele estavam sendo conferidas pelos tipos de vínculos que ele estabeleceu com outros intelectuais; ou seja, foi através das relações de discórdia ou de afinidades estabelecidas com outros sujeitos que Ávila Lima se consolidou no grupo como um indivíduo, marcando, assim, sua posição e função na estrutura social.

Ao se tornar membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Ávila Lima fortalecia esses vínculos e, por conseqüência, aumentava seu *capital social.* Também foi convidado para fazer parte do Conselho Municipal de Aracaju e, em 1919, concomitantemente, assumiu um cargo de membro do Conselho Superior da Instrução Pública do Estado, permanecendo nestes cargos até 1922. Como membro do IHGSE, foi convidado para fazer parte da comissão permanente da redação da Revista do Instituto em 1919. Na qual foi redator juntamente com Libério de Souza Montepio e Antonio Batista Bittencourt.

Era através da Hora Literária fundada em 1911, mais tarde se transformou na Academia Sergipana de Letras, do Centro Literário Educativo (1914) e do Centro Pedagógico Sergipano de 1918 que esses homens de saber discutiam as principais diretrizes para as reformas educacionais. O Centro Literário Educativo, fundado com o apoio de Helvécio de Andrade, tinha a pretensão de servir para o desenvolvimento intelectual do Estado. Suas intenções foram difundidas numa conferência dirigida as alunas da Escola Normal, em 1914, intitulada "o Beijo" e publicada no jornal *Correio de Aracaju.* Já o Centro Pedagógico Sergipano foi destinado a congregar em seu seio as atividades intelectuais que se aplicavam ao ensino público por uma ação conjunta de médicos e professores para impulsionar e sustentar o movimento de modernização pedagógica do qual Ávila Lima foi um defensor.

Influenciado pela efervescência das idéias reformistas provenientes de São Paulo, Ávila Lima e outros intelectuais a exemplo de Deodato Maia, Evangelino de Faro, Ítala Silva Oliveira, Florentino Menezes, José da Silva Ribeiro, Possidônio Pinheiro da Rocha, Edgar Coelho e José Maria dos Santos Melo[4] empenharam-se em difundir a instrução primária

[4] Foram os primeiros envolvidos com a implantação da Liga Sergipense contra o Analfabetismo.

através de campanhas de alfabetização e da multiplicação de escolas, fundando a Liga Sergipense conta o Analfabetismo[5].

O surgimento da Liga Sergipana Contra o Analfabetismo era fruto da atuação de diferentes forças da sociedade civil e do Estado que buscavam intervir nos rumos do País embasados nas propostas educacionais ajustadas pelo ideal de regenerar a sociedade por meio da alfabetização. Como informou Souza, "manteve-se um conexão com a luta pela institucionalização da escola e elevação do analfabetismo à categoria de principal problema da sociedade"[6].

Com a implantação da Liga Contra o Analfabetismo, Ávila Lima foi indicado para assumir a presidência. No discurso de posse revelava sua esperança de transformar a sociedade sergipana em um modelo de civilidade. Na realidade seu discurso enfático deixava entrever o quanto essa oportunidade lhe serviria para consolidar sua presença no campo educacional:

> Apaixonado até as raízes d'alma pela santa causa da civilisação nacional, em cujos estudos ando empenhado de há dias, sem, aliás, achar solução para os males, que nos affligem, sinto-me diveras desvanecido ao assegurar-vos aqui que a fundação de uma 'Liga contra o Analfabetismo Nacional' trará para as nossas massas humanas uma somma bem considerável de bem estar e segurança[7].

---

5 A tese de doutorado de Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas apresenta aspectos da formação da Liga sergipense contra o analfabetismo ao enveredar pela trajetória de uma das intelectuais sergipanas mais influentes no sistema educacional, Ítala Silva de Oliveira. Neste estudo sobre a LSCA foi revelado que "Em 1920, a Liga contava com 8 escolas noturnas, espalhadas pelo interior do Estado. No ano seguinte, eram 12 escolas que alfabetizavam na capital e no interior do Estado. Em Aracaju, a liga espalhou escolas nos bairros distantes do centro da cidade e contava também com um periódico oficial denominado "Pela Pátria" desde 1919." Em: FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Educação, trabalho e ação política:* sergipanas no início do século XX. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

6 SOUSA, Clotildes Farias de. *Por uma pátria de luz, espírito e energia:* a campanha da Liga Sergipense contra o analfabetismo. (1916-1950). São Cristóvão, UFS. (Dissertação – Mestrado em Educação). 2004. p. 62.

7 LIMA, Adolpho Ávila. "Liga contra o analfabetismo no Brasil". In: *Revista do IHGS.* Ano IV, vol. IV, n. 07. Aracaju: Imprensa Oficial. 1919. p. 269 a 276.

Esse intelectual lembrava, citando Payot e Descartes, que era necessária uma educação que privilegiasse a moral e o civismo. Para Ávila Lima, era "pela prática da virtude que se faz toda a grandeza de uma república"[8]. Dessa forma, o tipo ideal de educação para esse intelectual estava relacionado à ideia de uma educação que valorizasse o cultivo das boas ações, afirmava.

Esse ideal utópico levou Ávila Lima a desacreditar na instrução pública que estava sendo exercida em Sergipe e assegurava: "chego até a pensar, nas minhas scismas pedagógicas, que a instrução desacompanhada da educação é um instrumento vil posto ao serviço da desordem e da anarchia"[9]. Suas considerações ressaltavam o papel do professor no desenvolvimento de uma educação moral. Para esse intelectual era "preciso cultivar o sentimento e o entendimento ao mesmo tempo, isto é, instruir educando e educar instruindo" [10].

Sua campanha é significativa para perceber que foi ouvido por muitos. Não é possível afirmar até que ponto suas ideias dificultaram ou o ajudaram na consolidação de sua carreira. No entanto é possível afirmar até o momento que suas ideias foram ouvidas. Isto porque muitos contemporâneos corroboravam com as afirmações de Lima publicando sua afeição em vários artigos nos jornais sergipanos. Outros, porém, expunham criticas energéticas. Dessa forma, pode-se afirmar que seu pensamento sobre a instrução pública foi palco de contendas que ajudaram a formar opiniões sobre o tipo de educação presente naquele momento. Entretanto algo ainda não está claro nessa trajetória.

Como professor concursado, Ávila Lima foi designado, em 1924, a assumir a cadeira de Psicologia Fundamental e Infantil do curso normal na Escola Normal. Afirmo isto porque também existia um curso normal em funcionamento no Atheneu. Mas a Reforma de 1924 deu alguns redirecionamentos às determinações aprovadas na reforma de 1923. O curso normal continuava com a divisão em elementar e superior e as

8 Idem. p. 270.

9 LIMA, Adolpho Ávila. "Liga contra o analfabetismo no Brasil". In: *Revista do IHGS.* Ano IV, vol. IV, n. 07. Aracaju: Imprensa Oficial. 1919. p. 269 a p. 272.

10 LIMA, Adolpho Ávila. "Liga contra o analfabetismo no Brasil". In: *Revista do IHGS.* Ano IV, vol. IV, n. 07. Aracaju: Imprensa Oficial. 1919. p. 269 a p. 272.

aulas seriam ministradas em cinco anos. As mudanças diziam respeito principalmente a inclusão e a retirada de algumas disciplinas na grade aprovada em 1923.

Para o curso normal elementar foram acrescidas as disciplinas Explanação da Constituição Brasileira e Noções de Cosmografia, para o currículo superior foi acrescida apenas a disciplina de Pedagogia e retiradas as disciplinas de Psicologia ficando o programa curricular composto da seguinte forma:

QUADRO I: DISCIPLINAS DO CURSO NORMAL EM 1924

1 ANO	2 ANO	3 ANO	4 ANO	5 ANO
PORTUGUES	PORTUGUES	PORTUGUES	FRANCES	FRANCES
ARITMETICA	ARITMETICA	ARITMETICA		
GEOGRAFIA GERAL	DESENHO	ED. MORAL E CIVICA	INGLES	INGLES
DESENHO	MUSICA	PRATICA PEDAGÓGICA	ALGEBRA	ALGEBRA
MUSICA	TRABALHOS MANUAIS	MUSICA	GEOMETRIA	GEOMETRIA
TRABALHOS MANUAIS	ECONOMIA DOMESTICA	TRABALHOS MANUAIS	FISICA E QUIMICA	HISTÓRIA GERAL
ECONOMIA DOMESTICA	EDUCAÇÃO FISICA	ECONOMIA DOMESTICA	HISTORIA NATURAL	HISTÓRIA NATURAL
EDUCAÇÃO FISICA	COROGRAFIA E COSMOGRAFIA	EDUCAÇÃO FISICA	LITERATURA	PEDAGOGIA
	NOÇÕES DE CIENCIA FISICAS E NATURAIS		PEDAGOGIA	
	NOÇÕES DE HIGIENE			
	HISTÓRIA DO BRASIL E SERGIPE			

Fonte: Regulamento expedido pela reforma de 1924. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Ora, se a Reforma de 1924 retirou a disciplina de Psicologia Fundamental e Infantil do currículo do curso normal da Escola Normal, qual disciplina o professor Ávila Lima realmente assumiu? Ele continuou lecionando as disciplinas no Atheneu? Ele foi afastado? Infelizmente ainda não foram encontrados indícios que esclareçam esse fato. No en-

tanto, não foi apenas como professor que atuou no campo educacional sergipano. Suas ações e estratégias para a disseminação dos princípios modernizantes da pedagogia foram consolidados também através do seu desempenho como Inspetor Geral de ensino.

O TRABALHO NA INSPEÇÃO PÚBLICA

A inspeção, criada com a finalidade de constatar o andamento das práticas cotidianas escolares e verificar se estas atendiam as normas legais do ensino, imprimia através da formalidade de suas ações a presença administrativa do poder público, eram os olhos vigilantes do Estado. Esses agentes encarregados pela disseminação das orientações normativas contidas nos regulamentos da instrução eram fiscalizadores e, ao mesmo tempo, orientadores.

Como assinala Souto (2005), o trabalho dos inspetores era importante para a padronização das atividades docentes através da aplicação dos programas escolares, do currículo e das normas de conduta previstos nos regulamentos internos das instituições escolares. Afirma que através das visitas às "escolas isoladas, reunidas e mesmo aos grupos escolares, fizeram cumprir as determinações prescritas em regulamentos"[11].

Dos relatórios de inspeção e termos de visitas encontrados no Arquivo Público do Estado, o de Manoel Mello[12], o de Edgar Coelho[13], Ascendino Argollo[14], Alencar Cardoso[15] e o de Adolpho Ávila Lima[16] se

[11] SOUTO, Rosiley Teixeira. *Recrutamento e qualificação de professores primários na instrução pública paulista(1892-1933):* um estudo das tecnologias do Estado. Tese de Doutorado em Educação, História, Política e Sociedade. São Paulo: PUC-SP, 2005.p.19.

[12] SERGIPE. *Relatório do Movimento Escolar do 5° districto pelo inspetor Geral do Ensino apresentado pelo inspetor Manoel José dos Santos Mello* . Aracaju: Typografia do O Estado de Sergipe, 1913.

[13] SERGIPE. *Relatório Geral do Movimento Escolar do 4° distrito apresentado pelo inspetor Edgar Coelho.* Aracaju: Typografia do O Estado de Sergipe, 1913.

[14] SERGIPE. *Relatório Geral do Movimento escolar do 2° districto de ensino primário pelo Inspetor Geral do Ensino Ascendino Argolo em 1916.* Aracaju, Typografia do O Estado de Sergipe, 1916.

[15] SERGIPE. *Relatório Geral do Movimento escolar do 2° districto de ensino primário pelo Inspetor Geral do Ensino Alencar Cardoso em 1925.* Aracaju, Typografia do O Estado de Sergipe, 1925.

[16] SERGIPE. *Relatório Geral apresentado ao exmo Sr. Dr. Helvécio de Andrade sobre o movimento escolar do 5° distrito de ensino primário pelo inspetor Adolpho Ávila Lima.* Aracaju: Typografia do O Estado de Sergipe, 1914.

destacavam pelas descrições minuciosas, pelas observações e pela avaliação realizada. Descreviam casos curiosos de comportamento de alunos e professores em relação aos conteúdos e a prática dos castigos físicos.

Apesar das aulas, palestras e as frequentes visitas, esses inspetores relatavam poucas mudanças. Assim, acreditavam que o problema da educação não estava apenas na formação, atuação dos professores e na aplicação de métodos de ensino inadequados, mas principalmente na mentalidade das famílias que tinham dificuldades de aceitar mudanças na prática escolar e que cobravam dos professores os antigos métodos de ensino.

Nas atividades de inspeção de Ávila Lima constava a preocupação de avaliar as habilitações profissionais das professoras, a organização pedagógica de cada um dos estabelecimentos educativos, verificar se eram cumpridas as exigências dos regulamentos de ensino e se as práticas escolares estavam de acordo com os princípios da Pedagogia Moderna. Assim, seus relatos demonstram as estratégias tomadas para a implementação dos programas escolares que tinham como base os princípios da pedagogia moderna.

Os relatos encontrados nessas impressões de visita permitem compreender a forma com a qual os princípios da Pedagogia Moderna foram apropriados pelos inspetores. Conforme Chartier (1990)[17] a apropriação indica o que os sujeitos sociais normalmente fazem com o que recebem e que o resultado dessa recepção permite a circularidade do conhecimento apropriado.

Assim as produções desses inspetores permitem perceber as incompreensões produzidas entorno desse movimento no campo educacional sergipano. Não só em relação as dificuldades de difusão e de aceitação dos novos princípios pedagógicos, mas da real aplicação dessas ideias já impostas de forma legal através dos regulamentos gerados pelas reformas educacionais.

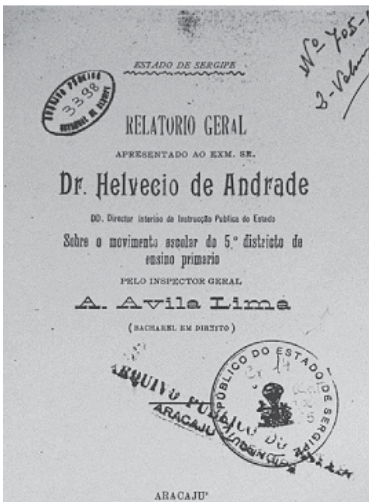
Os inspetores visitavam as escolas uma vez por trimestre apresentando a administração da instrução pública relatórios anuais descrevendo as aulas, aptidão e dedicação dos professores, verificando a eficiência

[17] CHARTIER, Roger. *A História Cultural:* entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

da instituição escolar através do aproveitamento dos alunos e propondo soluções didáticas para melhorar as condições de ensino relatadas. Deveriam ainda apontar as falhas observadas e suspender os professores faltosos. Como é possível verificar através dos relatos de Ávila Lima:

> Em varias escolas primarias, regidas por professoras leigas, encontrei ainda se ministrando à infância o ensino da leitura pelo caduco systema da soletração, ao que me oppuz francamente, observando a esse professorado incompetente que a pedagogia moderna já de há muito havia condemnado tal velharia, que fora substituído pelo processo de palavração, em obediência aos reclamos do methodo analytico[18].

No relatório elaborado por Adolpho Ávila Lima, em 1913, foi possível perceber que suas observações e interferências eram mais incisivas, principalmente na conscientização dos professores quanto ao uso de livros escolares, posturas pedagógicas e métodos avaliativos.


ESTADO DE SERGIPE

RELATORIO GERAL

APRESENTADO AO EXM. SR.

Dr. Helvecio de Andrade

DD. Director interino da Instrucção Publica do Estado

Sobre o movimento escolar do 5.º districto de ensino primario

PELO INSPECTOR GERAL

A. Avila Lima

(BACHAREL EM DIREITO)

ARACAJU'

Fig:02. Capa do Relatório de Inspeção de Ávila Lima. 1914. Aracaju. APES

[18] SERGIPE. *Relatório Geral apresentado ao exmo. Sr. Dr. Helvécio de Andrade sobre o movimento escolar do 5º distrito de ensino primário pelo inspetor geral A. Ávila Lima.* Aracaju: Typografia d´O Estado de Sergipe. 1914. p. 12.

Além das fiscalizações, o regulamento da instrução pública definia que ele era responsável por dar instruções didáticas aos professores e diretores, promover cursos temporários, conferências e cursos divulgados no *Diário Oficial*. Além disso, Ávila Lima deveria comparecer diariamente à diretoria da instrução pública para auxiliar o diretor e planejar juntos os roteiros de viagem antes de cada visita. Neste período o diretor da instrução pública era o professor Helvécio de Andrade.

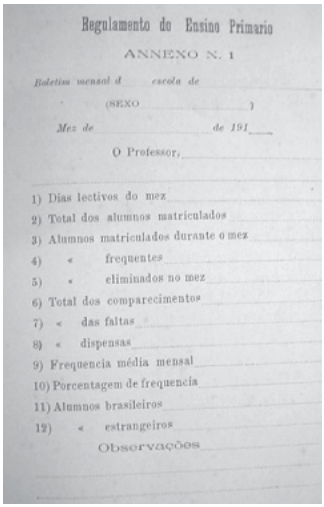
No entanto, mesmo com a regulamentação do cargo faltavam ainda recomendações que pudessem corroborar para o trabalho de inspeção. Não havia no texto regulamentar orientações que ajudassem a elaborar as estatísticas escolares, a fiscalização dos cursos e dos professores talvez isso justifique as diferenças de critérios avaliativos na construção dos relatórios. Nem sempre as observações presentes em um determinado relatório traziam análises semelhantes em outro relatório. A norma também não deixava claro até que ponto os delegados e inspetores do ensino podiam interferir na rotina das escolas primárias.

Essas faltas muito presentes na Reforma de 1911, só foram sanadas depois da publicação do novo regulamento em 1912. No tópico que dizia respeito aos inspetores de ensino, o regulamento de 1912 restringiu-se a normatizar as ações desses profissionais da educação. Chamados de agentes técnicos da direção, eles deveriam atuar apenas na organização interna das escolas. Nesse regulamento definia quem poderia ser ou não inspetor, determinava normas mais claras ao definir o tipo ideal de inspetores.

Dizia o texto normativo que eles deveriam ter idade legal para o magistério e competência pedagógica e, principalmente, ser do sexo masculino. Podiam se candidatar normalistas titulados com no mínino dois anos de experiência, lentes do Atheneu e da Escola Normal, diplomados em qualquer escola superior do País e não diplomados com reconhecida competência no campo educacional. Foi através dessa determinação que Ávila Lima pode prestar concurso.

Conforme Guaraná (1925) após Lima ter exercido o cargo de promotor em Propriá e em Estância, foi nomeado em 1913 para exercer

o cargo de Inspetor Geral do ensino do 2º distrito escolar[19]. Em 1924, os regulamentos de ensino já traziam em anexo os modelos de boletins que deveriam ser preenchidos por esses profissionais.



Regulamento do Ensino Primario

ANNEXO N. 1

Boletim mensal d escola de

(SEXO)

Mez de de 191

O Professor,

1) Dias lectivos do mez
2) Total dos alumnos matriculados
3) Alumnos matriculados durante o mez
4) « frequentes
5) « eliminados no mez
6) Total dos comparecimentos
7) « das faltas
8) « dispensas
9) Frequencia média mensal
10) Porcentagem de frequencia
11) Alumnos brasileiros
12) « estrangeiros

Observações

Fig. 03: Boletim de visitas às escolas primárias. Fonte: Arquivo do APES. Regulamento da Instrução Pública de 1924.

A partir da Reforma de 1931, exigia-se que os candidatos a inspeção deveriam ter uma idade superior a 25 anos e inferior a 30 anos. Conforme Almeida esses candidatos deveriam ter uma conduta adequada aos padrões de civilidade e ter boa saúde. Além disso, deveriam passar por uma prova escrita e por uma aula prática que versava sobre Psicologia aplicada a Educação, Metodologia e Higiene Escolar[20].

Esse concurso era realizado por três professores e presidido pelo diretor da instrução pública. Já em 1941, os parâmetros de avaliação dos inspetores sofreram mudanças, dentre elas os assuntos exigidos para a realização do concurso. Estes estariam relacionados às disciplinas

[19] GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico de Sergipe.* Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925.

[20] ALMEIDA, Anne Emilie Sousa de. *A difusão do ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos.* São Cristóvão: UFS/NPGED, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). p.59.

de Pedagogia, Didática, História da educação, Legislação do ensino e Administração escolar de modo que o inspetor tivesse conhecimento suficiente para orientar professores e diretores das instituições escolares.

A legislação pertinente a reforma define essas atribuições que davam legitimidade a ação desses funcionários. Para Reis Filho (1995) muitas vezes as ações de fiscalização prevalecia sobre as ações de orientação, que naquele momento era cogente para a administração da instrução pública, fazer com que professores e demais envolvidos com a instrução adotassem os métodos e princípios da Pedagogia Moderna[21].

Raramente se encontra nos relatos de Ávila Lima escolas primárias isoladas que tivessem todos os materiais requisitados pelo regulamento da instrução. Normalmente os materiais mais citados eram a cartas de Parker e os planisférios para o estudo da Geografia. Através desses relatórios é possível imaginar como estavam dispostas as escolas primárias isto porque descrevem não só as práticas, mas os mobiliários escolares.

Como inspetor, Ávila Lima, foi um veículo pelo qual as ideias de modernização pedagógica foram difundidas, na realidade essa era uma das funções que regulamentava suas atividades. Pelo que os relatos de visita permitiram entrever, cabia-lhe inspecionar, mas também divulgar e tirar as dúvidas sobre as novas metodologias de ensino, sobre a necessidade de inclusão de novas práticas escolares como a ginástica, o canto dos hinos escolares, sobre as formas avaliativas, sobre importância das noções de higiene. Mas os resultados apontados demonstravam que a sociedade não estava pronta para aceitar as mudanças que as reformas propunham.

OS LUGARES DE FALA E A DIFUSÃO DAS IDEIAS DE ÁVILA LIMA

Uma das práticas que marcavam a vida intelectual sergipana era a oralidade e a erudição. Muitos dos intelectuais utilizavam essas estratégias como forma de ascensão e prestígio social. As publicações de artigos nos jornais sergipanos também eram formas aprovadas de

[21] REIS FILHO, C. *Educação e ilusão liberal:* origens da escola pública paulista. São Paulo: Autores Associados, 1995.

apreender certa posição no interior do campo. Essa última foi a mais utilizada por Ávila Lima. Teve acesso a alguns jornais que circulavam em Sergipe naquela época, publicava freqüentemente em *O Estado de Sergipe*, *Gazeta de Sergipe*, *Diário da Manhã* e *O Norte,* de Propriá. Além disso, foi um assíduo colaborador de jornais de outros estados, como o *Diário de Notícias*, da Bahia; do jornal *Pernambuco*, de Recife e da *Revista do Direito,* do Rio de Janeiro[22].

Essas publicações deram certa visibilidade a esse intelectual da educação. Em muitos jornais estavam presentes artigos que faziam apreciações sobre as atuações de Ávila Lima tanto no campo jurídico como no educacional. Um artigo publicado na *Gazeta de Sergipe,* por ocasião do aniversário dele, foi exemplo disso. A troca de elogios, estratégia comum entre os pares, instituía um processo de legitimação dos *bens simbólicos*[23] de quem estivesse sendo elogiado, motivando a ascensão na hierarquia do campo intelectual.

> O calendário assigna amanhã, a data natalícia do illustre homem de letras doutor Adolpho de Ávila Lima, advogado de incontestável saber jurídico e de grande nomeada em nosso fôro. Cavalheiro de fina educação e trato filosófico, o doutor Ávila Lima goza no meio social sergipano de elevada estima e consideração, pelas nobres qualidades que possue. Intelligencia robusta, jornalista e poeta, o anniversariante distincto é uma das figurações de relevo da actual geração intelectual de Sergipe [24].

As rivalidades ou mesmo a atração entre os membros de um determinado grupo são regidas pelas estruturas de sociabilidade definidas dentro do *campo*. Dessa forma, os debates hostis efetuados por Helvécio de Andrade, Ávila Lima e Ítala Silva demonstravam o grau de tensão das redes de intelectuais que compartilhavam interesses ou

[22] GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico de Sergipe.* Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925.

[23] BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

[24] "Advogado Adolpho Ávila Lima". *Gazeta de Sergipe.* Aracaju, 25 de Agosto de 1928, ano II, n. 234. p.1.col. 3.

estabeleciam concorrências entre si. Essas polêmicas definiam, mesmo que parcialmente, a atmosfera intelectual de uma época. Conduzidos pela oportunidade de ascender sob a falha do outro, esses professores deliberavam o grau de prestígio e legitimidade de que gozavam perante a sociedade.

As criticas de Ávila Lima em relação a Helvécio de Andrade circulava em torno de uma publicação direcionada as alunas da Escola Normal chamada *Curso de Pedagogia.* Era um ensaio didático sobre a Pedagogia, Pedologia, Psicologia Experimental e Noções de Higiene Escolar publicada em 1913.

As críticas de Ávila Lima referiam-se a forma com a qual Helvécio de Andrade defendia e expunha seus argumentos em relação a Psicologia, apresentando-a como uma ciência experimental. Lima afirmava que: "por melhores que sejam as intenções do seu auctor, não prehenche absolutamente o fim que foi collimado, uma vez que foi escrito sob o ponto de vista abstrato e estéril, confuso e anarchico...."[25].

Diante da leitura de alguns textos escritos por Ávila Lima foi possível levantar a proposição de que esse intelectual não se opôs à Pedagogia Moderna. Ele apenas não acolhia as ideias que Helvécio de Andrade difundia sobre ela. Tratavam-se, pois, de *apropriações*[26], de leituras díspares de um mesmo movimento. Esse desacordo também pode estar arrolado à rivalidade que ambos travaram para conseguir a legitimidade sobre o domínio dos preceitos da Pedagogia Moderna. Os discursos deles sobre esse movimento modernizador não eram tão diferentes, contudo muitos aspectos eram comuns nas duas falas.

Ambos defendiam o trabalho, o dever e a pátria como os "mais nobres intuitos da Pedagogia Moderna"[27], eram contra a emulação como procedimento educativo e divulgavam a necessidade da educação moral. Em contrapartida, divergiam quanto à necessidade de

---

25 LIMA, Adolpho Ávila. "Crítica e Ensaios de Psychologia pedagógica I". *Diário da Manhã*. Aracaju, 7 de Agosto de 1914, ano IV, n. 992. p. 2. col. 3.

26 CHARTIER, Roger. *A História Cultural:* entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

27 LIMA, Adolpho Ávila. "Nos domínios da Instrução Pública". *O Estado de Sergipe*. Aracaju, 21 de Setembro de 1913, ano XV, n. 2729. p. 1. col. 1-2.

ser ministrado nas escolas o ensino de religião, que foi uma questão polêmica discutida desde a segunda metade do século XIX no campo educacional sergipano.

Na atuação de Ávila Lima como professor e inspetor da instrução publicou vários artigos apontando os problemas que encontrava e proferindo algumas conferências demarcando sua apropriação sobre o movimento de modernização pedagógica. Dentre os artigos e conferências publicadas podem ser citados: *Conferência cívica* realizada a 13 de maio de 1913 na cidade da Estância publicado no jornal "A Razão", *Nos domínios da ciência moderna* – No mesmo jornal em 1913; *Nos domínios da filosofia pedagógica*, publicado no "O Estado de Sergipe" em 21 de setembro de 1913; *Conferência cívica* lida no dia 21 de abril de 1914 no Colégio "Tobias Barreto", como Inspetor geral do ensino. *Relatório Geral* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Helvécio de Andrade, d.d. Diretor interino da Instrução Pública do Estado[28].

Em relação as querelas que travou com Helvécio de Andrade publicou *Críticas e ensaios de psicologia pedagógica* numa série de 12 artigos no jornal Diário da Manhã em 1914, *Réplicas e tréplicas* numa série de 18 artigos no mesmo jornal em 1914. Além desses artigos, é possível encontrar seus posicionamentos contra esse diretor da instrução pública no texto *Em defesa da verdade e da honra* publicado no Jornal O Estado de Sergipe, *Carta pedagógica. Fragmentos de uma homenagem,* em 1915, e *Recapitulações Pedagógicas*. Em 1916 pronunciou as conferencias *Liga contra o analfabetismo no Brasil* e *Esboço histórico da Instrução pública no Brasil*.

As produções fruto das atividades desenvolvidas por esses intelectuais da educação refletem a tentativa de dotar o sistema educacional de uma rede de saber estável com base no ideal modernizador republicano. Além disso, através das reformas buscam institucionalizar a atividade intelectual e ao mesmo tempo garantir a legitimidade das práticas escolares tidas como aptas para preparar o homem republicano. Dessa

[28] GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico de Sergipe.* Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925.

forma, tanto instituições culturais como educacionais eram utilizadas por esses intelectuais da educação como palco para a propagação dos ideais republicanos para a educação, dos ideais da Pedagogia Moderna.

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Biblioteca Pública Epiphanio Dória, a Escola Normal, o Atheneu Sergipense, os gabinetes de leitura, a Hora Literária, a Academia Sergipana de Letras eram instituições que serviam como instâncias de consagração cultural e reconhecimento dentro do campo educacional e cultural. Como instituições leigas, também serviam para direcionar e orientar as atividades intelectuais. Nesse período, Sergipe apresentou um crescimento visível da produção literária com a instalação de instituições dedicadas à difusão do conhecimento.

Nessa direção, como defensor e difusor dos princípios da modernização do ensino, suas produções sobre a Psicologia e a educação, sobre os métodos de ensino e sobre as práticas pedagógicas não passaram desapercebidas no campo educacional, pelo contrário, foram lidas e discutidas por outros sujeitos que também se propuseram a pensar a educação naquele momento. Por mais polêmicas e acirradas que fossem suas discussões sobre a educação, conquistou o carisma e legitimidade de seus pares e pares concorrentes. Foram suas ações, propostas e atuações no campo educacional que lhe garantiu conquistar cargos importantes e interferir no processo de conformação da instrução pública durante as primeiras décadas republicanas.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Anne Emilie Sousa de. *A difusão do ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos.* São Cristóvão: UFS/NPGED, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação).

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: *Usos de Abusos da História Oral.* Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira(coords). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação.* Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.) Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Ciências Sociais da Educação).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural:* entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Educação, trabalho e ação política:* sergipanas no início do século XX. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico de Sergipe.* Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe, 1925.

"Advogado Adolpho Ávila Lima". *Gazeta de Sergipe.* Aracaju, 25 de Agosto de 1928, ano II, n. 234. p.1.col. 3.

LIMA, Adolpho Ávila. "Crítica e Ensaios de Psychologia pedagógica I". *Diário da Manhã.* Aracaju, 7 de Agosto de 1914, ano IV, n. 992. p. 2. col. 3.

LIMA, Adolpho Ávila. "Nos domínios da Instrução Pública". *O Estado de Sergipe*. Aracaju, 21 de Setembro de 1913, ano XV, n. 2729. p. 1. col. 1-2.

LIMA, Adolpho Ávila. "Liga contra o analfabetismo no Brasil". In: *Revista do IHGS.* Ano IV, vol. IV, n. 07. Aracaju: Imprensa Oficial. 1919. p. 269 a 276.

REIS FILHO, C. *Educação e ilusão liberal:* origens da escola pública paulista. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SERGIPE. *Relatório do Movimento Escolar do 5° districto pelo inspetor Geral do Ensino apresentado pelo inspetor Manoel José dos Santos Mello* . Aracaju: Typografia do O Estado de Sergipe, 1913.

SERGIPE. *Relatório Geral do Movimento Escolar do 4° distrito apresentado pelo inspetor Edgar Coelho.* Aracaju: Typografia do O Estado de Sergipe, 1913.

SERGIPE. *Relatório Geral do Movimento escolar do 2° districto de ensino primário pelo Inspetor Geral do Ensino Ascendino Argolo em 1916.* Aracaju, Typografia do O Estado de Sergipe, 1916.

SERGIPE. *Relatório Geral do Movimento escolar do 2° districto de ensino primário pelo Inspetor Geral do Ensino Alencar Cardoso em 1925*. Aracaju, Typografia do O Estado de Sergipe, 1925.

SERGIPE. *Relatório Geral apresentado ao exmo Sr. Dr. Helvécio de Andrade sobre o movimento escolar do 5° distrito de ensino primário pelo inspetor Adolpho Ávila Lima.* Aracaju: Typografia do O Estado de Sergipe, 1914.

SERGIPE. *Relatório Geral apresentado ao exmo. Sr. Dr. Helvécio de Andrade sobre o movimento escolar do 5º distrito de ensino primário pelo inspetor geral A. Ávila Lima.* Aracaju: Typografia d´O Estado de Sergipe. 1914. p. 12.

SOUSA, Clotildes Farias de. *Por uma pátria de luz, espírito e energia:* a campanha da Liga Sergipense contra o analfabetismo. (1916-1950). São Cristóvão, UFS. (Dissertação – Mestrado em Educação). 2004.

SOUTO, Rosiley Teixeira. *Recrutamento e qualificação de professores primários na instrução pública paulista (1892-1933):* um estudo das tecnologias do Estado. Tese de Doutorado em Educação, História, Política e Sociedade. São Paulo: PUC-SP, 2005.

Artigo enviado em 29 de março de 2012.

Aprovado em 30 de abril de 2012.

AMYNTHAS JOSÉ JORGE, O ENTUSIASTA DA LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO

Clotildes Farias de Sousa*

RESUMO:
O texto apresenta Amynthas José Jorge como o entusiasta da Liga Sergipense contra o Analfabetismo face o desenvolvimento da campanha nacionalista estadual. Destaca o papel que o Almirante assumiu ao se tornar o defensor da pátria, tomando a escola, a leitura e a escrita como parâmetros para realização de um ensino real e efetivo. Como legítimo representante em Sergipe do grupo de intelectuais considerados heróis da salvação nacional, da independência espiritual pela simples difusão do ABC, a sua relação com a Liga Sergipense contra o Analfabetismo é percebida sob a ótica da história da educação, mediante aplicação dos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural que legitimam objetos de estudo desse tipo, assim como a incorporação de fontes diversificadas.

Palavras-chave: Amynthas José Jorge, entusiasmo pela educação, analfabetismo.

ABSTRACT:
The text presents Amynthas Jose Jorge as enthusiastic of Liga Sergipense against the Illiteracy the face the development of the state nationalistic campaign. It detaches the paper that the Admiral assumed to if becoming the defender of the native land, taking the school, the reading and the writing as parameters for accomplishment of a real and effective education. As legitimate representative in Sergipe of the group of considered intellectuals heroes of the national salvation, of independence spiritual for the simple diffusion of the ABC, its relation with Liga Sergipense against the Illiteracy is perceived under the optics of the history of the education, by means of application of estimated the theoretician-metodológicos of Cultural History who legitimize objects of study of this type, as well as the incorporation of diversified sources.

Word-key: Amynthas Jose Jorge, enthusiasm for the education, illiteracy.

* Mestre em Educação e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora da Rede Pública Estadual de Ensino.

Face às comemorações do Sesquicentenário do nascimento de Amynthas José Jorge, em 6 de outubro de 2010, apresentei o texto ora transformado em artigo na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. A grata oportunidade a mim concedida pelos diretores do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe incentivou-me a prestar homenagem ao ilustre sergipano. O texto lido na ocasião e agora apresentado trata de Amynthas José Jorge pelo viés da Liga Sergipense contra o Analfabetismo, o grande mote do seu entusiasmo. A relação entre essa instituição e o homenageado é especial, conforme há algum tempo defendo no âmbito da história da educação, desde que me deparei com uma profícua literatura e com um rico conjunto de fontes sobre as ligas nacionalistas, assim como sobre a Liga Sergipense contra o Analfabetismo e os intelectuais que a fundaram e ampararam[1].

É feliz a afirmação dos biógrafos de Amynthas José Jorge quanto à condição dele ser a "alma da Liga Sergipense", apesar dessa não ser uma obra exclusivamente sua. Na verdade, foi o mais notável entusiasta da campanha pró-alfabetização e a biografia dele já aponta para isso, quando se observa as causas e compromissos sociais que assumiu ao longo de sua vida. Sobre a sua pessoa, importantes são as referências contidas nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nasceu em Aracaju, em 11 de julho de 1860. Os pais eram baianos, o farmacêutico Marcelino José Jorge e a senhora Candida Leopoldina de Sampaio Jorge, por isso estudou no Ginásio Baiano, em Salvador, mas passou pelo Ateneu Sergipense, antes de ingressar no Colégio Naval e na Academia Naval no Rio de Janeiro[2]. Uma vez reformado, envolveu-se com afinco na ampliação dos espaços culturais sergipanos, fundando e promovendo várias entidades filantrópicas. A projeção do seu nome na sociedade local e nacional ampliou-se com a atuação na Liga Sergipense contra o Analfabetismo, tanto quanto o nome da própria Instituição.

---

1 SOUSA, Clotildes Farias de. *Por uma pátria de luz, espírito e energia.* A campanha da Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916-1959). Dissertação de Mestrado em Educação. Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2004.

2 JULIANO, Simões. Almirante Amynthas José Jorge. *Revista do IHGS*. Aracaju, vol. XIX, n. 24, pp. 56-61, 1960.

O entusiasmo de Amynthas José Jorge não era algo isolado. A fundação da Liga foi obra de um projeto maior de construção do País, de difusão das luzes do saber e do amor à Pátria. Olavo Bilac esteve na liderança do movimento nacionalista propagado por todo país nas primeiras décadas do Século XX que tomou a escola e as ligas anti-analfabetismo como fundamento de uma edificação democrática. Uma das mais importantes organizações cívicas inspiradas nas proposições de Bilac foi a Liga de Defesa Nacional, fundada por ele próprio, Pedro Lessa e Miguel Calmon, no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1916. Corolário dessa Cruzada, a Liga Brasileira contra o Analfabetismo ganhou destaque e simpatizantes em Sergipe em função das expectativas suscitadas de reorganização nacional e de melhores dias para nação.

As instituições nacionalistas tinham uma missão salvadora e buscavam construir uma nova identidade para Sergipe e para o Brasil. Assim, em nome do engrandecimento da Pátria, foi fundada a Liga Sergipense contra o Analfabetismo no dia 24 de setembro de 1916. Intelectuais e autoridades reunidos no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe aclamaram os primeiros protetores e diretores, na presença do Presidente do Estado, Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão que recebeu o título de "presidente honorário" e prometeu esforços no sentido do desenvolvimento da Associação[3]. A primeira diretoria foi composta por Adolpho Ávila Lima, presidente; Alcebiades Corrêa Paes, vice-presidente; Itala Silva de Oliveira, primeira secretária; Florentino Menezes, segundo secretário; José da Silva Ribeiro, tesoureiro; Evangelino de Faro, orador[4].

Para a fundação concorreu o 5º Congresso Brasileiro de Geografia e o incentivo do geógrafo Theodoro Sampaio, presidente da comissão

[3] INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Acta da sessão extraordinária em 24 de Setembro de 1916 – presidida pelo exmº. General Oliveira Valladão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, ano V, v. V, n. 9, pp. 242-243, 1920. Sobre a mesma questão tratam: BARRETO NETO, Manuel Caldas. Relatório dos trabalhos e ocorrências do período social de 1916 a 1917, apresentado pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, ano IV, v. IV, n. 8, pp. 285-300, 1919. COSTA FILHO, Luiz José da. Reminiscencias e impressões do 5º Congresso Brazileiro de Geographia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, ano III, v. 04, fascículos I – IV, n. 06, pp. 113-124, 1919.

[4] LSCA. *Acta de instalação*. Aracaju, 24 de outubro, 1916.

organizadora do evento, ao propor aos intelectuais presentes a defesa do ensino primário em seus Estados, pois era preciso livrar cada Capital do analfabetismo até o Centenário da Independência do Brasil. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, representado no Congresso pelo advogado Luiz José da Costa Filho, aderiu àquela proposta porque tinha papel central no movimento de construção da identidade sergipana, a função de "(...) ser a voz dos sergipanos, traduzir o sentimento destes nos diferentes momentos de sua experiência como povo autônomo"[5]. Ao estudar a Casa de Sergipe, o Professor Itamar Freitas afirmou que uma de suas funções era civilizar a comunidade, a partir da irradiação dos "(...) saberes básicos, responsáveis por retirar as massas humanas do pântano da ignorância". Com este objetivo "(...) o grêmio engajou-se na fundação e desenvolvimento da Liga Sergipense contra o Analfabetismo" [6].

Quando da fundação daquela Liga, o nível de instrução da população no Brasil era inferior ao de todos os países latinos, com exceção da Bolívia e da Venezuela. Segundo dados da época, apenas 17% da população brasileira tinha acesso à escola, de um total de trinta milhões de habitantes[7]. Nas primeiras décadas do século XX, Sergipe passou por uma fase de euforia em termos de mudanças sociais, uma vez que a chegada da República trouxe alterações positivas nos diversos setores: político, econômico e social[8]; porém, o problema educacional mantinha-se na ordem do dia.

O combate ao analfabetismo ganhou conotação de algo superior, por se tratar da emancipação da ignorância, da apatia e amolecimento supostamente típicos da nação. Nos anos de 1910, o tema dominou as conferências, os escritos. Em vários espaços sociais foi discutido: imprensa, parlamento, tribuna e praças públicas. No Centro Cívico Amynthas

5 FREITAS, Itamar. *A 'casa de Sergipe'*: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1999). Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social). PPHS/IFCS/UFRJ, 2000, p. 85.

6 Id. p. 91.

7 LIMA, Adolpho Avila. Liga Sergipense contra o Analphabetismo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, ano XI, v. 4, n. 8, pp. 269-276, 1916.

8 SOUZA, Cristiane Vitório. *A República das letras (1889-1930)*. São Cristóvão. Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, 2001.

Jorge[9], no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e na Loja Maçônica Cotinguiba todos debatiam o assunto. Rodrigues Dória, por exemplo, compreendeu a questão do analfabetismo como grave problema, pois lhe parecia ser o analfabeto um sujeito sem aspirações e recursos para progredir. Sem saber ler e escrever, esse sujeito ficava impedido de se comunicar e tinha a privacidade infringida; a sua autonomia e o seu desenvolvimento ficavam comprometidos porque sequer podia apreciar por si mesmo as notícias telegráficas, ilustrar o espírito nas grandezas da ciência ou nas belezas de um romance. Sob o ponto de vista de Rodrigues Dória, o analfabeto vivia alheio aos seus semelhantes e era um tipo de homem que não servia à Pátria. Essa visão era comum à época e perdurou ao longo da primeira metade do Século XX. Na verdade, a extinção do analfabetismo tornou-se, inclusive, uma questão de segurança nacional e de condição para o progresso do Brasil, afirmando-se por vezes a sua possibilidade de resolução dos problemas nacionais[10].

Amynthas Jorge tornou-se um defensor da pátria ao assumir a escola, a leitura e a escrita como parâmetros para realização de um ensino real e efetivo, a ser disseminado por toda parte. O entusiasmo pela educação[11] em Sergipe fez os seus representantes dentre os intelectuais que como ele se viram na condição de heróis da salvação nacional, da independência espiritual pela simples difusão do ABC[12]. Letrados e integrados à sociedade, os heróis da salvação nacional que participaram da "marcha para a civilização"[13] destacavam-se do restante da população, da grande maioria analfabeta, considerada doente.

---

9 O Centro Cívico Amynthas Jorge foi criado em 1917. No dia 13 de maio de 1919, aconteceu uma sessão deste Centro no salão da Biblioteca Pública do Estado, às 19 horas. Clodomir Silva dissertou sobre o significado daquela data, a banda do Corpo Policial se apresentou e os alunos do Grêmio Escolar, das escolas noturnas da Liga Sergipense contra o Analfabetismo e da rede oficial de ensino entoaram o hino da República. CORREIO DE ARACAJU. Centro Civico Amynthas Jorge. Ano XIII, n. 2595, p. 1, 13 de maio de 1919.

10 HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia*: a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

11 NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 2ª.Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 (1ª Edição 1974), 1998.

12 SANTIAGO, Enock. Liga Sergipense contra o Analphabetismo. *Estado de Sergipe*. Aracaju, ano XX, n. 5854, p. 4, 2 de outubro de 1919.

13 SOUZA, Cristiane Vitório. *A República das letras* (*1889-1930*). São Cristóvão. Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, 2001, p. 55.

Os combatentes da conhecida chaga nacional assumiram a frente da batalha em postos diferentes, o principal posto da Liga Sergipense contra o Analfabetismo foi reservado ao almirante Amynthas José Jorge. No dia 6 de maio de 1917, Adolfo Ávila Lima, então presidente da Associação, renunciou para assumir a secretaria do Diretório Sergipano da Liga de Defesa Nacional. Em reunião realizada em sua própria residência, na Rua Itabaiana, comunicou ao vice-presidente e demais diretores presentes, o nome do seu substituto[14]. Essa nomeação gerou um dos maiores conflitos entre os sócios-diretores, sendo questionada pela professora Itala Silva de Oliveira, primeira secretária e professora da Liga. Segundo ela a decisão contrariava os Estatutos da Associação porque a escolha dos presidentes devia acontecer em Assembléia Geral e na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Além disso, ela perguntava que autoridade tinha um presidente para se destituir e empossar um substituto, ao mesmo tempo.

À parte a controvérsia suscitada pelas críticas da Professora, Amynthas José Jorge foi eleito presidente da Liga Sergipense em assembléia geral e a sua empresa teve início. O envolvimento dele com a campanha foi bastante significativo e deve ser percebido sob o viés da experiência pessoal. Há pouco tempo tinha retornado a Sergipe para fixar residência, quando ingressou na campanha de combate ao analfabetismo. A carreira militar foi interrompida quando retornou a terra natal, após anos de estudos e atividades navais. Esse oficial da Marinha de Guerra recebeu importantes condecorações até alçar a condição de almirante. Reformou-se em 8 de maio de 1912 e retornou a Sergipe, assumindo cinco anos depois a presidência da Liga Sergipense contra o Analfabetismo.

Os ensinamentos obtidos e as funções exercidas nas Forças Armadas lhe valeram prestígio e entusiasmo suficientes para que pudesse atuar de forma intensa na vida social de Sergipe, fundando e dirigindo instituições das mais importantes. Para alguns contemporâneos, ele foi o legítimo patriota, o homem que aprendeu na grande escola de civismo e

[14] DIARIO DA MANHÃ. Liga Sergipense contra o Analphabetismo – acta. Aracaju, ano VII, n. 1770, p.2, 9 de maio de 1917.

senso prático, chamada marinha, onde se tinha apurada a inteligência, a atenção e a bondade.

Político, altruísta, abnegado, desprendido e patriota, essas qualidades o legitimaram entre os anos de 1917 e 1945. Participou da reforma do Hospital Santa Izabel, da construção do "Campo Adolfo Rolemberg" e da fundação do Club Sportivo Feminino[15]. Recebeu o mérito pela iniciativa de criação da Escola de Aprendizes Marinheiros em Sergipe. Foi um dos organizadores do primeiro Núcleo Filatélico de Sergipe. Presidiu a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo Rio Branco, o Rotary Club de Aracaju, a Liga Esportiva e do Esporte Clube Cotinguiba e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foi Intendente Municipal de Aracaju duas vezes: de 24 de outubro a 27 de dezembro de 1926 e de 17 a 20 de outubro de 1930. Em 1929, chefiou a campanha da Aliança Liberal em Sergipe. Foi membro do Partido Social Progressista.

O prestígio social e político favoreceram-lhe as conquistas em prol da alfabetização e convenceram os familiares e amigos. Muitos se tornaram sócios da Liga Sergipense contra o Analfabetismo por seu intermédio; até autoridades públicas, municipais, estaduais e federais renderam subsídios à causa, com significativas subvenções a favor da expansão da campanha. Os auxílios vieram sob as mais diversas formas: ofertas em dinheiro, espaços, móveis, prêmios e material escolar. Até roupas e calçados foram doados. Os espaços culturais freqüentados por Amyntas Jorge se tornaram lugares de arrecadação permanente. Não foram poucas as ocasiões em que as sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe se tornaram propícias às coletas. A Loja Maçônica Cotinguiba passou a contribuir permanentemente. Empresas como o Eden-Cinema colaboraram com

[15] O Club Sportivo Feminino reuniu o escol das senhoras e senhoritas da sociedade aracajuana. Aquela sociedade não tinha congêneres no Norte do Brasil e serviu para difundir entre as mulheres a cultura dos esportes em geral. Através daquele clube, a cidade viu pela primeira vez, apresentados em público, os páreos de regatas com escaleres tripulados por moças, partidas de basquete, vôlei e tênis, com competidoras e conjuntos formados por mulheres da elite. PEREIRA, Joaquim dos Santos. Dados Biográficos do Almirante Amynthas José Jorge. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, ano VI, v. XIV, n. 19, pp. 81-97, 1945- 1948. Mais informações em: DIARIO DA MANHA. Club Desportivo Feminino. Aracaju, ano IX, n. 2359, p. 2, 3 de março de 1919. DIARIO DA MANHA. Club Desportivo Feminino. Aracaju, ano IX, n. 2394, p. 2, 17 de agosto de 1919. CORREIO DE ARACAJU. Uma Matinée dansante do Club Feminino. Aracaju, p. 2, 30 de abril de 1924.

a organização de caixas públicas para a coleta de gorjetas do público freqüentador, em forma de vales cupons e moedas[16].

Estado e municípios subvencionaram a campanha sergipana de combate ao analfabetismo, de modo que a Liga Sergipense contra o Analfabetismo esteve em segundo lugar na ordem dos valores recebidos por instituições no Estado. "A partir de 1917, a legislação também autorizava a subvenção estatal a algumas sociedades de caráter científico e literário como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Cinco anos depois, seis sociedades já eram contempladas com o mesmo benefício. Estavam fixadas como despesas as subvenções ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Liga Sergipense Contra o Analfabetismo (...)"[17]. A Associação foi favorecida com a declaração de sua "utilidade pública", mas também com o apoio pessoal de representantes da Câmara Federal que faziam doações em dinheiro a favor da campanha[18].

Subvenções públicas e particulares periódicas não bastaram à expectativa do Almirante e ele buscou outras fontes de recursos para a Liga, explorando ao máximo a capacidade de participação dos colaboradores. Para cooperar com a campanha, a comunidade se envolveu nos espetáculos de teatro, música, dança, cinema e literatura que reuniram a sociedade local no Teatro Carlos Gomes, no Cinema Moderno, no Eden Cinema e no salão da Biblioteca Pública. Os "festivais beneficentes" organizados por Amynthas Jorge conseguiram sensibilizar considerável número de pessoas que se tornaram crentes de que os problemas do Brasil se resolveriam com boa dose de generosidade e consciência patriótica. Por isso os espetáculos renderam tanto a campanha, ajudando a saldar dívidas com pessoal, compra e conserto de material permanente, aquisição de material escolar, realização de eventos, produção de impressos e expediente.

---

16 CORREIO DE ARACAJU. Liga Sergipense contra o Analphabetismo – a matineé de domingo em seu beneficio". Aracaju, ano XIII, n. 2671, p. 2, 26 de agosto de 1919.

17 FREITAS, Itamar. *A 'casa de Sergipe':* historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1999). Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social). PPGHS/IFCS/UFRJ, 2000, p. 85.

18 CORREIO DE ARACAJU. Um bello gesto de philantropia – uma importante dadiva a Liga contra o Analphabetismo. Aracaju, ano XV, n. 3321, p. 2, 05 de janeiro de 1922.

Na década de 1930, a Cruzada Nacional de Educação deu novo impulso a campanha em Sergipe. Surgida em 1932 como representação maior dos movimentos em favor da difusão do ensino e da criação de escolas para adultos e crianças, essa Cruzada tomou proporções notáveis diante do perigo reconhecido de o Brasil se colocar logo depois da China e da Índia, como detentor do maior número de analfabetos. Esta perspectiva passava a ser assustadora, no quadro de entusiasmo pelo desenvolvimento econômico que caracterizava aqueles anos. Por isso, o combate ao analfabetismo ganhou novo fôlego e a educação continuou a ser apresentada como a solução de todos os problemas. Em 1934, um grupo de estudantes universitários chegou a Sergipe e foi recebido pelo presidente da Liga estadual em sua própria residência. Os estudantes tiveram com ele uma conferência, na qual tomaram ciência do trabalho desenvolvido pela Liga Sergipense. Com o incentivo da Embaixada Universitária da Cruzada Nacional de Educação, Amyntas José Jorge encaminhou um memorando ao Presidente Getúlio Vargas, solicitando auxílio financeiro para a criação de novas escolas. Mais uma vez a Liga Sergipense contra o Analfabetismo se projetava nacionalmente, sendo exemplo em matéria de esforços para instrução popular porque o seu presidente estimulava a Cruzada Nacional de Educação[19].

Amynthas Jorge concentrou todos os recursos e esforços na abertura de novas salas de aula. Até o ano de 1950, foram abertas trinta e oito escolas. É possível que esse número tenha sido superior, pois apesar de muitas serem cogitadas, como pode ter acontecido com a Escola General Valadão da cidade de Simão Dias[20], sabe-se que instituições culturais, fábricas, colégios e pessoas, por sua própria iniciativa, decidiram seguir a orientação da campanha e organizar salas de aula para o ensino de crianças e adultos analfabetos. Assim,

[19] Para aquela repercussão concorreu a iniciativa de Américo Silvano que solicitou a transcrição das duas matérias publicadas em "A República" e "A Tarde", alegando necessidade de tornar conhecida em todo o país da campanha desenvolvida em Sergipe. Ele esteve envolvido na Campanha Nacional de Educação e era amigo de Amynthas Jorge.

[20] Não encontrei quaisquer informações sobre as escolas "Pereira Lobo", "Firmino Melo" e "General Camerino" as quais se refere FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História política* de Sergipe. v. 2. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

tornou-se praticamente impossível determinar um número exato e identificar todas as unidades escolares.

O brio dessa empresa valeu ao almirante não apenas reconhecimento pessoal e ganhos para a campanha, pois os desgastes pessoais e políticos foram evidentes. Ele chegou a ser acusado de oportunista e mentiroso, por se valer de sua posição social para usufruir determinadas regalias. Não somente o seu caráter foi questionado, mas a sua capacidade intelectual[21]. Sobre as críticas, comentou:

> (...) apezar das surpresas e porque não dizel-o, das irreverentes e desleaes insinuações que ainda, daqui ou dalli, surgem malevolamente, procurando obscurecer a clara e firme direção de nossos passos, ainda não senti, senhores, o mais leve desmaio, a mais passageira duvida, sobre o acerto dellas! Podem os espiritos mais retrogados, classificar, como já o fizeram, de – meio de vida – o que vamos trabalhando em prol de um bem que nos mima os corações bemfazejos, com o prejuizo até de nossas energias physicas ou moraes e sem a procura de outras remunerações, além das que nos beneficiam as consciências, pelo bem que imos praticando, como brasileiros e irmãos(...)[22]

Realmente não havia consenso em torno dos discursos e da relevância social da campanha. Em geral, não se tinha certezas de que ler e escrever fossem um bem. Havia quem acreditasse que fosse mesmo um grande mal, verdadeiro perigo, tratando da superioridade do analfabeto e defendendo a fundação de uma "Liga Nacional Pro-Analfabetismo", em clara provocação a Amynthas Jorge[23]. As objeções foram comuns desde a fundação da Liga e o almirante destacou que apesar da "no-

[21] OLIVEIRA, Xavier. Bilhete ao Almirante Amynthas. *Correio de Aracaju*. Aracaju, ano XXIII, n. 1239, p. 1, 04 de dezembro de 1929.

[22] JORGE, Amynthas José. *Relatorio apresentado á assembleia geral da 'Liga Sergipense contra o Analphabetismo' pelo seu presidente*. Estado de Sergipe. Aracaju, ano XX, n. 5831, p. 4, 02 de setembro de 1919.

[23] BARÃO Z. Os analphabetos. *Sergipe Jornal*. Aracaju, ano V, n. 1207, p. 2, 3 de novembro de 1925.

breza de seus alevantados ideaes", não foram poucos os empecilhos postos à cruzada[24].

Epiphanio da Fonseca Dória contrariou duas vezes os ideais da campanha e do seu presidente. Quando venerável da Loja Maçônica Cotinguiba,[25] suprimiu a contribuição paga a Liga Sergipense contra o Analfabetismo desde 1917[26]. Em 1929, como tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e sem maiores explicações, Epiphanio Dória convenceu o Presidente Francisco Nobre de Lacerda a impedir que os trabalhos da Liga fossem realizados nos espaços do Grêmio. Talvez, em função do movimento que levou a instalação da sede própria do Instituto[27]. Sobre o fato, pronunciou-se Amynthas José Jorge: "Quanto às razões que levaram os illustres membros do Instituto a tão estranho gesto, eu me dispenso de analysal-os, por julgal-as fragilissimas, a menos que, o que em absoluto não posso crer, tenha o sr. Presidente do Estado intervido no assumpto."[28].

Protegida especialmente pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, por mais de uma década a Liga Sergipense contra o Analfabetismo contou com as suas instalações para a realização de suas atividades, inclusive com o funcionamento da primeira escola em seu interior e com arrecadação de donativos oriundos das coletas efetuadas entre os membros do Grêmio. Mas em 1929, a tradicional festa de encerramento do ano letivo das escolas que acontecia sempre na sede daquele Instituto foi realizada na Loja Maçônica Cotinguiba que passou a ser a sua maior benemérita. Nos anos seguintes continuou prestando apoio, tendo assumido definitivamente a responsabilidade da Associação em 1941[29].

---

24 SECULO XX. Liga Sergipense contra o Analfabetismo – terceiro aniversario de sua fundação. Aracaju, ano IV, n. 176, p. 2, 28 de setembro de 1919.

25 LMC. *Relatório do Anno Maçônico de 1926-1927, (E:. V:.) apresentado pelo Venerável Epiphanio da Fonseca Dória*. Aracaju, 22 de junho de 1927.

26 LMC. *Ofícios recebidos*. Aracaju, 1917-1928.

27 FREITAS, Itamar. *A 'casa de Sergipe':* historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1999). Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social). PPGHS/IFCS/UFRJ, 2000.

28 JORGE, Amynthas José. Liga Sergipense contra o Analphabetismo – aviso. *O Liberal*. Aracaju, ano I, n. 1, p. 3, 1929.

29 SERGIPE JORNAL. Liga Sergipana contra o Analfabetismo – A posse da nova diretoria. Aracaju, ano XXII, n. 9975, p. 4, 05 de novembro de 1941.

A obra de Amynthas José Jorge na Liga Sergipense contra o Analfabetismo foi memorável não somente pela amplitude dos resultados da campanha, da popularidade entre simpatizantes e adversários, mas principalmente por ter se tornado um projeto de vida. Somente a doença e depois a morte o afastou da presidência. Ele permaneceu na Liga até o ano de 1939[30], quando a sua última esposa faleceu. A saúde frágil dele próprio o levou a Salvador onde estavam os filhos e de onde jamais voltou. Faleceu em 26 de janeiro de 1945.

Vinte anos à frente da Liga Sergipense contra o Analfabetismo, o Almirante Aminthas José Jorge foi o único a ser eleito presidente treze vezes. Aquele posto tinha um grau elevado de importância e não podia ser ocupado por qualquer um. Ainda em 1939, Lívio Pereira da Silva[31] assumiu a função, tendo sido o primeiro a exercer o cargo depois de tantos anos sob a orientação de uma pessoa. Lívio Pereira permaneceu até 1941, sendo substituído por Arivaldo Prata[32] que ocupou por duas vezes a vaga na presidência, sendo o seu mandato intercalado pela administração de Damião Mendonça de Santana em 1945. Em três décadas de trabalhos, apenas cinco presidentes foram eleitos e nenhuma mulher assumiu o posto; apenas Elvira Guerra Fontes chegou a Vice-Presidência[33].

A saída de Amynthas Jorge repercutiu no projeto da Liga Sergipe contra o Analfabetismo, pois deslocou o eixo da campanha. A leitura e a escrita perderam privilégio para outras questões e caiu o número das escolas, apesar do empenho da Loja Maçônica Cotinguiba. De vinte e nove em funcionamento no Estado em 1950, o número baixou para quatorze na década seguinte; de 1970 em diante, somente nove escolas de alfabetização permaneceram funcionando. Esse quantitativo baixou

30 No dia 14 de outubro de 1939, a diretoria se reuniu, na presença de Amynthas José Jorge para traçar novos planos de combate ao analfabetismo, o chamado "inimigo número 1 do Brasil". Correio de Aracaju. Liga Sergipense contra o Analfabetismo. Ano 1906, p. 1, n. 1411, 16 de outubro de 1939.

31 Lívio Pereira se tornou conhecido por seu envolvimento no Grupo Espírita Irmão Fego ou Grupo Espírita Humanidade, fundado em Aracaju em 1922 com o objetivo de propagar o espiritismo por meio de escolas gratuitas. CORREIO DE ARACAJU. Grupo Espírita Irmão Fego. Ano 1906, n. 867, p. 2, 24 de novembro de 1937. Mais informações em: CORREIO DE ARACAJU. Grupo Espírita Irmão Fego. Ano 1906, n. 866, p. 2, 23 de novembro de 1937.

32 SERGIPE JORNAL. Liga Sergipana contra o Analfabetismo – a posse da nova diretoria. Aracaju, ano XXII, n. 9975, p. 4, 5 de novembro de 1941.

33 Os seus nomes são: Itala Silva de Oliveira, Balthazarina Goes, Cesartina Régis e Elvira Guerra Fontes.

para uma em 1984 e também não perdurou. Depois foram abertas duas novas escolas de datilografia e corte e costura[34]. O afastamento do almirante arrefeceu o ânimo inicial. Mas, o seu esforço ficou para sempre registrado na história da educação sergipana e o sucesso da sua empresa pode ser vislumbrado no reconhecimento social que angariou, no envolvimento da população e na expansão da rede escolar.

Nas comemorações do Sesquicentenário de nascimento de Amynthas José Jorge tronou-se justa a homenagem que lhe prestara o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Que essa homenagem se inscreva na história desse Grêmio e do seu ex-presidente como os versos outrora proferidos por João Esteves, na inauguração da 12ª escola da Liga Sergipense contra o Analfabetismo:

> Sympatico almirante Amynthas Jorge, intrépido marinheiro, honrosa tradição de minha terra, eu te saúdo, cheio de alegria, evocando a tua figura altaneira, no convés da nau impávida (...). Canta, marinheiro, e volta, na aza do zephiro que passa, a doce saudade da branca praia nitente que vae fugindo, com o inquieto lencinho branco que te acena como uma candura e como um voto – um adeus e uma prece – uma idea e um sentimento (...). Tu, que nas trevas das borracas temerosas com a quilla da nau vitoriosa, arrancaste phosphorencias ao salso elemento, desperta também as almas ennoitecidas pela ausência do alphabeto. Feliz do educador que consegue erguer dentro de nossa alma a parte do anjo que n'ela abrio um pouco de suas azas[35].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História política de Sergipe*. v. 2. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

[34] Escola de Datilografia "Almirante Aminthas Jorge" e Escola de Corte e Costura "Enésia Souto", ambas situadas em Aracaju.

[35] CORREIO DE ARACAJU, 13 de julho de 1921.

FREITAS, Itamar. *A 'Casa de Sergipe'*: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1999). Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social). PPHS/IFCS/UFRJ, 2000.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia*: a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. 2a.Edição. Rio de Janeiro, DP&A, 2001 (1ª Edição 1974).

SOUSA, Clotildes Farias de. *Por uma Pátria de luz, espírito e energia.* A campanha da Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916-1959). Dissertação de Mestrado em Educação. Núcleo de Pos-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2004.

SOUZA, Cristiane Vitório. *A República das letras* (*1889-1930*). São Cristóvão. Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, 2001.

Fontes:

BARÃO Z. Os analphabetos. *Sergipe Jornal*. Aracaju, ano V, n. 1207, p. 2, 3 de novembro de 1925.

BARRETO NETO, Manuel Caldas. Relatório dos trabalhos e ocorrências do período social de 1916 a 1917, apresentado pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, ano IV, v. IV, n. 8, pp. 285-300, 1919.

CORREIO DE ARACAJU, 13 de julho de 1921.

CORREIO DE ARACAJU. Centro Civico Amynthas Jorge. Ano XIII, n. 2595, p. 1, 13 de maio de 1919.

CORREIO DE ARACAJU. Liga Sergipense contra o Analphabetismo – a matineé de domingo em seu beneficio. Aracaju, ano XIII, n. 2671, p. 2, 26 de agosto de 1919.

CORREIO DE ARACAJU. Um bello gesto de philantropia – uma importante dadiva a Liga contra o Analphabetismo. Aracaju, ano XV, n. 3321, p. 2, 05 de janeiro de 1922.

CORREIO DE ARACAJU. Grupo Espírita Irmão Fego. Aracaju, ano 1906, n. 867, p. 2, 24 de novembro de 1937.

CORREIO DE ARACAJU. Grupo Espírita Irmão Fego. Aracaju, ano 1906, n. 866, p. 2, 23 de novembro de 1937.

CORREIO DE ARACAJU. Liga Sergipense contra o Analfabetismo. Aracaju, ano 1906, p. 1, n. 1411, 16 de outubro de 1939.

COSTA FILHO, Luiz José da. Reminiscencias e impressões do 5º Congresso Brazileiro de Geographia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, ano III, v. 04, fascículos I – IV, n. 06, pp. 113-124, 1919.

DIARIO DA MANHÃ. Liga Sergipense contra o Analphabetismo – acta. Aracaju, ano VII, n. 1770, p.2, 9 de maio de 1917.

IHGSE. Acta da sessão extraordinária em 24 de Setembro de 1916 – presidida pelo exmº. General Oliveira Valladão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, ano V, v. V, n. 9, pp. 242-243, 1920.

JORGE, Amynthas José. Relatorio apresentado á assembleia geral da 'Liga Sergipense contra o Analphabetismo' pelo seu presidente. Estado de Sergipe. Aracaju, ano XX, n. 5831, p. 4, 02 de setembro de 1919.

JORGE, Amynthas José. Liga Sergipense contra o Analphabetismo – aviso". O Liberal. Aracaju, ano I, n. 1, p. 3, 1929.

LIMA, Adolpho Avila. Liga Sergipense contra o Analphabetismo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, ano XI, v. 4, n. 8, pp. 269-276, 1916.

LMC. *Ofícios recebidos*. Aracaju, 1917-1928.

LMC. *Relatório do Anno Maçônico de 1926-1927, (E:. V:.) apresentado pelo Venerável Epiphanio da Fonseca Dória*. Aracaju, 22 de junho de 1927.

LSCA. 1916. *Acta de instalação*. Aracaju, 24 de outubro de 1916.

OLIVEIRA, Xavier. Bilhete ao Almirante Amynthas. *Correio de Aracaju*. Aracaju, ano XXIII, n. 1239, p. 1, 04 de dezembro de 1929.

SANTIAGO, Enock. Liga Sergipense contra o Analphabetismo. *Estado de Sergipe*. Aracaju, ano XX, n. 5854, p. 4, 2 de outubro de 1919.

SECULO XX. Liga Sergipense contra o Analfabetismo – terceiro aniversario de sua fundação. Aracaju, ano IV, n. 176, p. 2, 28 de setembro de 1919.

SERGIPE JORNAL. Liga Sergipana contra o Analfabetismo – a posse da nova diretoria. Aracaju, ano XXII, n. 9975, p. 4, 5 de novembro de 1941.

Artigo recebido em 30 de março de 2012.

Aprovado em 22 de abril de 2012.

JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA EM SERGIPE: redes de sociabilidade construídas e espaços ocupados

Silvânia Santana Costa*

RESUMO

José Calasans Brandão da Silva nasceu em 14 de julho de 1945 e faleceu em 28 de maio de 2001, foram anos de existência que deixaram indícios para o pesquisador que almeja se debruçar sobre algum aspecto de sua trajetória. Estes podem ser direcionados a vários focos de estudo: como docente em Sergipe e na Bahia, à frente de órgãos e instituições elencadas neste trabalho, como pesquisador e como historiador. Suas publicações são outros focos de análise para compreender seu capital simbólico, cultural e social. As diversas posições ocupadas pelo professor José Calasans Brandão da Silva nos fazem compreender como um indivíduo, através do *habitus* incorporado, consegue manter uma rede de sociabilidade legitimadora dos espaços que ocupou durante sua permanência em Sergipe e na Bahia.

Palavras-chave: Intelectual; rede de sociabilidade; posições ocupadas.

ABSTRACT

Jose Calasans Brandao da Silva was born on July 14, 1945 and died on May 28, 2001, were years of existence they left clues to the researcher who aims to look into some aspect of his career. These can be targeted to several outbreaks of study: as a teacher in Sergipe and Bahia, in front of agencies and institutions listed in this work as a researcher and as a historian. His publications are another focus of analysis to understand its symbolic capital, cultural and social. The various positions held by Professor José Calasans Brandao da Silva make us understand how an individual through the habitus built, maintains a network of social legitimization of the spaces occupied during their stay in Sergipe and Bahia.

Keywords: Intellectual; network of sociability; positions occupied

* Mestre em Educação pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Coordenadora de Estágio dos cursos a distância da Universidade Tiradentes (UNIT/NEAD). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialização em Magistério Superior pela Universidade Tiradentes (UNIT). É Membro do grupo de Pesquisa em História da Educação: intelectuais da educação, instituições educacionais e práticas escolares (UFS). E também membro como pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória – UNIT e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Cultura e Identidade - UNIT. E-mail: silandsan@gmail.com.

Ao estudar a trajetória docente do professor José Calasans Brandão da Silva em Sergipe podemos visualizar os espaços ocupados e a rede de sociabilidade construída, tanto no âmbito da educação, como em órgãos e instituições em Sergipe e na Bahia. Esse intelectual ocupou diversos cargos, inclusive esteve no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), participando das discussões, da administração e das publicações. Para a reconstrução do passado desse intelectual, a diversidade de documentos dará embasamento para a narrativa histórica.

Para o estudo do professor José Calasans Brandão da Silva, foi fundamental a consulta ao acervo documental que fornece subsídios para a busca de outras fontes de pesquisa. Como afirma Marrou[1], "[...] o engenho do historiador não se manifestará somente na arte de descobrir os documentos. Não basta saber onde e como os encontrar, é preciso também, e, sobretudo, saber que documentos procurar." Pois, "é documento na medida em que o historiador pode e sabe compreender qualquer coisa nele." Contestar as fontes, comparar, levantar questionamentos é fundamental para a pesquisa histórica. Logo, é preciso se apropriar de modo que as perguntas sejam respondidas, isso é efetivado por meio da crítica ao documento, sem isso, o ele não servirá para os propósitos do pesquisador.

No Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) encontram-se caixas arquivo com documentos cedidos por José Calasans Brandão da Silva. Esses correspondem ao *Fundo José Calasans*, formado por 608 documentos: um acervo constituído por correspondências pessoais, artigos publicados no tempo de estudante em Aracaju, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e em jornais.

Os documentos estão distribuídos da seguinte forma: correspondências (cartas, cartões, bilhetes, telegramas, ofícios, circulares); os recortes de jornais; fotografias; documentos pessoais (carteiras, atestados, receitas médicas, certidões escolares); os apontamentos contendo poemas, ações, folhas de rosto, folhetos, manifestos, listas, resoluções e convocações.

[1] MARROU, H. I. *A História faz-se com documentos.* Do conhecimento histórico. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

Nesse acervo, a análise dos documentos referentes ao concurso de admissão, os telegramas enviados a autoridades, amigos e pessoas direcionadas ao âmbito educacional permitiram compreender, reconstruir e verificar diversos elementos das concepções e práticas do prof. José Calasans. Os registros evidenciaram o círculo de amizade com que se correspondia e a rede de sociabilidade construída por ele em diversos momentos da vida, permitindo verificar os espaços de atuação do intelectual em questão.

Para análise da ocupação desses espaços e construção dessa rede de sociabilidade, os discursos, nos seus diferentes suportes, foram vistos como portadores de intencionalidade, pois eles "[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas."[2]

A análise das fontes evidencia que o ingresso de José Calasans nas discussões pertinentes a História aconteceu antes do seu exercício profissional, como docente do Atheneu Sergipense e da Escola Normal Rui Barbosa, e como participante do IHGS, seja como membro, ou presidindo a casa.

Em 26 de janeiro de 1935, os jornais sergipanos noticiaram as palestras[3] que seriam proferidas por José Calasans Brandão da Silva, Sinval Palmeiras e Garcia Moreno. A conferência aconteceu no Recreio Club. O tema da palestra foi *Sergipe Del Rei, de graça infinda*, ele poderia escolher um tema referente ao Direito, visto que era estudante na Bahia, entretanto seu direcionamento foi para o âmbito da História.

O jornal evidenciou: "José Calasans e Garcia Moreno, o primeiro acadêmico de Direito e o último, médico, installado nesta capital, apezar de ser esta a primeira vez que se farão ouvir em nosso meio, podemos, entretanto salientar que ambos são possuidores de bellas intelligencias

[2] CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S.A., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1990.

[3] Sinval Palmeira palestrou sobre *Sergipe bom contribuinte*, Garcia Moreno com a temática *Biologia e feminismo*.

[...].” O *Sergipe Jornal* (1935) evidenciou que “Sinval Palmeira, pelo fato de ser bastante conhecida a sua cultura, dispensa apresentação. José Calasans é um intemerato caçador de pérolas literárias [...].”[4]

A imprensa lisonjeava Calasans, isso foi percebido na leitura de diversos Jornais. Os meios de comunicação noticiavam quando ele vinha a Sergipe de férias, elogiava sua produção escrita. Também o criticava, Omer Mont'Alegre acusava-o de enaltecer escritos e não concluir. Listou alguns estudos evidenciados por Calasans e ironizou o não acabamento e publicação de: Perfis e Perfidias; Curais e Engenhos e Heroe de Tijupeba. Saiu pontuando com sarcasmo o anúncio desses estudos, no caso de Perfis e Perfidias informou que as pessoas próximas ficaram no décimo terceiro capítulo, sem a conclusão; o segundo estava quase pronto; e o terceiro, se por ventura saísse, traria uma contribuição para a vida política, pois retratava as revoluções que ocorreram nas cidades sergipanas.

Zombou também o fato de Calasans anunciar que no ano de 1936 traria um estudo sobre a vida de Santo Amaro e de que os meios intelectuais se admiravam de uma crônica que saiu no Estado de Sergipe escrita por José Calasans sobre Mario Cabral e Sinval Palmeira, para ele, essa admiração era imprópria, provinha de algo simples, que não carecia de tantas pompas.

Uma produção no período de 1941 que foi bastante difundida por José Calasans, muito elogiada, mas também bastante criticada foi *Aspectos da Formação Sergipana*[5]. Várias correspondências[6] foram recebidas parabenizando e agradecendo o envio da obra, solicitando para publicação[7], bem como recebeu críticas severas. Zózimo Lima e Mario Cabral destacaram a importância da obra para a História de Sergipe.

Sebrão Sobrinho discordou da narrativa de José Calasans e sarcasticamente escreveu que estava faltando no texto a geografia his-

[4] Garcia Moreno, Sinval Palmeira e José Calazans. *Estado de Sergipe*. 23/01/1935. José Calazans, Sinval Palmeira e Dr. Garcia Moreno. *Noticiador de Sergipe*. Janeiro de 1935.

[5] Não é intuito neste artigo fazer a análise dessa publicação, mas seria interessante perceber a narrativa e as críticas do período.

[6] Localizados no Ministério da Educação e Saúde. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

[7] Encontrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia.

tórica de Sergipe, ele elenca diversas falhas. Enfatizou que estudiosos da genealogia sergipana sabiam, como ele, que os tupinambás com traços de homem branco eram descendentes de portugueses e não de franceses que não adentraram o interior sergipano, contestando assim mestiçagem francesa e holandesa no interior. O outro aspecto apontado foi que antes da conquista de Cristóvão de Barros a Mbaépanema[8], já existiam núcleos portugueses em Sergipe.

Contesta Calasans ao afirmar que era opinião de ambos que o combate de 1586, corrigindo Calasans, 1587 foi em Itabaiana, afirmando que não comungava com essa ideia e que a interpretação foi feita erroneamente. Também contesta o fato de ter Calasans escrito que Simão Dias Francês não havia existido, afirmando a sua experiência como "primeiro habitante civilizado nascido na atual Itabaiana, então Caatinga Aires da Rocha Peixoto, casado esse, até, com uma parenta nossa, Calazans".[9]

Esses comentários geraram acirrados conflitos no Jornal Folha da Manhã entre Sebrão Sobrinho e o escritor da coluna que assinava pelo pseudônimo de Paraguassu, afrontado por ele, a fim de que se identificasse. O colunista partia em defesa de Calasans.

Dantas[10] afirmou que os adversários de Calasans eram poucos, mas Sebrão Sobrinho era bem evidente. A sua oposição era evidenciada por meio de severas críticas aos escritos seja em jornais ou revistas. "A rivalidade entre ambos era grande". Com relação às outras pessoas que tiveram conflitos com José Calasans, afirmou que ele "possuía mais amigos do que inimigos. Foi uma pessoa que teve destaque precoce, quando retornou da Bahia se dedicou ao ensino, no qual fez um trabalho sobre Aracaju e a partir daí se tornou uma figura muito reverenciada."

Destarte, em meio às críticas e elogios, Calasans ia construindo uma rede de sociabilidade que permitiu acesso a espaços e postos significativos tanto em Sergipe como na Bahia. Quando retornou a Sergipe com o título de Bacharel em Direito, no entanto, optou por ser professor de

8 O nome foi corrigido por ele, segundo Sobrinho, Calasans escreveu errado.
9 MONT'ALEGRE, OMER. *Farpas*, IHGS, cx. 20.
10 DANTAS, Ibarê. Entrevista concedida em setembro de 2011.

História enveredando pela pesquisa histórica e folclórica. O que tinha realmente desejo em fazer, segundo Omer Mont'Alegre era "um concurso para professor de história do Brasil em qualquer estabelecimento. Para isso, estudava com pertinácia a complicada história do povo brasileiro."[11]

O professor Calasans atuou em instituições de renome no Estado, trabalhava no setor técnico educacional, foi presidente do IHGS[12], delegado da comissão do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) juntamente com Manuel de Carvalho Barroso e Oto Altenesh com a função de analisar e delinear qual o local histórico mais antigo de São Cristóvão.[13]

Quando da criação do órgão em Sergipe, no ano de 1938, Rodrigo de Melo Franco, presidente do SPHAN, veio ao Estado e José Calasans o acompanhou mostrando os locais históricos: São Cristóvão, Laranjeiras. "Foi muito instrutivo para Calasans porque primeiro ele tomou consciência dos monumentos, manteve um contato importantíssimo no Plano Nacional."[14].

De acordo com Brito[15] (s/d), foi Rodrigo de Melo que indicou Calasans em virtude dele "sugerir edificações da zona urbana e rural, monumentos religiosos como, por exemplo, os monumentos históricos localizados na região do Cotinguiba, tombados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional."[16]

A frente do SPHAN em Sergipe, José Calasans Brandão da Silva era responsável pela vigilância dos bens tombados pelo patrimônio,

---

[11] NÓBREGA, José Dionísio. Professor José Calasans e os Silveira em Canudos. *Revista do IHGB*, Salvador, vol. 101, 2006, p. 216 – 278.

[12] Para Calasans, o IHGS possuía importância fundamental, pois "a casa de Sergipe" resguardava "os traços mais vivos da cultura espiritual e material que o sergipano tem inscrito, no tempo e no espaço, dentro e fora do âmbito de sua província" (CALASANS, 1946). Manuscrito sobre a importância do IHGS. IHGS, caixa 21 doc. 017.

[13] SOUZA, Fábio Silva. Breve reflexão acerca da identidade cultural: A questão patrimonial no Brasil e em Sergipe. *Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*. Canindé, Xingó, nº 5, Junho de 2005. Disponível em: <http://max.org.br/biblioteca/Revista/Caninde-05/Caninde-05-art-04.pdf>. Acesso em 10/04/2009.

[14] DANTAS, Ibarê. Entrevista concedida em setembro de 2011.

[15] BRITO, Alessandra Pereira Santos. Jordão de Oliveira: o artista e a pinacoteca do IHGSE. Disponível in: www.museologiaufs.com.br/expovirtual/.../Alessandra.pdf.

[16] BRITO, Alessandra Pereira Santos. Jordão de Oliveira: o artista e a pinacoteca do IHGSE. Disponível in: www.museologiaufs.com.br/expovirtual/.../Alessandra.pdf.

os embates com os moradores dos locais foram intensos. Pelas correspondências, percebemos os entraves a fim de garantir, pelo uso da força coercitiva, a integridade dos locais históricos de São Cristóvão. O autoritarismo não impossibilitava o descumprimento dos moradores às orientações do SPHAN.

Os conflitos entre o SPHAN, os chefes locais e o poder religioso são percebidos pelas modificações autorizadas pelo Diretor do Tesouro, que consistiam na pintura de portas e janelas do Palácio dos Governadores em São Cristóvão. Bem como, as reformas pretendidas pela Irmã Superiora Joana, na Santa Casa de Misericórdia.

Em carta, Godofredo Leite Filho[17], diretor do SPHAN (Bahia/Sergipe), solicitou a interposição de Calasans chamando a atenção para o fato de que seria imprescindível a vistoria para evitar que o patrimônio perdesse a sua essência. Dessa forma, Calasans como delegado do SPHAN, assumia uma postura de fazer com que a ordem e as determinações legais fossem cumpridas.

As reformas só deveriam ser concedidas quando permitidas pelo SPHAN com engenheiros e arquitetos contratados pelo governo. Rodrigo Melo Franco de Andrade enviou um parecer da Seção Técnica referente à solicitação de Calasans acerca da reforma do Engenho Retiro, afirmando também que estava intercedendo a fim de que os arquitetos e os engenheiros se dirigissem a Sergipe, viabilizando a possibilidade a Godofredo Filho de ser indicado o engenheiro Hélio Duarte por possuir experiência em atividades na Bahia.

Percebe-se que as posições de fiscalização e de autoridade sobre o patrimônio histórico sergipano confiado a Calasans fizeram com que ele tivesse que tomar medidas que contrariassem interesses de diferentes grupos.

A análise de diversos documentos constituiu o alicerce para perceber alguns aspectos das posições ocupadas pelo professor José Calasans Brandão da Silva. Ao selecioná-los, não foi possível ignorar as diversas abordagens que permearam a vida dessa personalidade sergipana e

[17] GODOFREDO FILHO. *Carta nº 19*. Fundo Calasans, IHGS, cx 20, doc. 59, 02, 1946. GODOFREDO FILHO. *Carta nº 20*. Fundo Calasans, IHGS, cx 20, doc. 59, 01, 1946.

baiana, não seria possível passar pelos documentos e negligenciar focos fundamentais para compreender a importância desse período na criação e a manutenção de um campo social, garantido a partir das representações construídas no transcorrer de sua vida docente.

Visualizando as posições ocupadas por Calasans nas diferentes esferas, devemos percebê-las sob a ótica dos que nos diz Bourdieu[18] ao afirmar que o espaço social é constituído pelos dispositivos garantidos pela composição e acumulação de capital seja econômico, cultural ou simbólico. "O conhecimento da posição ocupada nesse espaço comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes. [...]".

Dessa forma, é possível compreender que as posições ocupadas pelo indivíduo são mutáveis, passíveis de tomarem outro rumo a depender de como os demais a visualizam, aceitam-na, incorporam-na ao seu círculo de relações, dando-lhe legitimidade para permanecer nos espaços destinados ao grupo. Assim, as posições ocupadas por Calasans, foram analisadas, como espaços definidos e validados pelos agentes sociais que estavam inseridos no circuito de relações.

As fontes evidenciam que em terras baianas, ele firmou prestígio e reconhecimento após 1947, demonstrando o capital simbólico construído, este "geralmente chamado de prestígio, reputação, fama, etc. que é uma forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital".[19] Os pedidos, os favores, a representatividade e a influência no contexto sergipano e baiano. Os nomes que figuraram ao seu lado: seja no período de sua formação, ou como colega na docência em Sergipe, demonstram uma conjuntura de atuação que perpassa a narrativa restrita a um marco temporal e espacial.

Vários aspectos de sua trajetória podem ser abordados no campo educacional, na docência na Bahia, atuando no ginasial e no Ensino

[18] BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
[19] BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p.135.

Superior[20]: nos Colégios Nossa Senhora Auxiliadora, Ginásio Brasil e Colégio Antônio Vieira (1950 a 1960), docente na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA (1950 a 1980); vice-reitor da UFBA (1980 a 1984), diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA (1974 a 1978), chefe do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA (1968 a 1973). Sua atuação em instituições da Bahia, como: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC[21] (1947 a 1963), o IGHB (1970 a 1971), o Centro de Estudos Baianos[22], o Rotary Club da Bahia (1963 a 1964), a Academia de Letras da Bahia (1971 a 1973), o Conselho de Cultura do Estado da Bahia (1973 a 1979), o Departamento de estudos e publicações do Museu Eugênio Teixeira Leal (1984 a 1994), o Instituto Genealógico da Bahia (1986).

A atuação também em Sergipe em órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1941, o IHGS (1945 a 1947), entre outros.[23] Enfim, são inúmeras as instituições que Calasans atuou e podem despertar o interesse dos pesquisadores para diversas investigações.

Diante disso, podemos perceber que José Calasans Brandão da Silva constituiu uma rede de sociabilidade que contribuiu para

---

[20] Nesse campo de atuação, vários alunos serviram de informantes para a reconstrução da trajetória docente de José Calasans. Dentre outros, podemos mencionar a professora Dr. Jerusa de Carvalho Pires Ferreira, que leciona na USP no programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC/SP, esta recebeu a pesquisadora em Salvador em 02 de fevereiro de 2010, quando estava em férias na cidade. Ela foi aluna e orientanda do prof. Calasans quando ele lecionava na UFBA.

[21] "Quando cheguei aqui pleiteei, e uns amigos conseguiram, vir para o SENAC, que é de 46, instalado na Bahia em 47." VILLA, Marco Antonio. *Calasans, um depoimento para a História*. Salvador/Bahia: Universidade do Estado da Bahia, 1998.

[22] Neste, o professor Calasans criou o Núcleo do Sertão que consiste em uma das coleções do Centro de Documentação do Centro de Estudos Baianos. São cinco as coleções: 1. Frederico Edelweiss; 2. Núcleo Sertão, tive a oportunidade de ir pesquisar no local e este possui um acervo preciosismo com obras, fotografias, jornais, entre outros são "aproximadamente 5.000 volumes de livros, 186 títulos de periódicos e o arquivo sobre Canudos formado por documentos pessoais e recortes de jornais"; 3. Pinto de Aguiar; 4. Cícero Dantas; 5. Cartlos Ott. *Centro de Estudos Baianos*. Disponível em: <http://www.ici.ufba.br/twiki/bin/view/Ceb/EStrutura>. Acesso em: 01 de janeiro de 2010.

[23] Diário Oficial. Coleção José Calasans, Centro de Estudos Baianos/UFBA, 01/08/1975. In: CASTRO, Renato Berbert (org). *Bibliografia de José Calasans Brandão da Silva*. Centro de Estudos Baianos/ UFBA, Coleção José Calasans, janeiro de 1981. Também Nascimento (2008, p. 196 – 200) traz uma "biografia cronológica básica" estruturada tomando por base o currículo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

o seu engajamento em diversos setores dentro e fora de Sergipe. Para Sirinelli, "todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver."[24] Essa afinidade é percebida pelas solicitações e troca de favores dentro do circuito de relação do professor Calasans, bem como os interesses ideológicos e culturais entre seus pares tanto na docência, como nos órgãos e nas instituições das quais fez parte.

Ele, mesmo residindo em Salvador, por várias vezes, foi convidado a conferir palestras, a participar de cerimônias; solicitado a ajudar amigos que se dirigiam a Salvador, seja para morar, ou para estudar; para servir de intermediário de acordos em instituições baianas. Enfim, podemos perceber como Calasans, enquanto exercia sua docência e cargo em Salvador, também se constituiu em elemento de referência para os intelectuais sergipanos.

Calasans foi sempre lembrado e convidado a participar de comemorações importantes em seu Estado natal. O Dr. Walter Cardoso, presidente do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia, convidou-o para assistir às homenagens[25] ao Dr. Augusto Leite, em alusão pela passagem jubilar da formatura em Medicina, além de outras comemorações ocorridas em Aracaju, foi o caso do convite enviado por Leandro Maciel e esposa, para o baile em celebração ao primeiro centenário de Aracaju. Não apenas festividades alusivas à capital, mas também no interior, em 1948, Estância, celebrou a elevação a categoria de cidade, e Calasans foi convidado para proferir uma palestra.

---

[24] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003, p. 259-34.

[25] A solenidade aconteceu nos dias 17 e 18 de janeiro de 1959, no primeiro dia, iniciou às 20 horas com uma conferência proferida pelo professor Fernando Carvalho Luz enfocando a "Cirurgia nos últimos 50 anos". No dia 18, as atividades iniciaram pela manhã, às 07 horas, com uma missa em ação de graça na Capela do Hospital de Cirurgia, proferida por Dom Vicente Távora; às 09 horas, no Centro de Estudos, o professor Fernando São Paula conferiu uma palestra intitulada: "Medicina de ontem e hoje". Dando continuidade por todo o dia, às 16 horas no IHGS ocorreu o encerramento solene da sessão. Convite programa do Centro de Estudos do Hospital Cirurgia para as comemorações da passagem do ano jubilar de formatura do Dr. Augusto Leite. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, Doc 58-02.

Dentre o círculo de amizades, uma pessoa que mantinha contato com Calasans desde a vida estudantil foi José Augusto da Rocha Lima[26]; algumas correspondências[27] evidenciaram a amizade consolidada de ambos, os favores e as solicitações feitas. De acordo com Dantas[28], ele tinha grande admiração por José Augusto.

Os favores e as intervenções de Calasans no círculo baiano são constatados por meio das correspondências verificadas. Em 1950, José Augusto da Rocha Lima agradeceu ao amigo por inscrever a sua filha na Faculdade de Direito da Bahia. Passados seis anos, foi convidado a trabalhar em um colégio em Salvador. Ele mencionou que auxiliaria a educadora D. Anfrísia Santiago, no entanto, iniciaria o curso em março e depois deixaria em seu lugar a filha Luzia Augusta, formada em Direito, por quinze dias até a estadia definitiva em Salvador no mês de abril. Solicitou a Calasans que conversasse com a diretora sobre a proposta e sobre o horário das aulas (09:00 às 12:00 horas), em virtude do hábito de ler até tarde da noite. A solicitação com a interferência do amigo foi aceita. Outras intervenções foram solicitadas a Calasans por amigos sergipanos.

Pode-se refletir sobre o teor dos pedidos, visto que faz menção à estima do professor José Calasans Brandão da Silva dentro do circuito

[26] Foi seu professor e colega de profissão lecionando no Atheneu Sergipense, fez parte da banca examinadora do concurso da Escola Normal. Era membro do IHGS. A professora Maria Neide Sobral lançou, recentemente, a obra: *José Augusto da Rocha Lima*: uma biografia (1897-1968) na qual apresenta a trajetória desse educador.

[27] Carta, de 24 de janeiro de 1950, tratando do vestibular de sua filha na Faculdade de Direito da Bahia. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63- 002; Carta, de José Augusto da Rocha Lima a José Calasans Brandão da Silva, datada de 03 de fevereiro de 1956, tratando da sua transferência para Salvador e sobre a possibilidade de colaborar no colégio de D. Anfrísia Santiago. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63- 003; Telegrama, de José Calasans Brandão a José Augusto da Rocha Lima, datado de 16 de fevereiro de 1956, comunicando que D. Anfrísia Santiago concordará com sua proposta e que as aulas iniciariam a 05 de março daquele ano (cópia). IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63- 004; Carta, de José Augusto da Rocha Lima a José Calasans Brandão da Silva, datada de 18 de fevereiro de 1956, confirmando que estaria em Salvador no dia 03 de março para iniciar as aulas, no dia 05, no colégio de D. Anfrísia Santiago. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63- 005; Carta, de José Augusto da Rocha Lima a José Calasans Brandão da Silva, datada de 20 de fevereiro de 1956, confirmando a ida a Salvador e que o horário das aulas fosse entre as 9 e 12 horas por não ser madrugada. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63-006. Carta, de José Augusto da Rocha Lima a José Calasans Brandão da Silva, datada de 24 de fevereiro de 1956, informando que estaria definitivamente em Salvador a 23 de março. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63-007.

[28] DANTAS, Ibarê. Entrevista concedida em setembro de 2011.

da UFBA e de outras instituições de ensino em Salvador. Dentro desse contexto, faz mister para compreender essa dinâmica reconhecer os eixos de influência; menciona-se, o recebimento da moção de congratulação, da Câmara Municipal de Salvador, pela aprovação no concurso da Faculdade de Filosofia para professor catedrático da disciplina História Moderna e Contemporânea[29]. Através da Portaria de 09 de janeiro de 1962, o Reitor da Universidade da Bahia concede 25% de gratificação a Calasans, professor catedrático interino,[30] além da nomeação como vice-reitor da UFBA.

No âmbito da escrita da História, recebeu do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, Renato Vaz Sampaio, a incumbência de elaborar fascículos[31] sobre a "História Pátria"[32], estes serviriam para o aprimoramento dos professores primários por todo o Brasil. A intenção era a distribuição entre 15.000 professores leigos, daí a preocupação com a linguagem, instruindo que ela fosse acessível a todas as regiões, a fim de que as diversidades regionais não dificultassem a compreensão.

Além de receber convite para produção de material a fim contribuir com a formação dos docentes do Brasil, ele foi nomeado pelo vice-reitor em exercício, Adriano Pondé, para fazer parte do Conselho Deliberativo

[29] Este consistiu em várias etapas por três dias consecutivos. Na quarta-feira, realizou-se a prova didática sobre a temática: "Bismarck e a política européia de 1878 a 1890, muito aplaudida pelos "professores, intelectuais e estudantes"; no período da tarde, às 14 horas, realizou a prova escrita lida ao público no dia seguinte; e por fim, a argüição da tese: "Os vintistas e a recuperação econômica de Portugal", na sexta-feira. A banca examinadora formada para apreciação foi composta por professores de diferentes universidades: Eduardo de Oliveira (Universidade de São Paulo); Maria Leda Linhares (Universidade Nacional); Nilo Pereira (Universidade do Recife); Jorge Calmon, Presidente da comissão julgadora (Universidade da Bahia) e Godofredo Filho (Universidade da Bahia). Aplausos na prova da Didática de Calasans. *Jornal da Bahia*. Cidade de Salvador, quarta-feira, 10 de maio de 1961.

[30] BRASIL. Portaria de 09 de janeiro de 1962. *Diário Oficial*. Brasília, Distrito Federal, 31 de janeiro de 1962. Seção I, parte II, p. 319. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2666041/dou-secao-2-31-01-1962-pg-3/pdfView>. Acesso em: 24 de junho de 2011.

[31] Seria de dezembro de 1963 por um período de 12 meses entregues dois fascículos mensais no valor de Cr$ 50.000,00. O professor Calasans devolveu aos cofres do Departamento Nacional de Educação a quantia entregue como adiantamento do material, visto que não pode entregar a encomenda em virtude de motivos pessoais. SAMPAIO, Renato Vaz. Ofício nº 306, de 03 de dezembro de 1963. Carta de José Calasans ao Diretor Geral. 23 de março de 1964. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20.

[32] O professor Calasans traçou um plano de trabalho apresentado e aceito por Maria Rita de Almeida de Andrade, coordenadora do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário. SAMPAIO, Renato Vaz. Ofício nº 306, de 03 de dezembro de 1963.

do Instituto de Cultura Hispânica da Universidade da Bahia, no período de 1965 a 1968, juntamente com os professores Isaías Alves de Almeida e Hélio Gomes Simões. Foi também empossado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura como membro suplente do Conselho Diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais com mandato de seis anos, tendo como membros titulares: Nilzardo Carneiro Leão, Gilberto de Mello Freyre e Nilo de Oliveira Pereira.

O professor José Calasans assumiu a presidência do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. O presidente do Conselho Federal, Adonias Aguiar Filho mencionou o recebimento de um ofício enviado por Calasans parabenizando pela ação de criar casas de cultura em alguns municípios da Bahia. Eram também conselheiros, pessoas que constamos ter proximidade com ele: Gilberto Freyre[33], Pedro Calmon, Manuel Diégues Júnior.

Na docência do ensino Superior, ocupou o cargo de vice-reitor, exercendo, em algum momento, o cargo de reitor em exercício. Na UFBA, a progressão de sua carreira foi consolidada.[34] Também em Sergipe, isso é evidenciado, pois o professor José Calasans Brandão da Silva era lembrado, por se constituir em uma personalidade vinculada a instituições de renome como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em que foi convidado a se pronunciar nas festividades dessa casa. Quando da comemoração do centenário do IHGS, em discurso, Calasans dividiu a formação intelectual sergipana em 5 grupos: os bacharéis de Recife; os doutores da Bahia e do sul (Rio e Ouro Preto); os egressos da Escola Militar da Praia Vermelha; os padres de José Tomas Gomes da Silva e os poetas do Aracaju. Prosseguindo o discurso, ele abordou os cinco grupos trazendo nomes que tiveram destaque na conjuntura histórica sergipana, no âmbito político, educacional, da literatura, das armas.

33 As correspondências com Gilberto Freire evidenciam sua amizade muito antes desse período.

34 Pela portaria nº 610 de 06 de julho de 1983, o reitor na Universidade Federal da Bahia concede à Progressão vertical, pela qual Calasans, reitor em exercício, a partir de janeiro de 1983 passou da classe de Professor Assistente IV, para professor Adjunto I. Outra portaria nº 614 de 07 de julho de 1983 faz menção a mesma progressão. A Portaria de nº 1424 de novembro de 2001 altera o fundamento da Portaria nº 073/84 de 26 de janeiro de 1984 que o aposentou no cargo de professor Adjunto IV da Universidade Federal da Bahia.

O acesso a diferentes posições de prestígio era resultado do capital social e das provas de amizade e de relações de interdependências construídas e mantidas pelos grupos próximos aos centros de poder: "[...] o volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. [...]."[35]

José Calasans Brandão da Silva se inseriu no seleto grupo do IHGS no dia seis de janeiro de 1938. Em sessão ordinária no IGHS, o professor Calasans foi indicado para ocupar o cargo de sócio efetivo, por meio de uma proposta assinada por cinco membros consócios: Amfiloquio Vale, Epifanio da Fonseca Doria, Joaquim Lins de Carvalho, J. Dantas Martins dos Reis e Elias Carmelo. No dia seis de fevereiro de 1938, no salão de conferência do IHGS, foi lido o parecer da Comissão de Admissão de Sócios apresentando o favorecimento à proposta.

Posteriormente, ele assumiu outros cargos no IHGS. Em 30 de julho de 1941, houve eleições para o biênio de 1941 a 1943, em que, José Calasans foi eleito Secretário Geral e, como presidente, José Augusto da Rocha Lima, 1º secretário Epifanio da Fonseca Doria. José Rolemberg Leite fazia parte da Comissão de Geografia do IHGS, e, Zózimo Lima, da comissão de Manuscrito. Em 30 de julho de 1943, foram eleitos de 1943 a 1945, como presidente, o professor José Augusto da Rocha Lima; como orador, José Calasans Brandão da Silva e Zózimo Lima, na Comissão de Manuscritos e Autógrafos. Já no biênio 1945 a 1947, em 30 de julho de 1945, foram eleitos como presidente José Calasans; na comissão de História, Sebrão Sobrinho, entre outros.

Calasans afirmou que:

> Minha melhor experiência foi no período da presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, quando programei realizar o Congresso de História de Sergipe, com programação elaborada, porém que não se concretizou pelos inúmeros problemas criados

[35] BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação.* Petropólis: Vozes, 2007, p. 67.

> com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O Instituto foi, nesta fase, mais um centro de atividade cívica do que um agrupamento de estudos históricos. [...][36].
> Então, ele se aborreceu muito porque quando José Augusto ainda era presidente do Instituto ele lançou aquela ideia de fazer um congresso de História, não conseguiu fazer e deu uma publicidade danada, botou a temática toda, publicou em todos os jornais[37].

Para o historiador sergipano, Ibarê Dantas[38], José Calasans se aborreceu, e quando os repórteres iam questionar sobre o evento:

> Ele falava, vá perguntar a Garcia Moreno. Aí Garcia Moreno dava as explicações. E não ficou satisfeito. Mas, no fundo, hoje a gente vê com uma perspectiva de longe, que ele foi um tanto sonhador, porque tinha uma relação enorme de pontos para cada um falar. Só que não existiam historiadores em Sergipe pesquisando para dar conta daquele temário todo, era coisa de gente sonhador, que não tem os pés na terra direito, entende, então, ele ficou um pouco assustado com isso, mas ele gostava era um homem animado[39].

De acordo com Dantas[40], ele foi o mais laureado, talvez o sócio que recebeu mais homenagem. Quando publicou o livro em 1943, o IHGS lhe concedeu "o título de sócio honorário, este só os velhos recebem depois de grandes serviços prestados ao IHGS, e ele tinha 27 anos". Depois, nos anos 50, tornou-se honorário perpétuo. A representatividade dele frente ao Instituto e como amigo de Epifaneo Dória era percebida, este o convidou para proferir a palestra principal, em 1962, quando o IHGS completou 50 anos, apresentando o texto sobre os intelectuais de Sergipe.

---

36 SILVA, José Calasans Brandão da. Cadernos UFS. São Cristóvão: UFS; Departamento de História; Programa de Documentação de Pesquisa Histórica, 1995. Entrevista.
37 DANTAS, Ibarê. Entrevista concedida em setembro de 2011.
38 DANTAS, Ibarê. Entrevista concedida em setembro de 2011.
39 DANTAS, Ibarê. Entrevista concedida em setembro de 2011.
40 DANTAS, Ibarê. Entrevista concedida em setembro de 2011.

Além de contribuir com publicações na Revista do IHGS e em outros veículos de comunicação como os jornais locais. Analisar as publicações é importante para compreender as temáticas abordadas, verificar quais os autores que serviram de base para sua reflexão acerca da narrativa histórica, perceber as motivações ao escrever. As publicações de Calasans fizeram e fazem parte da História de Sergipe. Foram listadas algumas publicações e identificados o local e o ano. Dentre elas, as que foram publicadas no IHGS.

Quadro I. Publicações[41] do professor José Calasans Brandão da Silva

Obra	Local de publicação	Ano
Fausto Cardoso e a revolução de 1906	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1938
Aspectos da formação sergipana	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1941
Os franceses e a exploração do pau-brasil em Sergipe*[1]	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1942
Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe	Livraria Regina	1942
Fausto Cardoso e a revolução de 1906	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1943/1945
Aspectos folclóricos da cachaça**[2]	Revista de Aracaju	1943
O sentido nacionalista do sete de abril	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1943
Temas da província***[3]	Livraria Regina	1944
Subsídios para o Cancioneiro histórico de Sergipe	Revista de Aracaju	1944
O almirante Amintas Jorge	Revista da Academia Sergipana de Letras	1947
O ensino público em Aracaju (1830 – 1871)	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1949/1951

Fontes: COSTA; FREITAS[42]

[41] No Centro de Estudos Baiano/UFBA encontramos a Revista Canudos, na qual consta de forma cronológica as obras de José Calasans de 1942 a 2001 e um breve comentário do que trata a publicação. Nas referentes ao período no qual ele residia em Sergipe, o autor menciona *Aracaju (contribuição à história da capital de Sergipe)*; *Aspectos folclóricos da cachaça e Temas da província, com o indicativo*: "sem maiores indicações porque não tive condições de consultar o original. Talvez incluído em 1992." REESINK, Edwin. Calasans 1915– 2001. *Revista Canudos*. UNEB, Centro de Estudos Euclides da Cunha. v. 5, nº 1/1, junho de 2001, p. 49 a 54. Torres (2009) também elenca várias publicações no Jornal Correio de Aracaju (1942) no qual escrevia para a Coluna "Temas de Ontem e Hoje".

[42] COSTA, Silvânia Santana; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. José Calasans Brandão da Silva: história e memória docente em Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Dossiê historiografia educacional sergipana. nº 41, 2011.

Observamos que a maioria das obras foi publicada em revistas, esse espaço de difusão é um palco no qual os intelectuais demonstram e constroem laços de interdependência. A revista possibilita a troca de ideias, a manifestação dos resultados das pesquisas, enfim "[...] lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade"[43].

Essa relação foi percebida, no círculo de amizade constituído por José Calasans Brandão da Silva em Sergipe e na Bahia. Suas produções, as leituras realizadas por indivíduos que constituíram seu vínculo de amizade demonstram a solidez desse lugar de destaque, constatado também através das correspondências trocadas por ele com outros intelectuais renomados no período.

Deste modo, tomando por base a ideia de Chartier[44] de "[...] que a produção não só de livros, mas também dos próprios textos, é um processo que implica, além do gesto da escritura, diferentes momentos, diferentes técnicas e diferentes intervenções."

[43] SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003, p. 249.

[44] CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

* Esse trabalho foi enviado a Gilberto Freyre pedindo para que ele o comentasse. José Calasans em 1941 escreve para ele informando que havia enviado pelo correio o trabalho que "sairá no próximo número da Revista do Instituto Histórico de Sergipe. Gostaria de ouvir sua orientação antes de ser divulgado o estudo." Carta de José Calasans a Gilberto Freyre datada de 25 de dezembro de 1940. Fundação Gilberto Freyre.

** Segundo os estudos de Torres (2009, p. 23) "posteriormente viria a ser *Cachaça, moça branca*: um estudo do folclore". Essa obra teve repercussão nacional e internacional, editado pela Revista de Dialetodologia y tradicional populares de Madri em 1959. Sendo comentada e referenciada por estudiosos como Gilberto Freyre, Camara Cascudo, Carlos Drumonnd de Andrade, Frederico Edelweiss.

*** Jordão de Oliveira recebeu um exemplar no Rio de Janeiro e comentou a contribuição da obra e a forma metodológica da escrita de Calasans, evidenciando que "seu trabalho agradou-me e envaideceu-me, sobremodo. Não só pela erudição de que se muniu, pacientemente, para fazer o périplo dos assuntos escolhidos, fornecendo-nos com isto, ensinamentos preciosos, como pela perspicácia do método que nos deixa entrever o professor ilustre que é v., hoje em nossa terra". Destaca que o estudo sobre Brício Cardoso "O novo venerando mestre Brício Cardoso, por exemplo, não podia ser melhor homenageado. Eu o felicito pelo ensaio. Espero que a auspiciosa promessa dos outros volumes da coleção "Estudos Sergipanos, possam sucessivamente aparecer no ritmo da mesma seriedade, para prestígio da nossa tão pobre bibliografia local". Carta, de 26 de junho de 1945, acusando o recebimento da obra "Temas da Província", congratulando-se com o autor, referindo-se ao ensaio sobre Brício Cardoso e manifestando pesar pelo falecimento do irmão de Calasans. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 78 – 01.

À frente do IHGS, como presidente, enviou correspondência de congratulações: ao presidente Vargas, ao Interventor Milton Azevedo e ao Ministro Osvaldo Aranha. Ao Presidente Getúlio Vargas cumprimentou por ter rompido com relações diplomáticas e comerciais com os países inimigos da democracia. Também evidenciou as congratulações ao Interventor de Sergipe, Milton Azevedo, por estar desempenhando as diretrizes do governo. Cortejou Osvaldo Aranha pela realização da Conferencia das Nações Americanas.

Todas as atividades desempenhadas por José Calasans Brandão da Silva, seja no exercício da docência, seja em instituições mantidas ou não pelo governo, demonstram que o capital acumulado ao longo de suas posições ocupadas na sociedade sergipana conferiu a ele prestígio, fama e reconhecimento, mas estas conquistas não foram conseguidas sem críticas. Conjeturar esse cenário foi fundamental também para perceber como vários nomes continuaram fazendo parte da rede de sociabilidade do professor José Calasans Brandão da Silva, mesmo quando não residia mais em Sergipe.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aplausos na prova da Didática de Calasans. *Jornal da Bahia*. Cidade de Salvador, quarta-feira, 10 de maio de 1961.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petropólis: Vozes, 2007, p. 67.

BRASIL. Portaria de 09 de janeiro de 1962. *Diário Oficial*. Brasília, Distrito Federal, 31 de janeiro de 1962. Seção I, parte II, p. 319. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2666041/dou-secao-2-31-01-1962-pg-3/pdfView>. Acesso em: 24 de junho de 2011.

BRITO, Alessandra Pereira Santos. *Jordão de Oliveira*: o artista e a pinacoteca do IHGSE. Disponível in: www.museologiaufs.com.br/ex-

povirtual/.../Alessandra.pdf. Acesso em: 16/01/2011.

CALASANS, José. *Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro* (CDPB). Disponível em: <http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_calasans.html>. Acesso em: 05/03/2011.

CALASANS. *Manuscrito sobre a importância do IHGS*. IHGS, caixa 21 doc. 017, 1946.

Carta de José Calasans a Gilberto Freyre datada de 25 de dezembro de 1940. Fundação Gilberto Freyre.

Carta de José Calasans ao Diretor Geral. 23 de março de 1964. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20.

Carta, de 24 de janeiro de 1950, tratando do vestibular de sua filha na Faculdade de Direito da Bahia. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63- 002.

Carta, de 26 de junho de 1945, acusando o recebimento da obra "Temas da Província", congratulando-se com o autor, referindo-se ao ensaio sobre Brício Cardoso e manifestando pesar pelo falecimento do irmão de Calasans. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 78 – 01.

Carta, de José Augusto da Rocha Lima a José Calasans Brandão da Silva, datada de 03 de fevereiro de 1956, tratando da sua transferência para Salvador e sobre a possibilidade de colaborar no colégio de D. Anfrísia Santiago. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63- 003.

Carta, de José Augusto da Rocha Lima a José Calasans Brandão da Silva, datada de 18 de fevereiro de 1956, confirmando que estaria em Salvador no dia 03 de março para iniciar as aulas, no dia 05, no colégio de D. Anfrísia Santiago. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63- 005.

Carta, de José Augusto da Rocha Lima a José Calasans Brandão da Silva, datada de 20 de fevereiro de 1956, confirmando a ida a Salvador e que o horário das aulas fosse entre as 9 e 12 horas por não ser madrugada. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63-006.

Carta, de José Augusto da Rocha Lima a José Calasans Brandão da Silva, datada de 24 de fevereiro de 1956, informando que estaria de-

finitivamente em Salvador a 23 de março. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63-007.

Centro de Estudos Baianos. Disponível em: <http://www.ici.ufba.br/twiki/bin/view/Ceb/EStrutura>. Acesso em: 01 de janeiro de 2010.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S.A., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

Convite programa do Centro de Estudos do Hospital Cirurgia para as comemorações da passagem do ano jubilar de formatura do Dr. Augusto Leite. IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, Doc 58-02.

COSTA, Silvânia Santana; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. José Calasans Brandão da Silva: história e memória docente em Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Dossiê historiografia educacional sergipana. nº 41, 2011.

DANTAS, Ibarê. Entrevista concedida em setembro de 2011.

Diário Oficial. Coleção José Calasans, Centro de Estudos Baianos/UFBA, 01/08/1975. In: CASTRO, Renato Berbert (org). *Bibliografia de José Calasans Brandão da Silva*. Centro de Estudos Baianos/UFBA, Coleção José Calasans, janeiro de 1981.

Garcia Moreno, Sinval Palmeira e José Calazans. *Estado de Sergipe*. 23/01/1935.

José Calazans, Sinval Palmeira e Dr. Garcia Moreno. *Noticiador de Sergipe*. Janeiro de 1935.

GODOFREDO FILHO. *Carta nº 19*. Fundo Calasans, IHGS, cx 20, doc. 59, 02, 1946.

GODOFREDO FILHO. *Carta nº 20*. Fundo Calasans, IHGS, cx 20, doc. 59, 01, 1946.

MARROU, H. I. *A História faz-se com documentos.* Do conhecimento histórico. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MONT'ALEGRE, OMER. *Farpas*, IHGS, cx. 20.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho. *José Calasans e Canudos:* a história reconstruída. Salvador: EDUFBA, 2008.

NÓBREGA, José Dionísio. Professor José Calasans e os Silveira em Canudos. *Revista do IHGB*, Salvador, vol. 101, 2006, p. 216 – 278.

Revista Canudos. UNEB, Centro de Estudos Euclides da Cunha. v. 5, nº 1/1, junho de 2001, p. 49 a 54.

SAMPAIO, Renato Vaz. Ofício nº 306, de 03 de dezembro de 1963.

SILVA, José Calasans Brandão da. *Cadernos UFS*. São Cristóvão: UFS; Departamento de História; Programa de Documentação de Pesquisa Histórica, 1995. Entrevista.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

SOUZA, Fábio Silva. Breve reflexão acerca da identidade cultural: A questão patrimonial no Brasil e em Sergipe. *Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*. Canindé, Xingó, nº 5, Junho de 2005. Disponível em: <http://max.org.br/biblioteca/Revista/Caninde-05/Caninde-05-art-04.pdf>. Acesso em 10/04/2009.

Telegrama, de José Calasans Brandão a José Augusto da Rocha Lima, datado de 16 de fevereiro de 1956, comunicando que D. Anfrísia Santiago concordará com sua proposta e que as aulas iniciariam a 05 de março daquele ano (cópia). IHGS, Fundo Calasans, cx. 20, doc. 63- 004.

VILLA, Marco Antonio. *Calasans, um depoimento para a História*. Salvador/Bahia: Universidade do Estado da Bahia, 1998.

Artigo recebido em 29 de março de 2012.

Aprovado em 25 de abril de 2012

JOSÉ CALASANS E SUA OBRA: um novo olhar sobre cultura popular e história

Gilsimara Andrade Torres*

RESUMO
O objetivo do presente artigo é evidenciar através de alguns trabalhos do historiador, professor e folclorista José Calasans da Silva Brandão, a valorização dos estudos de folclore na historiografia brasileira. Assim como analisar através da cultura popular traços sociais, políticos e econômicos do povo sergipano, derivados a partir do cultivo do açúcar, durante os séculos XVIII e XIX. É a partir de então que observamos um novo olhar sobre a Cultura Popular e a História. Destacamos também aqui, um pequeno resumo da obra e vida de Calasans e um breve esboço dos estudos folclóricos em Sergipe, elencando alguns autores e suas principais obras.

Palavras-chave: José Calasans, folclore, Brasil.

ABSTRACT
The intention of this paper is to make evident trough some works from the historian, teacher and folklorist José Calasans da Silva Brandão, the valorization of the studies about the folklore in Brazilian historiography, just as analyze trough popular culture the social, politics and economics aspects of the people from Sergipe, derivatives from the sugar cultivation during XVIII and XIX centuries. It's from this point that we observe a new perspective about the Popular Culture and the History. We detach here too, a small summary of Calasans' work and life and also a short sketch of the folkloric studies in Sergipe, registering some authors and their main works.

Key Works: José Calasans, folklore, Brazil.

* Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe com especialização no Ensino de História pela Faculdade São Luís de França. Email: gilsimara_andrade@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Estudos sobre a valorização da cultura popular na historiografia brasileira são cada vez mais frequentes. Em 2009, ao concluirmos o curso de licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe, abordamos o trabalho *A contribuição de José Calasans aos estudos de folclore.* José Calasans Brandão da Silva, intelectual sergipano, que se destacou em Instituições de ensino dos Estados de Sergipe e da Bahia, e nos setores de pesquisas histórica, folclórica e educacional, meados do século XX.

O objetivo da pesquisa foi então estudar e conhecer trabalhos de caráter folclórico, que Calasans produzira ao longo de sua vida acadêmica. Em nossa análise elencamos a obra *Cachaça moça branca: um estudo de folclore*, a vida de José Calasans; suas primeiras influências nos estudos populares; alguns trabalhos da sua historiografia; e, por fim, como ocorreu seu envolvimento no movimento folclórico brasileiro, ou seja, sua contribuição ao conhecimento da Cultura Popular.

Apesar de um trabalho inédito e de relevância aos estudos históricos e outros, percebeu-se que ainda havia lacunas e espaço para outras abordagens sobre o assunto. Deste modo, apresentaremos aqui, José Calasans e sua obra; uma síntese do processo de valorização dos estudos de folclore no Brasil; um breve esboço sobre trabalhos da cultura popular sergipana e uma análise dos Aspectos Culturais e Históricos do açúcar em Sergipe, baseada nos ensaios *"O folclore do açúcar em Sergipe", "Currais e Engenhos"* e *"O folclore da formação de Aracaju"* de José Calasans.

Seguindo os preceitos de Gilberto Freyre e sua principal obra *Casa Grande & Senzala*, o historiador, folclorista e professor José Calasans Brandão da Silva, através de seu olhar cultural nos leva a entender as mudanças históricas e sociais do povo sergipano a partir da monocultura da cana-de-açúcar em Sergipe. Para isso, Calasans utilizou-se da análise de versos e quadras populares como base para suas interpretações.

Para melhor entendimento, apresentamos um panorama dos estudos de folclore e como o tema foi abordado pela intelectualidade brasileira na metade do século XIX. Os primeiros interessados nas investigações sobre as tradições populares adotariam o conceito de Cultura Popular diante da conjuntura política da época, caracterizada pela decadência do regime monárquico, seguida da instauração da República, a fim de que se identificassem nacionalmente.

Os intelectuais brasileiros viram o índio como o referencial para a nacionalidade brasileira, resultando assim produções literárias, nas quais o indígena era o principal personagem. Somente nos anos setenta dos oitocentos, a "intelligentsia" importaria as teorias cientificas européias e passaria a olhar o negro como povo. Apesar disso continuaria a se dedicar exclusivamente a coleta de material popular, muitas vezes modificando-o e, assim, descaracterizando-o. Esses fatos causariam desavenças até o início do século XX, entre estes e folcloristas, fomentando o interesse aos estudos de folclore.

JOSÉ CALASANS E SUA OBRA

Nos Estados de Bahia e Sergipe, José Calasans Brandão da Silva foi um dos expoentes da intelectualidade. Destacou-se como professor, historiador e folclorista. Nascera em 14 de julho de 1915, em Aracaju, Sergipe, e veio a falecer, em 28 de maio de 2001, aos 86 anos, na cidade de Salvador.

O jovem Calasans concluiu seus estudos secundários no ano de 1932. Nesta época recebe suas primeiras influências aos estudos de folclore. Logo após, seguindo a tradição de muitos outros sergipanos que almejavam a formação de nível superior, parte para a Bahia, onde frequentou o curso de Bacharel em Direito com o objetivo de tornar-se professor em História. Nesta área suas principais referências foram renomados intelectuais como: Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Capistrano de Abreu. "Não foi um dos alunos mais brilhantes. Era comum encontrá-lo lendo Joaquim Nabuco e Gil-

berto Freyre, em vez dos livros jurídicos. A ciência de Beviláqua não o empolgava." [1]Durante o período em que cursou a Faculdade de Direito, na Bahia, participou da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Em 1937, ao retornar da terra baiana, Calasans passou a lecionar em alguns educandários de Aracaju. No ano de 1938, o professor frenquentou o Centro Cultural de Sergipe, fundado por intelectuais sergipanos como: Felte Bezzera, Garcia Moreno. De acordo com a antropóloga Beatriz Góis Dantas o núcleo não possuía sede e eram promovidas reuniões semanais nas casas de seus membros, um deles Calasans[2].

José Calasans foi um intelectual versátil. Além de professor, desempenhou com sucesso cargos de administração. Foi Secretário Geral e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), respectivamente nos períodos de 1941-1943/ 1945-1947, deixando o posto quando transferiu-se de vez para Salvador. Mesmo longe, o sergipano não deixou de manter contato com os confrades da Casa de Sergipe, isto é comprovado pelas correspondências que se encontram no fundo José Calasans do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe assim como os trabalhos publicados até o ano de seu falecimento no periódico da Instituição.

Na Bahia, tornou-se professor catedrático em História do Brasil na Faculdade de Filosofia da Bahia. No início da década de oitenta, Calasans exerceu a vice-reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e foi também chefe do Departamento de História por dezesseis anos. Aposentou-se pela UFBA, exatamente, no ano de 1984.

Durante sua vida acadêmica, José Calasans escreveu sobre temas dos mais variados campos da História. Referente à História da Educação, foi o pioneiro a abordar o assunto em sua província, com o trabalho intitulado *Ensino público em Aracaju (1830-1871).* Tratou de História Política, e se destacou em suas produções sobre a Cultura Popular.

---

1 NÓBREGA, José Dionísio. Professor José Calasans e os Silveira em Canudos. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, *vol. 101, 2006.*

2 DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra: um homem fascinado pela antropologia. *In: Revista Tomo,* nº1. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1998, p.34.

Integrante e participante ativo na Comissão Baiana de Folclore tornou-se seu secretário, em 1953 e continuou por longos anos, se destacando também por sua produção bibliográfica no campo folclórico. Podemos encontrar em sua historiografia folclórica: folclore histórico político, cancioneiro, lingüístico, narrativo, social.

Calasans iniciou suas pesquisas sobre Cultura Popular, ainda em Sergipe, no ano de 1942. Na Coluna "Temas de Ontem e Hoje" do *Correio de Aracaju*, periódico em que podemos encontrar os seguintes trabalhos: artigo sobre Garcia Moreno – sem título, *O folclore do açúcar em Sergipe, A influência Baiana no Folclore, Currais e Engenhos, Notas sobre a mudança da Capital, O cachalote ainda vive, O folclore da Formação de Aracaju e Folclore Infantil Variantes Sergipanas.*

Os artigos citados acima abordavam temas do folclore sergipano, excetuando-se *A influência Baiana no Folclore,* no qual ver-se-ia Calasans comentar o poder que a Bahia tinha em proporcionar a disseminação de costumes populares pelo resto do país. Alguns daqueles trabalhos instigar-lo-ia na elaboração de um ensaio aprofundado sobre a aguardente, intitulado *Aspectos Folclóricos da Cachaça*, editado na *Revista de Aracaju,* no ano de1943, e que posteriormente viria a ser *Cachaça, moça branca: um estudo de folclore.*

Em 1944, escreveu em sua tese, *Aracaju Contribuição à História da Capital de Sergipe,* tendo um dos capítulos "Subsídios para o Cancioneiro Histórico de Sergipe", tratando do folclore histórico-politico de sua terra natal. Ainda aqui, em Sergipe identificamos os seguintes artigos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe: O sentido nacionalista do sete de abril; Fausto Cardoso e a Revolução de 1906; Ensino público em Aracaju (1830-1871); O desenvolvimento cultural de Sergipe na 1ª metade do séc. XX; Discurso pronunciado em 1º de março de 1970, na cidade de Estância pelo Prof. José Calazans. Quando da inauguração do monumento de Gumercindo Bessa; Fávila Nunes, Repórter em Canudos, Canudos - Origem e Desenvolvimento de um Arraial Messiânico; Notícias de Antônio Conselheiro.* Nãodeixou de lado também os folguedos populares e elaborou *Cantigas de Cacumbis e Taieiras,* na *Revista de Aracaju*, representando o folclore social.

No Estado baiano, Calasans dissertou sobre os primeiros coletores do cancioneiro popular, nos trabalhos *Celso de Magalhães e o folclore baiano e Primeiros estudos defolclore na Bahia* e na temática política *O folclore da Independência; Aspectos do 2 de Julho.*

A VALORIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE FOLCLORE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Etimologicamente a palavra folclore foi criada pelo inglês William John Thoms, em 22 de abril de 1846. Composta por *folk e lore*[3], que significam respectivamente povo e saber, entendemos que a palavra resulta em saber do povo, deste modo, designa-se folclore todo objeto e tudo o que o homem faz tornado tradição. Tradição esta exercida através de práticas rituais ou simbólicas, as quais carregam em si valores e padrões de comportamento que se repetidos regularmente resultam numa continuidade do que se passou. Assim a cultura popular está intrinsicamente nas crenças, nos usos e costumes de um povo, etc. Segundo Frederico Edelweiss em apontamentos de folclore: "(...) o saber popular, são em resumo, as manifestações variadas da alma popular através das ideias e dos sentimentos coletivos, inconscientemente feitos e refeitos através dos tempos" [4] ou ainda "um corpo orgânico de modos de sentir, pensar e agir peculiares às camadas populares nas sociedades civilizadas" [5].

A valorização dos estudos de folclore na historiografia brasileira cientificamente[6] só ganha corpo ainda na segunda metade do século XIX[7], mas tem início na década de trinta dos oitocentos, segundo registro de

---

3 O vocábulo folclore surge quando o inglês William John Thoms escreve-o pela primeira vez em uma carta para a Revista The Atheneum, de Londres.

4 EDELWEISS, Frederico. *Apontamentos de folclore.* Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979, p.18.

5 NASCIMENTO, Braúlio do. *Bibliografia do folclore brasileiro.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1971.

6 Apesar de ser adotado como objeto de estudo científico pelos intelectuais brasileiros, lembramos que o Folclore não seria uma ciência autônoma, pois até o século XXI, não se tem inserida a Cultura Popular como curso nas Universidades, mas sim disciplinas que se desenvolvem no campo da História, da Antropologia, da Sociologia, etc.

7 As correntes científicas que dificultaram a definição do que caracterizava ser brasileiro foram a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, o positivismo de Auguste Comte e o branqueamento de Spencer.

Cristina Betioli Ribeiro, especialista no assunto "[...], com a publicação, em 1834, de uma descrição da festa de 'Bumba meu Boi', pelo padre Miguel do Sacramento Lopes, no periódico recifense *O Carapuceiro*"[8] .

A realização de estudos, na área da cultura popular, surgiu pela necessidade do Brasil como nação independente se reconhecer política e culturalmente. Segundo Renato Ortiz, em sua obra *Cultura e Identidade Brasileira* aconteceu porque "[...], a luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que procura se impor como legítima" [9].

A intelligentsia brasileira foi então clamada a executar a missão de identificar culturalmente o brasileiro. Isso aconteceu através de produções históricas e literárias. Dessa maneira o processo de formação da identidade nacional brasileira inicia-se incoerente. Os intelectuais primeiramente viram o índio como o referencial para a nacionalidade resultando, portanto produções literárias, nas quais o indígena era o principal personagem e deste modo camuflaram a presença do negro no processo de formação do povo brasileiro. Posteriormente os cientistas culturais embriagam-se com as teorias positivistas [10] assimiladas da Europa no final do século XIX e incorporando-as, passam a refletir sobre a romantização do índio.

Surgiam assim os primeiros folcloristas a defenderem a contribuição da etnia negra na formação do povo brasileiro. Ainda em fins do século XIX, Silvio Romero, este que para muitos é considerado o "pai do folclore" defendia a cooperação tanto do índio como do negro na Cultura Popular do Brasil. O destaque a Romero e sua importância aos estudos de cultura brasileira se dão devido ao seu pioneirismo nas pesquisas das tradições brasileiras através do cientificismo, era a favor da abolição dos escravos e vivera em um dos períodos da busca pela Identidade Nacional. Apesar de tudo isso acreditava na superação do branco enquanto raça.

Ao negligenciarem a diversidade étnica brasileira, adaptando as teorias evolucionistas européias, a "intelligentsia" obteve como conse-

8 RIBEIRO, Cristina Betioli. *O norte: um lugar para a nacionalidade.* Campinas: São Paulo, 2003, p.13.

9 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional.* São Paulo: Cortez, 1985, p. 09.

10 Cáscia Frade, em seu trabalho *Universidade e Cultura Popular*, ressaltam que a UNESCO preocupada com a paz mundial, entendia que se compreendidas as tradições populares dos diferentes povos favoreceria a ausência de conflitos no mundo.

quência resultados de tentativas frustradas de construção da Identidade Nacional Brasileira ao longo dos tempos.

O indissociável elo entre os estudos de folclore e a identidade nacional brasileira iria persistir ao longo de todo o século XX. Enquanto o Folclore luta para ser reconhecido como estudo científico, paralelamente teriam-se movimentos em prol do ideal de identidade brasileira. De acordo com a cientista social Lúcia Lippi Oliveira:

> A questão nacional no Brasil aparece sempre como problemática; daí a necessidade constante de uma identidade nacional. Assim, a construção de uma identidade se expressa na literatura romântica, nos modernistas, cientificistas do final do século XIX (Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha), nos modernistas dos anos 20, na ideologia do Estado Novo, na produção do ISEB. [11]

As primeiras Instituições criadas para subsidiar as pesquisas e reunir os estudiosos empenhados na valorização da cultura popular surgiram no fim dos anos 30 do século XX e início de 1940. E, segundo Édison Carneiro, perito no assunto, contribuiu para que os estudos de folclore continuassem iguais aos passados, ou seja, produções literárias. [12]

Em meados da década de 1940, os investigadores da Cultura Popular ganham força e se empenham efetivamente em busca de seus objetivos. No ano de 1947, é criada a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), em parceria com o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). A CNFL surgia atendendo uma exigência da Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura (UNESCO) [13].

---

[11] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Os Intelectuais e o nacionalismo. *In: Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate*. 2ª ed. Rio de Janeiro FUNARTE, CNFCP, 2000, p.69.

[12] CARNEIRO, Edison. *Dinâmica do folclore.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.168.

[13] Essa observação é do autor sergipano, Prado Sampaio. Em seu artigo *Aspectos étnicos-psicológicos do povo sergipano*, do final da década de 1920. Sampaio utilizou a literatura para entender a construção da nacionalidade sergipana, segundo ele, no Estado de Sergipe a produção literária, ou seja, estudos de cultura popular, somente existiria a partir do século XIX, quando as culturas indígena, negra e portuguesa, aglutinaram-se em uma. Embora reconheça precocemente isto, Sampaio ressalta que as produções literárias populares seriam de qualidade, a partir do momento em que um representante da cultura letrada as coletassem e as transformassem em nacional.

A Comissão Nacional do Folclore reuniria os mais importantes folcloristas do Brasil, que buscando a preservação e o incentivo de pesquisas relacionadas às manifestações folclóricas brasileiras, iriam promover a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, no ano de 1958. Segundo o cientista social e antropólogo, Luis Rodolfo Vilhena, em *Projeto e Missão*: O movimento folclórico brasileiro 1947 – 1964, a fundação da CNFL e a promulgação da CDFB resultaram do "engajamento de um expressivo contingente de intelectuais na valorização da cultura popular, concebida por eles não apenas como um objeto de pesquisa, mas principalmente como lastro para a definição de nossa identidade nacional." [14].

A partir de então o campo de estudo do "saber popular" seria visto, como um objeto de trabalho de profissionais não acadêmicos, que se interessavam apenas pelas tradições do povo por paixão ao artefato pesquisado.

As pesquisas folclóricas passam então a serem consideradas parte das Ciências Sociais no ano de 1950. Assim, começam a surgir os primeiros trabalhos de status acadêmico através da sociologia por profissionais de Universidades. Isto se deu com a criação dos cursos universitários, e mesmo assim o Folclore seria considerado uma disciplina diferenciada de uma ciência autônoma, pois dependia de outras especialidades, para ser estudado.

> A associação de orientações teóricas... conduziu à introdução de distinções, consolidadas sobretudo pela criação de cursos de pós-graduação em antropologia e em sociologia. Enquanto essas áreas se estruturavam em espaços que lhes conferiam cientificidade, isto é, nas Universidades, os estudos de folclore vão conseguir sua legitimação em museus, institutos e órgãos governamentais.[15]

Houve cinco momentos na história política brasileira, nos quais se deram a construção da identidade nacional brasileira: no

[14] VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947- 1964.* Rio de Janeiro, RJ: FUNARTE, Fundação Getulio Vargas, 1997, p. 21.

[15] FRADE, Cáscia. Universidade e cultura popular. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2006, p.9.

movimento romântico e nas teorias cientificistas do final século XIX; no modernismo de 1922; durante o Estado Novo e por fim com os trabalhos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que concebia "o domínio da cultura como elemento de transformação socioeconômica, o ISEB se afasta do passado intelectual brasileiro e abre perspectivas para se pensar a problemática da cultura brasileira em novos termos"[16].

Não obstante, esse novo olhar nacionalista irá camuflar o que seria a verdadeira realidade social do país, e como conseqüência ver-se-ia um novo conceito de identidade nacional, dependente do poder político e contribuindo ainda mais para a marginalização dos estudos de folclore.

Em 1964, com a retirada de João Goulart do governo e a instauração da Ditadura Militar, o então diretor da CDFB acusado de ser comunista, Édison Carneiro, foi deposto. A solução então foi dar a direção da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro a Renato Almeida, que encontrou dificuldades para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo órgão.

Encarregado de administrar a CNFL e a CDFB, Renato Almeida ficaria até 1975. A figura de Renato Almeida, como Secretário-Geral da CNFL, que tinha como seu aliado o poder executivo, fora de fundamental importância para a disseminação e promoção dos ideais da Entidade, como "último estertor da visão das elites agrárias decadentes que teriam..., em Gilberto Freyre seu principal ideólogo", do que seria Cultura Popular[17].

BREVE ESBOÇO DOS ESTUDOS DE FOLCLORE EM SERGIPE

Em Sergipe, os estudos de Folclore se destacaram ao ter como precursor Sílvio Romero, o "pai do folclore". Ao sergipano coube "o mérito de documentar as primeiras manifestações folclóricas da

16 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional.* São Paulo: Cortez, 1985, p. 46.

17 VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947- 1964.* Rio de Janeiro, RJ: FUNARTE, Fundação Getulio Vargas, 1997, p.47.

alma sergipana, dentro dos moldes legítimos da pesquisa científica" para Jackson da Silva Lima em *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe.* Seguindo os passos de Romero, destacamos os folcloristas: Clodomir Silva, Paulo de Carvalho Neto, João Ribeiro, Mário Cabral, Carvalho Déda, Severino Uchôa, José Calasans e outros.

O interesse cada vez maior no estudo da Cultura Popular colocou em circulação obras de fundamental importância para interessados no assunto. Dentre inúmeras, citamos: *Minha Gente* de Clodomir Silva; *Bibliografia do Folclore Sergipano* de Carvalho Neto; *Roteiro de Aracaju* de Mário Cabral; *Cachaça Moça Branca: um estudo de folclore* de José Calasans.

Aqui em nosso Estado não foi diferente. No ano de 1940, o folclore se insere nas ciências sociais. O grande cultor da época foi o antropólogo Felte Bezerra, com sua obra *Etnias Sergipanas*. A partir de então, somente na década de setenta, surge Beatriz Góis Dantas com importantes estudos na área "destacando-se pela seriedade científica com que encara as manifestações culturais, as investiga e interpreta"[18]. Dentre suas obras, elencamos *A Taieira em Sergipe, Dança do São Gonçalo e Chegança.*

É necessário sinalizarmos ainda, a criação, na década de setenta do século XX, da Revista Sergipana de Folclore, enquanto que parte da produção folclórica era também registrada nos periódicos do Estado, nas Revistas de Aracaju e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Como em todos os Estados do Brasil, organizou-se uma subcomissão de folclore em Sergipe. À frente da seção, criada em 1948, estava o professor e antropólogo Felte Bezerra[19]. Não sabemos ao certo o quanto importante foi o funcionamento da subcomissão sergipana de folclore. Independente de sua existência, as produções folclóricas eram cada vez mais realizadas pela intelligentsia local.

---

[18] LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe.* Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/Subsecretaria de Cultura e Arte, 1984, p.22.

[19] DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra: um homem fascinado pela antropologia. *In: Revista Tomo,* nº1. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1998, p.36.

ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DO AÇÚCAR EM SERGIPE

Em várias publicações, José Calasans ressaltou sempre o interesse que tinha pelos estudos históricos da vida do povo a partir da leitura de *Casa Grande Senzala* de Gilberto Freyre. Nos artigos *"O folclore do açúcar em Sergipe"* e *"Currais e Engenhos",* Calasans assume a postura doutrinária de Freyre e enfoca as relações econômicas, sociais e políticas sergipanas, derivadas do poder da cana-de-açúcar. O historiador também retrata a substituição de casas de palhas por moinhos de cana, ressaltando que essas transformações eram de relevância ao folclore. Ainda em *"O folclore da formação de Aracaju"* descreve a aversão que a aristocracia açucareira tinha em relação a nova Capital de Sergipe, Aracaju, já que esta não possuía casas-grandes nem engenhos e era habitada por pessoas simples que viviam em palhoças em meio as areias do Aracaju. A intenção de nosso intelectual era escrever um ensaio histórico-social sobre Sergipe. No entanto, sua mudança para a Bahia não lhe deu oportunidade para acabar o projeto.

É com o cientista social, Gilberto Freyre, que observamos uma nova visão sobre a historiografia da História e da Cultura Popular. O positivismo de Auguste Comte é substituído pelo seu método sociológico. Ao contrário de alguns folcloristas, Freyre assume à contribuição do negro como formador da Identidade Brasileira e que a nação não era inferior devido à miscigenação das raças. "Gilberto Freyre é considerado um dos autores que produzem a mudança da análise da sociedade: da raça para a cultura; do sincretismo racial para o sincretismo cultural..."[20].

Gilberto Freyre em seu famoso ensaio, *Casa Grande & Senzala* apresenta o português como responsável pela formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. Para o sociólogo os patrícios de Portugal se deixaram influenciar pelo povo africano na vida sexual, na alimentação e na religião, anteriormente a colonização. Ainda para Freyre, os portugueses seriam um povo indefinido e como consequência a existência de um dualismo de cultura e raça no Brasil.

[20] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Os Intelectuais e o nacionalismo. *In: Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate.* 2ª ed. Rio de Janeiro FUNARTE, CNFCP, 2000, p.69.

> A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África.[21]

Em Sergipe o processo de formação da sociedade não seria diferente. Primeiramente tivemos o índio massacrado e marginalizado, em seguida o branco dominador, explorador, detentor de poder e o negro vindo da África e outras regiões do Brasil para trabalhar na lavoura canavieira. "A sociedade colonial no Brasil principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das plantações de açúcar..." [22] .

Outro traço importante na formação do povo sergipano é que a aglutinação de raças e ao mesmo tempo maior segregação social, só se completará em fins do século XVIII e início do XIX, quando ganha impulso o interesse do português no plantio da cana-de- açúcar em nosso território. Antes "a sociedade surgida nas regiões ocupadas pelos rebanhos caracterizar-se-ia por uma menor hierarquização e por ser mais igualitária" [23]. Até o século XVIII, predominou nas terras sergipanas, pastagens para a criação de gado que serviam como alimento, força de trabalho e transporte à lavoura canavieira. Destacando-se as regiões da Cotinguiba e do Vaza-Barris, onde existiam alguns engenhos. Estes, modestos, se comparados aos de outros lugares do Brasil.

Em *Currais e Engenhos*, o autor desenvolve historicamente o tema proposto, relatando a existência de dois ciclos econômicos e sociais, o do gado e do açúcar. Conclui que "(...) Sergipe será ainda por muito tempo uma região econômica e socialmente incluída no grande quadro

> O folclore do gado e do açúcar, ainda não foi recolhido. Aliás, salvo o interessante trabalho de Clodomir Silva, ao que me

[21] FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2007, p.66.
[22] FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2007, p.79.
[23] NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.152.

> conste nada mais foi feito no sentido de colher material folclórico em Sergipe. (...) E enquanto eles não aparecem, fico a registrar alguns aspectos do nosso folclore... colhidas por Clodomir Silva, muito conhecidas em Sergipe, a respeito do ciclo do gado: S'esse mundo fosse meu/ eu botava travessão/ O sertão p'racreá gado/ Pajeú pa valentão/ Deus cand'andou no mundo/deixou tudo abalisado/ O mangue pacarangueijo/ e o sertão pacreá gado. (Correio de Aracaju, 1942)

da civilização açucareira"[24] expõe também que os currais não desapareceram, apenas migraram para o oeste, assim como influenciou a geografia sergipana. Como prova, cita localidades da região, designadas por Curral das Pedras, Gado Bravo, Malhada dos Bois, Rio dos Currais, dentre outras.

Essa interpretação histórica econômica-social sergipana feita através do folclore é um caminho viável e indispensável à Cultura Brasileira. Calasans nos adverte que

> A partir de então, verificou-se que o desenvolvimento da cultura canavieira[1] em Sergipe transporta o gado para o sertão. Isto se torna mais intenso com o fim da crise do açúcar, derivada das invasões holandesas, do encarecimento da mão-de-obra escrava e das dificuldades de transporte. Apesar de ser vendido abaixo de preços anteriores a época, internacionalmente, o açúcar continuava valorizado. As pastagens e plantações de subsistência começam a ser substituídas gradativamente pelas lavouras de cana e engenhos.

Como consequência das novas mudanças, observou-se o crescimento populacional, a formação de vilas e fortunas, assim como melhores vias de transporte. Com uma maior população, o engenho era uma forma de garantir posição social privilegiada na sociedade, os núcleos urbanos que surgiam, eram extensões dos engenhos.

[24] Em Sergipe Colonial I, a historiadora Maria Thetis Nunes diz que as primeiras doações de sesmarias visavam à criação de gado e ao plantio de alimentos para a subsistência.

Ser senhor de engenho era ter direitos e prestígios social e político. Os primeiros bacharéis em Direito e intelectuais provinham das abastadas famílias canavieiras, assim como os precursores da política local num cenário nacional.

Segundo a historiadora Thetis Nunes "A vida sócio- política sergipana gravitará, até os fins da Velha República em 1930, em torno dos senhores da indústria açucareira, classe dominante que detinha o poder econômico" [25].

De acordo com Calasans "Não podia haver cousa melhor do que casar com senhor de engenho. (...) a fim de convencer a mulher dos matos, dizia-se: Eu tenho um engenho, criado e riqueza/ Eu tenho dinheiro e só para ti" [26]. Os versos acima definem claramente a importância do ser senhor de engenho. Não era á toa que as famílias patriarcais faziam de tudo para não se desprenderem de suas posses, muitas vezes realizando casamentos consangüíneos e entre a mesma estratificação social.

Por outro lado a expansão canavieira propiciou a falta de áreas cultiváveis para alimentos e para criação do gado, havendo a necessidade de importar comida e carnes de outras regiões do país.

A monocultura acabou privando os colonos e o resto da população de uma boa alimentação. Sofriam mais os caboclos livres, segundo Freyre devido a uma baixa e deficiente nutrição só lhes restavam às doenças. Se iludem os que imaginam que no Brasil Colonial, todos se alimentavam bem.

> Não só na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão como em Sergipe del Rei e no Rio de Janeiro verificou-se com maior ou menor intensidade, através do período colonial, o fenômeno, tão perturbador da eugenia brasileira, da escassez de víveres frescos, quer animais, quer vegetais.[27]

---

25 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.140.

26 Correio de Aracaju, 1942.

27 FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2007, p.103.

Enquanto isso ocorria, se obtinham lucros com tudo que fosse derivado da cana-de-açúcar. Em primeiro lugar, o açúcar, mas também se comercializavam mel e aguardente. A economia açucareira era o único meio que o poder público dispunha para arrecadar dinheiro através dos impostos. Desta maneira, o governo tenta estimular a produção com melhorias viárias e também abrindo créditos para os produtores.

Importante destacarmos que a produção de aguardente era lucro certo. Já nos comunicava José Calasans em *O folclore do açúcar em Sergipe:* "Cachaça fia da cana/Neta do Canaviá". O produto era comercializado principalmente na Europa e na África, por ser mais barata que as bebidas alcoólicas derivadas de cereais e frutas. Um de seus usos, bastante comum, foi ser mercadoria de escambo por africanos em seu próprio território[28].

Em Sergipe, a aguardente era produzida nos próprios engenhos ou em alambiques particulares, feita a partir dos restos deixados com a produção de açúcar. "Nem todos os engenhos possuíam alambiques. Para um total de 665 engenhos dados como funcionando em 1854, falava-se em 129 alambiques.[29] As cidades que se destacavam na fabricação da "branquinha" eram Estância, Itabaiana e Laranjeiras, esta reconhecida pela quadrinha Cachaça boa/ É a de Laranjeiras/Quem bebe ela/ Sai na carreira[30].

Para Calasans a cana-de-açúcar é um elemento indispensável no panorama cultural de Sergipe, a predominância por quase dois séculos do ciclo açucareiro deixou marcas profundas na civilização que a cana criara no nordeste brasileiro. Isto não significou que mudanças não ocorreram, apenas aconteceram de forma lenta por se tratarem de transformações culturais. Em *O folclore do açúcar em Sergipe* ele também nos revela que "Um outro senhor de engenho vai surgindo. Guarda ainda algumas virtudes e também alguns defeitos do senhor primitivo. Tem, contudo, novos hábitos, outros costumes.Substituiu

[28] Ver *O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul* de Luis Felipe Alencastro.

[29] ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe fundamentos de uma economia dependente.* Petrópolis: Vozes, 1984.

[30] CALASANS, José. *Cachaça, moça branca; um estudo de folclore.* 2ª ed. Salvador, Livraria Progresso, 1951, p. 26.

o engenho pela usina, o cavalo pelo automóvel, a casa-grande pelo palacete da Capital"[31].

No ano de 1855, transferiu-se a capital da província de Sergipe, de São Cristóvão para Aracaju. A mudança foi um marco na História de Sergipe e devido a este acontecimento se observaram transformações nos setores político, econômico e social. Calasans mais uma vez através da Cultura Popular vem analisar o fato através do folclore da formação de Aracaju. Segundo o historiador, a transferência foi um processo democrático, destacando que se ao invés de Aracaju, Laranjeiras fosse a nova sede da província, o domínio da aristocracia do Cotinguiba se consolidaria.

A elite açucareira de início se contrapõe a transferência e desdenha os moradores na nova cidade, como podemos perceber nestes versos de Calasans do Correio de Aracaju em 1942. "Aracaju não é terra/ Nem também povoação/ Tem casinhas de palha/ Forradinha de melão". No entanto ao longo dos anos mudam para Aracaju e constroem seus palacetes. Logo começaram comparar a capital a Veneza "Salve, esboço começado/De Veneza senhorial" .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há muito que se fazer em busca de conhecimentos transmitidos pela Cultura Popular. Viu-se que no Brasil, os estudos na seara folclórica se desenvolveram gradativamente sempre almejando uma identificação do que é ser brasileiro.

É nítido que a convivência das três raças, durante a colonização do Brasil, foi fator decisivo na formação da Identidade Nacional e da Cultura Popular do país. Logo, intelectuais como Gilberto Freyre perceberiam a viabilidade de trabalhos sociológicos e históricos através do folclore.

Em Sergipe e na Bahia, se destacou José Calasans. Ao abordar a História socio-econômica da região, a partir de seu lado cultural. Com os estudos abriu-se um leque de possibilidades para outros trabalhos. O

[31] (CORREIO DE ARACAJU,1942).

"Legado intelectual" que Calasans deixou é imprescindível aos estudos nas áreas de História, Folclore, Social, Educacional e até mesmo outras. Além de rica em informações e conhecimentos, a obra calasaniana é atemporal, ou seja, independente do tempo em que foi elaborada pode ser entendida e útil a qualquer pesquisa acadêmica.

A contribuição de José Calasans à Historiografia Brasileira, e principalmente à Sergipana é inegável. Calasans se debruçou sobre os assuntos da Cultura Popular, destacando-se em suas pesquisas sobre a cachaça, as quais o deixaram reconhecido nacional e internacionalmente, além de estimular outros estudiosos a trabalharem o tema.

Percebemos que a interdisciplinaridade entre os estudos de Cultura Popular e outras áreas foi essencial e continua a ocorrer para que se obtenham estudos na seara popular. Atualmente o folclore continua a coexistir academicamente com as Ciências Sociais, a Antropologia e a História. O folclore ainda nem se quer ganhou *status* de disciplina nas Universidades do Brasil e muito menos se tornou curso para a formação de bacharéis e licenciados na área.

No Brasil, visualizamos a produção folclórica sobrevivendo principalmente como estudo antropológico ou histórico, além da existência de centros que incentivam os estudos nesse campo, a exemplo o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) localizado no Rio de Janeiro. Em Sergipe, também identificamos que os estudos de folclore são ramificações da Antropologia e da História, é nítido que no século XXI existe uma menor elaboração de trabalhos folclóricos se compararmos ao século passado. Isto não ocorre por falta de temas a se trabalhar, mas porque a intelectualidade da região se tornou órfã de seus principais expoentes no assunto.

Enquanto que anteriormente o principal incentivo aos estudos de cultura popular era a busca pela identidade nacional e preservação pela tradição de nossos costumes. Hoje entendemos que o avanço de pesquisas na área, acontece pela necessidade de análises e interpretações dessas produções pela intelectualidade atual, na tentativa de manter na memória do povo brasileiro, um passado que apesar de predisposto às mudanças, ainda resiste em pleno século XX.

Fontes

CALASANS, José. "Temas de Ontem e Hoje". In: *Correio de Aracaju.* Sergipe, 1942.

CALASANS, José. *Aracaju: contribuição a história da capital de Sergipe*. 1942. 96 f.

_____. *Cachaça, moça branca; um estudo de folclore.* 2ª ed. Salvador, Livraria Progresso, 1951.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Renato. *Inteligência do folclore.* 2.ed. Rio de Janeiro: INL, 1974. 368 p.

ALMEIDA, Renato. *Vivência e projeção do folclore.* Rio de Janeiro: Agir, 1971.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe fundamentos de uma economia dependente.* Petrópolis: Vozes, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore.* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARNEIRO, Edison. *Dinâmica do folclore.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro.*3. ed. Brasília, DF: INL, 1972.

DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra: um homem fascinado pela antropologia. *In: Revista Tomo,* nº1. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1998.

EDELWEISS, Frederico. *Apontamentos de folclore.* Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979.

FRADE, Cáscia. Universidade e cultura popular. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-15, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2007. 727 p

FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão.* São Paulo: Hucitec, 1978. 227 p. (Estudos brasileiros; 8)

HOBSBAWN, Eric et al. *A invenção das tradições.*4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 316 p

LIMA, Jackson da Silva.*Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe.* Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/ Subsecretaria de Cultura e Arte, 1984, p.26.

MOTT, Luiz. *Sergipe Del Rey: População, economia e sociedade.* Aracaju: Fundesc, 1986.

NASCIMENTO, Braúlio do. *Bibliografia do folclore brasileiro.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1971. 353 p

NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional.* São Paulo: Cortez, 1985. 148 p

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Os Intelectuais e o nacionalismo. *In: Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate*. 2ª ed. Rio de Janeiro FUNARTE, CNFCP, 2000, p.69.

RIBEIRO, Cristina Betioli. *O norte: um lugar para a nacionalidade.* Campinas: São Paulo, 2003.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. O historiador e a cultura popular: José Calasans e o Folclore de Sergipe e Bahia. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,* v. 40, p. 305-321, 2009.

SILVA, Clodomir de Souza e. *Minha gente: costumes de Sergipe*. 3. ed. Aracaju: J. Andrade, 2003. 116 p

SOUZA, Laura de Melo. A Cultura Popular e a História. In: *Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate*. 2ª ed. Rio de Janeiro FUNARTE, CNFCP, 2000. p

TORRES, Gilsimara Andrade. *A contribuição de José Calasans aos Estudos de Folclore.* 2009. 1v. Monografia (Graduação em História Lic.) - Departamento História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947- 1964.* Rio de Janeiro, RJ: FUNARTE, Fundação Getúlio Vargas, 1997. 332 p.

Artigo recebido em 29 de março de 2012.
Aprovado em 25 de maio de 2012.

JOSÉ ROLLEMBERG LEITE NOS TEMPOS DA REFORMA FRANCISCO CAMPOS: professor de Matemática do Atheneu Sergipense e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*

Suely Cristina Silva Souza**

RESUMO
Fruto de uma pesquisa de mestrado, o presente artigo analisa alguns traços biográficos do professor José Rollemberg Leite, catedrático da cadeira Matemática do Atheneu Sergipense nomeado durante a Reforma Francisco Campos e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). O material preservado no Centro de Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) e no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, tais como: Atas, Livro de registros e uma tese serviram de fontes para produção deste texto. Assim, apresentei José Rollemberg Leite por meio da investigação de sua formação, das cadeiras ministradas no Atheneu Sergipense e suas ocupações em outros cargos públicos levando em consideração a sociabilidade intelectual, uma vez que transitava em vários espaços freqüentados pela intelectualidade sergipana.

Palavras-chave: Intelectual; Atheneu Sergipense; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

* A pesquisa faz parte dos estudos realizados no Núcleo de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe e obteve financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE).

** Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, membro do Grupo de Pesquisa História das Disciplinas Escolares: história, ensino e aprendizagem (GPDEHEA) e licenciada em Matemática. suelycss35@yahoo.com.br

ABSTRACT
The result of a research, this article examines some biographical traits of teacher Jose Rollemberg Leite, chair professor of Mathematics Atheneu Sergipense appointed during the Reforman Francisco Campos and member of the Historical and Geographical Institute of Sergipe (IHG-SE). The material preserved in the Memorial Center Atheneu Sergipense (CEMAS) and Institute of History and Geography of Sergipe, such as Minutes, logbook and a thesis served as sources for production of this text. Thus, presented by José Rollemberg Leite investigation of their training, the courses provided in Atheneu Sergipense and their occupations in other public positions taking into account the intellectual sociability, once passed through in several places frequented by intellectuals Sergipe.

Keywords: Intellectual; Atheneu Sergipense; Historical and Geographical Institute of Sergipe.

O que dizer de um grupo de profissionais que construíram socialmente a disciplina escolar Matemática no Atheneu Sergipense? Como compreender que mesmo não sendo formados com tal finalidade, esses docentes se dedicaram a estudar e transmitir conhecimentos aos jovens secundaristas destinados a seguir seus estudos nas escolas superiores?

Partindo dessas questões, acredito que numa concepção mais ampla, a Educação "é um processo e função social. Por seu intermédio, os grupos asseguram sua continuidade através das gerações, transmitem a cultura que elaboram e realizam assimilação ou socialização dos imaturos das novas gerações"[1].

Processo esse que se efetiva, oficialmente, através dos professores, agentes culturais e transmissores dos valores repassados de uma geração a outra. Eles são os grandes intermediários entre o povo e a classe dominante. Importantes "descobridores ou mediadores que se constituíram em uma elite de mediação cultural, dotada de uma grande capacidade de ressonância e de amplificação dos valores sociais", capazes de superar divergências e de associarem-se em grupos de interesse em torno de questões específicas[2].

[1] SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária*: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 39.

[2] SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2004, p. 63.

Nessa perspectiva, as disciplinas escolares podem também ser vistas como campos de poder social e escolar, de um poder a disputar. De espaços nos quais os "interesses e atores, ações e estratégias" se mesclam. Em outras palavras, são as apropriações de um determinado grupo de professores, reconhecidos como docentes da matéria que ministram por meio do critério da formação e seleção[3].

Dessa forma, além da formação, os concursos do Atheneu Sergipense representavam um alto grau de demonstração intelectual dos candidatos. Ser docente dessa instituição "significava ser membro do circuito produtor e reprodutor de modelos culturais". Muitos professores adquiriam por destaque, "em duplo sentido, um status de prestígio intelectual e político" [4].

O mesmo procedeu com os professores de Matemática do Atheneu Sergipense, que com diferentes formações: farmacêuticos, médicos, bacharéis, engenheiros e cirurgiões dentistas, faziam-se presentes nas páginas da imprensa local, disseminando suas ideias, tornando-se visíveis na sociedade. Quando assumiam funções fora do ambiente escolar, "em diferentes circuitos culturais, extrapolavam os limites da instituição com estratégias de intervenção na sociedade, tomando assento em cargos legislativos, dirigindo órgãos públicos e políticos" [5].

Processo que posso denominar, conforme a concepção de Jean-François Sirinelli[6], de estruturas de sociabilidade, que no momento, essa temática não poderá ser agregada a este texto, mas sua concepção sugere o esboço de futuras produções acadêmicas.

Para o autor, elas "variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados", assim como são distintas as relações do grupo de intelectuais estudados nessa pesquisa. Dessa forma, é pos-

---

3 VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*. Tradução de Marina Fernandes Braga. Campinas: Autores Associados, nº 18, 2008, p. 204.

4 ALVES, Eva Maria Siqueira. A configuração da disciplina escolar Matemática. *REVISTA TEMPOS E ESPAÇOS EM EDUCAÇÃO*/Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Dossiê História das Disciplinas. ALVES, Eva Maria Siqueira (org.). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Vol. 4, jan/jul, 2010, p. 130.

5 Ibid., p. 131.

6 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

sível compor a arqueologia dos professores de Matemática, entender sua cumplicidade e até mesmo compreender as rivalidades e redes de interdependência entre eles[7].

Deste modo, "na historiografia dos atores do político, os intelectuais ocupam indiscutivelmente um lugar à parte". Ainda o autor nos diz que, a nova historiografia estava buscando o seu lugar, após muitos abandonos e críticas. Neste sentido, a história dos intelectuais nos remete à história política e se situa no cruzamento "da biografia e do político e, sob o ângulo coletivo, encontra a história social". Para tanto, tornou-se "um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural" [8].

Levando em consideração o estudo do papel social e histórico que uma coletividade desempenha, o presente trabalho pretende analisar alguns traços biográficos do professor José Rollemberg Leite, catedrático da cadeira Matemática do Atheneu Sergipense nomeado durante a Reforma Francisco Campos e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Contudo, são necessários alguns retrocessos para melhor entender a mobilidade desse intelectual na sociedade e no interior dessas instituições.

Embora José Rollemberg Leite pertencesse a um grupo específico, os professores de Matemática do Atheneu Sergipense e membros do IHGSE, a análise em questão estuda essa coletividade associada "à construção de uma identidade letrada, mesmo que endogenamente haja todos os tipos de cisões. Embora apresentando dissidências em diversos departamentos, o grupo pode se tornar coeso ("coletivo") na medida em que apresenta um projeto intelectual integrado", mas com formas particulares de pensar e agir[9]. Fato que se explica pela presença constante dos professores de Matemática, na documentação investigada, no interior do Atheneu Sergipense, pois à medida que organizava

7 Ibid., p. 249.
8 Ibidem, p. 232-234.
9 SILVA, Vanessa Magalhães da. *No embalo das redes*: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA, 2010, p. 25.

as fontes percebi que todos estavam inseridos na mesma instituição e ainda faziam partes de outras, como grupo que possuía algo em comum. Daí nasceu a necessidade de se entender as práticas individuais desse intelectual enquanto práticas de um grupo específico.

Durante a localização de documentos, recorri às fontes arquivadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense[10], no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe e a algumas bio-bibliografias sobre José Rollemberg Leite, limitando, dessa forma, alguns dados e até mesmo correndo o risco da omissão.

Também não pretendi fazer uma análise avaliativa ou valorativa dessa amostragem, mas de verificação, a fim de não cometer o mesmo erro de alguns historiadores ao trabalharem com as biografias.

> Falo do perigo de misturar desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação. O papel social, a dependência burocrática, a tonalidade política - tudo entra de modo decisivo na constituição do ato e do texto de um intelectual. Mas nem por isso vale como critério absoluto para os avaliar. A avaliação é uma segunda etapa e não pode decorrer mecanicamente da primeira[11].

Minha pretensão, aqui, também é apresentar alguns traços biográficos de José Rollemberg Leite por meio da investigação de sua formação, cadeiras ministradas no Atheneu Sergipense e as ocupações em outros cargos públicos levando em consideração a sociabilidade intelectual, uma vez que transitava em vários espaços freqüentados pela intelectualidade sergipana.

Para Jean-François Sirinelli[12], o historiador que estuda a sociabilidade intelectual pode construir um mosaico de possibilidades, de forma

[10] Arquivo escolar que preserva as fontes documentais produzidas pelo Atheneu Sergipense entre o período de 1870 a 1950. Desde 2005, esse espaço vem sendo coordenado pela professora Eva Maria Siqueira Alves por meio de financiamentos, entre eles o da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE).

[11] MICELI, Sérgio. *Intelectuais a Brasileira.* São Paulo: Companhia da Letras, 2001, p. 73-74.

[12] SIRINELLI, Jean-François. *Op. Cit*., 2003.

que toda e qualquer situação de produção ou atuação intelectual seja compreensível. Assim, investigar os traços deixados pelos intelectuais significa seguir as trajetórias de indivíduos, através do mapeamento de "suas idéias, tradições, comportamentos, formas de organização, de modo que seja possível caracterizar e compreender seus esforços de reunião e de afirmação de identidade em determinados momentos" [13].

As sociabilidades aqui tratadas foram construídas no interior do Atheneu Sergipense, mas as relações intelectuais, de amizade e acadêmicas extrapolavam essas redes. O docente estudado nesta pesquisa não atuava em um só espaço, tampouco tinham apenas uma profissão. Estava envolvido em mais de uma atividade a um só tempo: era engenheiro, professor, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, político, entre outros.

O que dizer da formação básica e profissional do professor Jose Rollemberg Leite? Sua participação na vida pública de Sergipe nos faz relatar sua atuação como engenheiro, professor concursado do Atheneu Sergipense e político.

No texto de Bonifácio Fortes[14], observei que José Rollemberg Leite nasceu na cidade de Riachuelo, no dia 19 de setembro de 1912, cujos pais, o médico Silvio César Leite e D. Lourença Rollemberg Leite, faziam parte de famílias abastadas e de destaque na sociedade sergipana. Sua formação escolar sofreu influências católicas tanto no ensino primário quanto no secundário. Iniciou seus estudos em sua cidade natal, mas prosseguiu para o Salesiano de Aracaju, porém completou seu curso secundário no Antonio Vieira, na cidade de Salvador.

No ano de 1929 partiu para a cidade de Ouro Preto, estado de Minas Gerais, a fim de dedicar-se ao curso superior, cuja graduação de Engenheiro de Minas e Civil aconteceu em 1935. Como acadêmico demonstrou inclinação política ao se tornar presidente do Diretório Estudantil, em 1932 e 1934.

---

13 SILVA, Vanessa Magalhães da. *Op. Cit*., 2010, p. 104.

14 FORTES, Bonifácio. José Rollemberg Leite: um estadista. In: *Cadernos de Cultura do estudante*. Edição Governador José Rollemberg Leite: 40 anos de curso superior em Sergipe. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/PROEST, Ano VIII, nº. 8, 1991, p. 11-20.

Com o término dos estudos retornou a Sergipe e deu início a sua carreira como engenheiro, dividido-a como professor contratado de Física, no Curso Complementar da Sessão Pré-Politécnica do Atheneu Sergipense, chegando a ser catedrático de Ciências Físicas e Naturais por meio de concurso realizado no ano de 1938.

Nesta época, década de 30 do século XX, tanto o Brasil como Sergipe passava por transformações educacionais provadas pela implementação da Reforma Francisco Campos por meio de intensas disputas travadas em prol de uma educação apreendida por distintos grupos sociais, como estratégia de reconstrução nacional.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, criou novos Ministérios a partir dos anos de 1931, entre eles, o da Educação e Saúde Pública. Nomeou como Ministro Francisco Luís da Silva Campos, que por meio de seis decretos estruturou o ensino secundário, comercial e superior, além de apreender as ideias inovadoras de Euclides Roxo para o ensino de Matemática. Sua reforma traçou novas diretrizes na organização do ensino secundário, por meio da ação do Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, que somente se consolidou com o Decreto nº. 21.241, de 4 de abril de 1932.

A Reforma de Francisco Campos organizou o ensino secundário em dois ciclos: Fundamental, com duração de 5 anos e outro Complementar, de 2 anos. Seu currículo era seriado, com frequência obrigatória, ministrado por professores diplomados e concursados, e inspecionado oficialmente quando o estabelecimento fosse equiparado ao Colégio Pedro II, localizado no estado do Rio de Janeiro.

O ensino secundário durante a Reforma Francisco Campos possuía uma finalidade educativa e preparava os jovens para a vida, através do "desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo, de critérios essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas soluções adequadas [...]" [15].

[15] BRASIL. *Decreto nº. 19.890*. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em:
<< http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>> acessado em 01/02/2009.

Outro fato importante, diz respeito às inovações da disciplina escolar Matemática, quando a Reforma Francisco Campos impôs em todo território nacional a proposta elaborada por Euclides Roxo, principalmente ao interligar numa só disciplina todos os ramos das Matemáticas, reestruturar todo currículo através do conceito de função e introduzir noções de cálculo diferencial e integral nos estudos secundários.

> De todo modo, essa etapa histórica do trajeto da disciplina escolar matemática resulta no surgimento das matemáticas unificadas, ao menos formalmente, no âmbito do primeiro currículo nacional, sob o titulo de *Matemática*. Não mais existirão, a partir daí, as cátedras separadas de Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria. A disciplina matemática passará por uma certa estabilidade em, seus programas, livros didáticos e discussões pedagógicas sobre o seu ensino. Esse panorama mudará com os novos tempos tecnológicos que surgirão a partir da segunda metade do século XX [16].

O processo de unificação teve seu início em 26 de julho de 1928, quando impulsionado por movimentos internacionais de renovação do ensino de Matemática, Euclides Roxo propôs uma modificação curricular e metodológica no curso seriado do ensino secundário no Colégio Pedro II, a qual foi regulamentada pelo Decreto de 15 de janeiro de 1929. Essas ideias estavam baseadas na reforma alemã de Felix Klein, veiculadas, principalmente, pelo *Internationale Mathematische Unterrrichtskommission* (IMUK) e pela *Commission Internationale de l'Enseignement Mathématique* (CIEM), cuja "tarefa atribuída ao comitê era restrita em diversos aspectos [...]. O comitê deveria preparar relatórios a respeito do estado da instrução matemática nas escolas secundárias dos países mais desenvolvidos" [17].

---

[16] VALENTE, Wagner Rodrigues. A disciplina matemática: etapas históricas de um saber escolar no Brasil. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda, RANZI, Serlei Maria Fischer (org). *História das disciplinas escolares*: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 247.

[17] VALENTE, Wagner Rodrigues. *Euclides roxo e a modernização do ensino da matemática no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 18.

Dessa maneira, a proposta apresentada por Euclides Roxo abordava a criação da disciplina Matemática, através da fusão da Aritmética, Álgebra e Geometria em uma só disciplina, de acordo com as características defendidas pelo Movimento Internacional para a modernização do ensino da Matemática e foram apropriadas durante a Reforma Francisco Campos.

A disciplina Matemática, durante a Reforma Francisco Campos, foi ministrada em todas as séries. Seus conteúdos estabeleciam uma correlação com a Aritmética, a Álgebra e a Geometria fazendo com que o ensino adquirisse uma noção de função, já que os ensinamentos matemáticos se apresentavam, inicialmente, de forma intuitiva e, em seguida, desenvolvidos gradualmente, de maneira geométrica e analítica.

Sergipe não ficava à margem das questões políticas presentes no país, tampouco com as transformações ocorridas no ensino secundário brasileiro durante a Reforma Francisco Campos. No Atheneu Sergipense o prelúdio de sua atuação aconteceu com a instalação dos Cursos Complementares, mediante determinação da Lei nº. 40, de 18 de novembro de 1936, conforme Decreto Federal nº. 21.241, de 4 de abril de 1932. Contudo, sua implementação definitiva ocorreu com a criação do Regulamento Interno, por meio do Decreto nº. 7, de 14 de Março de 1938, em obediência às instruções expedidas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública para organizar seu regime escolar, processo didático, distribuição, seriação, número de disciplinas e fiscalização.

Os docentes do Atheneu Sergipense eram providos por concurso, cujo processo de seleção atendia as instruções expedidas pela Divisão do Ensino Secundário. Durante a Reforma Francisco Campos os educadores desse estabelecimento de ensino se classificavam em professores catedráticos (efetivos e interinos), professores contratados e auxiliares de ensino, todos com suas distintas definições.

Para ser catedrático do Atheneu Sergipense José Rollemberg Leite prestou concurso para cadeira de Ciências Físicas e Naturais por meio de edital de 11 de março de 1938, cujas inscrições se encerraram em 16 de setembro do mesmo ano.

No dia 28 de setembro de 1938, em sessão extraordinária da Congregação do Atheneu Sergipense foram eleitos os membros componentes da comissão examinadora para o referido concorrência, estando presentes o presidente Joaquim Vieira Sobral, o vice-diretor Florentino Teles de Menezes e os professores: Abdias Bezerra (catedrático de Matemática), Gentil Tavares da Mota (catedrático de Matemática), Joaquim Fraga Lima (catedrático de Geografia), Felte Bezerra (professor interino de Geografia), Oscar Nascimento (catedrático de História Natural), João Antonio de Aquino (professor interino de Ciências Físicas e Naturais), Virginio de Sant'ana (catedrático de Filosofia), Leonardo Leite (catedrático de Instrução Moral e Cívica), José Andrade Carvalho (catedrático de Química), João Alfredo Montes (catedrático de Física), Manoel Franco Freire (catedrático de Inglês), Jucundino Andrade (catedrático de Alemão), Arthur Fortes (catedrático de História Natural), Napoleão Dorea (professor interino de Desenho), José Fontes Cardoso (professor contratado de Matemática), Antonio Gomes Farias, João Batista Garcia Moreno (professor contratado de Biologia) e o Inspetor Federal Octaviano Vieira de Mello.

Para tanto, na condição de docentes estranhos à Congregação do Atheneu Sergipense, o presidente convidou os professores José Andrade Carvalho e Virgínio de Sant'ana como parte dos componentes da banca examinadora da cadeira de Ciências Físicas e Naturais. A congregação deveria escolher os outros dois membros, sendo votados, pela maioria, os professores Oscar Nascimento e João Alfredo Montes. No mesmo pleito estavam inscritos José Andrade Carvalho, Gentil Tavares da Motta, Abdias Bezerra e Joaquim Fraga Lima.

No dia 7 de novembro de 1938, em sessão extraordinária, a Congregação do Atheneu Sergipense aprovou a lista de 20 pontos da prova escrita do concurso de Ciências Físicas e Naturais, escrita a seguir.

1º. Água.
2º. Oxidações e reduções.
3º. Teorias sobre a origem da Terra- Critica.
4º. Reprodução e disseminação dos vegetais em geral.

5º. Estudo físico-químico e biológico do calôr.
6º. Hidrogênio.
7º. Ácidos, bases e sais.
8º. Metalurgia do ferro - Problemas siderúrgicos do Brasil.
9º. Fósseis especialmente paleoantropológicos.
10. Das sociedades biológicas.
11. Os sentidos do homem.
12. O carbono em a natureza.
13. Sólo.
14. A divisão do trabalho biológico.
15. Fenômenos magnéticos.
16. Oxigênio.
17. Trigo, açúcar, café, algodão e borracha.
18. Higrometria.
19. Substâncias minerais e orgânicas, sêres organizados.
20. Alimentos [18].

Antes de sortear o ponto da lista da prova escrita, o presidente da Congregação reuniu a banca examinadora, no dia 2 de dezembro de 1938, às 10 horas, a fim de julgar os documentos apresentados pelos candidatos João Antonio de Aquino e o Engenheiro de Minas e Civil José Rollemberg Leite, conferindo, aos dois, nota 10,0 como média dos pontos alcançados pelos títulos.

Em seguida, na sessão do dia 10 de dezembro de 1938, os candidatos inscritos realizaram a prova escrita, depois do sorteio do ponto presente a lista elaborada no dia 28 de setembro do mesmo ano, cujo assunto contemplou ao conteúdo número 8, "Metalurgia do ferro - Problemas siderúrgicos do Brasil".

No dia 12 de dezembro de 1938 os referidos candidatos foram convocados para, no dia seguinte, serem submetidos à arguição de suas teses, cujo ponto não foi identificado, mas cuja preleção aconteceu no prazo regulamentar. Apesar dos dados investigados não apresentarem

[18] ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 7 de novembro de 1938.

informações quanto aos assuntos da tese de livre escolha dos dois concorrentes, encontrei, na Biblioteca Pública de Sergipe, a dissertação de José Rollemberg Leite intitulada, "A Natureza da Luz" e a de João Antonio de Aquino, "A Atmosfera".

A tese defendida por José Rollemberg Leite foi impressa em Aracaju pela Gráfica Editora; compunha-se de 102 páginas e 9 capítulos, com a seguinte declaração em suas páginas iniciais: "seguindo exemplo de autores de grande renome apresentaremos as teorias em ordem cronológica, iniciando pelo resumo das de Descartes e Grimaldi, as quais, se bem não sejam citadas entre as clássicas, muito contribuíram para a constituição destas"[19].

Nas suas laudas iniciais trazia uma dedicatória destinada aos seus colegas da turma de Engenharia e uma introdução que explicava o tema escolhido.

> O problema da natureza da luz já agora tinha que ser resolvido de modo a que solução satisfizesse a certas condições, isto é: uma vez dada uma natureza para luz, deviam os fenômenos ópticos conhecidos serem explicados. Vão surgir teorias e o interesse pelo estudo da óptica toma vulto podendo-se mesmo dizer que no século XVII nasce esta parte da Física [20].

De inclinação assumidamente católica, José Rollemberg Leite escolheu um tema de embate científico presente no final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a fim de remover as velhas teorias pela introdução de novas proposições "para servir de farol aos novos tempos". Para fundamentar sua tese, ao longo do trabalho foram citados 57 autores[21].

Numa perspectiva histórica "A Natureza da Luz" englobou matemáticos, químicos, físicos e outros cientistas preocupados em compreender

[19] LEITE, José Rollemberg. *A Natureza da Luz*. Tese de concurso para professor catedrático de Ciências Físicas e Naturaes no Ateneu Sergipense. Aracaju: Gráfica Editora, 1938, p. 4.
[20] LEITE, José Rollemberg. *Op. Cit.*, 1938, p. 4.
[21] BARRETO, Antonio Luiz. A Luz, A Terra e a História: o saber científico em Sergipe. In: *Jornal Tribuna GS*, [s/n], 9 de novembro de 2000.

o mundo, por meio de formulações e teorias que ajudaram a transformar a ciência Física. E, como resposta ao estudo dissertado, Jose Rollemberg Leite apresentou suas conclusões no capítulo "Mecânica Ondulatória".

> A diversidade de concepções mostra claro quão complexo é o problema da natureza da luz. Opiniões emitidas por astros de primeira grandeza no firmamento da Física interferem produzindo a obscuridade, a confusão. Hoje, graças á MECANICA ONDULATORIA, que conciliatoria poderiamos chamar, tem-se uma explicação para os fenômenos fisicos, mas permanecem complexos os problemas da natureza e propagação da luz [...] [22].

Assim, José Rollemberg Leite deixou claro que o estudo da ondulatória permitia melhores explicações dos fenômenos físicos, mas para os temas que tratavam da natureza e propagação da luz ainda continuava sendo um assunto de grande complexidade.

O concurso prosseguiu no dia 15 de dezembro do mesmo ano, com a escolha do assunto para a prova oral. Dentre os trinta pontos elaborados para a mesma, organizados no dia 14 de dezembro de 1938, foi sorteado o de nº. 13, "Hidrogênio, composição da água e ácidos, bases e sais". José Rollemberg Leite iniciou a prova às 10 horas e 30 minutos e a terminou em 50 minutos, conforme as normas regulamentares.

Finda esta etapa o candidato partiu para a realização da prova prática, cujo assunto versava sobre o ponto nº. 2 - "Balanças", dentre os de uma lista de composta de 10 assuntos. E estando presentes o Interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, o Comandante dos Portos Capitão de Corveta Aldo de Souza, Desembargador Edison de Oliveira Ribeiro e os Capitães: Xavier de Oliveira e José de Brito Carmelo, terminou o exame no tempo regulamentar.

No dia 17 de dezembro, em sessão extraordinária da Congregação do Atheneu Sergipense, realizou-se a leitura e aprovação dos pareceres da comissão do concurso da cadeira de Ciências Físicas e

[22] LEITE, José Rollemberg. *Op. Cit*., 1938, p. 99- 100.

Naturais. O presidente, na forma do §1º, do art. 3º, da Lei nº. 44, de 4 de junho de 1937, divulgou as notas de cada concorrente: O Engenheiro Civil e de Minas José Rollemberg Leite em 1º lugar, por ter obtido média 9,96; e João Antonio de Aquino em 2º lugar, por ter alcançado média 8,28.

Assim, de acordo com o regulamento em vigor, estavam habilitados os dois concorrentes. E com esse resultado, o engenheiro de Minas e Civil, José Rollemberg Leite foi nomeado a professor catedrático de Ciências Físicas e Naturais do Atheneu Sergipense, no dia 30 de dezembro de 1938, pelo Interventor Federal do Estado de Sergipe, Eronides Ferreira de Carvalho. Mas, por Decreto de 24 de agosto de 1939, permutou para a cadeira de Química.

> O professor catedrático efetivo de Ciências Físicas e Naturais, digo, do Ateneu Sergipense da cadeira de Ciências Físicas e Naturais, dr. José Rollemberg Leite passa com a presente, a reger a cadeira de Química do mesmo estabelecimento, em virtude da permuta que lhe foi concedida por decreto de 24 de agosto de 1939 [23].

No mesmo ano em que José Rollemberg Leite assumiu a cadeira de Química do Atheneu Sergipense, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no dia 26 de agosto de 1939, mas só recebeu seu diploma em junho de 1942, conforme as informações contidas no Livro de registro de sócios do IHGSE entre os anos de 1935 a 1946.

> [...] Este Instituto confere expede o presente diploma de socio efetivo ao Exmº Sr. Dr. José Rolemberg Leite, que gozará de todos os direitos e regalias assegurados pelos Estatutos. Secretaria do Instituto Histórico e Geografico de Sergipe, em Aracajú, aos 26 de agosto de 1939. O presidente Hunald Cardoso, 1º secretario,

[23] ATHENEU SERGIPENSE. Livro de registro de Títulos do Atheneu Sergipense. Registro de Título realizado no dia 25 de agosto de 1939.

> Alvaro Andrade, 2º secretario Anfiloquio Vale. Entregue por José Garcez Doria em junho de 1942[24].

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe foi fundado em 6 de agosto de 1912, possuindo reconhecimento de utilidade continental do Congresso Americano de Bibliografia e História de Buenos Aires por meio da Resolução nº. 58, de utilidade pública no dia 9 de novembro de 1915 pela lei estadual nº. 692 e por Decreto nº. 14.074 do Governo federal em 19 de fevereiro de 1920.

Ao folhear as páginas do Livro de registro de sócios percebi que, uma boa parte dos membros do IHGSE pertencia ao quadro docente do Atheneu Sergipense e representavam a elite da sociedade sergipana. Esses dois espaços serviam de encontros para as discussões culturais, intelectuais e políticas, reunindo em torno deles, os intelectuais sergipanos e de outras localidades.

Sendo assim, o Atheneu Sergipense e o IHGSE são "locais privilegiados enquanto centros produtores e difusores de saber, da atuação de uma geração específica e das suas condições particulares de produção - além do seu comprometimento político - em suas estruturas", pois ajudam a esclarecer aspectos da construção de uma formação intelectual, da vitalidade e de sua continuidade através do tempo[25].

Retornando para o ambiente do Atheneu Sergipense, José Rollemberg Leite permaneceu nesta função até o dia 19 de fevereiro de 1940, quando assumiu, em comissão, a cátedra de Matemática devido ao afastamento do professor da referida cadeira.

> O Interventor Federal no Estado de Sergipe resolve designar o catedrático de Química do Ateneu Sergipense, dr. José Rolemberg Leite para ler em commissão a cadeira de Matemática do

[24] INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DE SERGIPE. Livro 01- Registro de Diploma de sócios do IHGSE. Registro de Diploma de sócio efetivo conferido ao Exmº Jose Rolemberg Leite no dia 26 de agosto de 1939.

[25] SILVA, Vanessa Magalhães da. *Op. Cit.*, 2010, p. 97.

> Curso Fundamental do mesmo estabelecimento enquanto durar o afastamento do titular efetivo [26].

Mesmo ministrando aulas como catedrático no Atheneu Sergipense José Rollemberg Leite não deixou de exercer suas funções de engenheiro. Seu domínio técnico se identificava, em partes, com as atividades do magistério, pois "a ação docente não se identifica apenas com a de um técnico ou a de um 'reprodutor' de um saber produzido externamente. 'Dar aula' é uma ação complexa que exige o domínio de vários saberes característicos e heterogêneos" [27].

Partindo dessa alusão, entendi porque o professor José Rollemberg Leite ministrava as cadeiras de Química, Física e Matemática. Sua formação como engenheiro permitiu que, muitas vezes, assumisse funções diferenciadas no Curso Fundamental do Atheneu Sergipense, até mesmo reger aulas excedentes.

> O Diretor do Ateneu Sergipense, no uso de atribuições expressas no artigo 160, do regulamento vigente, resolve designar o catedrático de Química prof., dr. José Rollemberg Leite, designando, por decreto de 16 de fevereiro de 1940, para ler, em commissão a cadeira de Matemática do Curso Fundamental, para, além da sua tarefa, lecionar as aulas excedentes desta cadeira, nas 2ª e 4ª séries do Curso Fundamental, á razão de dez mil reis por aula, de acordo com o artigo 1º do Decreto-Lei nº. 230, de 6 de Maio de 1939, a partir de 1º de abril até 30 de novembro de 1940, não excedendo de duas aulas por semana [...] [28].

O professor José Rollemberg Leite também lecionou Física na Sessão Pré-Politécnica do Curso Complementar do Atheneu Sergipense, através da Portaria nº. 11, de 1º de abril de 1940.

---

[26] ATHENEU SERGIPENSE. Livro de registro de Títulos do Atheneu Sergipense. Registro de Título realizado no dia 19 de fevereiro de 1940.

[27] BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Ensino de História:* fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004, p.50-51.

[28] ATHENEU SERGIPENSE. Livro de registro de Títulos do Atheneu Sergipense. Registro de Título realizado no dia 1º de abril de 1940.

> O Diretor de Ateneu Sergipense, no uso das suas atribuições expressas no artigo 160, do regulamento vigente, resolve designar o catedrático de Química, designando em commissão para ler Matemática no Curso fundamental, dr. José Rollemberg Leite, para além da sua tarefa, lecionar Física nas 1ª e 2ª series da secção de Engenharia do Curso Complementar, á razão de vinte mil réis por aula, de acordo com o artigo 1º do Decreto-Lei nº. 230, de 6 de Maio de 1939, a partir de 1º de abril até 30 de novembro de 1940, não excedendo de oito aulas por semana, [...] [29].

Por Decreto de 11 de julho de 1941, o Interventor Federal no Estado de Sergipe nomeou o professor José Rollemberg Leite, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado. Cargo cuja indicação representou um produto da sua formação acadêmica, da sua notoriedade como catedrático do Atheneu Sergipense, título obtido durante os ditames da Reforma Francisco Campos, e sem contar com a rede de sociabilidade mantida pela influência de seus familiares com a política sergipana.

Partindo desses dados percebi que José Rollemberg Leite possuía uma dinâmica de participação e inserção nos meios intelectuais, fossem eles acadêmicos ou não, como também políticos. Assim, as práticas políticas acrescentadas às práticas intelectuais, são "responsáveis por criar redes de sociabilidades nem sempre homogêneas, mas com interesses específicos" [30]. Para tanto, como dito, não cabe aqui discorrer sobre essa temática, mas anunciar futuras investigações a respeito.

O Atheneu Sergipense por meio de seus professores, em especial os de Matemática, também reuniu uma intelectualidade sergipana em torno de si, bem como foi responsável por disseminar uma nova cultura local, escolar e científica, construída através de uma nova

[29] ATHENEU SERGIPENSE. Livro de registro de Títulos do Atheneu Sergipense. Registro de título realizado no dia 1º de abril de 1940.

[30] SILVA, Vanessa Magalhães da. *Op. Cit*., 2010, p. 197.

identidade para o ensino secundário brasileiro por meio da Reforma Francisco Campos.

Fontes

ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 7 de novembro de 1938.

ATHENEU SERGIPENSE. Livro de registro de Títulos do Atheneu Sergipense. Registro de Título realizado no dia 25 de agosto de 1939.

ATHENEU SERGIPENSE. Livro de registro de Títulos do Atheneu Sergipense. Registro de Título realizado no dia 19 de fevereiro de 1940.

ATHENEU SERGIPENSE. Livro de registro de Títulos do Atheneu Sergipense. Registro de Título realizado no dia 1º de abril de 1940.

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DE SERGIPE. Livro 01- Registro de Diploma de sócios do IHGSE. Registro de Diploma de sócio efetivo conferido ao Exmº Jose Rolemberg Leite no dia 26 de agosto de 1939.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. A configuração da disciplina escolar Matemática. *REVISTA TEMPOS E ESPAÇOS EM EDUCAÇÃO*/Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Dossiê História das Disciplinas. ALVES, Eva Maria Siqueira (org.). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Vol. 4, jan/jul, 2010, p. 121-132.

BARRETO, Antonio Luiz. A Luz, A Terra e a História: o saber científico em Sergipe. In: *Jornal Tribuna GS*, [s/n], 9 de novembro de 2000.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Ensino de História*: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. *Decreto nº. 19.890*. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em:

<< http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>> acessado em 01/02/2009.

FORTES, Bonifácio. José Rollemberg Leite: um estadista. In: *Cadernos de Cultura do estudante*. Edição Governador José Rollemberg Leite: 40 anos de curso superior em Sergipe. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/PROEST, Ano VIII, nº. 8, 1991, p. 11-20.

LEITE, José Rollemberg. *A Natureza da Luz*. Tese de concurso para professor catedrático de Ciências Físicas e Naturaes no Ateneu Sergipense. Aracaju: Gráfica Editora, 1938.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais a Brasileira*. São Paulo: Companhia da Letras. 2001.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2004.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária*: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, Vanessa Magalhães da. *No embalo das redes*: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

VALENTE, Wagner Rodrigues. A disciplina matemática: etapas históricas de um saber escolar no Brasil. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda, RANZI, Serlei Maria Fischer (org). *História das disciplinas escolares*: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 217-254.

VALENTE, Wagner Rodrigues. *Euclides roxo e a modernização do ensino da matemática no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*. Tradução de Marina Fernandes Braga. Campinas: Autores Associados, nº 18, 2008, p. 173-215.

Artigo recebido em 29 de março de 2012.

Aprovado em 20 de abril de 2012

TEREZINHA ALVES DE OLIVA: a mulher na casa de Sergipe

Claudefranklin Monteiro Santos*

RESUMO
O artigo pretende fazer uma discussão historiográfica de parte da obra de Terezinha Alves de Oliva, destacando sua atuação em diversos setores da vida cultural de Sergipe, de modo especial na Casa de Sergipe. Ao longo de mais de trinta anos de vida acadêmica, a intelectual sergipana, natural da cidade de Riachão do Dantas, acumulou diversos trabalhos que marcaram de forma indelével a historiografia, fato que a coloca entre as mais notáveis mulheres de sua geração.

Palavras-chaves: Terezinha Oliva – Historiografia Sergipana – Casa de Sergipe.

ABSTRACT
The article intends to do a discussion historiografica of the work of Terezinha Alves de Oliva, detaching it performance in several sections of the cultural life of Sergipe, in a special way in the House of Sergipe. Along more than thirty years of academic life, the intellectual sergipana, natural of the city of Riachão of Dantas, it accumulated several works that marked in an indelible way the historiography sergipana, fact that puts her/it among the more notables women of its generation.

Keywords: Terezinha Oliva – Historiography Sergipana – Casa de Sergipe.

* Professor do Departamento de História (DHI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador do GPCIR (Grupo de Pesquisa Cultura, Identidades e Religiosidades). Membro do Movimento Antônio Garcia Filho (Academia Sergipana de Letras). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Doutorando em História pela UFPE.

APRESENTAÇÃO

Desde a sua fundação em 1912, ainda com o nome de Casa de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe foi predominante composto por homens. A única mulher a presidir seus destinos foi a historiadora Maria Thétis Nunes. Isso se deu entre os anos 1971 e 2003.

Essa presença de intelectuais femininas torna-se notada e significativa a partir da segunda metade do século XX, quando pesquisadoras como Beatriz Gois Dantas, Maria da Glória Santana e Maria Nely Santos tomam a dianteira e renovam com seus escritos a instituição que passou por uma espécie de refluxo cultural nas décadas anteriores.

No que diz respeito à Revista do IHGSE, seu corpo de redatores, só se faz notar a contribuição das mulheres intelectualizadas a partir do ano 1939, com Maria Alice Furpo[1], Carmem Sobral, Maria Conceição de Melo Costa, Emília Rosa Marsilac Fontes, Maria das Graças Azevedo Melo e Isaura dos Santos. Na administração de Thétis Nunes, coube à professora Maria Nely Santos a responsabilidade de cuidar dos destinos da Revista, ao lado de Luiz Fernando Ribeiro Soutelo e Pedrinho Santos, cabendo a ela as edições de número 27 e 29[2].

A partir dos anos 60, as mulheres assumem papel importante na produção da Revista, com artigos de Thétis Nunes (a mais produtiva), seguida de Beatriz Góis Dantas, Maria da Glória Santana Almeida, Diana Maria de Faro Leal Diniz. Terezinha Oliva estréia, como veremos adiante, nessa leva.

Segundo Itamar Freitas[3], os anos 80 firmam a mulher em definitivo no cenário da Casa de Sergipe, de modo particular na produção científica, acrescentando-se aos nomes já citados anteriormente, figuras como Josevanda Franco, Aldeci Figueiredo e Maria Lígia Madureira.

> (...) Uma hipótese bastante razoável sobre a diminuta participação da mulher como colaboradora da Revista, atenta para a transferên-

1 FIRPO, Maria Alice. Discurso. Revista do IHGS, Aracaju, v. 10, n. 15, p. 161-163, 1939.
2 FREITAS, Itamar. A Escrita da História na Casa de Sergipe (1913-199). EDUFS: São Cristóvão-SE; Fundação Oviêdo Teixeira: Aracaju-SE, 2002. p. 25.
3 Ibid., pp. 28-29.

> cia e manutenção de conceitos em relação ao sexo feminino em vigor nas práticas maçônicas. Para Pedrinho Santos, essa diferença em relação à capacidade produtiva das mulheres pode ser notada em todas as associações formadas por maçons, como a Academia Sergipana de Letras. O próprio IHGS detém,nas três gerações que lhe deram sustentação,vários membros influentes ligados à instituição fraterna, como Floretino Menezes e Epifânio Dória[4] .

Eu conheci a Professora Terezinha Alves de Oliva no ano de 1992. Foi minha professora por duas ocasiões e minha orientadora na Graduação e no Mestrado, ocasião em que pude apreciar de perto sua atuação como docente e, sobretudo, como intelectual, mas precisamente na discussão em torno da historiografia de Manoel Bomfim.

O propósito desse artigo é fazer uma discussão historiográfica da obra de Terezinha Alves de Oliva, destacando sua atuação em diversos setores da vida cultural de Sergipe, de modo especial na Casa de Sergipe. Ao longo de mais de trinta anos de vida acadêmica, a intelectual sergipana, natural da cidade de Riachão do Dantas, acumulou diversos trabalhos que marcaram de forma indelével a história e a historiografia de Sergipe, fato que a coloca entre as mais notáveis mulheres de sua geração.

Com a licença dos laços de amizade e respeito que nasceram e que se consolidaram entre mim e a autora, penso que está mais do que na hora de deixar um registro de sua importância no cenário da intelligentsia sergipana. É fato que pelas limitações desse tipo de texto, a empreitada está mais para um ensaio, mas abre flancos para novas investidas no vasto campo de sua seara intelectual.

UM ESBOÇO BIOGRÁFICO

Natural da cidade de Riachão do Dantas (06 de junho de 1950), Terezinha Alves de Oliva tem sua origem fincada em valores adquiri-

4 Ibid., p. 28.

dos em família, de tradição rural e católica. Filha mais velha de uma considerável prole de oito rebentos, dedicou-se às letras e ao conhecimento logo cedo, por influência do avô materno e, principalmente de seu pai João Oliva.

> (...) Embora 80% da população do Município de São Cristóvão não fosse alfabetizada, eu tive a sorte de aprender a ler ainda na minha primeira escola, de modo que ao vir para Aracaju estudei no Jardim de Infância Augusto Maynard, mas um ano depois fui ao Colégio Patrocínio São José, onde as professoras, percebendo que eu já lia com fluência, me transferiram do Pré-Primário para o Primeiro Ano[5].

Foi a conjuntura político-partidária, somada às péssimas condições econômicas do Riachão do Dantas dos anos 1950, que fez a família Oliva emigrar para a capital sergipana.

As agruras com os primeiros anos de adaptação à capital foram logo substituídas por uma intensa vida literária e cultural, pois a menina e pré-adolescente Terezinha Oliva, tendo seu pai, jornalista, como grande referência, dividia os afazeres domésticos com as atividades sociais e cotidianas, tais como: leitura de jornais, livros e participação em concursos e movimentos literários, a exemplo dos protagonizados pela Professora e Escritora Carmelita Pinto Fontes, envolvendo instituições e veículos culturais já importantes àquela época, como a Academia Sergipana de Letras, a Rádio Cultura de Sergipe, o jornal A Cruzada e a Sociedade de Cultura e Arte de Sergipe.

> (...) aos catorze anos acompanhava o meu pai aos debates filosóficos promovidos por um grupo de intelectuais católicos de tendência esquerdista[6].

---

5 CADERNOS UFS História. Entrevista. Terezinha Alves de Oliva. Vol. 1 - Nº *11. Editora da Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão-SE, 2010. p. 7.*

6 Ibid., p. 8.

Como se pode notar, foi logo cedo que em Terezinha Oliva se manifestaram marcas que mais tarde vão delinear suas escolhas e vieses intelectual e historiográfico, sobretudo o gosto pela investigação e pelo debate em torno de aspectos culturais, educacionais e políticos: o tripé do *modus operandi* de sua escrita, que se mostrará ao longo dos anos, vigorosa e atuante no cenário sergipano e nordestino.

Em meio ao ambiente político dos anos 1960, marcado por um regime de supressão das liberdades individuais, Terezinha Oliva cursou a Licenciatura em História, embora nunca negasse seu amor e aptidão pelas letras.

Sua inserção no mundo acadêmico seu deu no que se tornou o auge do regime militar no Brasil, o ano de 1968[7]. O Curso de História[8] da Universidade Federal de Sergipe havia sido a pouco inaugurado, era um curso em franca formação, mas já composto dos mais importantes representantes da historiografia sergipana, a exemplo do Professor Silvério Fontes, Maria da Glória Santana de Almeida e Maria Thetis Nunes.

A formação universitária de Terezinha Oliva se mostrou sólida e abrangente, a julgar pela plêiade de profissionais e educadores que lhe despertaram sobremodo o gosto pela pesquisa histórica.

> Além de meu pai, desde a infância, quem mais me influenciou foram, sem dúvida, o Professor Silvério Leite Fontes e a Professora Beatriz Góis Dantas. Se me perguntarem como eu gostaria de ser avaliada, diria que como alguém que conseguiu corresponder dignamente a essa influência[9].

Os anos que se seguiram, sobretudo os que Terezinha Oliva foi docente da Universidade Federal de Sergipe (1974-2009), vão confirmar

7 Terezinha Alves de Oliva graduou-se em Licenciatura em História no ano de 1971.

8 Para Itamar Santana (2007), a criação do Departamento de História marca a chamada transição historiográfica do IHGSE para a UFS, em termos de etos da produção de trabalhos de pesquisa histórica. Essa transição se dá por meio de José Calasans Brandão da Silva. As ações de Estado e as ações particulares somam-se às universitárias. Mantêm-se o interesse pelo chamado "sergipanismo", mas é nítida a renovação teórico-metodológica, a ampliação da produção e de novas contribuições, bem como temáticas. Surge, também, a chamada especialização.

9 CADERNOS UFS História. Op. cit. p. 10.

esse legado expresso por ela, firmando no Departamento de História daquela instituição o gosto pela pesquisa e a militância pela preservação da memória, particularmente sergipana. Tarefa quase hercúlea nos dias de hoje frente à nova feição cosmopolita que o DHI adquiriu nos últimos anos, não só pela presença de novos profissionais, nem sempre interessados (por diversas razões) em produzir e discutir uma historiografia sergipana ou até mesmo em aceitá-la ou ter desconforto em aceitá-la enquanto tal, preferindo, o que vejo como natural, o comodismo de seu nicho teórico discursivo.

Toda a pujança intelectual de Terezinha Oliva, firmada em sua formação universitária, levou-a a atuar no campo cultural, inicialmente ao lado de Beatriz Góis Dantas. Ela participou ativamente, entre os anos 60 e 70, da reorganização do Arquivo Público do Estado de Sergipe (tendo sido sua Diretora ainda em tenra idade) e do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico da Secretaria de Educação e Cultura.

Na Universidade Federal de Sergipe, ao longo de trinta e cinco anos, Terezinha ocupou diversas funções e cargos, inclusive como docente nos Mestrados de Educação e Geografia, e Diretora do Museu do Homem Sergipano. Mas foi como professora e pesquisadora do Departamento de História que ela pontuou, em definitivo, seu nome entre as mais importantes historiadoras de Sergipe. Sua atuação na docência, particularmente na disciplina Introdução aos Estudos Históricos e orientadora de Pesquisa Histórica, foi além do ambiente escolar, levando seus alunos a se familiarizarem como os arquivos e com as fontes históricas. Por diversas vezes, desenvolveu com maestria atividades de crítica histórica com os alunos.

> Eu me realizei como professora, dedicando-me com muita convicção à formação de futuros professores e historiadores. Em Introdução aos Estudos Históricos segui os passos do Prof. Silvério Fontes, incrementando o trabalho prático de conato direto com as fontes históricas e com questões do ensino de História. Procurava suscitar o debate sobre o papel

> da disciplina na formação do educando, assim como sobre a responsabilidade do futuro profissional em de História com a preservação da memória[10].

Incansável, ainda no Departamento de História da UFS, onde foi Vice-Chefe e Chefe, esteve sempre à frente de iniciativas no campo editorial com vistas à publicação dos resultados da pesquisa histórica, a exemplo do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), do primeiro número do Caderno UFS História, ente outros.

No campo da salvaguarda de documentação e da preservação da memória, atua decisivamente desde os anos 70, tendo sido responsável por ações significativas no Arquivo Público Estadual de Sergipe, quando Diretora, além do PDPH e do CULTART.

Em 2009, assume a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-SE). Como gestora daquela instituição, vem imprimindo seu viés conciliador e sua postura de labuta incessante de defesa da memória sergipana. Sua administração tem como marca a eleição da Praça São Francisco, São Cristóvão-SE, como o décimo oitavo bem cultural brasileiro Patrimônio da Humanidade. Esse feito se deu no dia 01 de agosto de 2010 e foi o corolário de uma campanha de candidatura que antecede ao ano de 2005.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Uma discussão sobre historiografia sergipana está sempre cercada de incompreensões. Terezinha se insere numa plêiade bem resolvida de intelectuais que encaram a temática sem pudores ou idiossincrasias acadêmicas[11]. A avaliação que ela faz do assunto[12]

---

10 Ibid., p. 11.

11 O livro Historiografia Sergipana, de Itamar Freitas (2007), se apresenta como um dos mais completos e sistemáticos trabalhos de levantamento e crítica de uma historiografia sergipana.

12 Cadernos UFS História. Op. cit. p. 16.

revela uma historiadora consciente e importante em seu aspecto político e social. Ciente de que há quem até considere uma historiografia desse tipo não existir, aponta e pontua um considerável crescimento de sua produção bibliográfica, destacando não só o papel do DHI[13] nos últimos sessenta anos, mas também do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e dos programas de Pós-Graduação da UFS, a exemplo do Mestrado em Educação[14], tendo o Prof. Dr. Jorge Carvalho com de seus maiores representantes. Vê na existência do Mestrado em História na UFS uma boa oportunidade para firmar essa tradição historiográfica sergipana.

Textos para a História de Sergipe (1991), inicialmente concebido pelo Prof. Silvério, mas executado pela Professora Diana Maria de Faro Leal Diniz com apresentação de Rosa Maria Godoy Silveira, está entre aqueles livros que vão na leva de uma centena deles que vão sedimentar a historiográfica sergipana

O livro reuniu diversas pesquisadoras sergipanas. Além das acima citadas: Beatriz Góis Dantas, Lenalda Santos Andrade, Maria de Andrade Gonçalves, Maria da Glória Santana Almeida e Terezinha Alves de Oliva. O Banco do Estado de Sergipe foi o patrono e ajudou em sua publicação e teve a chancela da Universidade Federal de

[13] Nos anos 90, em mais uma de suas reformas curriculares, o DHI insere a obrigatoriedade do trabalho de conclusão de curso via elaboração de monografia. A primeira leva de alunos que se formaram em 1995 iniciou um processo que até hoje perdura, afora a extinção de seu Bacharelado. As primeiras monografias escritas já apontam para a predominância de trabalhos cuja temática fosse Sergipe, sua História e Cultura. Particularmente, eu contribuir com esse processo, tendo sido minha monografia Manoel Bomfim e a Identidade Nacional (1995) a primeira a ser apresentada publicamente, sob a orientação da professora Terezinha Alves de Oliva. Devo salientar que a proposta de estudo foi da Professora Maria Nele Santos. Nesse sentido, vale destacar o que afirma Itamar Freitas (2007, p. 34): "(...) A instituição do trabalho monográfico pela mudança de hábitos na pesquisa, pela abrangência temática, topográfica e teórico-metodológica, pela quantidade de pesquisadores que tem revelado nos últimos dez anos e pela autonomia em relação às demandas do Estado merece exame particularizado que delimite com precisão a sua relevância para a historiografia sergipana".

[14] A migração de alunos de história para os Mestrados em Geografia e, principalmente, em Educação tornou-se uma constante nos últimos anos. Afora a ausência de um Mestrado em História em Sergipe e as dificuldades dos recém-concludentes do curso se deslocarem para Bahia e Pernambuco, os Mestres e Doutores Sergipanos formados me História ou não também migravam para aqueles, levando seus alunos ou os atraindo de alguma forma. Não foi diferente comigo, que acabei seguindo esse caminho em 1999, quando fui escrever a dissertação de Mestrado, Bilac e Bomfim Através do Brasil (2004), novamente sob a orientação da Professora Terezinha Oliva, recém-chegada de São Paulo, onde fora concluir seu Doutoramento em Geociências.

Sergipe. A idéia era ser um livro composto de artigos e leituras para fins pedagógicos e escolares, mas acabou se transformando num livro de cunho científico-acadêmico, sobremodo por sua linguagem mais voltada para o nível superior. Está esgotado e sua importância impera a existência de uma seqüência[15].

Composto de seis textos, divididos em capítulos, procuram dar conta de diversos aspectos da história e da cultura sergipana: Índios em Sergipe (Beatriz Góis Dantas); Atividades Produtivas (Maria da Glória Santana Almeida); Propriedade da Terra e a Questão Agrária (Diana Maria de Faro Leal Diniz); Organização do Trabalho (Lenalda Santos Andrade); O Processo de Formação Cultural e as Manifestações Culturais (Maria de Andrade Gonçalves).

O texto de Terezinha Alves de Oliva é o terceiro: Estruturas de Poder. Trata-se de uma revisitada ao que já se havia escrito a respeito de uma história política em Sergipe, centrando fogo numa análise mais consubstancial no Período Republicano. O propósito é não só de contribuição, mas também de renovação do campo.

Na introdução do texto, a autora expressa com clareza sua postura historiográfica no trato com uma história política de Sergipe:

> Não se pode compreender o funcionamento e a organização da vida política sem o conhecimento da realidade sócio-econômica. Por isso, este capítulo se articula aos demais, principalmente com aqueles que caracterizam a economia e a sociedade sergipanas, mas igualmente com os que tratam da questão da terra e da cultura[16].

Terezinha escreve Estruturas de Poder numa linguagem técnica, mas extremamente didática e acessível. Apóia-o num vasto

[15] Os Professores Doutores Lourival Santana Santos e Antônio Lindvaldo Souza estão desde 2011 com esse projeto, no sentido de publicar o livro Textos para a História de Sergipe. Já o IHGSE, por ocasião das comemorações de seu centenário, disponibilizará uma segunda edição do número 01 na Coleção Biblioteca "Casa de Sergipe". O livro célebre de Terezinha Oliva, Impasses do Federalismo Brasileiro (1985), também terá uma segunda edição por essa coleção.

[16] OLIVA, Terezinha Alves de. Estruturas de Poder. In: DIANA, Maria Diniz (Coord). Textos para a História de Sergipe. Universidade Federal de Sergipe/BANESE: Aracaju-SE, 1991. p. 129.

conjunto de fontes[17] e bibliografia[18], sempre às voltas com uma necessidade de narrar os fatos com costuras que tenham um sentido. Em geral, segue uma tradição iniciada por Thetis, mas dá seu toque refinado de compreensão dos acontecimentos, com períodos longos, porém coerentes, capazes de traduzir com clareza ao que se propõe a escrever.

Observe essa passagem em que ela trata do clima político em Sergipe nos primeiros momentos da Monarquia Brasileira:

> As eleições foram invariavelmente momentos violentos em que o partido que ocupava o poder manipulava a seu favor os resultados. Eram embates entre facções da classe dominante, cada um imbuída do desejo de controlar o poder e de demonstrar força sobre a sua clientela[19].

O texto de Terezinha Oliva é ainda enriquecido com gráficos e organogramas, além de dados numéricos que sustentam e ilustram seus argumentos. Chama atenção uma Cronologia da Evolução Política da História de Sergipe[20]. Sua percepção sobre Sergipe Republicano é o diferencial, sobretudo as análises conjunturais, as movimentações e as acomodações e reacomodações partidárias.

O interesse por história política parece ter nascido da experiência que teve quando do Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco[21]. Terezinha esteve entre os primeiros professores da Universidade Federal de Sergipe a investirem em formação em nível superior em pós-graduação Strictu Sensu. Entre seus mestres que mar-

---

17 Entre as fontes mais utilizadas por Terezinha Oliva, destaque para revista e jornais, quer sejam de circulação nacional, quer seja de circulação local, a exemplo da Revista O Cruzeiro, os jornais O Nordeste, Correio de Aracaju, Voz do Operário, entre outros.

18 Entre os autores que sustentam o texto de Terezinha Oliva, destaque para Felisbelo Freire, Pirez Wynne, Thetis Nunes, José Calasans Maria da Glória Santana, Ibarê Dantas, Antônio Lindvaldo Sousa e Lourival Santana Santos.

19 OLIVA, Terezinha Alves de. Op. cit., 1991. p. 135.

20 Ibid., pp. 162-164.

21 Terezinha Alves de Oliva cursou o Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco entre os anos 1978 e 1981. O título de sua dissertação foi Fausto Cardoso: uma Revolta Anti-Oligárquica e teve como orientador o Prof. Armando Souto Maior.

caram sua formação acadêmica e que irão influenciar seu saber e fazer historiográficos, destaque, para o Professor Armando Souto Maior[22].

> O Mestrado me proporcionou ampliar a visão sobre História e o contato com uma realidade regional da qual eu não me dera conta até então. Era plena ditadura, eu e meus colegas sentíamos na pele, pelo cuidado com que os professores abordavam certos temas e pela possibilidade de acesso a uma bibliografia "proibida" que comprávamos às escondidas numa pequena livraira de Recife, a Dom Quixote e líamos com sofreguidão[23].

Em 1985, Terezinha Oliva publica Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso[24]. Sua principal obra, referência para os estudos de República no Brasil e em Sergipe, com excelente repercussão no mundo científico, sobremodo na seara da História. É o resultado de alguns significativos anos dedicados à temática e de labuta no Mestrado em História pela UFPE. A obra foi publicada pela Editora Paz e Terra. Ao lado dos escritos de Ibarê Dantas, o livro desponta entre os mais importantes da história política em Sergipe.

Notadamente, predominam nos escritos de Terezinha Oliva as seguintes temáticas: história política e história dos intelectuais. Particularmente, versou sobre uma História da República em Sergipe e dedicou valiosas páginas a dois importantes intelectuais e políticos sergipanos: Fausto Cardoso e Manoel Bomfim.

A respeito dos dois, assim se refere a historiadora sergipana:

---

22 Intelectual pernambucano que fez escola no Recife, um dos mais exímios representantes da historiografia nordestina, sobretudo no campo da história política. Autor de oito livro, entre eles o consagrado Quebra Quilos (1978), tornou-se famoso nos bancos escolares, quando seus livros didáticos de história ajudou a formar gerações inteiras de intelectuais Brasil a fora. Foi, também, fundador da Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (aposentou-se em 1995). Faleceu em 2006, aos 80 anos de idade.

23 Caderno UFS História. Op. cit. p. 12.

24 OLIVA, Terezinha Alves de. Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

> (...) cada um à sua medida, Fausto Cardoso e Manoel Bomfim são intelectuais que se destacam por posições pessoais radicais e pela rebeldia. Fausto Cardoso criou uma "sub-escola", divergindo de Tobias Barreto apesar do grande respeito que lhe devotava. Quando olho para trás fico me perguntando por que exatamente figuras como com essas características me atraíram e fascinaram tanto, quando eu mesma me defino como tolerante e conciliadora?[25]

Terezinha Alves de Oliva doutorou-se em geociências pela Universidade Estadual Paulista (Rio Claro)[26], mas sem se desvencilhar da História e de Sergipe, desenvolvendo uma tese sobre o Pensamento Geográfico de Manoel Bomfim.

Em 2004, publicou na Revista Brasileira de História[27], em parceria com seu ex-orientando, o Prof. Claudefranklin Monteiro, o artigo As multifaces do Através do Brasil[28]. Revista Brasileira de História. O texto tem tido, até a presente data, uma boa aceitação no mundo acadêmico nacional e até mesmo internacional[29], sendo referência para artigos científicos[30] e trabalhos de pós-graduação[31]. O trabalho discute a expe-

---

25 Caderno UFS História. Op. cit. p. 12.

26 A tradição de pós-graduações no Brasil nas universidades remonta aos anos de chumbo. Os cursos de pós-graduação em História no Nordeste ainda estavam engatinhando nos anos 90. Com Mestrados fundados nos anos 70 e somente outros no início do século XXI, a exemplo de Paraíba e Rio Grande do Norte, ambos de 2005. Havia um fluxo reprimido que o Governo Federal precisava resolver com urgência para evitar situações como a vivida por Terezinha Oliva que precisou se deslocar para São Paulo e para o campo da Geociência. Ela cursou o Doutorado nessa área entre os anos 1994 e 1998 e teve como orientador o Prof. Dr. Sílvio Carlos Bray.

27 SANTOS, Claudefranklin Monteiro, OLIVA, Terezinha Alves de. As multifaces do Através do Brasil. Revista Brasileira de História. S.o Paulo, v. 24, nº 48, p.101-121, 2004.

28 Extrato de Dissertação de Mestrado. SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Bilac e Bomfim Através do Brasil. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão-SE, 2004.

29 Vide: RODRIGUES-MOURA, Enrique. Territorio, moral y nación en los pupitres de la escuela. Olavo Bilac y Manoel Bomfim. In: Arbor, Vol 183, N. 724 (2007). ROGATA Del Gaudio, DORALICE, Pereira. O "Nacionalismo Patriótico" Presente em atarvés do Brasil.. In: Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, II Semestre 2011 pp. 1-17.

30 *Vide: PRIORI, Ângelo· CANDELORO, Vanessa Domingos de Moraes. A utopia de Manoel Bonfim. In: Revista Espaço Acadêmico. N. 96, maio de 2009.*

31 Vide: REIS, Amada de Cássia Campos. História e Memória da Educação em Oreiras. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí. 2006.

riência de Manoel Bomfim no campo da produção editorial de livros voltados para a vida escolar, antigos livros de leitura ou de composição (hoje, didáticos), de modo particular Através do Brasil, em parceria com o poeta carioca Olavo Bilac.

No ano de 2005, o Curso de Licenciatura em História da Universidade Tiradentes organizou um Seminário para comemorar os cem anos de lançamento da obra América Latina, Males de Origem (1905), uma das mais importantes obras de Manoel Bomfim. Cinco anos depois[32], aquela instituição reuniu textos dos intelectuais participantes e lançou o livro Manoel Bomfim e a América Latina: uma Dialética entre Passado e Presente. A professora Terezinha Oliva contribuiu com o texto O Pensamento Geográfico de Manoel Bomfim. Trata-se de um extrato de sua tese de Doutorado, dando ênfase a diversos aspectos da obra de Bomfim, destacando inclusive sua contribuição na seara dos livros de leitura, ou livros didáticos, de sua autoria, que circularam por mais de seis décadas nas escolas brasileiras.

Com a Professora Lenalda Andrade formou uma parceria sólida e de sucesso no campo editorial e da pesquisa histórica voltada para o ensino de história. Seus livros didáticos[33] preencheram uma lacuna nos estudos a respeito e ajudaram a formar uma geração de estudantes dos anos 90 em diante; além disso, despertaram em seus ex-alunos e orientandos, hoje professores e pesquisadores universitários, a exemplo de Itamar Santana, importantes trabalhos.

Ao ser questionada sobre a história e seu ofício de historiadora, Terezinha Alves de Oliva é enfática:

> (...) continuo acreditando que o trabalho criterioso de construção do conhecimento histórico a partir das fontes o distingue da ficção e recuso a redução desse conhecimento à simples narrativa pela

[32] CRUZ, José Vieira da, JÚNIOR, Antonio Biteencourt (Orgs). Manoel Bomfim e a América Latina: uma Dialética entre Passado e Presente. Editora Diário Oficial: Aracaju-SE, 2010.

[33] Vide: OLIVA, Terezinha Alves de; SANTOS, Lenalda Andrade. Para conhecer a história de Sergipe. Opção Gráfica: Aracaju-Se, 1998. OLIVA, Terezinha Alves de; SANTOS, Lenalda Andrade . Trajetória Histórica de Sergipe. Àtica: São Paulo-SP, 2002. OLIVA, Terezinha Alves de; SANTOS, Lenalda Andrade. O processo GED na experiência da UFS. São Cristóvão/Sergipe: EDUFS, 2000.

> narrativa: pode ser antigo,mas continuo acreditando que o que me atrai na história é a busca de sentido sobre a caminhada do homem na Terra[34].

UMA HISTORIADORA NA CASA DE SERGIPE

Ao se referir ao Instituto Histórico de Sergipe (IHGSE), Itamar Freitas (2007) o classifica como um "agenciador de histórias" ou "agência historiadora"[35]. Considerando o conjunto de trabalhos produzidos por aquela casa – originalmente a "Casa de Sergipe" – pode-se dizer que, em grande medida, ela é responsável direta pela fomentação da idéia de sergipanidade. Sua riqueza historiográfica está à altura de sua importância patrimonial.

Um mergulho nesse patrimônio ajuda na compreensão do quê se escreveu sobre Sergipe. O estudo da produção historiográfica da Casa de Sergipe é a chave para entender a gênese de uma identidade, dando-lhe passado, uma representação, uma história.

Como redatora da Revista do IHGSE, Terezinha Oliva colaborou sete vezes até a presente data: 04 artigos, 02 discursos e 01 Necrológio. Sua estréia acontece no número 28 (1982), com o artigo Fausto Cardoso: As Idéias de um Líder[36]. Trata-se de um capítulo de sua dissertação de Mestrado. A autora situa o embate políticos entre o intelectual Fausto Cardoso e o monsenhor Olímpio Campos, destacando a formação intelectual do primeiro, bem como sua atuação político-social e sua inserção na vida pública.

Veja o que diz a autora sobre a chegada de Fausto à Câmara dos Deputados:

> A Câmara recebe-o com entusiasmo e até um deputado o classificou de brilhante a sua discussão Inaugurava-se um estilo ímpar

34 Caderno UFS História. Op. cit. p. 15.
35 FREITAS, Itamar. Op. cit. p. 18.
36 OLIVA, Terezinha Alves de. Fausto Cardoso: As Idéias de um Líder. Revista do IHGS, Aracaju, n. 28, p. 89-123, 1982.

> entre os representantes de Sergipe e insólito em toda a Câmara. Fausto Cardoso era o orador empolgante, firme, desabusado, incisivo e corajoso, que tomava com paixão incontida as questões do Parlamento. Era também brilhante, de raciocínio vivo e rápido, capaz de responder a apartes seguidos e inseri-los no contexto da sua oração, sem nunca perder o ritmo ou descuidar-se da lógica[37].

Foi uma das primeiras investidas de Terezinha Oliva no campo da historiografia sergipana, particularmente na seara da história política, inaugurando um estilo que vai marcar a sua produção.

Sete anos depois da publicação de seu primeiro artigo na Revista do IHGSE, Terezinha Oliva volta à carga com mais um trabalho sobre Fausto Cardoso. Trata-se do número 30 (1989), com o artigo Fausto Cardoso: um Tobiático na Política[38]. A essa altura, a intelectual já se firmava como uma das grandes especialista do assunto. Desta feita, a idéia de Oliva é perceber a influência do pensamento do intelectual Tobias Barreto em Fausto Cardoso, particularmente em sua atuação política, embora enfatize também pontos de divergência entre ambos.

A autora, a esse respeito, assim se pronuncia:

> Há, porém além das semelhanças aspectos de distanciamento e características muito próprias no pensamento de Fausto Cardoso, que articulou toda uma visão do mundo no prima de uma concepção monística radical, conhecida através de Tobias Barreto. Enquanto o mestre abrandou o monismo "naturalítico" de Haeckel, abraçando o que chamou de monismo "filosófico" de Noiré, que vê o universo composto de átomos iguais,com suas propriedades inseparáveis – o sentimento e o movimento – Fausto Cardoso prosseguiu no monismo "naturalítico". Para este, o universo se reduz à unidade pura e simples, obedecendo todos os seus fenômenos a uma lei única, chamada "lei de bio-

[37] Idem. Fausto Cardoso: As Idéias de um Líder. Revista do IHGS, Aracaju, n. 28, p. 89-123, 1982. p. 95.
[38] OLIVA, Terezinha Alves de. Fausto Cardoso: um Tobiático na Política. Revista do IHGS, Aracaju, n. 30, p. 111-115, 1989.

> genia fundamental", pela qual a história dos germens resume a história da espécie ou seja, cada organismo recapitula no seu desenvolvimento, em miniatura, todas as transformações sofridas pelo antepassado do mesmo organismo[39].

Seu terceiro artigo, ela divide com Crislane Barbosa de Azevedo. O artigo, intitulado Práticas Cívicas nos Grupos Escolares de Aracaju na Primeira República: o Canto e o Hino, é publicado no número 34[40]. A autora começa a apresentar para o público do IHGSE seus trabalhos no campo da História da Educação em Sergipe, frutos de sua ação como orientadora de programas de pós-graduação da UFS, notadamente do Mestrado em Educação. Na linha típica do programa, as autoras discutem as chamadas práticas escolares, nesse caso a execução dos hinos pátrios nos antigos Grupos Escolares de Aracaju, com vistas a uma e inculcação e adestramento ideológico:

> A educação moral e cívica tinha então um papel muito importante, pois, através dela, inculcava-se sutilmente nos alunos uma postura de veneração aos símbolos nacionais, às autoridades e à República, juntamente com a pregação do sentimento do dever e de sólidos princípios morais[41].

Seu quarto artigo para a Revista do IHGSE é publicado no número 35 [42]. Terezinha volta a escrever sobre seu objeto de estudo por excelência: Fausto Cardoso. E não poderia ser de outro jeito, afinal era seu Centenário de Morte. Em texto intitulado Fausto Cardoso: Herói de Sergipe, a historiadora, à luz de seis jornais sergipanos, vai dissertar a respeito das representações construídas em torno do intelectual sergipano

---

39 Idem. Fausto Cardoso: um Tobiático na Política. Revista do IHGS, Aracaju, n. 30, p. 111-115, 1989. p. 112.

40 OLIVA, Terezinha Alves de, AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Práticas Cívicas nos Grupos Escolares de Aracaju na Primeira República: o Canto e o Hino. Revista do IHGS, Aracaju, n. 34, p. 153-170, 2005.

41 Ibid., p. 154.

42 OLIVA, Terezinha Alves de. Fausto Cardoso: Herói de Sergipe. Revista do IHGS, Aracaju, n. 35, p. 17-44, 2006.

assassinado em 1906. Embora o título pareça apologético ou panfletário, Terezinha trata a questão com muita maestria e revela o que está por trás da construção de um mito sergipano, mostrando que as sua razões ultrapassam à maneira trágica de seu falecimento.

> Fausto Cardoso, que se projetou na capital federal pela inteligência e pelos dotes da oratória, que ali acolheu e apoiou conterrâneos em busca de oportunidades, encerra em si as qualidades do emigrado bem sucedido e grato à terra mãe, por isso sua imagem combina o brilho intelectual a um grande coração. Por vezes ele é comparado a Francisco Camerino, o estanciano que no Paraguai morreu "na lida e coberto de glórias". Mas é também visto como Demóstenes, pelo dom da oratória; como Espártaco, por ser o libertador e como Cristo, por ser o redentor de Sergipe. Na elaboração de Homero Oliveira, Cristo marchou para o Calvário, como Fausto seguiu Firmino Rego àpraça pública; Cristo levava aos ombros uma cruz; ele nada levava, só o coração, o pulsar e a palavra nos lábios[43].

Sua quinta contribuição[44] para a Revista do IHGSE é uma homenagem ao sergipano Manuel Cabral Machado. Na sessão Páginas da Saudade da revista, com um texto intitulado Elogio a Manuel Cabral Machado. Na verdade, trata-se da publicação do Necrológio proferido a Machado na sessão da Academia Sergipana de Letras, do dia 09 de março de 2009. Nas palavras de Terezinha Oliva, após um apanhado da vida e obra do pranteado, assim o define:

> Este é o homem, o acadêmico eleito por esta Casa, como "imortal", por suas idéias, pela obra literária e humana, pelo testemunho de amor à cultura e ao seu Estado. O seu nome merece, deveras, ficar por todas as gerações que hão de vir, como um

[43] Ibid., p. 42.

[44] OLIVA, Terezinha Alves de. Elogio a Manuel Cabral Machado. Revista do IHGS, Aracaju, n. 38, p. 253-262, 2009.

> título de glória para Sergipe, para o seu povo e para a história desta Casa, que o exibirá sempre com veneração e orgulho[45].

No número 40 da Revista do IHGSE, a autora escolhe outro tema da história política para colaborar com sua sexta participação. Trata-se do texto São Cristóvão e a Emancipação Política de Sergipe[46]. É a publicação de um discurso seu proferido em Sessão Solene Comemorativa da antiga Casa de Sergipe, proferido no dia 07 de julho de 2010. A historiadora faz um apanhado histórico do episódio que marcou a separação de Sergipe da Bahia e, aproveita o momento para discutir sobre a candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio da Humanidade[47]. O momento era oportuno, pois pouco menos de um mês depois, a Praça seria finalmente contemplada com o honroso título.

> A campanha em torno da candidatura da Praça S.o Francisco destaca São Cristóvão como "berço de Sergipe". Isto nos remete ao nascimento, mas tem igualmente um sentido que naõ se limita às origens, ao significado da cidade fundada como marco da conquista portuguesa e do estabelecimento da colonização; remete à razão da existência de Sergipe como unidade, tomando como referência o berço da sua formação e conformação[48].

Sua mais recente colaboração[49] para a Revista do IHGSE se dá em seu número 41, de 2011. É a publicação de mais um discurso, também sobre a Emancipação Política de Sergipe, mas desta feita por meio de explanação a respeito da memória do Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida, conhecedor da vida de Inácio Barbosa. A idéia foi do Presidente

---

45 Ibid., p. 261.

46 OLIVA, Terezinha Alves de. São Cristóvão e a Emancipação Política de Sergipe. Revista do IHGS, Aracaju, n. 40, p. 347-356, 2010.

47 Mais tarde, Terezinha voltou a falar sobre o assunto no IHGSE. Na sessão solene de aniversário do 98º *ano de fundação da Casa de Sergipe, no dia 06 de agosto de 2010, ela proferiu a palestra A Importância da Escolha da Praça São Franciso como Patrimônio da Unesco.*

48 OLIVA, Terezinha Alves de. Op. cit. 2010, p. 348.

49 Idem. Discurso para a Sessão Comemorativa de 08 de julho. Revista do IHGS, Aracaju, n. 41, p. 443-448, 2011.

Samuel Albuquerque e o resultado foi promissor, dando novas luzes à temática, fugindo do rotineiro e convencional.

Na verdade, ressalta Terezinha,

> (...) Padre Aurélio revela um amor e um entusiasmo a toda prova pela cidade de Aracaju à qual procurou dar uma origem nobre. Não uma origem mitológica, como acontece com tantas grandes cidades da história, mas um início com sentido grandioso, a partir da dignidade do homem que a concebeu. Daí todo o esforço para comprovar que Inácio Joaquim Barbosa foi o verdadeiro fundador desta cidade que, assim como o biografado, se torna também a protagonista do "Esboço". A história de Aracaju, situada no contexto local e nacional, vista como resultado de um projeto que emerge da política imperial da Conciliação dos partidos e só por ela se tornou possível, é, para o Padre Aurélio, o sinal de uma nova era para Sergipe – a era da sua efetiva emancipação[50].

No que diz respeito à atuação de Terezinha Oliva no IHGSE, em sua parte administrativa, a mesma torna-se Vice-Presidente na Administração de Ibarê Dantas[51].

Mesmo estando à frente da Diretoria do Museu do Homem Sergipano (UFS), Terezinha Alves de Oliva não se furtou em ser útil para a Casa de Sergipe, atuando na formação e organização das Comissões Permanentes, tais como as de Admissão de Sócios, de Imprensa e de Divulgação, além da publicação de edital e recolha do material de edição de novo número da Revista. Em 2010, também compõe o Conselho Editorial da Revista.

Na administração de Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (Biênio 2010-2011), Terezinha assume o cargo de Oradora Oficial. Mais uma vez inova e abre caminhos, tornando a primeira mulher a assumir a condição de Oradora Oficial do IHGSE. Para o próximo Biênio (2012-2014), também sob a responsabilidade do Professor Sa-

50 Ibid., p. 445.

51 O Professor Ibarê Dantas administrou o IHGSE de 2003 a 2010.

muel, Oliva segue ocupando a mesma função, sendo fundamental para aquela instituição, não só por sua experiência e por sua importância no cenário da historiografia sergipana, mas por seu espírito de colaboração e disposição constante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma visão panorâmica sobre a historiografia sergipana já seria suficiente para perceber em que medida seus autores, a exemplo de Terezinha Alves de Oliva, e obras contribuíram para esclarecer o passado sergipano e fortalecer a representação de um legado patrimonial sergipano.

Identificar, apontar e refletir sobre os chamados modelos teórico-metodológicos (coerentes com fontes, objetos e concepção histórica) da historiografia sergipana, responsáveis por pensar Sergipe, ajuda a criar uma ou mais representações de sua história e imprimir, não por força, mas por capacidade de convencimento e aglutinação identificatória seus indicativos patrimoniais.

É nesse sentido, que situamos e entendemos a contribuição historiográfica da professora e pesquisadora Terezinha Alves de Oliva. É reconhecendo seus papéis de docente e historiadora, de promotora da pesquisa em História de Sergipe, de garimpeira de fontes para a História de Sergipe, de garantidora da preservação da memória sergipana, numa plêiade invejável de mulheres que contribuíram e contribuem de forma contundente e atuante com os destinos da Casa de Sergipe em seu primeiro século, que, sem sombra de dúvidas, destaque-se em sua acepção de uma Professora à serviço da História Sergipana, herdando e mantendo uma tradição de pesquisa que teve em Maria Thetis Nunes uma culminância nunca antes verificada, mas que continua reverberando em outras mulheres, a exemplo de Beatriz Góis Dantas, Maria da Glória Almeida, Lenalda Andrade, Maria Nele dos Santos, Verônica Nunes, entre outras.

O presente trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto, não só pela vastidão que ele provoca, bem como pelas limitações de ordem editorial concernentes à revista. Considerando a possibilidade de reunir

posteriormente, sob forma de livro, as memórias da historiadora riachãoense, fica a vontade do registro e o imperativo do reconhecimento.

Pelos valiosos serviços prestados ao povo sergipano, Terezinha Alves de Oliva, uma mulher na Casa de Sergipe, foi, inumeráveis vezes, reconhecida com homenagens e honrarias, a exemplo da Comenda Serigy (Prefeitura Municipal de Aracaju, 1993), do Título de Cidadã Aracajuana pela Câmara de Vereadores de Aracaju (1997), e mais recentemente, em 2011, pela Prefeitura Municipal de Lagarto, da Comenda Daltro, por ocasião do Centenário de Falecimento do Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADERNOS UFS História. Entrevista. Terezinha Alves de Oliva. Vol. 1 - Nº 11. Editora da Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão-SE, 2010.

CRUZ, José Vieira da, JÚNIOR, Antonio Biteencourt (Orgs). Manoel Bomfim e a América Latina: uma Dialética entre Passado e Presente. Editora Diário Oficial: Aracaju-SE, 2010.

DIANA, Maria Diniz (Coord). Textos para a História de Sergipe. Universidade Federal de Sergipe/BANESE: Aracaju-SE, 1991.

FIRPO, Maria Alice. Discurso. Revista do IHGS, Aracaju, v. 10, n. 15, p. 161-163, 1939.

FREITAS, Itamar. A Escrita da História na Casa de Sergipe (1913-199). EDUFS: São Cristóvão-SE; Fundação Oviêdo Teixeira: Aracaju-SE, 2002.

_____. Historiografia Sergipana. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2007.

OLIVA, Terezinha Alves de. Fausto Cardoso: As Idéias de um Líder. Revista do IHGS, Aracaju, n. 28, p. 89-123, 1982.

_____. Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Fausto Cardoso: um Tobiático na Política. Revista do IHGS, Aracaju, n. 30, p. 111-115, 1989.

_____. Estruturas de Poder. In: DIANA, Maria Diniz (Coord). Textos para a História de Sergipe. Universidade Federal de Sergipe/ BANESE: Aracaju-SE, 1991. pp. 127-166.

_____. Fausto Cardoso: Herói de Sergipe. Revista do IHGS, Aracaju, n. 35, p. 17-44, 2006.

_____. Elogio a Manuel Cabral Machado. Revista do IHGS, Aracaju, n. 38, p. 253-262, 2009.

_____. O Pensamento Geográfico de Manoel Bomfim. In: CRUZ, José Vieira da, JÚNIOR, Antonio Biteencourt (Orgs). Manoel Bomfim e a América Latina: uma Dialética entre Passado e Presente. Editora Diário Oficial: Aracaju-SE, 2010. pp. 105-146.

_____. Discurso para a Sessão Comemorativa de 08 de julho. Revista do IHGS, Aracaju, n. 41, p. 443-448, 2011.

OLIVA, Terezinha Alves de, SANTOS, Lenalda Andrade. Para conhecer a história de Sergipe. Opção Gráfica: Aracaju-Se, 1998.

_____. O processo GED na experiência da UFS. São Cristóvão/ Sergipe: EDUFS, 2000.

_____. Trajetória Histórica de Sergipe. Àtica: São Paulo-SP, 2002.

OLIVA, Terezinha Alves de, AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Práticas Cívicas nos Grupos Escolares de Aracaju na Primeira República: o Canto e o Hino. Revista do IHGS, Aracaju, n. 34, p. 153-170, 2005.

PRIORI, Ângelo· CANDELORO, Vanessa Domingos de Moraes. A utopia de Manoel Bonfim. In: Revista Espaço Acadêmico. N. 96, maio de 2009.

REIS, Amada de Cássia Campos. História e Memória da Educação em Oreiras. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí. 2006.

RODRIGUES-MOURA, Enrique. Territorio, moral y nación en los pupitres de la escuela. Olavo Bilac y Manoel Bomfim. In: Arbor, Vol 183, N. 724 (2007).

Rogata Del Gaudio, Doralice, Pereira. O "Nacionalismo Patriótico" Presente em atarvés do Brasil.. In: Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, II Semestre 2011 pp. 1-17.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Manoel Bomfim e a Identidade Nacional. Monografia. Departamento de História da UFS: São Cristóvão--SE, 1995.

_____. Bilac e Bomfim Através do Brasil. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão-SE, 2004.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro, OLIVA, Terezinha Alves de. As multifaces do Através do Brasil. Revista Brasileira de História. S.o Paulo, v. 24, nº 48, p.101-121, 2004.

Artigo recebido em 31 de março de 2012.

Aprovado em 30 de abril de 2012.

IBARÊ DANTAS E A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SERGIPE*

Samuel Albuquerque**

RESUMO:
Um dos mais destacados intelectuais da história do IHGSE, Ibarê Dantas publicou, em maio de 2009, a obra *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe,* seguindo as trilhas de um engenhoso político sergipano que viveu entre 1825 e 1909. Conduzido pela biografia de Maciel, o historiador envereda pela dinâmica política sergipana do século XIX e princípios do século XX. O lançamento da referida obra contribuiu para legitimar o lugar de destaque ocupado por Ibarê Dantas em nossa "República das Letras".

PALAVRAS-CHAVE: Ibarê Dantas; Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel; História Política; Sergipe.

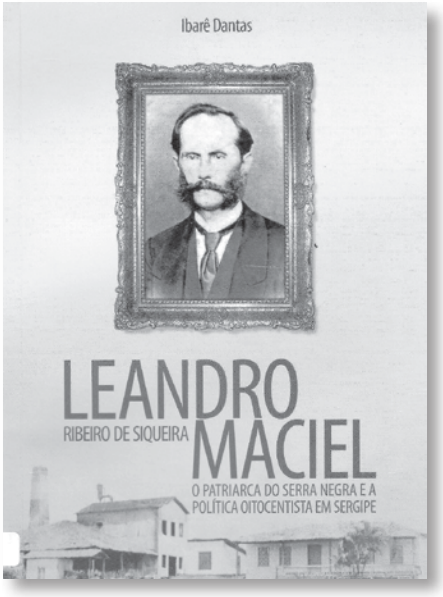
ABSTRACT
One of the most prominent intellectuals in the history of the Geographical and Historical Institute of Sergipe (IHGSE in Portuguese), Ibarê Dantas published, in May 2009, the work Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): the patriarch of the Sierra Negra and politics in nineteenth-century in Sergipe, following the steps of a smart Sergipean politician, who lived between 1825 and 1909. Conducted by Maciel's biography, the historian explores the dynamical politics of the nineteenth century and early twentieth century. The release of this book has contributed to legitimizing the prominent place occupied by Ibarê Dantas in our "Republic of Letters."

KEYWORDS: Ibarê Dantas, Leandro Maciel Ribeiro de Siqueira, Political History, Sergipe

* Uma primeira versão desta resenha foi publicada na revista Ponta de Lança, em 2010 (ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Sob a lupa de Ibarê. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 3, n. 5, p. 117-121, out. 2009/abr. 2010.

** Professor da Universidade Federal de Sergipe – UFS, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE e doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: samuelalbuquerque@ufs.br.

Em meados da década de 1990, Ibarê Dantas iniciava, silenciosamente, suas investigações sobre um engenhoso político sergipano que viveu entre 1825 e 1909. Fruto dessas pesquisas, a "biblioteca sergipense" foi ampliada com a publicação de *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*, obra que passou a circular em 2009.[1]



Renomado historiador e cientista político, José Ibarê Costa Dantas é professor emérito da Universidade Federal de Sergipe – UFS, foi preside o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE, entre 2004 e 2009, e ainda integra a diretoria da referida entidade, ocupando a primeira vice-presidência.

Até a publicação do *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)*, o conjunto da obra de Ibarê se constituía em um monumento dedicado ao estudo da República em Sergipe. Nesse sentido,

[1] DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)*: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009. 480 p.

são de sua autoria: *O Tenentismo em Sergipe*[2], *Revolução de 1930 em Sergipe*[3], *Coronelismo e dominação*[4], *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*[5], *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*[6], *Eleições em Sergipe (1985/2000)*[7] e *História de Sergipe: República – 1889/2000*[8]. Surpreendentemente, em sua última empresa e mediante a figura emblemática de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, o autor enveredou pela política sergipana do século XIX e princípios do século XX.

Foi investigando as origens familiares do ex-governador Leandro Maynard Maciel (1897-1984) que Ibarê Dantas se deparou com o avô paterno, Antônio Luiz de Araújo Maciel (1797/1850), e com o pai, Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909), podendo constatar que a estirpe dos Maciel esteve ativa na militância política, desde as primeiras décadas do século XIX até os anos setenta do século XX.

De início, é preciso registrar que Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel não é um "mocinho" na narrativa de Dantas. A representação construída sobre o biografado persegue a imparcialidade e apresenta um homem truculento, um político contraditório e, muitas vezes, escorregadio. A biografia encanta mais que o biografado e nos ajuda a compreender práticas políticas "muitas vezes eivadas de procedimentos moralmente ilícitos".[9]

A variedade e a quantidade de fontes inquiridas (jornais, inventários, testamentos, cartas, memórias, depoimentos, dentre outras) são elementos que chamam atenção na obra, além do uso racional que é feito desses "documentos que sobreviveram à incúria dos homens". Os

---

2 DANTAS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe*: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. Petrópolis: Vozes, 1974 (Vozes do Mundo Moderno, 12).

3 _____. *Revolução de 1930 em Sergipe*: dos tenentes aos coronéis. São Paulo: Cortez; Aracaju: UFS, 1983.

4 DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

5 _____. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

6 _____. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*: partidos e eleições num estado autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

7 _____. *Eleições em Sergipe (1985/2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

8 _____. *História de Sergipe: República – 1889/2000*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

9 _____. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)*: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009. p. 17.

acervos mais devassados foram os das seguintes instituições: Arquivo Público do Estado de Sergipe e Arquivo Nacional; Biblioteca Pública Epifânio Dória e Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Arquivo do Judiciário de Sergipe, dentre outros.

As fontes que lastreiam a obra não estão diluídas em nenhum modelo interpretativo grosseiro e alheio ao objeto. Acertadamente, a abordagem biográfica foi inspirada em conceitos de Hannah Arendt, orientando o enfoque dado ao comportamento do homem público inserido no processo político[10], e Max Weber, combinando a ética de convicção com a ética de responsabilidade para compreender as práticas políticas de antanho[11], bem como o método tipológico ideal para lidar com a carência de dados sobre a infância e a juventude do biografado. O conceito de realidade histórica de Paul Veyne também aparece e ajuda a dar sentido aos vestígios da trajetória do velho Leandro Maciel.[12]

Entre interlocutores de Ibarê Dantas, encontramos desde consagrados nomes da nossa historiografia — Felisbelo Freire, Maria Thetis Nunes, Maria da Glória Santana de Almeida, Luiz Mott, Josué Modesto dos Passos Subrinho, Maria Nely dos Santos, Terezinha Oliva... — até jovens autores de monografias produzidas no curso de História da UFS, como Vanessa dos Santos Oliveira, Ivan Fontes Barbosa e Giliard da Silva Prado.

Atento às experiências que marcaram a trajetória de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Ibarê Dantas acaba por resignificar eventos marcantes da História de Sergipe, como o processo de Emancipação Política em relação à Bahia (1820-1822), a Revolta de Santo Amaro (1836), a Mudança da Capital (1855), a Revolta Fausto Cardoso (1906), dentre outros. Dessa forma, analisam-se "os efeitos das mudanças de gabinete no quadro local, as repercussões das alterações na legislação eleitoral, o jogo partidário, as lutas internas entre as facções, as eleições, a transição do Império

10 ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

11 WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963; _____. *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1974.

12 VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: UnB, 1992.

para a República, os primeiros tempos da nova forma de governo, as intervenções e a instabilidade política na primeira década republicana".[13]

A análise do relacionamento do biografado com seus correligionários e adversários aproxima o leitor de outros sergipanos memoráveis, como Sebastião Gaspar de Almeida Botto, João Gomes de Mello (Barão de Maruim), Antônio Dias Coelho e Mello (Barão da Estância), Coelho e Campos, Felisbelo Freire, Oliveira Valladão, Sílvio Romero, Ivo do Prado, Martinho Garcez, Olímpio Campos e Fausto Cardoso. Com relação aos dois últimos, Ibarê reabilita a figura política de Olímpio e relativiza a figura heróica de Fausto Cardoso, apresentando dados concretos e argumentos convincentes.

As análises feitas por Ibarê Dantas são criteriosas. Contudo, garimpei uma tese da qual pude discordar. Ela trata do ostracismo político imposto aos líderes do Partido Liberal pela República, em oposição ao vigor demonstrado pelos velhos líderes do Partido Conservador, representados por Leandro Maciel, Coelho e Campos e Olímpio Campos.[14]

Sabemos que, no crepúsculo do Império, o principal líder do Partido Liberal em Sergipe era Antônio Dias Coelho e Mello (1822-1904), o poderoso aristocrata e senador que ostentava o título de Barão da Estância. Com o advento da República o barão afastou-se da "comissão de frente" da política sergipana, mas deixou seus herdeiros e passou a agir com desenvoltura nos bastidores políticos. Um desses herdeiros era o médico Gonçalo de Faro Rollemberg (1860-1927), que, casado com uma de suas filhas e militando Partido Liberal, havia sido eleito à Assembléia Provincial em 1884.

Sob a República, o Barão da Estância contribuiu decisivamente com a vitória de Thomaz Rodrigues da Cruz, nas eleições de 1890, para o Senado. Aliando-se a Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão, viu o genro Gonçalo de Faro Rollemberg ser eleito vice-presidente do Estado, para o biênio 1894-1896.

Em 1915, o referido Gonçalo dirigiu a vitoriosa campanha do filho Antônio Dias Rollemberg (neto do Barão da Estância, portanto) para

13 DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)*: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009. p. 11-12.

14 Idem, páginas 233, 260 e, sobretudo, 276.

deputado federal e, em 1918, foi eleito senador da República, cargo que ocupou até 1926. Em 1927, o "Senador Rollemberg", como ficou conhecido, engajou-se ainda na campanha de outro filho, Luiz Dias Rollemberg, que acabou eleito deputado federal.

Mesmo com a morte prematura de Gonçalo, em 1927, os seus descendentes continuaram atuando no campo político. Em 1946, os netos Carlos Waldemar Accioli Rollemberg e Francisco Leite Neto foram eleitos para a Câmara Federal, sendo que o último foi reconduzido ao posto por mais três mandatos. Em 1947, o neto José Rollemberg Leite foi eleito governador do Estado. Armando Leite Rollemberg, também neto de Gonçalo, elegeu-se deputado estadual por duas legislaturas, iniciando a primeira em 1947, e deputado federal por três legislaturas, a partir de 1954, não chegando a concluir a última por ter sido nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal de Recursos, em 1963. Francisco Leite Neto, após ocupar importantes cargos no governo de Maynard Gomes e Eronides de Carvalho, foi eleito senador em 1963. José Rollemberg Leite, depois de ter passado pelo senado entre 1965 e 1971, foi reconduzido pelos militares ao governo do Estado, em 1975.

Ainda hoje, podemos encontrar descendentes diretos do Barão da Estância atuando na política sergipana. Por exemplo, o atual chefe do Executivo na cidade de Itaporanga d'Ajuda, berço da família Coelho e Mello, é tetraneto do Barão da Estância. Dessa forma, percebemos que políticos que militaram no antigo Partido Liberal, como Gonçalo de Faro Rollemberg e Thomaz Rodrigues da Cruz, fizeram-se presentes na República, e os seus descendentes ganharam notoriedade e expressividade política inegáveis.[15]

É interessante observar que, mesmo sob a República, os descendentes do Barão da Estância e os descendentes de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel militaram quase sempre em grupos políticos opostos. Um belo exemplo disso é a oposição entre UDN (União Democrática Nacional), liderada por Leandro Maynard Maciel, e o PSD (Partido

[15] Reuni, ordenei e analisei dados sobre os descendentes do Barão da Estância. Esses poderão ser consultados ao longo da obra *Memórias de Dona Sinhá* (ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia, 2005).

Social Democrático) que congregava o clã Rollemberg, entre os anos 40 e 50 do século XX.

Encerrada essa discussão, outro elemento que merece destaque na obra de Ibarê Dantas é seu didatismo. O livro, com quase 480 páginas, foi estruturado em 20 capítulos, possibilitando uma leitura pausada e evitando torná-lo cansativo. Além disso, ao final de cada capítulo, o autor apresenta um resumo do que foi discutido e sugere o tema que será abordado no capítulo seguinte.

A obra não está restrita ao universo político. Ibarê Dantas observa, por exemplo, interessantes aspectos da vida cultural dos sergipanos do século XIX, como as práticas matrimoniais, o pagamento de dote, o rapto de jovens e viúvas afortunadas, as atitudes perante a morte... Enfim, é uma obra de mestre! Nela o autor se reinventa e passa a dialogar com novas gerações de leitores. O livro é engenhoso! A leitura é agradável e envolvente.

O dia 13 de maio de 2009, exatos cem anos após a morte do político biografado, foi a data escolhida para o lançamento da obra que já nasceu com feições de um clássico. O lançamento do livro *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel* representou um fato historiográfico de primeira grandeza e confirmou o lugar de destaque ocupado por Ibarê Dantas em nossa "República das Letras".

Bem-vindo ao clube, Ibarê![16]

Rio de Janeiro, 14 de março de 2012. A tarde daquela quarta-feira ia chegando ao fim e o número 8 da Avenida Augusto Severo, no bairro da Glória, ficava cada vez mais movimentado. Sócios e convidados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB lotavam o Salão Nobre, no 11º andar do prédio, onde a Diretoria, o Conselho Fiscal e as Comissões Permanentes eleitas para o biênio 2012-2013 tomariam posse.

Durante a cerimônia orquestrada pelo historiador Arno Wehling, presidente reeleito do IHGB, um fato digno de nota e que nos enche de orgulho. A Ibarê Dantas, professor emérito da Universidade Federal

[16] Texto publicado no *Jornal da Cidade*, em 1º e 02 de abril de 2012, Caderno B, página 10 (Coluna Opinião).

de Sergipe, ex-presidente e atual vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, foi outorgada a menção honrosa pela publicação do livro *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*.[17]

Recordo que, em junho de 2009, publiquei uma resenha da referida obra nesta mesma coluna do *Jornal da Cidade*. Ao final da análise, concluí que "o lançamento do livro 'Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel' constitui[u]-se em um fato historiográfico de primeira grandeza e legitima[va] o lugar de destaque ocupado por Ibarê Dantas em nossa República das Letras" [18]. Folgo em saber que, passado algum tempo, outros leitores/avaliadores chegaram a conclusões similares. Entretanto, o reconhecimento de agora coloca a obra de Ibarê em outro patamar, deslocando-a do âmbito da Historiografia Sergipana para o da Historiografia Brasileira.

O IHGB representa uma espécie de templo de Clio, que, desde meados do século XIX, reúne os principais sacerdotes brasileiros da musa da História. Noutras palavras e sem uso de figuras de linguagem, o IHGB é uma instância legitimadora e que reúne os nomes mais consagrados da nossa Historiografia. Desde Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), poderíamos elencar gerações inteiras que, vinculadas ao Instituto, representaram a fina-flor da intelectualidade brasileira. Na atualidade, entre os seus sócios titulares e correspondentes, estão os historiadores: Alberto da Costa e Silva, Arno Wehling, Eduardo Silva, Evaldo Cabral de Mello, Isabel Lustosa, José Murilo de Carvalho, Laura de Mello e Souza, Lilia Schwarcz, Mary Del Priore, dentre muitos outros.

A menção honrosa outorgada a Ibarê, no último dia 14, é um desdobramento das ações da comissão julgadora da terceira edição do Prêmio Pedro Calmon, presidida pela historiadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães e composta por representantes de entidades que estiveram reunidas no *V Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros*, realizado em

---

17 DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)*: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009. 480 p.

18 ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Sob a lupa de Ibarê (I). *Jornal da Cidade*, Aracaju, 21-22 jun. 2009, caderno B, página 8; _____. Sob a lupa de Ibarê (II). *Jornal da Cidade*, Aracaju, 23 de junho de 2009, caderno B, página 6.

outubro de 2011, no Rio. Obras publicadas entre 2009 e 2011, em vários estados brasileiros, concorreram ao prêmio. Contudo, apenas cinco foram selecionadas pelos julgadores e receberam a honraria concedida.

Tive o prazer de representar Ibarê naquela solenidade. Nosso historiador, por motivos justos e justificados, não pôde receber, pessoalmente, o diploma. Entretanto, mesmo correndo o risco de contrariar o professor Ibarê, homem pouco afeito a elogios e paparicos, julguei necessário registrar e divulgar a boa nova. Afinal, estou certo de que o prêio representa um fato significativo para a história intelectual sergipana.

Ibarê já fez parte do "clube" dos presidentes de Institutos Históricos e Geográficos, quando, entre 2004 e 2009, dirigiu o nosso IHGSE. Entretanto, o *status* de presidente não garante o reconhecimento no campo intelectual. Muitos foram os dirigentes de institutos estaduais que passaram despercebidos pelas lentes dos intelectuais vinculados ao IHGB. Agora, reconhecido por seus pares, Ibarê passa a compor o seleto clube dos historiadores brasileiros ungidos na Casa da Memória Nacional.

Nesse sentido, foi emblemático o recado enviado a Ibarê pelo presidente do IHGB. Terminada a cerimônia, foi servido um coquetel no terraço do Instituto, espaço privilegiado pela vista que se tem do Parque do Flamengo e da Baía de Guanabara. Após uma profícua conversa com Arno Wehling, despedi-me do grupo e, quando buscava a escada que dá acesso ao elevador, o presidente reforçou um pedido: "Samuel, lembranças ao 'nosso' Ibarê".

O uso do "nosso" soou para mim como um indício do lugar ora ocupado por Ibarê entre os historiadores brasileiros. Soou como um "bem-vindo ao clube, Ibarê". A obra do célebre riachãoense agora é reconhecida como patrimônio do Brasil e não, somente, de Sergipe. Parabéns, Ibarê!

Artigo recebido em 28 de março de 2012.

Aprovado em 29 de abril de 2012

CULTO À PERSONALIDADE: Siqueira de Menezes e o IHGSE

José Thiago da Silva Filho*

RESUMO
Os trabalhos produzidos sobre Siqueira de Menezes (1852-1931) restringiram-se a destacar as realizações do seu governo. Destoando dessas perspectivas, interessam as práticas encomiásticas, especialmente a celebração do busto e do bairro, ambos dedicados ao afamado "herói de Canudos" que retornou a política sergipana após a tragédia do duplo assassinato dos líderes Fausto Cardoso e Olímpio Campos, em 1906. Tais práticas e ritos simbólicos para legitimação do regime e seu líder, embora apelem à universalidade, nasce do grupo de indivíduos que denominamos "siqueiristas".

PALAVRAS-CHAVES: Siqueira de Menezes - IHGSE - culto a personalidade.

ABSTRACT
The work produced on Siqueira de Menezes (1852-1931) were restricted to topics of his government. Diverging of these perspectives, we are going to study the cultural pratices around the politics with especially interested in the celebration of the bust and the neighborhood,both dedicated to the famous "hero Straws" which returns to the Sergipe's policy after the tragic double murder of Fausto Cardoso and Olímpio Campos in 1906. Such practicals and symbolic rites to legitimize the governement and his leader, while appealing to the universality, born of the group of individuals we can call" siqueiristas.

KEYWORDS: Siqueira de Menezes - IHGSE - personality cult's

* Especialista em História Cultural (DHI-UFS), sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), membro do Grupo de Estudos História Popular do Nordeste (GEHPN), Diretor do Museu Histórico de Sergipe. Artigo produzido a partir do 3º capítulo da monografia do curso de pós-graduação em História Cultural da Universidade Federal de Sergipe intitulada "Siqueira de Menezes: a heroificação do jagunço alourado (1852-1914)", sob orientação do Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá.

1 - INTRODUÇÃO

Os trabalhos produzidos sobre o governo de Siqueira de Menezes (1911-1914) restringiram-se a destacar as realizações e o que sua gestão representou no âmbito da Primeira República (1889-1930) em Sergipe. Ora retratado ao *modus operandi* da História Política[1], ora focado a partir das categorias pluridisciplinares da Ciência Política[2], seu governo demarcaria o fim de uma oligarquia e surgimento de outra, daí o rótulo "interregno salvacionista".[3] Destoando dessas perspectivas, inspirado na definição de cultura política[4] e nas idéias de BURKE[5] interessa-nos as práticas encomiásticas, especialmente as celebrações em torno do busto inaugurado festivamente pela agremiação do IHGSE e da mudança do nome do Bairro Industrial para "Siqueira de Menezes".

Nascido em São Cristóvão em 1852, o militar foi propagandista e organizador do regime republicano em Sergipe, participando dos 2 (dois) triunviratos que antecederam o Governo de Felisbelo Freire, antes de fixar residência em Salvador. Sua destacada contribuição para vitória do Exército contra os conselheiristas ao final da Guerra de Canudos (1897) rendeu-lhe inúmeras homenagens, promoções e importantes missões.[6] O sucesso da obra de Euclides da Cunha, **Os Sertões**, de 1902, reapresenta aos sergipanos o conterrâneo reconhecido herói; nele Siqueira de Menezes é o "jagunço alourado..., para um militar já laure-

---

1 Desse quadro fazem parte os trabalhos: BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007, p. 373-374; WYNNE, Pires. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972, p. 409-414; FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*: do golpe de 15/11/1889 ao golpe de 31/3/1964. Aracaju, 1986, p. 338-349.

2 Abordagens presentes em DANTAS, Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989; ___. *O tenentismo em Sergipe*: a Revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2ª. ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999.

3 DANTAS, Ibarê. Op. cit., 1989, p. 63.

4 Conceito-chave para entender a instituição política "a partir da diversidade, do social, dos ritos e símbolos..., só ela permite sondar os atores políticos". BERSTEIN apud FERREIRA, Marieta de Moraes. A Nova "Velha História": o retorno da História Política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 267.

5 BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei*: a construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

6 SANTOS, Raul Baltazar Ribeiro dos. *José de Siqueira Menezes*: um militar que se fez intelectual no exercício de diferentes funções na sociedade sergipana e brasileira. São Cristóvão: Departamento de Educação Física/UFS, 2009 (Monografia de Graduação).

ado, o reconhecimento de Euclides da Cunha projetou-o ainda mais".[7]

A vitória de Siqueira de Menezes a Presidência de Sergipe, em junho de 1911, foi marcada pelo consenso dos agrupamentos políticos. O acerto entre os grupos rivais (aliados de Rodrigues Doria, de Oliveira Valadão, de Coelho e Campos, faustistas e olimpistas) as vésperas da eleição que o sagrou Presidente não perduraria o mandato. Esclarecia o editor do *Diário da Manhã*, já em 2 de fevereiro de 1911, que a "harmonia do Partido Conservador de Sergipe não passa de uma farsa... é semelhante a paz de Varsóvia".[8]

Glorificado nas fileiras do Exército, responsável pelo retorno dos militares ao poder Presidencial, através do seu amigo Hermes da Fonseca, e único sergipano a integrar o diretório do Partido Republicano Conservador (PRC) o nome do general Siqueira de Menezes foi escolhido por Pinheiro Machado e endossado pelo Presidente para assumir o Estado de Sergipe. No contexto das intervenções militares observadas nos Estados do Ceará e Alagoas, que tinham a pretensão de "salvar" o país das oligarquias, somente o general Valadão e Siqueira de Menezes ostentavam perfil.[9] Eleito, este representará a hegemonia de Pinheiro Machado em Sergipe. Sendo assim não houve salvacionismo porque não houve quebra da legalidade[10], porque o governo siqueirista "acomodou as oligarquias e impediu os verdadeiros intervencionistas constituídos pelo grupo militar desvinculado do Partido Republicano Conservador".[11]

***

Festa da Posse. A recepção ao general Siqueira de Menezes e

7 DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel*: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009, p. 394.

8 Harmonia da família. *Diário da Manhã*. Aracaju, ano I, n. 114, 2/7/1911, p. 1.

9 No acordo feito com Oliveira Valadão este indicaria o vice (Pedro Freire) e seria candidato do Senado, pelo PRC, nas eleições de 1912. Cf. FRANCO, Josevanda Mendonça. *A política das salvações*: um estudo de caso. São Cristóvão, Departamento de História/UFS, 1982, p. 52. (Monografia de Bacharelado),

10 Tese de DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe:* República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 35.

11 Idem ibidem, p. 58.

sua comitiva, após desembarque do paquete Canavieiras, na Ponte do Imperador, Aracaju, ocorreu na tarde de 24 de outubro de 1911. Nesse dia, a Associação Comercial de Sergipe pediu suspensão das atividades, concitando todos os proprietários a participarem dos festejos. A banda do 50º. Batalhão de infantaria veio da Bahia para se somar à banda do 26º. Batalhão, da Policia Militar e da Filarmônica Santa Cecília, na condução das atividades solenes. Saudado em nome do povo sergipano pelo advogado João Antônio de Oliveira, o general seguiu para o chalet de Antônio Motta, o mesmo que hospedara Fausto Cardoso em 1906.[12]

Correspondentes dos principais veículos de comunicação do Brasil acompanharam a solenidade de posse. Da Bahia, chegou Aluisio de Carvalho, redator do *Jornal de Notícias*; o redator do *Diário de Notícias*, Alexandre Porphirio Sampaio, e Salvador Araújo, representante do jornal *O Popular*. De São Paulo, a Revista do Brasil, mandou Salvador Araújo.[13] Todos os jornais de Sergipe fizeram cobertura do evento: *O Estado de Sergipe, Folha de Sergipe, Correio de Aracaju, Diário da Manhã, O Jornal, O operário, Gazeta da Tarde e A Chaleira*.[14]

No paço da Assembléia Legislativa, Presidente e Vice, Pedro Freire, foram conduzidos ao cargo pelos deputados Aristides Fontes, José Lemos e Leandro Diniz. Prestaram juramento como dita as formalidades da lei e da constituição. Recebeu apoio e saudação da multidão que tomava as galerias e dos principais lideres do Estado. Seguiu para o *chalet* de Antônio Motta, depois para o Hotel Brasil, participando das homenagens dos amigos e admiradores. No interior, as lideranças siqueiristas festejaram com brindes, almoços e queima de fogos. Em Capela, o coronel Aquino Vieira e Honorino Leal almoçaram à posse; em Vila Nova (Neópolis), Josino Meneses e Serapião Aguiar organizaram passeata pelas ruas da cidade. No Rio de Janeiro, representantes da Colônia Sergipana, juntamente com o senador Valadão, deputado João de Siqueira, Jovianiano de Carvalho, Felisbelo Freire, Graccho

12 *Diário da Manhã*. Aracaju, ano I, n. 205, 24/10/1911, p. 3.

13 Nas edições 11 e 12, da *Revista do Brasil*, foram publicadas matérias e fotos de Joaquim Fontes, sergipano que exercia função de juiz de Direito em São Paulo, e Siqueira de Menezes, governador empossado. *Diário da Manhã*. Aracaju, ano I, n. 223, 19/11/1911, p. 2.

14 *Diário da Manhã*. Aracaju, ano I, n. 206, 26/10/1911, p. 1.

Cardoso e Dias de Barros ergueram brindes e almoçaram no salão da Confeitaria Paschoal.[15]

Na gestão de Siqueira de Menezes a questão de limites ente Sergipe e Bahia conheceu capítulo importante. Reconhecido como pólo exportador de grandes talentos, berço de grandes intelectuais, faltava ao pequeno Estado a extensão territorial de outrora. Fundado em 1912, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, tinha objetivos e preocupações histórico-geográficas e desde então passaria a defender uma identidade sergipana. No século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surgiu num contexto de legitimação da nacionalidade. A "Casa de Sergipe", como passou a ser chamada a agremiação intelectual, foi criada por iniciativa de Florentino Menezes e apoio expresso do governo do Estado, não por acaso no Tribunal de Relação. O ingresso de Sergipe na "civilização" e num futuro de progresso dependia do sucesso na contenda territorial com o Estado da Bahia. Era preciso apelar a justiça e ao conhecimento científico, assim "com a criação do Instituto a campanha pela retomada do território [subtraído] ganhou um fórum legitimo de discussão".[16]

2 - UM BUSTO PARA IMORTALIZAR NA MEMÓRIA

Numa sessão inaugural, datada de 22 de setembro de 1912, o general Siqueira de Menezes foi empossado Presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e o desembargador Caldas Barreto Netto propôs a necessidade da instituição "angariar donativos para acquisição de um bronze [busto de Siqueira de Menezes] que deveria ser collocado na sala das sessões".[17] A comissão anunciada era

15 *Diário da Manhã*. Aracaju, ano I, n. 205, 24/10/1911, p. 3. (Transcrição do Jornal do Comercio)

16 SOUZA, Cristiane Vitório de. *A República das Letras em Sergipe* (1889-1930). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2001. (Monografia de Graduação), p. 118.

17 Segundo Costa Filho "a idéa da homenagem (...) foi levantada há poucos mezes pelo Exmo. Desembargador Sr. Manoel Caldas Barreto, presidente do Superior Tribunal da Relação de Sergipe, tendo para realização della concorrido todos os sergipanos de dentro e fora daquelle Estado, por meio de subscrições publicas". Acta do IHGSE, 22 de setembro de 1912. *Diário da Manha*. Aracaju, ano III, n. 698, 25/7/1913, p. 1.

formada por Sylvio Motta, desembargador Dionísio Telles Menezes, Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, José Moreira de Guimarães, Alcebíades Correa Paes, coronel Francino de Andrade Mello, coronel Teixeira Chaves, coronel Sabino Ribeiro (tesoureiro), coronel Gomes da Cunha, coronel Monteiro Filho.[18]

Não sabemos quem escolheu o nome do escultor que imortalizaria no bronze o Presidente de Sergipe. No entanto, Rodolpho Bernardelli[19] era o artista de maior expressão da escultura nacional, segundo os críticos da época; inúmeras obras de sua lavra pontificavam o cenário urbano da Capital Federal.[20] O fato de ser amigo dos republicanos históricos e escultor dos grandes heróis da Guerra do Paraguai e da Proclamação da República, certamente, influenciou a escolha. Amigo de Benjamim Constant, Quintino Bocayuva, era igualmente de Olavo Bilac, Machado de Assis, Aluízio e Arthur de Azevedo, Angelo Agostini, Pereira Passos, Silvio Romero, João Ribeiro, dentre outros.

Nenhuma restrição foi manifestada quanto ao fato do homenageado estar vivo, o que não era comum.[21] Porque mesmo os ícones da República somente foram representados na imaginária após a morte.

---

18 Idem.

19 Mexicano de origem, José Maria Rodolpho Oscar Bernardelli (1852/1931) naturalizou-se brasileiro em 1874. Discípulo de Chaves Pinheiro, freqüentou a Academia Imperial de Belas e logo desenvolveu uma produção representativa. É grande a relação de bustos, retratos, medalhões, assim como as premiações. Monarquista e admirador do Imperador foi por ele agraciado com amizade e proteção. Com o fim do regime em 1889, num gesto de solidariedade para com o monarca, deixou a cadeira de estatuária que ocupava na Academia Imperial de Belas Artes. A pedido do amigo Benjamim Constant, Ministro da Guerra do Governo Deodoro da Fonseca, retornou a instituição e transformou-a na Escola Nacional de Belas Artes. WEISZ, Suely de Godoy. Rodolpho Bernardelli, um perfil do homem e do artista segundo a visão dos seus contemporâneos. In: *Anais do Seminário EBA 180* (180 anos da Escola de Belas Artes). Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação da EBA/UFRJ, 1997. p. 243-245.

20 Dentre tantas, as mais significativas: na Praça XV de Novembro a estátua eqüestre de Osório foi inaugurada em 1894. No Largo do Machado (atual Praça Duque de Caxias), foi inaugurada a estátua dedicada ao Duque de Caxias no ano de 1899. Inaugurou também no Rio de Janeiro as imagens dos heróis republicanos: Floriano Peixoto (1904), Benjamim Constant (1926) e Deodoro da Fonseca (1937). CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 14.

21 A idéia de homenagear um governante com busto em bronze retornaria a pauta do IHGSE, em novembro de 1915. O escultor seria o mesmo Bernardelli, mas Oliveira Valadão recusou a homenagem. Importante destacar que Manoel Caldas Barreto presidia a agremiação. LIMA JUNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. Mais um busto: para quem o merece. *Diário da Manhã*. Aracaju, ano IV, n. 1131, 27/11/1915, p. 1.

Essa quarentena fazia parte dos embates da memória, quando seus fabricadores executavam seleção do que seria positivo lembrar/fixar. Quanto ao festejado Presidente de Sergipe, sua imagem esculpida revelou-se um clímax no processo de mitificação. O engenheiro militar que abrindo estradas guiou o Exército para a vitória em Canudos[22], executaria obras (linha férrea, dragagem da barra, iluminação, saneamento, etc) conduzindo o pequeno Estado ao progresso, a pretensa modernidade. Alguns siqueiristas, sob pseudônimos de *Sigla* e *Secundo*, chegaram a defender votação para que o busto fosse inaugurado em praça pública.[23]

A presença do general impactava o público, pois a força das armas estava personificada na indumentária e na ritualística demonstração de reverência solene. Ordem, paz, respeito e submissão ao Presidente herói configuravam uma "dominação simbólica".[24] A panóplia era a farda, como na teatralização da vida social estudada por Chartier, as homenagens sucediam em nome dos "signos visíveis como índices seguros de uma realidade (...) a representação [era] uma máquina de respeito e submissão".[25] Note-se o contraditório, sua expressão nazarena[26] (pacífica) era também sisuda e paramentada (aguerrida). A época difundiu-se o ritual das aposições de fotos oficiais nas repartições públicas e intendências[27]; exposições e cerimoniais começavam nas lojas do major Antonio Xavier de Assis e João Honorato; presentear com fotos era atitude de admiração e respeito ou mesmo de demonstrar condolências pelo falecimento de alguém; os espetáculos nos cinemas (Elite, Kinema) e teatros

---

22 A lembrança de Canudos era recorrente nos inúmeros discursos de saudação e a cada outubro, mês que findou a fatídica guerra em 1897. Nem sempre os discursos constituem uma mera peça de louvação, "podia ser, pelo menos, ocasionalmente, uma forma sutil de aconselhar, descrevendo... não como era, mas como se desejaria que fosse". BURKE, Peter. Op. cit., p. 48.

23 *Correio de Aracaju*. Ano VI, n. 938, 23/7/1913, p. 2.

24 CHARTIER, Roger. Poderes e limites da representação. Marim, o discurso e a imagem. ___. *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietude. [trad. Patrícia Chittoni Ramos] Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 170-171.

25 CHERTIER, Roger. O Mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, IEA/USP, 11 (5), 1991, p. 185-186.

26 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* [Edição Critica de Walnice Galvão]. São Paulo: Ed. Àtica, 2000, p. 314.

27 Retrato de Siqueira de Menezes foi inaugurado no Quartel de Policia. *Diário da Manhã*. Aracaju, ano II, n. 481, 16/10/1912, p. 1; festa da inauguração do retrato de Siqueira na intendência de Capela. *Diário da Manhã*. Aracaju, ano II, n. 504, 15/11/1911, p. 5.

de Aracaju propagavam a efígie dos principais líderes brasileiros, alguns sergipanos: Floriano Peixoto, Benjamim Constant, Quintino Bocayuva, Fausto Cardoso, Olímpio Campos, Siqueira de Menezes[28], etc. A imagem do chefe do Executivo era criativamente celebrada não apenas pelos artistas fotógrafos. Em Capela o retrato do general Presidente elaborado por Manoel Garangáo surgiu da pirotecnia dos rojões.[29]

Mas voltando a homenagem do busto, a "Comissão Especial" composta por Caldas Barreto, Prado Sampaio e Francino Melo abriu conta N. 11453, na Caderneta Econômica, e providenciou 100 listas para arrecadação. Distribuídas entre conhecidos, casas comerciais e instituições públicas, somente 90 retornaram ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sendo divulgadas no *Correio de Aracaju e Diário da Manhã*, entre setembro de 1912 e julho de 1913.

O caráter público da subscrição atraiu admiradores de outras partes do país. Como ocorrera no caso da estátua de Fausto Cardoso, além de sergipanos, indivíduos de outros Estados contribuíram na arrecadação. Dantas Barreto, governador de Pernambuco, não constitui exceção. A disparidade do valor devolvido junto com as famosas listas possibilita interpretações variadas. De concreto constata-se o valor mínimo ofertado 10$000 (dez mil réis) e o máximo 611$000 (seiscentos e onze mil réis), este repassado por João Dantas de Britto, titular da lista 95. Os 64 titulares identificados, responsáveis pela arrecadação na sociedade, eram militares (33), bacharéis (15), padres (2), comerciantes e funcionários públicos.[30]

---

[28] O drama *João, o pirata*, exibido em benefício da Escola Horacio Hora, no Teatro Carlos Gomes, "terminou com uma linda apotheose em que se via o retrato do general Siqueira Menezes que uma gentil menina apontava como o guia da Instrução". *Correio de Aracaju*. Ano VI, n. 781, 4/12/1912, p. 3.

[29] No dia 6 de setembro de 1913, o acadêmico Garcilaso Muniz Telles, sócio do IHGSE, apresentou projeto de incentivo ao talento. Seriam fundidas medalhas para ofertar aos autores dos melhores trabalhos literários e científicos. Na sessão de 6 de novembro do mesmo ano, foi sugerido pelo sócio Álvaro de Menezes, que as medalhas tivessem a efígie de Siqueira de Menezes e no seu verso as armas da agremiação. Também que o evento se chamasse Prêmio Siqueira de Menezes. Cf. Acta da sessão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (6/9/1913). *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 736, 10/9/1913, p. 5; Acta da sessão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (6/11/1913). *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 784, 7/11/1913, p. 2.

Diário da Manhã. Aracaju, ano III, n. 568, 7/2/1913, p. 1-2.

[30] Conferir subscrição pública pró-busto de Siqueira de Menezes em: SILVA FILHO, José Thiago da. *Siqueira de Menezes*: a heroificação do jagunço alourado (1852/1914). São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe (Monografia - Especialização em História Cultural), 2010, p. 58

A campanha começou em setembro de 1912 e terminou às vésperas da inauguração do monumento. Executada no atelier de Bernardelli, a rua da Relação, no Rio de Janeiro, a imagem ficou exposta na redação do *Gazeta de Notícias* entre os dias 9 e 24 de junho de 1913, quando foi embarcada no paquete Aymoré.[31] Não foi possível precisar o valor recebido pelo famoso artista Rodolpho Bernardelli. Na ausência do contrato de pagamento, os valores declarados pela comissão geram confusão, se comparado ao custo da estátua de Fausto Cardoso.[32]

A inauguração do busto ocorreu no dia 14 de julho de 1913.[33] O evento foi dividido em dois momentos, uma sessão extraordinária no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e um baile na Assembléia Estadual. Diferente do bronze de Fausto Cardoso, o monumento festejado faria parte do acervo institucional para admiração dos confrades ao principal benfeitor e, sobretudo, sergipano prestigiado no Brasil. Cumprindo a programação, às 13 horas daquele dia foi aberta a sessão magna no salão situado no Tribunal de Relação. Inicialmente, o desembargador Manoel Caldas Barreto discursou e convidou o homenageado para assumir lugar de Presidente Honorário da agremiação. Em seguida, os filhos de Siqueira de Menezes, Átila e Leônidas, descerraram a cortina que cobria o bronze, sinalizando momento de uma chuva de flores.

Consultemos a descrição do busto de uma fonte coetânea:

> A obra d'arte do eminente esculptor Bernadelli está primorosamente acabada, de uma semelhança inexcedível, sem deixar ao

31 *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 662, 8/6/1913, p. 2.

32 A comissão anunciou valor arrecadado no dia 27 de julho. Depositado na Caixa Econômica havia 4:000$000 (quatro mil contos de reis), já no Banco de Sergipe 4 notas promissórias de 12:600$000 (doze contos e seiscentos mil réis). Pela estátua de Fausto Cardoso, o escultor Lourenzo Petrucci recebeu 25:000$000 (vinte e cinco mil contos de réis). Consultar: *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 130, 23/7/1912, p. 2-3; PRADO, Giliard da Silva. Desvelando um monumento: representações e lutas políticas na construção da memória de Fausto Cardoso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 35, 2006, p. 56.

33 Possivelmente, o plano inicial teria sido o dia 8 de julho, dia alusivo a Emancipação Política de Sergipe da Bahia. Em tempos de intenso debate entre a intelectualidade dos dois Estados, o ato solene revelaria uma mensagem subliminar: Sergipe tem um chefe militar que sabe lutar no território baiano. *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 688, 12/7/1913, p. 1.

> mais exigente espírito motivo para um reparo. O busto que 75 centimetros e assentado sobre pedestal, também de bronze, com a altura de 1 metro e 25 centimetros. Na base da effigie, uma folha de louro figura a seguinte inscripção. Esta homenagem indicada pelo desembargador Manoel Caldas Barreto Netto, unanimemente acceita, constitue patrimônio moral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. No pedestal, na face anterior, dentro de um escudo esta legenda: culto de admiração ao Exmo. Senhor General de divisão Doutor José de Siqueira Menezes Benemérito Presidente do Estado de Sergipe 1911-1914. Na face direita, outro escudo com estes dizeres: Á bravura Sertões de Canudos Bahia 1897. Na face esquerda, em outro escudo: Á probidade Prefeitura do Alto Purús 1914. [34]

Os intelectuais Prado Sampaio, Etelvina Siqueira e a normalista Lizeth Maciel discursaram num tom elogioso, traduzindo a importância do culto a personalidade. Usando a tribuna, visivelmente emocionado, Siqueira de Menezes agradeceu o empenho de todos, com "a voz repassada de um subtil tremor phisiológico onde se confundiam a gratidão e as lágrimas".[35] Por último, distribuiu-se uma poliantéia "confeccionada por seus amigos, patrícios e admiradores".[36]

O baile na Assembléia Estadual começou às 20 horas, prolongando-se até a última hora da noite. Autoridades e autoridades investidas compareceram ao animado evento. Danças animadas promovidas pelos senhores Sabino Ribeiro, banqueiro coronel Francino Mello, acadêmi-

---

[34] Cf. Preciosa Dádiva do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe: busto em bronze. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, ano I, 1913, p. 69-70. [Transcrição do Diário da Manhã].

[35] *Diário da Manhã*. Aracaju, III, n. 692, 18/7/1913, p. 2.

[36] Ata do IHGSE, de 14 de julho de 1913. Assinaram os textos da poliantéia: Caldas Barreto, Florentino Meneses, Silva Mello, Moreira Guimarães, Nobre de Lacerda, Libério Monteiro, Prado Sampaio, João Antônio de Oliveira, Costa Filho, Gervasio Barreto, Teixeira Fontes, Silveira e Souza, Virgínio de Sant'Anna, Manoel dos Passos de Oliveira Telles, Álvaro de Menezes, Alexandre Lobão, Evangelino de Faro, Bricio Cardoso, Castro Pinto, Monteiro Filho, Epiphanio da Fonseca Dória, Rodrigues Nou, Orestes de Souza Andrade, Manoel Candido, Arnulpho Oliveira e Pedro Machado. Cf. HOMENAGEM AO EXMO. SENR. GENERAL DR. JOSÉ DE SIQUEIRA MENEZES. Aracaju, Typ. Commercial, 14 de julho de 1913. Acervo do IHGSE.

co de Direito Costa Filho, advogado Gervasio Barreto e juiz seccional Nobre de Lacerda.[37]

A despesa da festa totalizou 2:426$700 (dois contos quatrocentos e vinte e seis mil e setecentos réis), mais um déficit de 105$500.[38] (cento e cinco mil e quinhentos réis). Este seria liquidado posteriormente, segundo o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, João da Silva Mello.

Tanto a inauguração do busto quanto do bairro Siqueira de Menezes, nosso próximo assunto, o caráter panegirista encontraria tímidas resistências. A ideologia concebida pelo grupo aspirava a universalidade, o consentimento, enfim a aceitação de toda a sociedade. A história monumetal, laudatória, que cultuava Fausto Cardoso e Olímpio Campos voltara-se para o culto a personalidade de um vivo. Os ideólogos eram membros do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Associação Comercial de Sergipe, que discursavam e/ou escreviam nos jornais regularmente. Porém, o êxtase dos *chaleiras* - como eram comumente apelidado os que adoram, adulam e louvam autoridades -, não contagiava todos. Examinar os artifícios da oposição ao governo de Siqueira de Menezes desvirtuaria o objetivo desta pesquisa.

Numa conjuntura política e economicamente favorável, com apoio do chefe da Nação, Siqueira de Menezes governava como "um delegado autoritário"[39], personificando "o poder militarizado", a cultivar "uma atmosfera de lenda do autoritarismo prussiano". [40] Figueiredo informa que diante da violência praticada, especialmente pelo seu Chefe de Polícia, Dionísio Teles de Menezes, "era comum a existência de jornais manuscritos e pasquins agressivos contra o Governo, maneira de oprimido questionar o agressor".[41] No momento da indignação de Gilberto

37 *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 698, 25/7/1913, p. 2.
38 *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 697, 24/7/1913, p. 2.
39 DANTAS, Ibarê. Op. cit., 1999, p. 65.
40 FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Op. cit., 1986, p. 346-347.
41 Idem ibidem. Numa crônica recente, o jornalista Luiz Eduardo Costa comentou o caráter virulento que assumia alguns pasquins do início do século XX. Como exemplo, citou verso xistoso de O Prego, em resposta ao Presidente do Estado. Siqueira de Menezes havia dito que "o jornaleco é feito por cegos, que vivem a consumir a paciência do povo e das autoridades". Quinze dias depois, o pasquim ironizava: "jornal feito por cegos/ do povo a paciência consome/ Siqueira soque este prego/ onde as costas perdem o nome". COSTA, Luiz Eduardo. *Jornal da Cidade*. Aracaju, ano V, n. 1338, 28, 29 e 30/6/2009, p. 11.

Amado por conta da permuta do seu nome pelo de João Siqueira, pernambucano, para concorrer a vaga de Deputado Federal ele recorda ter denunciado as mazelas de Sergipe. Escreve:

> Queixas? Protestos? Reclamações? Como? A quem? Ao Centro? Apareceram algumas na imprensa do Rio, mas quem lhes prestaria atenção? O país atropelado pelo governo já em pleno processo de 'salvação' tinha lá ouvidos para o pequenino Estado longínquo, governado sem oposição pelo homem puro, nobre, sensato, que o autor d'*Os Sertões* apresentara ao respeito e à veneração da pátria?[42]

A ironia publicada sob pseudônimo ou anonímia, consentida ou não pelos redatores, deve ser considerada. Nem todos os pseudônimos veiculados na "imprensa contratada"[43] da época foram revelados. *Secundo, Sigla, Marcial, Formário, Civis, Lord Grey* e *Grijalva* foram entidades enigmáticas que fugiram ao esquadrinhamento de Guaraná.[44]

[42] AMADO, Gilberto. *Mocidade do Rio e primeira viagem à Europa*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed, 1958, p. 187-188.

[43] Para Luiz Antônio Barreto a imprensa a época não foi cooptada, nem domesticada. O que houve foi um contrato celebrado entre empresas particulares prestadora de serviços e um governo. BARRETO, Luiz Antônio. *Entrevista concedida a José Thiago da Silva Filho*. Aracaju, 3/1/2009.

[44] No Dicionário Bio-Bibliográphico Sergipano, de 1925, GUARANÁ identificou pseudônimo dos 586 intelectuais biografados. Um mapeamento desses pseudônimos foi realizado por HORTA e LENNON em 1950. HORTA, Maria Helena de Castro; LENNON, Diva de Campos. *Índice do Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano do Dr. Armindo Guaraná*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1976.

Busto ficou no IHGSE até 1933, quando foi trasladado para o alto da Colina Santo Antônio. Foto: Ivan Paulo Santos, 2007.

3 - O BAIRRO SIQUEIRA DE MENEZES

A prática encomiástica de batizar cidades, bairros, praças e ruas com o nome de republicanos foi disseminada a partir de 1889. Tanto a filosofia positivista dos republicanos quanto a história monumental praticada pela intelectualidade incentivou esse e outros ritos sociais. Era preciso *comemorar* – lembrar em conjunto - um novo regime, uma nova realidade do país ensejada pelos seus artífices, assim, nada mais plausível do que cultuá-los. No entanto, o sucesso da apropriação depende da introdução de signos no corpo social passíveis de decodificação. Sua repetição regular e diária, individual ou coletiva, opera a identificação com o novo regime. Nas primeiras décadas re-

publicanas, da capital aracajuana ao interior, houve (re)batismo dos logradouros para cumprir a ideologia política, por vezes respaldada no Código de Postura e/ou no acordo tácito entre os agenciadores das intendências e Estado.

A idéia de rebatizar o antigo bairro Chica Chaves, também conhecido como bairro Industrial por causa das fábricas ali instaladas[45], configurou-se mais uma expressão do culto à personalidade nascida dos ideólogos da *heroarquia*.[46] O ritualismo do ato excedeu o da inauguração do busto, pois envolveu acordos protocolares e a persuasão da sociedade. Ele difundiu perspectiva alvissareira junto a intendência da capital, moradores, proprietários e operários das fábricas. A mudança do nome do bairro poderia resultar na incorporação efetiva do torrão a cidade de Aracaju, na instalação de iluminação elétrica, novas escolas, bondes e melhores estradas.[47]

A extensa programação começou com a recepção que fez Thales Ferraz, dono da Sergipe Industrial, ao general Presidente do Estado, Siqueira de Menezes, e sua comitiva às 16 horas da tarde, de 20 de dezembro de 1913. Seguiu-se descerramento de placa, execução de hino de Sergipe, benção do bairro pelo cônego João Florêncio, recital poético de Rodrigues Vianna e discursos do desembargador Teixeira Fontes, intendente de Aracaju, seguido por Costa Filho, Silveira e Souza, Virgínio Sant'Anna e Hemetério de Gouveia. No encerramento do evento Siqueira de Menezes foi homenageado com um hinário cantado ao som da música do hino sergipano.[48]

---

[45] A fábrica Sergipe Industrial começou a funcionar em março de 1884 e a fábrica Confiança em julho de 1908. Cf. PORTO, Fernando de Figueiredo. *Alguns nomes antigos de Aracaju*. Aracaju: Gráfica J. Andrade Ltda., 2003, p. 135.

[46] Governo de herói, segundo pensamento de Thomas Carlyle, para celebrar a paz, resolver todos os problemas e evitar a desordem das revoluções. Cf. FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 33.

[47] PORTO opina que o *animus bajulandis* explica a mudança do nome do bairro. O bairro Siqueira de Menezes voltou oficiosamente a ser denominado Bairro Industrial por volta de 1919. PORTO, Fernando de Figueiredo. Op. cit., 2003, p. 135.

[48] Hinos foram compostos por Prado Sampaio, Rodrigues Vianna e Nobre de Lacerda. *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 820, 23/12/1913, p. 1.

Inauguração do Bairro Siqueira de Menezes, 20/12/1913.
FONTE: Revista de Aracaju. Ano I, N. 1, 1943.

Mas a nova denominação do bairro logo cairia no esquecimento geral. Diferente do bairro Siqueira de Menezes inaugurado em Laranjeiras[49], o homônimo aracajuano não foi apreendido pela sociedade. Resistência, talvez. É possível que o afastamento do Presidente, em 29 de julho de 1914, para tratar da sua candidatura ao Senado tenha frustrado as expectativas dos agenciadores; outra questão a ser lembrada foi o cancelamento de sua candidatura a Vice-Presidente de Campos Salles.[50] Certamente, a nova conjuntura política inviabilizou a mitificação uma vez que Oliveira Valadão, governador eleito para o triênio 1914-1918, representava o retorno do olimpismo. Como havia uma relação imediata entre campo intelectual e campo político[51], os

[49] Bairro Siqueira de Menezes de Laranjeiras foi inaugurado no dia 31 de agosto de 1913. *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 733, 5/9/1913, p. 1.

[50] A idéia da candidatura de Siqueira de Menezes foi do Presidente Hermes da Fonseca. *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 647, 21/5/1913, p. 1; *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 21/05/1913, p. 2.

[51] SOUZA assevera que não havia relação imediata entre campo intelectual e campo político, a autora fala da neutralidade de muitos. Discordamos por entender neutralidade enquanto consentimento e/ou simpatia pelo regime. Consultar: AARÃO REIS, Daniel A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Vis. (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2008]; SOUZA, Cristiane Vitório de. Op. cit., 2001, p. 168.

louvores se voltaram para o novo chefe político que além de militar era poeta.

A partida de Siqueira de Menezes marcou todo o Estado. Seu governo aglutinara faustistas e olimpistas pacificando-os; reputado continuador do projeto Progressista de afastar as oligarquias do poder, o que estava prognosticado também na Política das Salvações, sob Siqueira de Menezes o faustismo "perdeu todo o caráter revolucionário ou ao menos contestatório e tornou-se conservador, reacionário".[52] O "pseudo--salvacionismo"[53] praticado na sua gestão deu-se com a acomodação das oligarquias nas secretarias e empresas contratadas para realizar as grandes obras do período (linha férrea, dragagem do rio, saneamento, etc). A partir destas obras, sobretudo as melhorias implementadas na capital aracajuana, é que a imprensa imprimiu-lhe o rótulo de "Presidente da Modernidade".[54] O culto a sua personalidade foi articulado por um grupo de intelectuais siqueiristas que conseguiu repercussão/adesão na sociedade sergipana através da imprensa. A violência, a censura e o "estado de sítio perpetuo" implantado pelo governo autoritário, apesar dos esforços envidados, carecem de provas cabais embora reconheçamos que a resistência se manifeste no silêncio, no riso, sob pseudônimo e na anonímia dos versos cantados em 1914:

> Seu Siqueira Presidente de Sergipe
> Quando fôr me participe
> Que eu quero lhe acompanha
> Sá Dona Aninha[55]
> Que é mulher de qualidade
> Quando fôr deixa saudade
> Ao povo da capitá

[52] SOUZA, Terezinha Alves de Oliva. *Impasses do federalismo brasileiro*: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 241.

[53] FRANCO, Josevanda Mendonça. Op. cit., 1982, p. 58.

[54] SANTOS, Raul Baltasar Ribeiro dos. Op. cit., 2009, p. 80.

[55] Referência a sua esposa, Ana de Carvalho Siqueira, com quem teve três filhos: Átila, Leônidas e José de Siqueira Menezes. HOMENAGEM AO EXMO. SENR. GENERAL DR. JOSÉ DE SIQUEIRA MENEZES. Aracaju, Typ. Commercial, 14 de julho de 1913, p. 6. Acervo do IHGSE.

Mas quando êles for s'embora
O povo de alegre chora.[56]

As críticas contundentes ao governo de Siqueira de Menezes começaram a ser publicadas na década de 1920.[57] Nesse ano, o bairro festivamente inaugurado em 1913 era conhecido dos populares e dos agentes da intendência aracajuano como bairro Industrial, seu nome antigo. Quanto ao busto, guardado no museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, seria trasladado para o alto do bairro Santo Antônio em 1933, sendo inaugurado oficiosamente. O homenageado faleceu em Salvador no dia 6 de fevereiro de 1931.[58]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o processo de mitificação de Siqueira de Menezes não é uma tarefa fácil, exequível fixar alguns pontos nestas considerações finais. A fama granjeada por Siqueira de Menezes no cenário da Guerra de Canudos foi catapultada pelo rumoroso sucesso editorial da obra euclidiana, Os Sertões, de 1902. O prestígio explica, parcialmente, "como o herói virou político"[59], ou melhor, como a fama contribuiu na conquista do Governo de Sergipe. Mas o seu retorno a cena política acontece em 1906, não por acaso, ano de morte dos principais líderes sergipanos (Fausto Cardoso e Olímpio Campos). O militar passaria a orbitar os faustistas e olimpistas, a exemplo de Costa Filho, Olegário

56 AMADO, Gilberto. Op. cit, 1958, p. 189.

57 Em 1922, Jackson de Figueiredo denuncia que o senador, "durante o tempo que governou Sergipe se revelou, dentro de sua asma, dentro de sua neurose, o mais repugnante soba que tripudiou sobre o caráter de um pequeno povo (...) Usou esse homem em Sergipe, de todos os meios infamantes com que se pode aniquilar a vida moral de uma sociedade: um estado de sítio perpétuo, violação dos lares, chicote a torto e a direito, prisões violentas (...) Não sei se Siqueira de Menezes é doido, sei que os cometeu e deles fui testemunha". FIGUEIREDO apud FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Op. cit, 1986, p. 346-347.

58 José de Siqueira de Menezes faleceu, em Salvador, no dia 6 de fevereiro de 1931. LEITE NETO, Leonardo. Op. cit., 1986, p. 1754.

59 SILVA FILHO. José Thiago da. Siqueira de Menezes: como o herói virou político. *Caderno de Resumos do IV Encontro de Pós-Graduação da UFS*. São Cristóvão, 9 a 11/09/2008, p. 126.

Dantas[60], dentre outros. Reunindo os grupos rivais em torno de si, mérito compartilhado pelo senador Pinheiro Machado e pelo Presidente Hermes da Fonseca, é que lançou candidatura única ao Governo de Sergipe em 1911.

A tragédia de 1906 inaugurou série de manifestações *post-mortem* que bem poderiam ser denominadas "batalhas da memória", estas articuladas pelos cultores de Fausto Cardoso e Olímpio Campos.[61] Curiosa é a posição diplomática, neutra/ausente/prestimosa mantida pelo estrategista Siqueira de Menezes. É pertinente destacar desempenho similar nas celebrações pelos mártires da Guerra de Canudos, apesar dele não ser o único sergipano vivo que regressou do Arraial do Belo Monte.

O governo de Siqueira de Menezes não encontrou oposição nem mesmo na imprensa sergipana. Essa constatação alerta o pesquisador para algumas hipóteses (cooptação, contrato, troca de favores, mordaça, perseguição, etc) que somente uma pesquisa minuciosa possa envidar explicações.

Personalista, egocêntrico, panegirical, assim eram as administrações públicas do período. O Governo de Siqueira de Menezes conseguiu elevar esse caráter, o culto a personalidade, representado na inauguração de busto e no batismo do bairro Siqueira de Menezes, constituem práticas encomiásticas ou manifesto da dominação simbólica de sua gestão.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio e a primeira viagem à Europa*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1956.

BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

[60] Alcunhado "delegado da Revolução" e "General-em-chefe das tropas progressistas". SOUZA, Terezinha Oliva de. Ob cit., p. 199.

[61] Consultar artigos: PRADO, Giliard. Política e religião amalgamadas no bronze: o monumento a Olímpio Campos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 40, 2010, p. 131-154; PRADO, Giliard da Silva. Ob cit., 2006, p. 45-70.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei*: a construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CHARTIER, Roger. Poderes e limites da representação. Marim, o discurso e a imagem. In: ___. *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietude. [trad. Patrícia Chittoni Ramos] Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

___. O Mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, IEA/USP, 11 (5), 1991, p. 173-191.

COSTA, Luiz Eduardo. *Jornal da Cidade*. Aracaju, ano V, n. 1338, 28, 29 e 30/6/2009, p. 11.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* [Edição Critica de Walnice Galvão]. São Paulo: Ed. Àtica, 2000.

DANTAS, Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe* (1889-1964). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

___. *História de Sergipe:* República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

___. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel*: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

___. *O tenentismo em Sergipe*: a Revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2ª. ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999.

FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Nova "Velha História": o retorno da História Política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*: do golpe de 15/11/1889 ao golpe de 31/3/1964. Aracaju, 1986.

FRANCO, Josevanda Mendonça. *A política das salvações*: um estudo de caso. Monografia. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1982. (Monografia de Bacharelado).

HORTA, Maria Helena de Castro; LENNON, Diva de Campos. *Índice do Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano do Dr. Armindo Guaraná*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1976.

LEITE NETO, Leonardo (Coord.) *Catálogo de senadores* - 1826/1986. Brasília: Centro Gráfico, 1986, vol. III.

LIMA JUNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. Mais um busto: para quem o merece. *Diário da Manhã*. Aracaju, ano IV, N. 1131, 27/11/1915, p. 1.

PORTO, Fernando de Figueiredo. *Alguns nomes antigos de Aracaju*. Aracaju: Gráfica J. Andrade Ltda., 2003.

PRADO, Giliard da Silva. Desvelando um monumento: representações e lutas políticas na construção da memória de Fausto Cardoso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 35, 2006, p. 45-70.

___. Política e religião amalgamadas no bronze: o monumento a Olímpio Campos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 40, 2010, p. 131-154

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Vis. (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários*: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Raul Baltazar Ribeiro dos. *José de Siqueira Menezes*: um militar que se fez intelectual no exercício de diferentes funções na sociedade sergipana e brasileira. São Cristóvão: Departamento de Educação Física/UFS, 2009 (Monografia de Graduação).

SILVA, FILHO. José Thiago da. Siqueira de Menezes: como o herói virou político. *Caderno de Resumos do IV Encontro de Pós-Graduação da UFS*. São Cristóvão, 9 a 11/09/2008.

____. *Siqueira de Menezes*: a heroificação do jagunço alourado (1852/1914). São Cristóvão, Departamento de História/UFS, 2010. (Monografia – Especialização em História Cultural).

SOUZA, Cristiane Vitório de. *A República das Letras em Sergipe* (1889-1930). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2001. (Monografia de Graduação).

SOUZA, Terezinha Oliva de. *Impasses do federalismo brasileiro*: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

WEISZ, Suely de Godoy. Rodolpho Bernardelli, um perfil do homem e do artista segundo a visão dos seus contemporâneos. In: *Anais do Seminário EBA 180* (180 anos da Escola de Belas Artes). Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação da EBA/UFRJ, 1997.

JORNAIS CONSULTADOS

CORREIO DE ARACAJU (1912/1913)

DIÁRIO DA MANHA (1911/1915)

FONTES

Acta da sessão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (6/9/1913). *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 736, 10/9/1913, p. 5;

Acta da sessão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (6/11/1913). *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 784, 7/11/1913, p. 2.

Acta do IHGSE, 22 de setembro de 1912. *Diário da Manhã*. Aracaju, ano III, n. 698, 25/7/1913, p. 1.

Ata do IHGSE, de 14 de julho de 1913. Homenagem ao Exmo. Senr. General Dr. José De Siqueira Menezes. Aracaju, Typ. Commercial, 14 de julho de 1913, p. 6. Acervo do IHGSE.

Inauguração do Bairro Siqueira de Menezes, 20/12/1913. *Revista de Aracaju*. Ano I, N. 1, 1943.

MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PELO EXMO. SR. GENERAL SIQUEIRA DE MENEZES, PRESIDENTE DO ESTADO, NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE AGOSTO DE 1913. Aracaju: Typ. D'O Estado de Sergipe, 1913.

Preciosa Dádiva do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe: busto em

bronze. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, ano I, 1913, p. 69-70.

ENTREVISTA

BARRETO, Luiz Antônio. *Entrevista concedida a José Thiago da Silva Filho*. Aracaju, 3/1/2009.

Artigo recebido em 02 de abril de 2012.

Aprovado em 03 de maio de 2012.

SOB A ÉGIDE DA TRADIÇÃO E DA MEMÓRIA: a cultura política e o "projeto" do Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912-1956)

Ane Luíse Silva Mecenas Santos*

RESUMO

Desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe é possível encontrar entre os seus idealizadores a preocupação com a salvaguarda do passado do estado. Umas das formas de realizar tal empreitada seria a criação de um museu. Esse seria o projeto de preservação da cultura material e da política local. O presente trabalho busca apresentar o projeto de criação do museu e a política de aquisição de peças na primeira fase da instituição. O marco final do estudo é o momento reconfiguração do acervo em 1956 com a doação das peças de Galdino Bicho para o Instituto. Compartilho da compreensão que os objetos inseridos na instituição ainda quando ocupava o Tribunal da Relação, atual Memorial do Tribunal de Justiça de Sergipe, constituem um significativo acervo atienente a cultura política do Estado no século XX que formou o museu pioneiro de Sergipe.

Palavras-chave: Museu, cultura política, IHGSE.

ABSTRACT

Since the founding of the Institute of History and Geography of Sergipe is possible to find in the minutes of deployment of the institution's concern with safeguarding thestate's past. One of the ways to accomplish such a task would be to create the museum. This project would be the preservation of material culture and local politics. This study aims to present a bill creating the museum's acquisition policy and the parts in the first phase of the institution. The march end of the study is the reconfiguration time of the collection in 1956 with the donation of parts Galdino Bicho for the Institute. Share the understanding that objects placed in the institution even when he held the Court of Appeal, the current Memorial of the Court of Sergipe, constitute a significant collectionon the political culture of the state in the twentieth century.

Keywords: Museum, political culture, IHGSE.

* Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Gestão e Planejamento de Projetos Sociais pela Universidade Tiradentes. Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe. Diretora do Museu Galdino Bicho e da Pinacoteca Jordão de Oliveira. Professora do curso de História da Faculdade José Augusto Vieira. Pesquisadora dos grupos de pesquisa do diretório da Capes, "Jesuítas nas Américas" e "Culturas, Identidades e Religiosidades".

Para analisar a trajetória do primeiro museu do Estado de Sergipe, faz-se necessário estabelecer uma periodização baseada na composição do acervo que o compõe. Foram estabelecidos alguns marcos e o primeiro compreende o período de 1912 a 1955. Nesses anos, é possível constatar a preocupação no sentido de formar um acervo a partir de doações recebidas por indivíduos e instituições, normalmente ligadas à elite política e intelectual do estado. Esse primeiro momento é marcado pela perpetuação de uma memória política que tenta se cristalizar na Casa de Sergipe. Essa fase possui um marco significativo a ser destacado: a construção da sede, iniciada em 1931 e concluída em 1939. Além das conquistas na produção do conhecimento, a primeira metade do século XX para o IHGSE é marcada pela aquisição de acervo e de espaço físico próprio.

Já na segunda fase foi adotado como marco inicial, o mês de janeiro de 1956 com o recebimento da doação realizada pela esposa de Galdino Bicho para ser incorporada ao Instituto. No início dessa fase temos a chegada de um acervo e no marco final a saída. Com a implantação do Museu Histórico, em 1959, muitas peças foram doadas para compor essa nova instituição museológica que começava a ganhar forma em Sergipe. Dentre as peças doadas estavam[1]:

[1] Esse levantamento foi realizado em janeiro de 2008, pela então diretora do Museu Galdino Bicho, Verônica Maria Meneses Nunes.

Quadro I

Relação das doações e empréstimos para o Museu Histórico de São Cristóvão

Mês / Ano	Doador	Objeto	Referência	Observação
15 de dezembro de 1959	IHGSE	Peças da igreja de São Francisco, que haviam sido doadas ao IHGSE pelo coronel Jacinto Ribeiro	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p. 9v	Doação
		Cadeira giratória, com empalhamento, a qual pertenceu ao Dr. Gumercindo Bessa	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p. 9v	Doação
		Cadeira usada pelo Bispo de Goiás, Dom Domingos Quirino de Souza	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p. 9v	Doação
		Escudo imperial, o qual existira na fachada do antigo palácio do governo em São Cristóvão	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p. 9v	Doação
		Mobília de sala de visitas que pertenceu ao Dr. Felisbelo Freire (11 peças)	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p. 9v	Doação
		Um sofá da mobília do antigo Tribunal de Relação do Estado	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p. 9v	Doação
		Um sofá, uma cadeira de braço e uma simples, três peças restantes de um grupo antigo, um sofá com empalhamento, uma peça restante de outro grupo.	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p. 9v	Doação
		Busto em gesso de Horácio Hora	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p. 9v	Doação.
		Um artístico sofá que fora cedido pelo antigo Departamento da Fazenda do Estado	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p. 9v	Doação
25 de fevereiro de 1960	IHGSE	Um Obus deixado em Laranjeiras em 1822, pelo General Labatut	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p. 14	Empréstimo
25 de fevereiro de 1960	IHGSE	Um bacamarte boca de sino	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p. 14	Empréstimo
		Espingarda com que Camerino combateu na Guerra do Paraguai	Caixa 086, Livro de Atas nº5, p.14	Empréstimo

Junto com essas peças que foram doadas iniciou-se uma fase de grandes dificuldades no instituto, repercutindo diretamente na gestão e na conservação do acervo. De acordo com a proposta de Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, elaborada no ano 1987, o museu estava passando por uma "organização da coleção museológica e da pinacoteca, esta em estreita colaboração com a Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico da FUNDESC (Fundação Estadual da Cultura)"[2]. Em 2002, Verônica Maria Meneses Nunes apresentou o diagnóstico do Museu:

> 1.1 Proposta Conceitual da Exposição
> A organização da exposição é apresentada sem uma proposta do que seja a instituição. Caracteriza-se pela colocação nos diversos ambientes de artefatos da cultura material, sem que estes estejam contextualizados ou construam referências sobre Sergipe.
>
> 1.2 Espaço/ Circulação
> O espaço destinado ao museu é pequeno, ocupando uma sala, no entanto o acervo está disperso na sala de pesquisa, no gabinete da presidente, no hall e no auditório. Essa situação dificulta o entendimento do que se propõe expor, não existindo um eixo temático que a direcione. Os quadros (óleos sobre tela e fotografias), expostos nos demais ambientes, são fixados muito no alto, o que prejudica a fruição da figura, assim como dificulta a higienização do acervo.
>
> 1.3 Acervo
> Encontra-se bastante afetado pela exposição direta à luz; alguns objetos ainda possuem etiquetas coladas sobre eles ou sobre o móvel que serve de vitrine. As coleções iconográficas e obras de arte expostas normalmente reproduzem personagens, sendo que estes documentos são fragmentos

[2] SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. *Pontos objetivando a definição de um trabalho para o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Datilografado, 1987. p. 2

> da realidade. Desse modo é preciso uma nova leitura da apresentação.[3]

Posteriormente, foi realizado um levantamento pela professora Beatriz Góis Dantas. Nesse estudo foram apresentados alguns dos problemas enfrentados pela instituição, como a "precariedade do desgaste das obras e ausência de estrutura e de organização adequados"[4]. Ao apresentar os problemas, Dantas aponta as tentativas de organização e catalogação do acervo ocorridas desde a década de 80 do século XX, sob a coordenação de Ana Conceição Sobral, quando foram identificadas 168 peças iconográficas. Ao final do trabalho a autora destacou:

> É hora de fazer-se um grande mutirão, envolvendo os sócios, o governo do Estado e do Município, empresários, entidades de cultura e os cidadãos comuns que se sensibilizem com os bens culturais e o patrimônio que é de todos os sergipanos. Desse modo, daqui a dez anos, poderemos celebrar o centenário do IHGS com o sentimento de que fomos capazes de preservar para as gerações que nos sucederam o que os idealizadores e construtores da Casa de Sergipe nela reuniram como testemunhos do passado[5].

Em 2003, sob a organização de Beatriz Góis Dantas, foi publicado o catálogo Acervo Iconográfico do IHGSE, em dois volumes. Esse trabalho reproduziu as fichas do levantamento realizado em 1986 pela FUNDESC. Os anos seguintes foram marcados pela "renovação" que ocorreu na Casa de Sergipe. Muitas peças foram restauradas, houve uma mudança na exposição dos quadros no hall de entrada, na sala de pesquisa, na pinacoteca e no auditório. Foram realizadas exposições

---

3 NUNES, Verônica Maria Meneses. *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*: Museu e Pinacoteca. Ánalise das exposições. Aracaju, 2002.

4 DANTAS, Beatriz Góis. *O IHGSE*: depositário de memória histórica e artística de Sergipe. Aracaju, 2002, p. 2.

5 DANTAS, Beatriz Góis. *O IHGSE*: depositário de memória histórica e artística de Sergipe. Aracaju, 2002, p. 8.

de curta duração, reorganização da reserva técnica, catalogação da coleção de numismática e levantamento do acervo adquirido desde 1912 a partir das atas, bem como uma nova proposta para exposição do museu. O acervo do Museu Galdino Bicho encontra-se dividido nas seguintes coleções:

Quadro II
Descrição das coleções

Coleção	Descrição
Coleção Arqueológica	Objetos como urna funerária, ossos de esqueleto humano e artefatos líticos.
Coleção Paleontológica	Composta de ossos do heremoterium laurilardi (preguiça gigante).
Coleção IHGSE	Objetos de armaria, mobiliário, erosão, objetos funerários e religiosos, artefatos indígenas, cerâmica, porcelana, basco, instrumento musical, instrumentos de trabalho, fotografia.
Coleção 2ª Guerra Mundial	Reúne objetos como bandeira, lenço, capacetes, divisas militares, bóia, sacolas, talher – objetos doados pelos pracinhas e recolhidos após o bombardeio dos navios mercantes pelos submarinos alemães no litoral sergipano.
Coleção Almirante Amintas Jorge	Objetos de uso pessoal do Almirante que foi presidente do IHGSE e da Liga Sergipana contra o analfabetismo.
Coleção Francisco de Barros Melo	Composta de moedas de diversas localidades da Europa, África, Ásia e do Brasil.
Coleção de Medalhas e Condecorações	Armindo Guaraná, Guerra do Paraguai, Revolução Paulista, Pe. Aurélio Vasconcelos.

Atualmente, o levantamento das doações vem sendo realizados a partir da análise das correspondências recebidas desde 1912. Convém ressaltar que um primeiro levantamento já foi produzido no ano de 2008, pela então diretora, a professora Verônica Nunes. Nesse primeiro levantamento foram elencados os objetos recebidos pelo Instituto e que se encontram referenciados nas atas das reuniões no período de 14 de julho de 1913 a 15 de dezembro de 1949; 25 de fevereiro de 1960 a 17 de setembro 1968.

O espaço museal, assim como todo o projeto dessa Casa, foi gestado no intuito de ser um local que proporcionasse a discussão intelectual do estado, com as suas reuniões; promovesse a divulgação da produção

local, a partir da sua revista criada em 1913 e servisse como lugar de salvaguarda dessa memória, com os livros e peças doadas, desde os primórdios da fundação em 1912. É um museu que surgiu com a preocupação de formar um acervo, composto pela "cultura material" que contribuiu para produção e reprodução social, exteriorizando um poder, conforme aponta Ulpiano Bezerra[6]. Nessa constante rememoração, o museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, transformava-se em um "teatro de memória".

Cada homem, cada personagem que se encontrava no centro das discussões intelectuais de Sergipe e era sócio do instituto, deixou a sua marca. Cada quadro doado, cada peça endereçada, cada livro encaminhando nos atesta sobre a história de um estado republicano, a necessidade desses homens de serem lembrados, de construírem uma memória, de reinventar o passado sergipano sob a ótica da cultura política vigente. Algo recorrente, se atrelarmos as relações das instituições museais e o Estado durante o século XX no Brasil. Conforme aponta Ana Maria Alves Machado:

> O surgimento de museus históricos, atrelados às conveniências políticas, foi uma constante na formação cultural do Brasil. Sabemos que a relação entre o Estado e os museus nacionais, ao longo dos anos, suscita uma série de indagações que perpassa desde o ideal de se criar uma identidade para a nação brasileira, até a visão pessoal de cada colaborador do governo para a criação de museus que buscam celebrar a nação[7].

Ao reportar as discussões acerca da contribuição dos Institutos Históricos, normalmente ressaltamos o período marcado pelos forma-

6 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus:* dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 190.

7 MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus:* dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 137.

dores da identidade nacional que remontam ao período Imperial. Vários trabalhos destacam a importância dessas instituições, sendo o mais divulgado o estudo de Lilian Moritz Schwarcz intitulado "O espetáculo das raças"[8]. Contudo, ao longo do processo de reconfiguração política do Brasil, delineado na Primeira República, essas casas de memória traçaram uma forma de se reinventar quando o discurso acerca da identidade nacional foi redefinido, para abarcar as identidades locais.

Foi nesse cenário que surgiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe com o objetivo de promover a produção intelectual em Sergipe no campo da História e da Geografia, conforme apontou Florentino Menezes no seu discurso publicado no primeiro número da revista em 1913:

> Sergipe não tem um instituto ou uma associação scientifica com que distinga seus homens. Todos nossos talentos são condecorados pelas sociedades extrangeira ou de outros Estados. Dahi o marasmo, a falta de estimulo que existe em nossa terra, não porque nos faltem gênios, mas porque estes se apagariam sem reflexo, victimas do meio, como a voz se extingue nas planícies desertas, ao poucos, sem echo... [9]

Nessa justificativa acerca de espaço de divulgação e cultivo do conhecimento acerca do estado de Sergipe, Florentino Teles de Meneses aponta que a ausência dessa produção cientifica em Sergipe seria umas das justificativas da "inferioridade" e o "atraso intelectual" em que se encontrava o Estado, pois essa ausência era utilizada como justificativa para a saída de intelectuais da localidade para grandes centros em busca de conhecimento e reconhecimento. Mas o que eram expectativas de novos rumos para a intelectualidade sergipana caminhava para um feliz desfecho. Na sala do palácio da Relação, num pequeno espaço, cedido para que os intelectuais locais pudessem compartilhar e produzir o co-

[8] SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O espetáculo das raças.* Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

[9] MENEZES, Florentino Telles de. O Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. *Revista do IHGS*. Vol. 1, nº 1. Aracaju, 1913, p. 9.

nhecimento científico acerca da localidade e do Brasil, nasceu o IHGSE. A História de Sergipe começou a seguir os rumos da produção nacional.

Sob a égide da bandeira cientifica pregava-se o conhecimento que passa a ser gestado em Sergipe. Essa tarefa não ficaria mais a cargo que qualquer indivíduo, apenas para "os homens talentosos" que tirariam essa terra do marasmo e deixariam de serem vítimas dos silêncios sepulcrais impostos pela ausência de embates teóricos.

A produção acerca da História e da Geografia seriam regidos conforme os modelos dos então Institutos Históricos criados no território nacional e que nesse momento já se encontravam passando por um novo momento, na tentativa de se reinventar conforme os modelos da República.

Essa concepção do intelectual como o "produtor de bens simbólicos"[10] marcou o campo político na primeira metade do século XX. O intelectual seria o interlocutor na perpetuação da memória, guiada pela "cultura cívica republicana"[11] direcionando a recriação de uma história e de uma memória local, a partir da reinvenção da tradição. A tradição também era uma das preocupações apontadas por Florentino Meneses no seu discurso:

> as tradições são a alma dos povos e nós devemos guardal-as como o legado mais precioso que nos deixaram os nossos antepassados. Quebrem as tradições de um povo, de uma raça e ver-se-há que em seu logar ficará uma reunião de homens amontoados, sem leis, sem ordem, sem unidade, si não ethica pelo menos psychologica e social".[12]

A bandeira dessa instituição criada para servir de palco para as discussões locais deveria cumprir com os anseios gerais da nação, produção do conhecimento histórico, mostrando as possibilidades de rumo do Brasil, perpetuação da tradição e salvaguarda dos objetos que serviram de testemunho do passado de glória ou dos grupos tidos como "exóticos" no período.

No estatuto da Casa de Sergipe, publicado na Revista do IHGSE

[10] GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 13.
[11] FREITAS, Itamar. *A escrita da História na "Casa de Sergipe" – (1913-1999)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002, p. 16.
[12] MENEZES, Florentino Telles de. O Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. *Revista do IHGS*. Vol. 1, nº 1. Aracaju, 1913, p 11,

em 1913 no primeiro artigo são elencadas as finalidades, das quais destaco o parágrafo 5, no qual fica estabelecido: "organizar um muzeu de História – archeologia, artes, usos e costumes dos indígenas bem como objetos que tenhão pertencido aos homens notáveis do Brasil"[13]. E para atender as expectativas de organizar um museu, foi instituída a "Comissão do Muzeus e biblioteca", que tinha como incumbência: "a organização e direção do archivo, muzeu e biblioteca; e, aquisição de livros, jornais, periódicos e revistas"[14].

Observe-se que conforme o estatuto, mesmo a comissão sendo responsável pelo museu e pela biblioteca, as atribuições dão conta de uma gama significativa de instrumentos pesquisa e de conhecimento histórico e não regem a aquisição de acervo para o museu. Essa atividade seria delegada a "Comissão de História e Archeologia", coforme aponta o artigo 23, línea "a": "fazer acquisição de sellos, moedas, objetos de seramica e utensílios comuns aos indígenas". Duas comissões distintas que imprescindivelmente entrelaçadas a partir da competência comum: aquisição e organização da cultura material do Estado de Sergipe.

No campo da aquisição já em 05 de outubro de 1912[15] temos noticia da constante comunicação dos membros do IHGSE com o Museu Social da Argentina, recebendo boletins e informações sobre a constituição de um acervo. Esse conjunto de correspondências nos aponta um elemento significativo para uma instituição que iria completar dois meses e já mantinha contatos na tentativa de trocar conhecimento, cumprindo com um dos desejos apontados por Florentino Meneses no seu discurso. Esse é o rastro inicial de campanha de doação de objetos para o museu.

Ao observar essas doações podemos constatar, conforme alguns pesquisadores já apontaram[16], a quem se destinava esse museu, quais

[13] INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Estatutos do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. *Revista do IHGS*. Vol. 1, nº 1. Aracaju, 1913, p. 20

[14] INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Estatutos do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. *Revista do IHGS*. Vol. 1, nº 1. Aracaju, 1913, p. 20.

[15] Cod. 5 – nº 0004- Catalogo IHGSE, A, a, cx. 373, documento 0004

[16] FREITAS, Itamar. *A escrita da História na Casa de Sergipe* – 1931/1999. Aracaju: Editora UFA; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

indivíduos e famílias buscavam a perpetuação da sua memória no "palco da intelectualidade" sergipana. Convém destacar, a valorosa contribuição dessa casa ao "abrigar" parte da cultura material sergipana, o que nos mostra que aqueles anseios presentes no discurso de fundação, bem como na ata foi constantemente posto em prática ao longo desses cem anos. E de todos os objetos doados ao Instituto desde sua fundação até o ano de 1948, tomando como base as atas de instituição, é possível constatar um significativo número de retratos, mais de quarenta no total. Nesse mesmo período foram recebidos dois bustos, dois globos, alguns objetos indígenas, uma arma, um capacete, dois móveis, um relógio, duas relíquias e um salvavidas. Ulpiano Bezerra nos questiona acerca da importância dos acervos:

> (...) é possível museu sem acervo? Creio que a pergunta esteja mal formulada e a polissemia do termo justificaria a inclusão de instituições sem acervo, como centros culturais, espaços interativos, etc., mas seria como perguntar: existe mula sem cabeça? Existe e pode até mesmo vistosamente soltar fogo pelas ventas. No entanto, se o papel da mula tiver ainda utilidade, é duvidoso que, sem cabeça, a mula possa executá-lo a contento. E se o papel de mula for importante para a sociedade, com a mula sem cabeça alguma coisa ficaria faltando. A pergunta correta, pois, deveria ser: há, ainda, relevância e utilidade, entre nós, no papel que possam desempenhar museus com acervo? A resposta é francamente positiva. Estamos imersos num oceano de coisas materiais, indispensáveis para a nossa sobrevivência biológica, psíquica e social. A chamada "cultura material" participa decisivamente na produção e reprodução social.[17]

É curioso perceber a quantidade de retratos doados a Casa de Sergipe. Retomando a discussão da ata de criação, a aquisição seria de

[17] MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus:* dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 18.

moedas, cerâmica, selos e utensílios indígenas. Esse material é encontrado nas atas e ainda fazem parte do acervo. Entretanto, a materialidade da História de Sergipe passa a ser construída a partir da imagem de personalidades da política e da intelectualidade local e nacional. E nos tempos da República, é doado ao instituto, em 6 de novembro de 1916, por Modesto Mesquita, um retrato da princesa Isabel e de D. Pedro II[18]. Mesmo uma instituição criada no processo de reconfiguração do país e marcada na historiografia pelos "redescobridores do Brasil" o passado português também é inserido no IHGSE.

Dentre as famílias sergipanas que estiveram intimamente relacionadas ao cenário político local, destaquei para essa pesquisa a família Cardoso. De acordo com a ata 18 de janeiro de 1955, o ex-presidente do Instituto (gestão de 06 de agosto de 1939 a 06 de agosto de 1941), o então desembargador Hunald Santaflor Cardoso realizou a doação de um retrato do seu irmão, Mauricio Graccho Cardoso, que havia falecido no ano de 1950.

Mauricio Graccho Cardoso. Jordão de Oliveria. Tecido. Óleo sobre tela, 1954.
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

A tela é de autoria de Jordão de Oliveira. Um retrado que destaca a postura séria e sóbria do personagem. A luz que compõe a peça se

[18] Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa 085, Livro de Atas nº1, p.167

encontra direcionada da direita para a esquerda, o foco de luminosidade é externo e evidencia a face do lado direito e reflete no canto esquerdo ao fundo da imagem. Pode-se observar que não há alegorias para enaltecer os feitos do Graccho. As alegorias para Benjamim eternizam o tempo profano especula sobre o mundo:

> Cada pessoa, cada coisa, cada relação pode significar qualquer outra coisa. Essa possibilidade profere contra o mundo profano um veredicto devastador, mas justo: ele é visto como um mundo no qual o pormenor não tem importância. Mas ao mesmo tempo se torna claro, sobretudo para os que estão familiarizados com a exegese alegórica da escrita, que exatamente por apontarem para outros objetos, esses suportes da significação são investidos de um poder que os faz aparecerem como incomensuráveis às coisas profanas, que os eleva a um plano mais alto, e que mesmo os santifica. Na perspectiva alegórica, portanto, o mundo profano é ao mesmo tempo exaltado e desvalorizado.[19]

Além desse retrado de Graccho Cardoso compõe o acervo um desenho a crayon de autoria de Arthur Sant´Ana, sem data.

Mauricio Graccho Cardoso. Art. Tehur Sant'Ana. Desenho a crayon, s/d.
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

[19] BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução, apresentação e notas: Sergio Paulo Rounanet. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.196-197.

Na coleção iconográfica da Casa de Sergipe, constam quatro peças referente à mesma família. Além das duas descritas, há dois retratos de Florival Santos, um de 1944, do pai de Graccho, Brício Maynard Cardoso, que atualmente encontra-se na sala da presidência e do irmão Hunald Santaflor Cardoso, no hall de entrada.

Brício Maynard Cardoso. Florival Santos. Tecido. Óleo sobre tela, 1944.
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Na tela de Brício Maynard Cardoso, Florival Santos, utiliza de outros recursos na sua composição. Destaca o personagem e o local, compondo um cenário formal, com cores duras, abusando do preto, do vermelho e do vinho. Nesse jogo de cores todo o espaço da tela passa a ser desconsiderado diante da figura retrada. Entretanto, ao fixar seus olhos na tela, é levado a observar a composição que acolhe Brício Cardoso, a cadeira, que mais parece um trono, adornada com um atlante na parte superior do encosto e no apoio do braço um animal. O quadro de Brício Cardoso foi financiado pelo governo do Estado de Sergipe e doado em 6 de março de 1944[20] ao Instituto. A tela de Florival pode ser compreendida como que uma obra de que arte transcende a contemplação, conforme aponta Mario Chagas:

[20] Caixa 086, Livro de Atas, nº 3, p. 130v e 135v.

> Na elaboração desse imaginário, os artistas (pintores, escultores, músicos, poetas, arquitetos, urbanistas, cientistas, etc.) exercem papel de decidida relevância. Acostumados a trabalhar com espaços, formas, imagens, conceitos, palavras, cores e sons, eles são convidados a participar como mediadores entre o novo regime político e a população. O papel de suas obras não é apenas estético ou científico; é também político-pedagógico.[21]

Partindo do pressuposto que uma obra de arte tem um papel político-pedagógico, na materialização de um discurso voltemos nosso olhar para a tela. Os livros e papeis sob a mesa configuram a falsa impressão de que por apenas pouco tempo Brício Maynard Cardoso parou os diversos afazeres para "olhar" ao seu redor e nesse instante o artista o retratou. Mesmo que a cadeira esteja levemente inclinada em direção a frente da tela. Seu olhar é sério, sua postura ereta, e a posição que se encontra lhe permite "olhar" ao redor de cima mesmo estando sentado. Observe que a posição de seus os pés, eles não apontam para frente da tela, como o restante do corpo de Brício, a linguagem apresentada por Florival coloca o pé direito para dentro do recito, como que a qualquer momento ele irá levantar e continuar suas atividades.

Outro ponto a ser destacado são as mãos, pintadas de branco, diferente da cor empregada para a face, elas encontram-se cerradas, fechadas para o mundo exterior e para o ato de ser registrado. O pintor utiliza pouca luminosidade, há um foco de luz que se configura no lado esquerdo da tela, destacando a face direita do personagem e refletindo na parede ao fundo, contrastando a parede vermelha com o vinho do acolchoado da cadeira.

Já o quadro de Hunald Santa Flor Cardoso elaborado no ano seguinte, materializa toda altivez e superioridade do retradado. Diferente das três primeiras telas, nela o personagem é apresentado de perfil. Não são expostas alegorias. E a luz, se encontra distribuída entre o fundo marrom e face esquerda. O jogo de cores é formado apenas no triân-

[21] CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio*. Ensaios contemporâneos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 147.

gulo superior do quadro, dentre as quais podemos identificar três tons de marrom, preto e o vermelho da gravata. A tela pode também ser dividida por um pequeno detalhe branco que compõe a camisa. A luz vai da penumbra até a total escuridão do canto direito inferior da tela.

Hunald Santa Flor Cardoso. Florival Santos. Tecido. Óleo sobre tela, 1945.
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Ao observar a imagem desses indivíduos, que compuseram a elite política de Sergipe, constatamos a necessidade da construção de uma imagem política cristalizada nas telas. Algo semelhante ao que Peter Burke, analisou na obra "A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV", onde o autor evidência como os políticos utilizam a arte para "moldar as percepções dos espectadores"[22] a partir dos "retrados solenes":

> Nesses retratos solenes, a pessoa é geralmente apresentada em tamanho natural ou até maior, de pé ou sentada num trono. Os olhos do retrato estão acima dos olhos do espectador, para sublinhar sua posição superior. O decoro não permite que ele seja retratado usando as roupas do dia-a-dia. Usa armadura, como símbolo de coragem, ou roupas ricas, como sinal de posição

[22] BURKE, Peter. *A fabricação do Rei:* a construção da imagem pública de Luís XIV. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994. p. 31.

> social elevada, e está cercado por objetos associados ao poder e à magnificência – colunas clássicas, cortinas de veludo etc. A postura e a expressão transmitem dignidade.

Além dos testemunhos dos quadros quanto a política local e a necessidade de legitimação, podemos procurar os resquícios do acervo e da disposição das peças nos relatos de visitantes que passaram pelo Instituto. Dentre os quais destaco Câmara Cascudo, que "escreve uma série de 17 crônicas sobre essa viagem a Sergipe, que publica no Diário de Natal, entre maio e junho de 1951"[23] que depois são compilados no livro *Em Sergipe Del Rey*. O viajante descreve sua passagem pela Casa de Sergipe:

> Fico uma manhã vendo o Instituto Histórico e ouvindo Epifânio Dória. O instituto é um edifício amplo, linhas severas, atendendo às finalidades culturais de sua missão de recordar o Passado e sanear o Presente. O seu salão reúne a maioria absoluta das sessões solenes e magnas havidas em Aracajú. No rés do chão está a biblioteca, galeria, coleções históricas. (...)
> Fico vendo nas coleções que recordam atos heroicos personalidades vivas no tempo, objetos de impressionante comunicabilidade sugestiva. Sala de guerra, de geografia, da histórica, livros, mapas, desenhos e retratos.
> É uma viagem ao Passado, não um Passado imóvel, mas palpitantes nos vestígios materiais da trajetória.
> (...) E na galeria dos presidentes olham-me sisudos, do alto das molduras douradas, os olhos amigos de José Calasans e João Batista Perez de Garcia Moreno, presidente atual e velho companheiro.[24]

Câmara Cascuda, em sua passagem por Sergipe registra uma detalhada observação acerca do instituto no ano de 1951. E passeando

[23] DANTAS, Beatriz Góis & NUNES, Verônica M. M. (Orgs.). *Destinatário:* Felte Bezerra -Cartas a um antropólogo Sergipano (1947-1959 e 1973-85). São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p.101.

[24] CASCUDO, Luiz da Câmara. *Em Sergipe Del Rey***.** Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe. s/d. p.21.

pelo seu relato podemos constatar a disposição do acervo do IHGSE no prédio. Do qual ele destaca duas peças presentes no hall de entrada e que até os dias atuais permanecem no local.

José Calasans Brandão da Silva. Humberto Moura. Tecido. Óleo sobre tela, 1947.
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

A primeira obra datada de 1947 de autoria de Humberto Moura, que retrata José Calasans. O retrato solene busca apenas apresentar o personagem, sem adornos, com pouco jogo de luz e vestimenta ilustre.

João Batista Perez Garcia Moreno. Florival Santos. Tecido. Óleo sobre tela, 1950.
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

A tela seguinte, descrita por Câmara Cascudo, é a de João Batista Perez Garcia Moreno de autoria de Florival Santos produzida em 1950. João Batista é retrado de frente, com fisionomia séria, altanaria e olhar diretamente para o observador. O jogo de luz empregado, mais uma vez, é para dar destaque ao rosto. Das poucas cores empregadas, há o abuso do cinza contrastando com os dois tons de marrom ao fundo. Comparando com a tela de Hunald Santa Flor Cardoso, nesse caso não podemos fazer a divisão do quadro em dois triângulos, um com emprego de cores e o outro com a ausência de luz. Há uma composição de cores que se espalham por toda a tela.

Das quatorze telas de autoria de Florival Santos que compõe o acervo do IHGSE, treze foram produzidas no período de 1942 a 1950. Apenas o quadro de Urbano de Oliveira L. Neto foi pintado em 1967. Dessa forma, durante a década de 1940, os retratos solenes que foram incorporados a Casa de Sergipe fundamentam uma cultura política do período como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro III
Relação de obras do acervo do IHGSE de autoria de Florival Santos

Nº	Título	Artista	Ano
	Augusto Maynard Gomes.	Florival Santos	1942
	Francisco Carneiro Nobre de Lacerda.	Florival Santos	1942
	Augusto Maynard Gomes.	Florival Santos	1943
	Brício Maurício Cardoso.	Florival Santos	1944
	José Thomaz Gomes da Silva.	Florival Santos	1944
	José Augusto Rocha Lima.	Florival Santos	1945
	Hunald Santa Flor Cardoso.	Florival Santos	1945
	Antônio Dias Rollemberg.	Florival Santos	1946
	Ivo do Prado Montes Pires de Franca.	Florival Santos	1946
	Abdias Bezerra.	Florival Santos	1946
	Manuel Xavier de Oliveira.	Florival Santos	1947
	Teófilo Dantas	Florival Santos	1947
	João Batista Perez Garcia Moreno.	Florival Santos	1950
	Urbano de Oliveira L. Neto.	Florival Santos	1967

A cultura política de Sergipe observada a partir da iconografia do acervo do Instituto nos possibilita constatar que durante a década de 1940 havia um artista que se destacou no campo dos retratos solenes, Florival Santos. Ele imortaliza a elite local e nas paredes da Casa de Sergipe perpetua a memória de um tempo e de seus heróis e intelectuais, para então serem rememorados, constituindo um "teatro de memória"[25], no qual a História se torna espetáculo.

Ao analisar essas peças constatamos que havia a necessidade de retratar o personagem destacando o lugar social em que se encontrava e a busca pela materialidade política através da arte, se faz recorrente. Esse pequeno exercício de pensar a cultura política a partir do acervo do instituto nos faz compreender a dimensão da representação simbólica de poder que essa Casa desempenhou em Sergipe na primeira metade do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Roseane Guimarães Santos. *O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a ideia de Centro Cultural.* São Cristóvão, 1996 (Monografia de graduação- DHI- UFS)

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução, apresentação e notas: Sergio Paulo Rounanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BURKE, Peter. *A fabricação do Rei:* a construção da imagem pública de Luís XIV. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

CALABRESE, Omar. *Cómo se lle uma obra de arte*. 2ª Ed. Madrid: Ediciones Catedra,

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU,

[25] MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus:* dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. p.15

Regina & CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio*. Ensaios contemporâneos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 141-171.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Em Sergipe Del Rey***.** Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe. s/d.

COSTA, Raimundo Nonato et al. *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe:* centro de preservação da informação cultural. Aracaju, 1992. (Monografia de graduação em Serviço Social, UNIT).

DANTAS, Beatriz Góis. *O IHGSE*: depositário de memória histórica e artística de Sergipe. Aracaju, s/d.

DANTAS, Beatriz Góis & NUNES, Verônica M. M. (Orgs.). *Destinatário:* Felte Bezerra -Cartas a um antropólogo Sergipano (1947-1959 e 1973-85). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

FREITAS, Itamar. *A escrita da História na Casa de Sergipe* – 1931/1999. Aracaju: Editora UFA; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

GOMES, Ângela de Castro e. *A República a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

LIMA, Solange Ferraz de & CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transferência do provado. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus*: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 85-110.

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus:* dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 137-149.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gon-

çalves. *Museus:* dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. p.15-84

NUNES, Verônica Maria Meneses. Do IHGSE à UFS: construção de fazeres museológicos. In: NUNES, Verônica Maria Meneses; NOGUEIRA, Adriana Dantas. *O despertar do conhecimento na colina azulada.* São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2007. p. 115-152.

_____. *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*: Museu e Pinacoteca analise das exposições. Aracaju, 2002.

PAIVA, Eduardo França. *História e Imagens*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O espetáculo das raças.* Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. A "Era dos Museus de Etnografia" no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus:* dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 113-136

SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. *Pontos objetivando a definição de um trabalho para o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Datilografado, 1987.

Artigo recebido em 02 de abril de 2012

Aprovado em 20 de maio de 2012

Artigos

LAURA AMAZONAS: sua contribuição para as instituições educacionais espíritas e suas práticas pedagógicas

Rosemeire Siqueira de Santana*
Josineide Siqueira de Santana**

RESUMO
O presente artigo tem por objetivo apresentar a trajetória da Drª. Laura Amazonas e sua contribuição tanto à História da Educação Espírita em Sergipe quanto à sociedade sergipana. Nascida em Aracaju no final do século XIX, Laura Amazonas se tornou a primeira odontóloga sergipana, além disso, marcou presença em movimentos que lutavam pela emancipação feminina. Dessa maneira, em 1929, participou da criação do Diretório da União Universitária Feminina, cujo objetivo, seria o aumento do número de mulheres no ensino superior. Laura Amazonas lutou ao lado de grandes mulheres sergipanas, entre elas a Advogada Maria Rita Soares de Andrade. Outro papel bem desempenhado por ela foi o apoio incondicional à causa espírita em Sergipe, dando ênfase às práticas escolares desenvolvidas no Complexo "Casa do Pequenino".

Palavras-chave: Laura Amazonas, Educação Espírita, Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT
This article aims to present the trajectory of Dr. Laura Amazonas and its contribution both to the History of Spiritualist Education in Sergipe and local society. Born in Aracaju in the late nineteenth century, Laura Amazonas became the first dentist in Sergipe, moreover, was present in movements that fought for women's emancipation. Thus, in 1929, participated in the creation of the Council of the Union Women University, whose objective would be the increase of the number of women in higher education. Laura Amazons fought alongside great women of Sergipe, including the lawyer Maria Rita Soares de Andrade. Another role was well played by her was the support in the ideal spiritualist in Sergipe, with an emphasis on school practices developed in the "Casa do Pequenino".

Keywords: Laura Amazon, Spiritualist Education, Educational Practices

* Licenciada em Pedagogia pela Faculdade São Luís de França- FSLF, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior (GREPHES) e Professora da Sesc de Educação.e-mailr-siqueira-santana@bol.com.br

** Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França (FSLF), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Membro do de Pesquisa em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educativas e Práticas Escolares (GEPHE). Professora da Rede Pública Estadual de Educação (SEED). e-mail: josimorena@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Em Sergipe, o Movimento Espírita iniciou-se no final dos anos 80 do século XIX, porém teve os seus primeiros núcleos nas cidades de Laranjeiras e Estância, ambas eram centros populacionais, sendo agraciadas por um desenvolvimento socioeconômico e cultural que levaria a uma vida urbana mais densa, assim, a população destas cidades aceitava novas ideias no campo religioso. Porém, na cidade de Aracaju, aproximadamente em 1903, os primeiros grupos começaram a surgir, embora não contassem de imediato com a devida divulgação. Isso ocorreu pelo simples fato de que quando foi "transformada em capital por ato administrativo de 1855, Aracaju era quase um povoado carente não só de estrutura física adequada às suas novas funções político-administrativa, mas também de vida urbana"[1]. A falta de abertura para novas idéias e credos acabaria por não possibilitar a aceitação de novas práticas religiosas. Como participante ativa da nova doutrina, destacamos a Drª Laura Amazonas que nasceu no fim do século XIX e teve participação comprometida, não só nas instituições espíritas, mas noutros momentos da vida sergipana. Mesmo sendo a primeira odontóloga sergipana, sua figura vive um silenciamento que insiste em gritar. Talvez o fato, de ter se dedicado a uma doutrina que não condizia com a religiosidade da época, possa ser a resposta para essa ausência.

Figura01: Laura Amazonas. Autoria não identificada. Acervo: União Espírita de Sergipe

A pesquisa em pauta tem como objetivo apresentar a contribuição da Drª. Laura Amazonas na sociedade sergipana, a sua participação no

[1] MENEZES, C. Eufrázia. O espiritismo em Sergipe. In: *Revista do Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.* São Cristóvão – Sergipe, n.1. p. 161, 2000.

Movimento Espírita do Estado de Sergipe e na construção das Escolas Espíritas, entre elas a concretização do Complexo Educacional "Casa do Pequenino", causa pela qual lutou por muitos anos.

As principais fontes utilizadas para a realização deste estudo foram: entrevistas e análise de documentos a exemplos dos depoimentos, regulamentos, periódicos da época, fotografias, bibliografia e sites especializados, dentre outros.

1- TRAJETÓRIA DE LAURA AMAZONAS

Em 03 de maio de 1884 nascia, em Aracaju, Laura Amazonas. Seu nascimento ocorreu num período de transformações: o país via os últimos anos do 2º Império e a espera pelos anos da República. Fruto da união do casal Manoel Amazonas e Josefa da Silveira Amazonas, além dela, a família estava composta por mais três irmãos: Cleobo Amazonas, Josefa Amazonas e Maria Júlia Amazonas. Laura Amazonas iniciou sua vida escolar em Aracaju, orientada pela sua madrinha, a professora Rosa[2]. Após, a conclusão do curso primário, mudou-se para a cidade de Santos, no Estado de São Paulo, em companhia do seu irmão Cleobo Amazonas, advogado reconhecido e que já havia fixado residência naquela região. Dessa forma, passou a ser o grande incentivador e responsável por sua educação, possibilitando-lhe o acesso à instrução. A presença de seu irmão em sua formação foi algo marcante, tanto que na solenidade de graduação encontrava-se "na frente do Diploma da Drª. Laura Amazonas, uma pequena caixinha oval, amarrada ao mesmo tempo com fitas verde e amarela, contendo o brasão da Escola de Pharmácia de São Paulo e por fora a seguinte frase: "A minha mãe, sincera amizade. A meu irmão, eterna gratidão"[3].

---

2 Durante a pesquisa não encontramos o sobrenome da referida senhora.

3 FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. *Vestígios da Drª Laura Amazonas*: Aspectos da condição feminina em Sergipe. In*: Cadernos UFS* – História da Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, vol.6, 2004, p. 09.

Graduou-se em Odontologia, num período em que ser professora seria a única maneira da mulher exercer uma atividade profissional fora do lar; com apenas vinte e um anos de idade, recebeu o seu título de Cirurgiã-dentista pela Faculdade de Pharmácia de São Paulo, em 08 de fevereiro de 1905, quatro anos após, a assinatura do Código de Ensino Epitácio Pessoa, que autorizava o acesso das mulheres aos cursos superiores, se tornando, assim, a primeira sergipana diplomada em um curso superior e, em uma profissão liderada por homens.

Mesmo com o acesso ao curso superior, a maioria das mulheres optava por enfermagem ou pedagogia, por acreditarem que essas profissões seriam um prolongamento da rotina do lar no sentido de cuidado com o outro. Mas, existiram outras que não visualizaram essa oportunidade como a única maneira de adquirirem sua independência intelectual e econômica. Não podemos negar que a partir do ingresso nas universidades: "as mulheres tiveram acesso às profissões liberais e consequentemente à independência econômica e a possibilidade de interferir no momento atual. A universidade foi mais importante do que a conquista do voto feminino"[4].

A Drª. Laura Amazonas mostrou que em uma época na qual a mulher era colocada de lado, foi possível quebrar paradigmas e estabelecer novos conceitos para atuar na sociedade. Assim, serviu de alicerce para algumas mulheres, tais como: Cezartina Régis de Amorim[5], Maria Rita Soares de Andrade[6], Quintina Diniz[7], Ítala Silva Oliveira[8] e outras que conseguiram dar um rumo diferente ao curso das suas histórias de vida. Sendo capazes de quebrar tabus e contribuirem para a história

4 Citação extraída do artigo intitulado: Maria Rita Soares de Andrade – Uma feminista convicta sempre cercada de amigos apud FREITAS, Anamaria G. Bueno de. *Educação, trabalho e ação política:* sergipanas no início do século XX. Campinas/Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2003.p.184 (Tese de Doutorado)

5 Nasceu em 1890 e faleceu e m 1980, primeira farmacêutica sergipana.

6 Nasceu em 1904. Foi primeira Juíza Federal do Brasil; professora, advogada e editora da Revista Renovação. Faleceu em 1998.

7 Nasceu em 1878 e faleceu em 1942, primeira Deputada Estadual de Sergipe, e professora da Escola Normal Rui Barbosa.

8 Nasceu em 1897 e faleceu em 1984, primeira Médica de Sergipe, professora particular de meninas e jovens, professora e secretária da Liga Sergipense contra o Analfabetismo, colaboradora dos jornais sergipanos e na Revista Feminina.

da sociedade sergipana ao atuar em espaços públicos, definidos socialmente como masculinos.

Em 1910, cinco anos após a conclusão de seu curso, retornou a Aracaju e, no mesmo período, implantou o seu Consultório Odontológico. O mesmo foi estruturado em parte de sua residência, situada no centro da cidade à Rua Itabaiana, nº 164, onde desenvolveria sua atividade profissional liberal até a década de 1950.

A residência da Dr.ª Laura é lembrada com muita emoção pelos seus contemporâneos, ao recordarem de momentos vividos naquele local. Enfatizam o belíssimo quintal ornamentado com vários tipos de flores, entre elas antúrios, avencas, orquídeas, rosas e o pomar com árvores frutíferas, como: limoeiro, goiabeira, figueira, sapotizeiro, mangueiras e um parreiral. Em meio à sua rotina diária estava o cuidado com as plantas, onde ela, "fazia questão de molhá-las, seria uma maneira de expressar a sua sensibilidade"[9]. Nessa mesma casa residiam com Laura Amazonas à sua irmã Maria Júlia Amazonas, conhecida como "Dona Santinha" e Maria Domítilia Santos, filha adotiva da cirurgiã – dentista.

Laura Amazonas optou pelo celibato, preferiu não se casar, assim não constituiu uma família, mas acreditava ser, a humanidade, sua própria família. Assim, segundo os relatos, era uma mulher feliz e acreditava:

> Que a sua família era tão grande que ela não poderia se dedicar a um grupo só de pessoas, então ela tinha como seus filhos as crianças que ela tanto amava, que tanto zelava e mais as pessoas pobres que batiam à sua porta e que ela tratava com respeito e dignidade, mas sem formar clientelismo. Ela era uma pessoa pragmática, era uma pessoa que tinha sensibilidade, mas não era prodiga. Portanto, ela sabia como administrar os seus bens em favor de quem realmente precisava[10].

[9] SANTANA, João Batista. Entrevista concedida a Rosemeire Siqueira de Santana em Itabaiana/SE em 02 de maio de 2010.

[10] SANTANA, João Batista. Entrevista concedida a Rosemeire Siqueira de Santana em Itabaiana/SE em 02 de maio de 2010.

A Drª. Laura Amazonas, embora tenha sido criada dentro dos princípios do Catolicismo Romano, em seu retorno a Aracaju se identificou com a Doutrina Espírita[11] e admitiu publicamente a sua nova condição religiosa, o que a levou a enfrentar preconceitos. Os seguidores do catolicismo não demonstravam simpatia pelos adeptos do espiritismo, o que acabou por ocasionar várias críticas e perseguições por parte dos católicos, além da contribuição para o esquecimento em torno das suas ações, que acabaram por não receber o destaque merecido.

> Provavelmente, o fato de ter dedicado a sua vida à difusão do espiritismo, nas primeiras décadas do século XX, período no qual esta religião ainda sofria muito preconceito, principalmente em Sergipe, que possuía uma sociedade conservadora e profundamente marcada pelo catolicismo, pode ter ocasionado um certo "silenciamento" em torno de sua trajetória[12].

Embora, mesmo com todas as críticas à sua opção religiosa, a Drª. Laura Amazonas participou e deu a sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade sergipana. Isso só foi possível, por meio do investimento realizado em prol da sua escolarização, o que lhe proporcionou a aquisição de saberes e práticas significativas. O capital cultural por ela obtido foi responsável por sua efetiva colaboração, em vários campos da sociedade sergipana no início do século XX em Sergipe.

---

[11] Os espíritas tomam como data de fundação o dia 31 de março de 1848- devido ao chamado fenômeno de Hydesville, ocorrido nos Estados Unidos. As notícias do ocorrido chegaram até a Europa e levaram as pesquisas de Allan Kardec. A Primeira Sessão Espírita no Brasil aconteceu na Bahia com a criação do "Grupo Familiar do Espiristismo". Maiores informações: www.ceismael.co.br/artigo/origens-espiristimo-brasil-htm.

[12] FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Vestígios da Drª. Laura Amazonas: Aspectos da condição feminina em Sergipe. In: *Cadernos UFS* – História da Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, vol.6, 2004, p.14-15.

2- AS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS ESPÍRITAS: O DESEJO DA DRª. LAURA AMAZONAS.

A Drª. Laura Amazonas desejava fundar uma escola dentro dos fundamentos da Doutrina Espírita. Embora, não tenha se graduado em magistério, mantinha uma preocupação voltada para a educação, de modo especial, para as crianças carentes. Para ela, a formação estaria atrelada a uma boa base moral e educacional, ambas seriam o alicerce para a formação do homem.

Dessa maneira, sempre se fez presente nas ações voltadas à educação idealizada pelos seguidores da doutrina espírita em nosso Estado, sendo visível a sua colaboração para a construção e edificação da "Escola Líveo Pereira"[13] que assumiria as obrigações de amparo à infância, além da escola de alfabetização: ambas seriam administradas, pelo Grupo Espírita Irmão Fêgo.

Assim, no ano de 1946, grande público da sociedade local, a família espírita e a Drª Laura Amazonas assistiram ao batimento da pedra fundamental para a construção da escola. "A obra mereceu especial carinho e ajuda da benfeitora dentista Laura Amazonas. Periodicamente, essa confrade, fazia chegar às mãos do Presidente da União Espírita de Sergipe, Sr. Milton de Oliveira, o silencioso cheque de honorários para que a obra não parasse"[14].

Por conta da efetiva colaboração da Drª. Laura Amazonas parte da escola foi entregue à sociedade sergipana durante o ano de 1948. Após, a sua aposentadoria "doou seu gabinete dentário, para a Escola Líveo Pereira do Grupo Espírita Irmão Fêgo e semanalmente sempre às segundas-feiras, ela ia dar assistência odontológica às crianças daquela escola, graciosamente"[15]; a sua preocupação estava exclusivamente para a infância desamparada.

---

13 Escola edificada e mantida pelo Grupo Espírita Irmão Fêgo, localizada no Bairro Siqueira Campos.

14 JESUS, Antônio Monteiro de. *Memórias*: Excertos do Movimento Espírita Pioneiro em Sergipe. 2ª ed. Sergipe, Editora Triunfo, 2006,p.115.

15 SANTANA, João Batista, entrevista concedida a Rosemeire Siqueira de Santana na cidade de Itabaiana/SE em 02 de maio de 2010.

> Às dez horas do dia 20 de abril de 1952, o Gabinete Odontológico Drª. Laura Amazonas, tal como de sua vontade, e, nos mesmos princípios de doação em favor do próximo, estava solenemente entregue à pobreza e a criança carente das Escolas mantidas pela Associação[16].

A cirurgiã – dentista demonstrava um carinho imenso pela infância, "ela era uma educadora nata, uma verdadeira pedagoga"[17] principalmente quando se referia à educação de crianças pobres, havia uma preocupação com o futuro das mesmas.

No ano de 1949, a ideologia dos integrantes da União Espírita Sergipana, era de fundar uma Escola Espírita, voltada às crianças desvalidas, com a finalidade de evangelizar[18], educar[19] e instruir[20]. A ideia começa a ganhar impulso, após doação do terreno de 650m² pela benemérita Drª Laura Amazonas. A edificação da "Casa do Pequenino" ao contrário da Escola Líveo Pereira, passou alguns anos para se consolidar, porém, a Drª Laura Amazonas sempre esteve à frente das campanhas de arrecadação monetária para a construção da nova instituição.

No início do ano de 1966 era inaugurada a Casa do Pequenino. Concretizava-se o que vinha sendo aguardando desde 1949, conforme pode ser verificado no termo de abertura do livro de matrícula. "Servirá este livro para o registro da matrícula dos alunos, da Escola "Amelie Boudet", sito a Rua Dom José Thomaz, 588 em Aracaju – Sergipe. Professora Regente da Escola Ana Maria Fontes, Diretora da Casa do Pequenino, Neide Mesquita"[21].

---

16 JESUS, Antônio Monteiro de. Memórias: Excertos do Movimento Espírita Pioneiro em Sergipe. 2ª ed. Sergipe, Editora Triunfo, 2006, p. 115.

17 SANTANA, João Batista. Entrevista concedida a Rosemeire Siqueira de Santana em Itabaiana/SE em 02 de maio de 2010.

18 Evangelizar- preconizar uma idéia ou doutrina FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1988.p. 281

19 Educar-transmitir conhecimentos. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Básico da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1988. p.234

20 Instruir-esclarecer e informar. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Básico da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1988. p.364

21 SANTANA, Rosemeire Siqueira de. *Casa do Pequenino*: fragmentos de sua história. Aracaju: Faculdade São Luís de França, 2009, p.11. Monografia (Graduação em Pedagogia)

Embora esta Instituição abrangesse o complexo "Escola Amelie Boudet e o Lar Meimei, apenas a escola entraria em funcionamento. No ano seguinte, foram implantados os serviços do Lar Meimei que serviriam de amparo à criança, em regime de internato. Para o encerramento da solenidade foi convidada a Drª. Laura Amazonas para cortar a fita simbólica da instituição. A partir daquele momento estava fundado o internato, completando assim o que foi pensado pelo grupo de seis amigos que idealizaram a construção da Casa do Pequenino, entre eles, estava a Drª. Laura Amazonas, que se empenhava cotidianamente, e não desanimou até ver o sonho tornar-se realidade.

2.1- DRª. LAURA AMAZONAS E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DE EVANGELIZAÇÃO ESPÍRITAS.

Apesar de não ter formação em magistério, a Drª Laura Amazonas sempre acreditou e apoiou a educação. Por esse motivo, empenhou-se pessoalmente em transmitir às crianças da instituição tudo o quanto fosse importante a uma boa formação educacional e moral.

As práticas pedagógicas desenvolvidas pela Drª Laura Amazonas nas Escolas de Evangelização "Lindolfo Campos e Laura Amazonas", consistiam na utilização de um livro, elaborado pela mesma, cujo título: "Uma Linda História – Bíblia – Isaías – C.7 – V.14" trazia uma narrativa sobre o nascimento de Jesus Cristo, além de "52 Lições do Catecismo Espírita" de Eliseu Rigonatti, composto por perguntas e respostas. A odontóloga fazia uso das obras de Monteiro Lobato e outros escritores, pois as aulas eram ministradas, a partir de histórias, leituras de poemas, utilização de gravuras e cartazes. Em suas aulas, os chamados "temas do mundo", além dos assuntos pertinentes à Doutrina Espírita eram trabalhados. Dessa forma, orientava-se para a vida, cidadania, moral e religião.

Sua preocupação não estava apenas na transmissão de conceitos religiosos para as crianças, mas também na questão da higiene e da disciplina, acreditava que o indivíduo para ser bem formado, era preciso

que a ele fossem transmitidos ensinamentos e regras, que lhe serviriam de suporte futuramente.

Dessa maneira, durante as aulas na Escola Evangélica Lindolfo Campos, era ensinado aos alunos o respeito, principalmente com a pontualidade e os cuidados com a higiene, uma criança para ser considerada normal, deveria ser saudável, e essa era uma preocupação não apenas de médicos, mas dos pais e educadores, assim a Drª. Laura Amazonas:

> [...] Orientava aos alunos que bebessem água em casa, e usassem o vaso sanitário em casa, para não usar fora de casa. Não era só na Escola Evangélica, na rua em lugar nenhum. [...] Nos ensinava a cuidar das unhas, da limpeza, enfim a higiene corporal. Ela tinha esse cuidado[22].

Outra forma, utilizada em seus ensinamentos era a de como conduzir a higiene no ambiente doméstico. Ela orientava da seguinte maneira, assim que as crianças chegavam à escola de evangelização, eram conduzidas para a realização da limpeza do local, no qual aconteceria a aula. "Nós chegávamos a Escola Evangélica, a primeira coisa que fazíamos era vasculhar o teto, passar o espanador nos bancos e o pano, e depois varrer. Tudo isso, fazíamos com a orientação dela"[23].

Quanto à disciplina, era bem utilizada. Tanto que para alguns alunos às vezes era difícil de compreender "como uma pessoa disciplinadora, poderia ser ao mesmo tempo bondosa, extremamente dinâmica e caridosa"[24]. A disciplina era de fundamental importância, e nas aulas de evangelização, aplicava como castigo, os "sermões" para aqueles que não tivessem memorizado as atividades passadas para casa. Assim, "deixava o desobediente separado das outras crian-

[22] SANTANA, João Batista. Entrevista concedida a Rosemeire Siqueira de Santana em Itabaiana/SE em 02 de maio de 2010.

[23] SANTANA, João Batista. Entrevista concedida a Rosemeire Siqueira de Santana em Itabaiana /SE em 02 de maio de 2010.

[24] RAMOS, Marilourdes, Entrevista concedida a Rosemeire Siqueira de Santana Aracaju/SE em 07 de julho de 2010.

ças e chamava a atenção: você precisa estudar!"[25]. Acreditava que era preciso ensinar, desde a infância, assim trabalhava essa prática da seguinte maneira:

> A postura no sentar, ela orientava como deveríamos nos sentar. [...] O horário era oito horas, oito horas à porta era fechada, oito horas e um minuto não adiantava bater na porta, porque não entrava. Então, tinha que aprender a disciplina, ela era uma mulher disciplinadora[26].

A Drª. Laura Amazonas via nas práticas educativas uma possibilidade de se levar àquelas crianças a futuras conquistas em espaços públicos da sociedade sergipana.

2.2- CONTRIBUIÇÃO À SOCIEDADE SERGIPANA

Durante o ano de 1929, em Aracaju, era criado o Diretório da União Universitária Feminina, tendo como objetivo, a proliferação do número de jovens estudantes no ensino superior, assim podendo favorecer o ingresso no mercado de trabalho. Estava à frente do Diretório a advogada Maria Rita Soares de Andrade, sendo auxiliada pelas doutoras Laura Amazonas, Heloísa Santos e Cezartina Régis.

O Diretório da União Universitária Feminina começou a realizar atividades que serviriam de atrativos, assim vislumbraram na realização de "chás", uma possibilidade para despertar o engajamento, que colaboraria para avanços na vida acadêmica e profissional. Dessa forma, um dos objetivos da referida diretoria era apoiar as estudantes e defender o direito das recém-formadas, contribuindo assim para o estímulo e desenvolvimento da intelectualidade da mulher brasileira.

---

[25] JESUS, José Monteiro de. Entrevista concedida a Iadry A. Lima e Flaviana M. Gomes em São Cristóvão/SE em 15 de abril de 2008.

[26] SANTANA, João Batista. Entrevista concedida a Rosemeire Siqueira de Santana em Itabaiana/SE em 02 de maio de 2010.

Durante muito tempo as mulheres buscaram o reconhecimento, pois acreditavam ser capazes de exercer profissões até então desempenhadas pelos homens. Assim, o acesso aos cursos superiores indicava o primeiro degrau da emancipação feminina e a colaboração em outras lutas, a exemplo da conquista do voto e da elegibilidade. A contribuição da Drª. Laura Amazonas pode ser sentida em diversos âmbitos, atuou em vários campos da sociedade sergipana, e sua presença foi registrada em várias instituições. Além dos trabalhos filantrópicos, nem sempre relacionados com a religião espírita, para a odontóloga o que importava era a ajuda ao próximo, independente do credo religioso. Por esse motivo, seguiu praticando o lema "fora da caridade não há salvação".

A filantropia, era uma atividade forte no seu dia-a-dia, por isso, teve uma participação ativa na sociedade. Podemos verificar registro de sua figura em vários momentos do início do século XX: esteve presente na construção e inauguração do Asilo Rio Branco, uma entidade sem fins lucrativos, implantado em 20 de outubro de 1918. A sua presença também, foi notória na Cruz Vermelha, "fundada em 26 de novembro de 1929, e contou com a participação, entre outras, de Cezartina Régis (farmacêutica) e Heloisa Santos (Cirurgiã-dentista)"; esteve presente como sócia benfeitora do Orfanato de São Cristóvão na cidade de mesmo nome. A instituição era administrada pelas Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Em novembro de 1950, participou da fundação da Federação Espírita de Sergipe, sendo eleita posteriormente para assumir a presidência da mesma, no período de 27 de março de 1954 a 06 de outubro do ano de 1956.

Embora seu trabalho estivesse marcado pela presença da Doutrina Espírita foi inegável sua contribuição, não só no campo da filantropia, mas da educação e saúde da infância pobre em Sergipe.

2.3-CASA DO PEQUENINO E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO LAR MEIMEI: A CONCRETIZAÇÃO DO SONHO DE LAURA.

Figura 02 - Alunos da Escola Amélie Boudet e do Lar Meimei no ano de 1968. Autoria desconhecida. Acervo particular: Rosemeire Siqueira de Santana.

A cultura escolar, nos leva a descobrir o que ocorre dentro dos muros de cada instituição educativa, quais práticas "são instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias"[27], como são vivenciadas e de que forma os alunos destas escolas se apropriam dos conceitos adquiridos, durante o período em que estiveram na instituição.

A Casa do Pequenino, assim como as demais Escolas Espíritas deveriam seguir o "Manual das Escolas Espíritas" que servia de orientação para a condução do funcionamento e das metodologias adotadas pelas instituições. Os seguidores da doutrina espírita acreditavam que educar era criar hábitos sadios, pela instrução, como as "experiências cognitivas que a escola proporciona e que se estendem à sociedade[28]". No entanto, não bastaria apenas ensinar ao educando os conceitos

[27] VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas Escolares*: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2003.p.34.

[28] VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas Escolares*: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2003.p.26.

formais de português, matemática, física e outras disciplinas, mas é preciso ensinar-lhes, o amor a Deus e o respeito aos outros. O espiritismo entende por educação o processo de aperfeiçoamento das faculdades do espírito. Para eles educar, em sentido lato, não é apenas instruir:

> A aprendizagem das letras, da matemática, das artes e ofícios e das ciências em geral não é mais importante do que a formação do caráter, do que a aquisição da bondade e do senso de justiça, do cultivo da verdade. A escola não apenas ocupar-se da primeira dimensão instrucional, entendendo deixar para os lares e religiões a segunda dimensão a do desenvolvimento do espírito humano[29].

É por meio da educação que as gerações se transformam e aperfeiçoam. Para uma nova sociedade é preciso homens novos, assim "a moral da escola, desprovida de sanção efetiva, sem ideal verdadeiro é estéril e incapaz de reformar a sociedade".

Dessa maneira, a Pedagogia Espírita, pauta-se na afirmação de que:

> Não somos apenas nós, os espíritas, que sentimos a necessidade de preparar as novas gerações para um mundo novo e melhor. A Pedagogia Moderna, a partir de Rousseau, e alcançando, em meados do século passado, o seu ponto culminante em Pestalozzi,mestre de Kardec, propõe-se precisamente essa tarefa. [...] representam esforços concretos e não apenas teóricos, no sentido de uma formação mais adequada do homem, para uma civilização mais humana[30].

Desta maneira, o funcionamento e metodologia das Escolas Espíritas, deveriam ser constituídas tendo como pauta o Manual das Escolas Espíritas, fazendo as adaptações de acordo com a realidade de cada

[29] Manual da Escola Espírita. 3 [editor] Sociedade de Divulgação Espírita. Auta de Souza. Brasília:Ed. Auta de Souza, 2007.p.162.

[30] Manual da Escola Espírita. 3 [editor] Sociedade de Divulgação Espírita. Auta de Souza. Brasília:Ed. Auta de Souza, 2007.p.167.

instituição, porém jamais deveriam deixar de repassar os ensinamentos do evangelho.

Assim, ao iniciar o ano letivo, o professor cuidaria da organização, preparação e ornamentação das salas de aula. Também confeccionaria os recursos didáticos, que seriam, por ele, utilizados. Diariamente as crianças contariam com quinze minutos, antes de iniciar as atividades, para a realização do culto do Evangelho. No pátio das escolas durante a formação das filas, com o intuito de harmonizar e alegrar o ambiente haveria cantos e recitação de versos. A utilização da agenda de reforma íntima, que serve de instrumento de estímulo ao progresso moral e espiritual, usada todos os dias facilitaria o processo de educação e assimilação de valores humanos e espirituais, promovendo mudanças reais no caráter do educando e do educador.

Estimular a participação das crianças de forma ativa no cumprimento da limpeza geral da sala que contempla lavar as cadeiras, o filtro da sala, varrer o chão, desocupar a lixeira, limpar o quadro e outras tarefas necessárias para a formação do espírito de cooperação e responsabilidade coletiva do ambiente. "A higiene física, a moral e a intelectual são, assim saúde para o corpo, caráter para a alma e inteligência para a sociedade"[31]. Dessa maneira, as Escolas Espíritas deixam para última escala a aplicação do conteúdo formal, pois acreditam que é preciso moldar a criança para depois repassar os conteúdos.

No entanto, embora o Manual das Escolas Espíritas, enfatize as rotinas da educação infantil e ensino fundamental, algumas dessas práticas foram vivenciadas dentro da "Casa do Pequenino", no espaço do Lar Meimei, que tinham por finalidade dar abrigo às crianças desamparadas, servindo de amparo à criança, desde a data da sua inauguração, quando os idealizadores, assinaram um novo compromisso, sem medir esforços para dar aos pequeninos do "Lar Meimei" esperança de um futuro edificante que seria germinado dentro daquela arquitetura.

Segundo o Regulamento da Casa do Pequenino, os alunos deveriam ser preparados para admissão ao curso primário, ginásio ou

[31] OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Leituras do sensível*: escritos femininos e sensibilidade médicas no Segundo Império. Campinas grande: EDUFCG, 2010, p. 32.

qualquer curso secundário nacional e ainda se propunha a: despertar na criança o sentimento de amor à pátria; fazê-la agir dentro do código de civismo, dando-lhe hábitos sadios, ordem, honestidade, cooperação e trabalho; e, acima, de todos esses princípios, o mais elevado, o mais sincero e consciente amor a Deus. E, esta era uma das práticas, realizadas dentro da estrutura do Lar Meimei.

A sua arquitetura era a de uma casa simples, composta de duas salas, dois quartos sendo um para as meninas e o outro para os meninos; quatro banheiros, cozinha, refeitório e pátio utilizados pelas crianças no momento das brincadeiras.

No primeiro ano de funcionamento, apenas sete crianças, viveram dentro do Lar Meimei. A maneira, como essas crianças chegaram à instituição, foi diversificada algumas foram retiradas das ruas, outras foram deixadas pelos seus responsáveis devido à falta de condição de criá-las e, ainda existiram aquelas que eram órfãs, e seus parentes não tinham como educá-las. Ao chegar ao Lar cada interno era informado sobre o local onde ele deveria guardar as suas roupas e era apresentado às demais crianças. Dentro do Lar Meimei, esses órfãos começaram a sonhar com um futuro diferenciado.

A rotina do Lar acontecia da seguinte maneira, as crianças eram acordadas às seis horas da manhã, formavam fila na porta do banheiro, a primeira atividade que deveria ser realizada no dia era a do cuidado com o corpo, que consistia no tomar banho, prática esta já apontada desde o século XIX como a mais indicada pelos princípios higienistas, como informou Iranilson Buriti, analisando o livro "A Alegria da casa," de Sarah Kalley. "As crianças deve-se lhes lavar a cabeça logo de manhã, livrando-as das más exalações dos fedores do corpo. O ritual do banho torna-se uma prática pedagógica higienizadora".[32]

Os métodos pedagógicos colocados em práticas no Lar Meimei, se voltavam para o cuidado com o corpo, o zelo pelas roupas, alimentação saudável e aulas de boas maneiras, a exemplo de como sentar à mesa e como usar os talheres. Além do amor a Deus, os internos não iniciavam

[32] OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Leituras do sensível*: escritos femininos e sensibilidade médicas no Segundo Império. Campinas grande: EDUFCG, 2010. p. 32.

as refeições e nem dormiam antes de fazer as orações. Às sete horas da manhã, as crianças deveriam estar à mesa para a primeira refeição do dia, porém antes era realizada uma oração, que na maioria das vezes eram conduzidas pelas internas mais velhas, ou pela preceptora do Lar Meimei. Após, as refeições todos deveriam retirar os pratos e talheres da mesa e levá-los para a cozinha.

A limpeza do espaço ficava sob a responsabilidade das internas mais velhas, enquanto que as mais novas apenas auxiliavam, pois desde cedo era preciso discipliná-las. Quantos aos meninos, auxiliavam nos serviços elétricos e hidráulicos, sendo orientados, geralmente, pelo vice diretor do Lar, o senhor José Mesquita Neto.

As outras refeições eram servidas nos seguintes horários: às nove horas da manhã lanche, ao meio dia o almoço, às quinze horas o lanche da tarde; às dezoito horas, o jantar; porém, antes de cada refeição as crianças deveriam fazer a higienização das mãos. Às vinte horas eram recolhidas aos quartos. A disciplina era primordial para se estabelecer a ordem e o respeito, e era adquirida através dos ensinamentos repassados, tanto pelos professores da Escola, quanto pela guardiã do Lar Meimei.

Os internos a partir do sete anos começavam a freqüentar a Escola Amélie Boudet, parte da Casa do Pequenino. Após a conclusão do curso primário eram encaminhados para cursarem o curso ginasial, na Escola Governador Lourival Baptista; já o ensino secundário no Colégio Atheneu Sergipense ou no Colégio Tobias Barreto. Porém, os meninos ao completarem dezoito anos, deveriam deixar as dependências do internato. Essa era uma das preocupações dos diretores, mas ao sair eles eram encaminhados para trabalharem no Banco do Estado de Sergipe, assim teriam suporte para iniciarem sua nova vida. As meninas por sua vez, saíam apenas quando casavam. Algumas das internas ficaram no Lar Meimei até a data em que o mesmo fora desativado.

Embora, as orações fossem realizadas diariamente dentro da estrutura do Lar, todos os domingos os internos tinham por obrigação irem a Escola de Evangelização Lindolfo Campos, situada à Rua Santa

Luzia, 164 – Centro. Eram conduzidos pela preceptora. Os internos consideravam o domingo como dia de festa, pois além das orações havia dramatizações e brincadeiras.

Uma vez ao mês os internos recebiam visitas de seus genitores ou parentes, porém a exigência dos diretores do Lar era a de que essas pessoas não levassem apenas lanche e brinquedo para as crianças de sua família, o que fosse entregue a uma criança deveria ser distribuído com as outros; era uma maneira de colocar em prática a solidariedade.

Assim, o Lar Meimei inaugurado em 1967 buscava por meio das suas práticas educativas, favorecer a criança desassistida para transformá-la em cidadã útil e capaz, para que a mesma pudesse fazer parte da sociedade em pé de igualdade com as demais. O sonho da Drª. Laura Amazonas tornou-se realidade e ela pode enfim realizar suas práticas no Complexo Educativo "Casa do Pequenino". Viveu de forma lúcida e faleceu na cidade de Aracaju, conforme o necrológio publicado na imprensa da época[33]:

> Faleceu[...] nas primeiras horas do dia de ontem, D. Laura Amazonas, senhora de grande mérito e de uma das famílias mais inteligentes do nosso Estado. D. Laura, em vida, foi uma espírita convicta e como tal, a extinta havia se dedicado de corpo e alma a todos os movimentos filantrópicos havidos na capital sergipana. Foi Dona Laura quando em vida, dentista, e por longos anos operosamente usou a sua força em servir a todos que dela necessitavam e quando as forças lhe faltaram, ela doou o seu gabinete à Fundação Lívio Pereira, no Bairro Siqueira Campos. Além de outros trabalhos que soube fazer no campo da filantropia, Dona Laura Amazonas foi uma das fundadoras da Federação Espírita Sergipana e sempre soube incentivar os jovens e aos que necessitavam com palavras que revelavam um grande conhecimento, com uma boa dosagem de humanismo.

[33] Necrológio da Drª. Laura Amazonas. Jornal "Gazeta de Sergipe" 1968, p.08

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das instituições espíritas no Estado de Sergipe se confunde com a trajetória da Drª. Laura Amazonas. Embora sem uma formação em magistério, A Drª. Laura Amazonas, ou simplesmente, Dona Laura se empenhou pessoalmente na criação do Complexo de Educação Espírita "Casa do Pequenino". Para ela, o importante era educar as crianças menos favorecidas. A sua presença também foi atuante e decisiva em vários momentos da vida social sergipana, lutando ao lado de suas contemporâneas por melhores condições para as mulheres. Iniciamos, nosso texto falando sobre o silenciamento existente em torno de sua figura. Provavelmente, o fato de sua escolha doutrinária tenha contribuído para isso. Portanto, mediante tantas realizações, sua ausência se torna cada vez mais presente. As práticas educativas implementadas por ela ainda têm muito a nos revelar, mas é preciso que se juntem os pedaços, que fiquemos atentos aos vestígios e aos rastros deixados para, assim, pouco a pouco, construirmos uma História da Educação Espírita em Sergipe, e, sobretudo do papel da Drª Laura Amazonas nesse percurso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1988.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Educação, trabalho e ação política:* sergipanas no início do século XX. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 2003. 279p. Tese (Doutorado em Educação).

_____. Vestígios da Drª. Laura Amazonas: Aspectos da condição feminina em Sergipe. In: *Cadernos UFS – História da Educação*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, vol. 6, pp. 7-18, 2004

JESUS, Antônio Monteiro de. *Memórias*: Excertos do Movimento Espiríta Pioneiro em Sergipe. 2 ed. Sergipe, Editora Triunfo, 2006.

MENEZES, C. Eufrazia. O espiritismo em Sergipe. In: *Revista do Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.* São Cristóvão – Sergipe, n.1. pp.159-174, 2000.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Leituras do sensível*: escritos femininos e sensibilidade médicas no Segundo Império. Campinas grande: EDUFCG, 2010

SANTANA, Rosemeire Siqueira de. *Casa do Pequenino*: fragmentos de sua história. Aracaju: Faculdade São Luís de França, 2009. pp. 1-20. Monografia (Graduação em Pedagogia).

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas Escolares*: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2003.

FONTES

Manual da Escola Espírita. 3 [editor] Sociedade de Divulgação Espírita. Auta de Souza. Brasília: Ed. Auta de Souza, 2007.

Necrológio da Dr[a]. Laura Amazonas. Jornal "Gazeta de Sergipe" 1968, p.08

Regulamento do Complexo Casa do Pequenino (1966)

FONTES ELETRÔNICAS

www.ceismael.co.br/artigo/origens-espiristimo-brasil-htm. acesso em 15 de março de 2012

ENTREVISTAS

JESUS, José Monteiro de. Entrevista concedida a Iadry A. Lima e Flaviana M. Gomes em 15 de abril de 2008.

SANTANA, João Batista. Entrevista concedida em 02 de maio 2010.

RAMOS, Marilourdes. Entrevista concedida em 06 de julho de 2010.

Artigo recebido em 27 de março de 2012.
Aprovado em 4 de maio de 2012

LIVRARIA REGINA: notas sobre a aventura do livro em Aracaju (1918-1976)*

Elissandra Silva Santos**

RESUMO
Este artigo objetiva levantar a história da Livraria Regina desde seus primórdios na primeira década do século XX até 1976, ano em que fecha sua porta. Percebendo o livro como fonte histórica, sob as lentes da História Cultural, pudemos entender que a presença marcante de livros sob a marca da Livraria Regina nas prateleiras de nossas bibliotecas era um indício para um outro olhar sobre o universo cultural de Aracaju. A partir dos livros buscamos os bastidores de sua produção e descobrimos o que havia por trás da marca Livraria Regina Ltda: uma história marcada por duas fases distintas: a primeira tendo à frente seu fundador Agripino Leite (1918-1939) que destacou a Regina como importante livraria; e a segunda fase tendo à frente José Apóstolo de Oliveira Neto (1940-1976), que transformou a Regina em ativa Gráfica-editora. Como resultado, resgatar a uma história da Livraria Regina vem contribuir para uma historiografia local do livro.

Palavras-chave: Livraria Regina; História de livros; história das livrarias

* Este artigo trata-se do resumo da minha Monografia de conclusão da Licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe, sob o título "Livraria Regina: notas sobre a aventura do livro em Aracaju (1918-1976)", orientada pelo Prof. Dr. Francisco José Alves. Quero aproveitar e registrar aqui meu agradecimento a dois professores que me enveredaram, mesmo sem intenção direta, no campo da pesquisa da História do Livro: à Profa. Dra. Terezinha Alves de Oliva e ao Prof. Dr. Itamar Freitas, meu muito obrigada!

** Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (NPGED/UFS), sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Nou Schneider e membro do "Grupo de Estudos e Pesquisas em Informática na Educação" (GEPIED/UFS/CNPq). Licenciada em História pela UFS vem pesquisando a história do livro em Sergipe desde 1996. E-mail: e_lissandra@yahoo.com.br

ABSTRACT:
This paper aims to raise the story of Regina Bookstore since its inception in the first decade of the twentieth century until 1976, the year he closes his door. Realizing the book as a historical source, under the lens of cultural history, we understand that the strong presence of books under the imprint of Regina Bookstore shelves of our libraries was a clue for another look at the cultural universe of Aracaju. From the books we look behind the scenes of their production and find out what was behind the brand Ltd Regina Bookstore: a history marked by two distinct phases: the first headed by its founder Agripino Milk (1918-1939) who stressed the Regina and major bookstore, and the second headed by Apostle José de Oliveira Neto (1940-1976), who became active in the Regina-Graphics editor. As a result, rescue a history of Regina Bookstore contributes to a local history book.

Keywords: Livraria Regina, history books, history of libraries

INTRODUÇÃO

Foi compreendendo o livro como fonte que pudemos visualizar a Livraria Regina como objeto de estudo. Se o leitor se dispuser a passear entre as estantes de nossas bibliotecas em busca de nossa produção livresca local e, com o olhar atento buscar não somente os títulos, mas também outras informações fará uma intrigante constatação: a grande quantidade de livros com o predomínio da marca Livraria Regina.

A Livraria Regina marcou o mercado livreiro em Aracaju por quase todo o século XX e isso nos impulsionou a resgatar sua história bem como analisar seu papel cultural para a sociedade aracajuana. Interessou-nos compreender como a Regina conseguiu destaque enquanto importante livraria e gráfica no Estado, com visibilidade também em outras capitais, tentando entender a causa do seu destaque e popularidade, chegando a ser um ponto de encontro dos intelectuais sergipanos por várias décadas.

Para entender o que foi a Livraria Regina tivemos que levantar fontes sobre a Casa e seus proprietários como também buscamos os testemunhos dos funcionários e de seus fiéis frequentadores. Nesta empreitada de resgatar a história da Livraria Regina, deparamo-nos com diversos problemas, principalmente no que diz respeito à falta de

algumas das fontes indicadas pela historiografia que norteia a história do livro. Assim, para a composição da história de uma livraria em Aracaju, optamos em eleger o livro impresso pela própria Livraria Regina enquanto registro dos discursos que traduzam sua imagem.[1]

Dentre as fontes utilizadas recorremos àquelas que nos informam sobre o cenário sociocultural em que a Livraria estava inserida. Partimos para os livros de memórias, biografias e crônicas. Consideramos estes tipos de fontes por terem nelas registrados o cotidiano, testemunhos espontâneos de uma época, seus costumes, ruas, lugares e pessoas. Assim, com essas fontes memorialistas foi possível nos familiarizarmos com as impressões de quem conviveu com a Livraria Regina. Da mesma forma nos ajudam as revistas, jornais e almanaques. Com estes podemos perceber como a Livraria se apresenta à sociedade, através da análise das propagandas – indicadores da opinião pública. Outras fontes que poderiam nos remeter à história da Regina seriam aquelas que tratam, especificamente, do seu funcionamento enquanto casa comercial. É o caso dos Livros de Registros, os livros contábeis, as notas fiscais e recibos. Apenas estes últimos foram encontrados – resguardados nos arquivos de outras casas com as quais a Livraria manteve negócio. Infelizmente, deparamo-nos com quase uma total falta de cuidado e interesse para com nosso passado cultural.[2] Assim, tivemos que dispor de outras fontes que nos remetessem às atividades da Livraria. Entendendo que, para conhecer nosso objeto, devemos também conhecer quem o produziu, rastreamos as fontes pessoais dos proprietários da Regina, através de jornais, inventários, depoimentos e também 02 (dois) balanços gerais da Livraria dos anos de 1926 e 1939, a partir dos inventários de morte de Regina do Prado Leite e Agripino Leite, respectivamente.

---

1 Enfatizamos que estamos tratando do livro em si enquanto fonte e não dos usos e práticas plurais de leituras a partir dele.

2 Devemos chamar a atenção para a falta do Livro de Registros da Regina. Com essa fonte seria possível listar toda a sua movimentação comercial e cultural. Saberíamos das suas atividades não somente como livraria, mas também como gráfica, do custo dos livros escolares bem como dos livros lá impressos, das encomendas, dos prazos, da tecnologia utilizada, enfim, no Livro de Registro encontraríamos a "alma" da Regina e seríamos capazes de compreender sua dinâmica.

Assim, resgatamos a história da Regina e diante do limite temporal (1918-1976), para melhor situar nossa análise, dividimos sua história em dois períodos: no primeiro capítulo tratamos da fase correspondente ao período do fundador Agripino Leite que compreendeu os anos de 1918 a 1939; no segundo, resgatamos a segunda fase da Livraria, correspondente ao segundo proprietário José Apóstolo de Oliveira Neto e que compreendeu os anos de 1940 a 1976 – ano em que a Regina fechou suas portas. Dessa forma, analisamos as transformações da Regina segundo o perfil de cada livreiro.

LIVRARIA REGINA E A FASE AGRIPINO LEITE (1918-1939)

A Firma A. Leite & Cia: os primórdios da Livraria Regina

Há um século, o negociante itabaianense Agripino Leite chega em Aracaju, em 1911, e funda a firma A. Leite & Cia[3], fazendo funcionar no ano seguinte, em 1912, o *Magazin Leite*.[4] Assim como a maioria dos comerciantes, ele não era proprietário do prédio onde funcionava a sua casa comercial. Segundo o Imposto Predial, de 1913, Agripino Leite residia noutra casa, também alugada, na rua de Japaratuba, n.º 21, hoje rua João Pessoa, em casa que pertencia a Antonio Xavier de Assis. Vale destacar que nesse endereço funcionou uma década antes a Livraria Brazileira[5].

Inicialmente, Agripino Leite não havia se interessado pelos livros. O *"Magasin Leite"*, situado na Avenida Barão do Rio Branco, 43, foi um armarinho que vendia de tudo desde estampilhas federais e zonofones, miudezas

[3] Deduzimos sua chegada neste ano porque até 1910 não encontramos nenhuma citação do nome Agripino Leite no Lançamento de Imposto Predial de Aracaju. Esse documento que é publicado anualmente no Jornal O Estado de Sergipe nos informa sobre o numero de casas em Aracaju, seus proprietários e a situação das mesmas - se alugadas, arrendadas, arruinadas, se ocupadas para comércio.

[4] Infelizmente, por não ter o jornal de 1912, condições físicas para seu manuseio, não pudemos averiguar a quem Agripino Leite alugara a casa onde fazia negócios. Mas o fato de sabermos que ele também alugara outra casa à rua de Japaratuba, indica-nos que a da Avenida Barão do Rio Branco não era sua. Cf. Jornal *O Estado de Sergipe* de 22 de dezembro de 1911. A primeira vez que o nome Agripino Leite aparece neste documento. Na falta de outras fontes para localizarmos Agripino Leite em Aracaju, esse Lançamento da Recebedoria do Estado foi de grande importância para confirmarmos a sua presença como comerciante.

[5] Cf. *Lançamento de Imposto Predial de Aracaju* publicado anualmente no Jornal O Estado de Sergipe.

e objetos de "perfumarias, bijuterias, artigos para presentes, cartões postais, seção completa de artigos para homens, senhoras e crianças"[6]. Apesar de ser comum vender livros, revistas e material de papelaria e escritório em bazares ou armarinhos, Agripino estava longe de unir o negócio de papelaria e livraria ao seu Magazin. Somente em 1918 é que vai surgir a mais importante livraria da história de Aracaju – a Livraria Regina.[7]

Em 1922, Agripino Leite, já com a Livraria Regina, ainda está negociando na casa da Avenida Rio Branco, ainda alugada e pertencente a Emerentina de Campos Daltro[8] mas não mais residia na Rua de Japaratuba, por já possuía casa própria na Rua de Estância, 286, entre Pacatuba e Itabaianinha.[9] A importância dessas informações liga-se ao fato que através delas podemos perceber a dinâmica do crescimento do patrimônio de Agripino Leite – gerado a partir do crescimento de seus negócios.

Somente em 1923, a Livraria Regina passa a se localizar na Rua de Japaratuba, 55, em prédio próprio, comprado ao também livreiro Nelson Vieira, então proprietário da Livraria Comercial. Tudo indica que Agripino Leite tenha comprado o espaço já com maquinário da tipografia.[10]

A MARCA DE AGRIPINO LEITE PARA A LIVRARIA REGINA

Em abril de 1905, Agripino Leite casara-se com a laranjeirense Regina do Prado Leite – a musa que inspirou o nome de uma das mais importantes livrarias da história de Aracaju.

---

6 Revista "A Onda", Aracaju, Ano I, n.º 01, julho de 1912. Revista Quinzenal de Literatura e Humorismo. [Propaganda] [s.p.]

7 Na falta de encontrar um documento oficial que nos informe a mudança do nome Magazin Leite para Livraria Regina, usamos os jornais para, através de suas propagandas, rastrearmos a marca Livraria Regina. Os jornais consultados foram: Correio do Aracaju, O Estado de Sergipe, Diário Oficial e A Opinião, todos no período entre 1902 e 1925. O ano de 1902 porque uma das propagandas da Livraria Regina, por erro tipográfico, informa sua fundação no ano de 1902. E o ano de 1923 porque é a primeira vez que aparece uma publicação da tipografia Regina.

8 Cf. Jornal *Diário Oficial*, março de 1922. Lançamento de Imposto Predial de Aracaju.

9 Cf. *Inventário de morte de Regina do Prado Leite*, falecida em 1926. Neste inventário consta o patrimônio da família, informando, dentre outras, o número de imóveis. Quanto aos imóveis, lista seus respectivos endereços. Arquivo Judiciário de Sergipe.

10 Cf. *Inventário de morte de Regina do Prado Leite*, falecida em 1926. Quanto aos imóveis, além de listar seus respectivos endereços também informa sobre os antigos proprietários. Arquivo Judiciário de Sergipe.

A Livraria Regina seguiu praticamente a mesma rota das livrarias *Brasileira* e *Comercial*: iniciando como papelaria e tipografia, passando em seguida a livraria. E, assim como seus proprietários, Agripino Leite iniciou seu interesse pelo comércio de livros como agente de revistas. Foi representante de várias revistas nacionais, dentre elas a Revista *"O Malho"*, a "*Fon-Fon" e* a *"Tico-Tico"*. Como representante de revistas, Agripino Leite agiu enquanto agente cultural, sendo um dos responsáveis pela circulação da informação na cidade. A forma de divulgação, geralmente era feita enviando um exemplar da revista para os escritórios dos jornais – através dos quais visavam a divulgação tanto do periódico quanto de si mesmo. Assim fazia Agripino Leite que conseguiu consolidar a imagem de "importante representante".[11] A venda das revistas também era feita nas ruas por jovens jornaleiros, pois encontramos dezenas de anúncios oferecendo emprego: Na Livraria Regina, de Agrippino Leite preciza-se de um pequeno de bom comportamento para vender revistas."[12]

Seguindo o exemplo dos colegas comerciantes, Agripino Leite passa a divulgar sistematicamente a nova casa comercial em jornais, revistas e almanaques. A partir daí passamos a ver várias propagandas do *Magasin Leite de Agrippino Leite*, oferecendo seus produtos, o que significa preocupação pela divulgação do negócio[13]. No final da década de 20, nas *Revistas de Sergipe* de 1928 e 1929, Agripino Leite lança um *Boletim Bibliográfico da Livraria Regina*, na coluna *Novidades Literárias* divulgando as Seções da Livraria e Tipografia da Regina. Foram sete números informando sobre as novidades que chegavam à Regina contendo resumos com indicação de leituras.[14]

Agripino Leite passa a figurar no círculo de comerciantes de Aracaju, mesmo só estando devidamente matriculado na Junta Comercial em 1922. Definir o ano em que Agripino Leite muda o nome de *Magazin Leite* para *Livraria Regina* ainda não é possível pela falta do documento

11 Cf. Jornal *Correio de Aracaju*, julho de 1919, p.02. Em nota do jornal o editor agradecia o número 875 da Revista "O Malho"

12 Idem

13 Em todos os sete números encontrados da Revista "A Onda" o Magazin Leite tinha um espaço de meia página para propaganda.

14 Cf. *Revista de Sergipe*, Anos I, números 1, 2, 3, 4 ,6 , 8, e 9.

oficial, ao qual não tive acesso. O que percebemos, através dos jornais, foi uma convivência entre os dois nomes-fantasia. Em 1918, no jornal *"A Opinião"*, encontramos duas notícias: uma fazendo propaganda do livro *"Em caminho da Guerra: resposta a Nuestra Guerra"* à venda na Livraria Regina e logo no número seguinte uma propaganda de uma tintura para os cabelos no *Magazin Leite*. Curioso foi encontrar, ainda em 1921, a referência ao *Magazin* no *Diário Oficial* informando sobre requerimentos e despachos do Governo dando conta de negócio feito com Agripino Leite na compra de material de expediente.[15] Esse era um dos caminhos que Agripino utilizava para garantir a venda em atacado de seus produtos. Aliás, era comum o Governo comprar seu material de expediente nas livrarias da capital.

Apesar de a Papelaria Comercial ser a que mais se destacava nas vendas ao Governo, em 1920, nas comemorações da Independência de Sergipe, a Livraria Regina de Agripino Leite conseguiu ser a responsável pela editoração de uma série de cartões postais temáticos com imagens de prédios oficiais de Aracaju, sendo o primeiro trabalho editorial de destaque feito pela então Typographia Regina.

Em 1932, Agripino Leite, juntamente com o filho Osmário do Prado Leite, abre uma sociedade por cotas, tendo ele direito a 70% e Osmário direito a 30%. Somente agora é que a livraria vai passar a existir juridicamente através de registro na Junta Comercial do Estado. Contudo, a marca "Livraria Regina" já circulava nos periódicos da capital. Em 1938, vê-se que a Livraria Regina fazia extensa compra de livros na área de *Literatura Infantil,* de escritores como Monteiro Lobato e Viriato Correia. Vendia em larga escala para a biblioteca do Colégio Jackson de Figueiredo, da qual Agrippino Leite era tido como sócio honorário pelas constantes contribuições ao Colégio, além do Correio do Colegial, periódico dos alunos, que era composto e impresso na tipografia da Regina.

Os únicos documentos primários sobre a Livraria Regina encontrados foram os inventários de morte de Regina do Prado Leite (1926) e

[15] Cf. *Diário Oficial de 1921*. Em 12/02/1921 uma resposta do Governo liberando pagamento da quantia de 421$300 pela compra ao Magazin Leite de material de expediente.

de Agripino Leite (1939), através dos quais pudemos ter acesso direto à Livraria. Mesmo faltando outras fontes, consideramos estes inventários possíveis radiografias da Livraria Regina, possibilitando-nos fazer um diagnóstico da sua situação enquanto casa comercial.

No inventário de Regina do Prado Leite, de 1926, encontramos o primeiro Balanço Geral da Livraria. Pudemos ver como se deu a sua movimentação comercial e que ela tinha entre seus credores algumas das principais livrarias brasileiras – como a Companhia Editora Nacional, a Melhoramentos e a Saraiva. Confirmamos também o que já havíamos deduzido através dos jornais. Nesse momento, Agripino Leite deu maior atenção à representação de revistas. Constam no balanço a *Revista Fon-Fon*, o *Anuário do Brasil*, o *Jornal das Moças*, a *Revista Feminina*, a *Revista de Língua Portuguesa*, a *Revisa A Casa*, *Mensageiro da Fé* e a *Revista A Careta*.[16] Comprovamos que a Livraria Regina de Agripino Leite não fugia à tendência nacional do comércio livreiro em fazer suas compras às grandes editoras de então: à Garnier de Baptiste Louis Garnier, à Companhia Editora Nacional de Monteiro Lobato, à José Olympio Editora de José Olympio, à Livraria Saraiva de Joaquim Inácio da Fonseca Saraiva, à gaúcha Editora Globo de José Bertaso e à vizinha soteropolitana Livraria Progresso Editora de Pinto de Aguiar.[17]

Outro levantamento do capital da firma *A. Leite & Cia* foi feito em 1939. Através dele identificamos, dentre outras informações, o valor estimado de mercado da tipografia e das mercadorias em estoque da livraria. Visualizamos claramente que a Livraria Regina era dividida em 03 (três) seções: Papelaria, Livraria e Tipografia sendo que o capital estimado da Seção de Papelaria era bem maior que o da Livraria e da tipografia.[18] Neste levantamento encontramos uma rica Papelaria bem sortida com produtos de boa qualidade, acompanhados com a preciosa informação de seus respectivos preços. Na lista da Seção Livraria,

16 Cf. *Inventário de morte de Regina do Prado Leite*, falecida em 1926. fls. 10 e 11.

17 Cf. Paixão, F. (1996). *Momentos do livro no Brasil.* Rio de Janeiro: Ática.; Torresini, E. R. (1999) *Editora Globo:* uma aventura editorial nos anos 30 e 40. São Paulo: Edusp: Com-Arte ; Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 118p. (Memória Editorial, Vol. 1); Rocha, Fernando (1996). *Progresso Editora*: tribuna e paixão de Pinto de Aguiar. Salvador: EDUFBA / EGBA.

18 Cf. *Inventário de morte de Agripino Leite*, falecido em 1939. fls. 12-16. Arquivo Judiciário de Sergipe.

percebemos como a Regina organizava em "Coleções" e "Estantes" os livros. Primeiramente, se os livros entraram no inventário indica que os mesmos foram comprados e não adquiridos por consignação. Agora chamamos a atenção para a quantidade de volumes. Segundo Robert Darnton[19], a quantidade de volumes encontrados numa livraria indica uma possibilidade de procura, mas nesse caso, como essa fonte não se trata de um livro contábil, constando entrada e saída de capital, não podemos afirmar nada em relação compra. Ao contrário, a existência em estoque indica baixa movimentação. Mesmo assim, arriscamos afirmar que a *Estante para Moças*, com 369 volumes indica sim alta procura, principalmente por sabermos que esse tipo de literatura era bastante procurada; explica também o por quê da diferença de cerca de 300% a mais na quantidade em relação a outros temas.

Agripino Leite vem a falecer em 09 de setembro de 1939, deixando um legado para Aracaju que ele não tinha ideia da força cultural que iria tomar. Após sua morte, seu filho e sócio Osmário do Prado Leite inclui na sociedade o funcionário José Apóstolo de Oliveira Neto que, como sócio-gerente, transforma a Livraria Regina naquela que muitos ainda lembram – uma grande gráfica-editora e um instigante ponto de encontro cultural.

LIVRARIA REGINA E A FASE JOSÉ APÓSTOLO (1940-1976)

Com José Apóstolo de Oliveira Neto, inicia-se uma nova fase para a Livraria Regina. Aos 20 anos, ele entra na Livraria Regina em 1936, como simples funcionário. Quando, em 1939, Agripino Leite morre, Osmário do Prado Leite o convida para dividir a sociedade, passando a ser sócio-gerente.[20]

---

19 Cf. DARNTON, R.(1992). *Edição e Sedição*: o universo da cultura clandestina no século XVIII; tradução Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras. 259p.

20 Cf. *Contrato Social da Firma*, de março de 1940. Arquivo da Junta Comercial de Sergipe – JUCESE. Somente em julho de 1969 é que José Apóstolo torna-se proprietário da Regina quando Osmário do Prado Leite retira-se da sociedade, somando-se agora seus filhos Carlos Henrique Celestino Oliveira e Ângela Maria Celestino Oliveira. Cf. *Aditivo de Cessão de Quotas da Livraria Regina*, de 08 d de julho de 1969. Arquivo da Junta Comercial de Sergipe – JUCESE.

Depois de alguns anos trabalhando no Serviço Nacional de Febre Amarela, como secretário-tesoureiro, José Apóstolo emprega-se na Livraria Regina e vai palmilhando a estrada de importante livreiro. Com o passar do tempo torna-se sócio e depois proprietário, em meio à simpatia e amizade de homens como o Gilberto Freire e Dom Avelar Brandão, arcebispo da Bahia, que vez por outra visitavam a estante da Regina.[21]

José Apóstolo foi um homem dinâmico que participou ativamente da vida cultural e comercial de Aracaju. Apaixonado por seu trabalho junto aos livros dedicou toda a sua vida à Livraria Regina até seu último suspiro em 1976.[22] Após a sua morte, a Livraria Regina fecha suas portas, deixando saudades naqueles que a viveram intensamente.

A MARCA DE JOSÉ APÓSTOLO PARA A LIVRARIA REGINA

Com José Apóstolo a Livraria Regina transformou-se. De importante livraria a Regina passou a ter maior investimento na sua seção gráfica. Ele começou a investir comprando as melhores máquinas objetivando atrair os escritores corajosos propensos a editarem suas próprias obras. Assim que assume a Livraria, em março de 1940, José Apóstolo começou com uma máquina impressora comum, mas logo em seguida compra uma impressora automática alemã – a MIEHLE V-50 – uma das mais modernas da época, fazendo impressões em relevo, pautação e capacidade para 5.000 (cinco mil) impressos por hora. [23]

José Alonso dos Santos, tipógrafo, trabalhou lá por 18 anos, desde 1941. Ele é testemunha fundamental porque esteve na Regina no período inicial da fase de José Apóstolo. Lá começou como impressor, foi compositor e paginador. Segundo ele, a maioria dos livros foi feitos por linotipos. Mas, quando ainda não tinha linotipo, era feito manualmente,

21 Cf. *Boletim da Editora Abril*, 1973 [s.p.]
22 Cf. *Certidão de Óbito*, 27 de abril de 1976. Livro C. n.º 21, fls. 121v, n.º248.
23 Cf. SANTOS, Alonso. Depoimento cedido em janeiro de 2001.

segundo ele um trabalho árduo que só fazia quem queria publicar a sabedoria de Sergipe. [24]

A Regina foi a pioneira em linotipo e em *off-set* na publicação local, resultado da dedicação de José Apóstolo que era um estudioso e um apaixonado pelas artes gráficas e que buscava está sempre atento às novidades do ramo. Com a nova máquina, a Regina passou a imprimir com uma qualidade até então não vista em Aracaju, atraindo para si os olhares daqueles que publicavam. Essa sua intenção acabou provocando o meio intelectual de Aracaju. O interesse em publicar aliou-se à busca pela melhor impressão, pelo melhor trabalho estético. Não bastava mais somente imprimir – sob qualquer formato ou com qualquer tipo. A Regina, através de José Apóstolo, trouxe para o campo editorial de Aracaju a sofisticação das composições tipográficas.[25]

Aliada à criação de um meio propício à produção literária – com a Academia Sergipana de Letras, e acadêmica – com o surgimento das faculdades de Direito e Filosofia, o fato de existir em Aracaju um espaço qualificado para a composição, impressão e publicação dessa produção escrita, corroborou para que surgisse certo diálogo intelectual, aliado ao movimento editorial na capital. Frisamos que a Livraria Regina impulsionou o movimento editorial, mas não afirmamos, contudo, que ela tenha sido uma Editora. Apesar da dedicação de José Apóstolo e seu extremo cuidado na editoração das publicações que passavam por suas oficinas tipográficas, a Livraria Regina não exerceu a atividade de editora, a exemplo de outras livrarias contemporâneas a ela como a Livraria do Globo, de Porto Alegre, ou a Livraria Progresso Editora de Salvador.[26]

José Apóstolo foi figura de extrema importância para entendermos a imagem de editora que foi construída para a Livraria Regina. Nas palavras de Mário Cabral, José Apóstolo "poderia ser considerado um

---

24 *Idem*.

25 *Ib idem*.

26 Cf. AMORIM, S. M. de. (1999). *Em busca de um tempo perdido:* edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo: Edusp: Com-Arte ; Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, 184p. (Memória Editorial, Vol.2; TORRESINI, E. R. (1999) Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40. São Paulo: Edusp: Com-Arte ; Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 118p. (Memória Editorial, Vol. 1. Autoras que fizeram parte de um projeto de resgate da memória editorial sulriograndense e Rocha, Fernando (1996). Progresso Editora: tribuna e paixão de Pinto de Aguiar. Salvador: EDUFBA/EGBA.

co-autor" das obras que passaram pela Gráfica da Regina. Ele participava ativamente da composição e até acompanhava a impressão. Explica o termo "co-autor" por sua dedicação e cuidado na composição da obra. Afirma que ele mesmo revisava as provas impressas antes mesmo de chegar às mãos de seus respectivos autores, propondo sugestões que melhorariam a apresentação técnica e estética do livro. Esse era o seu trabalho. Mário Cabral teve cinco livros impressos pela Regina. O livro *Roteiro de Aracaju* em suas duas edições, sendo que a capa da primeira edição de 1948 foi desenhada pelo próprio José Apóstolo. O próprio Mário Cabral afirma que não lembra de ter conhecido um livreiro com toda essa dedicação na capital.[27]

Esse comportamento diante do livro é movido por sua paixão pelas artes gráficas. Vários foram os depoimentos que relataram ser ele um estudioso da matéria tipográfica, buscando sempre inovar nesse campo. Gilson Figueiredo, amigo e colega comerciante, é um dos que destacam esse aspecto da personalidade de José Apóstolo afirmando ter sido ele, "o primeiro a testar a técnica de silk-screen" em Aracaju.[28]

Importante destacar que mesmo havendo inovações tecnológicas não houve transformação na relação de José Apóstolo com os autores no processo de editoração. Isso quer dizer que independente das modernizações, José Apóstolo continuou fazendo um acompanhamento personalizado a cada obra desde a escolha do original até soluções técnicas e estéticas.

De acordo com a classificação dada por Roger Chartier, a Livraria Regina vive no chamado "antigo regime tipográfico". Esse período é caracterizado pela estabilidade do processo de fabricação do livro no que se refere às estruturas e técnicas das oficinas tipográficas, dos problemas enfrentados bem como às relações do livreiro-editor. De acordo com a classificação de Chartier, a história do livro está dividida em 03 momentos segundo seus modos de edição: o primeiro, anterior à imprensa, constitui-se pelo ato de tornar público um texto, cujo manuscrito tenha sido verificado e autenticado pelo

[27] CABRAL, Mário. Depoimento cedido em março de 2004.
[28] FIGUEIREDO, Gilson. Depoimento cedido em março de 2002.

autor; o segundo, chamado de "antigo regime tipográfico", vai, na França, de 1470 até aos anos de 1830; o terceiro, daí até nossos dias, quando surge a edição como profissão autônoma e o editor no sentido moderno do termo. [29]

Segundo Aníbal Bragança, a realidade brasileira, pelas vicissitudes bem conhecidas de sua formação histórica, apresenta de forma concomitante, ou quase, as figuras do impressor-editor e do livreiro-editor, sendo que a emergência do editor pleno ou independente se dá de forma retardada.[30] José Apóstolo foi, por assim dizer – numa fusão das classificações propostas por Chartier de impressor-editor ou livreiro--editor: um livreiro-impressor. Como impressor, José Apóstolo está na oficina e tem como principal característica o domínio das técnicas da tipografia – da composição à impressão dos textos, o que lhe assegurava o exercício da função de mestre-impressor. Seria um impressor-editor se, além dos instrumentos e meios técnicos ele também conseguisse atrair sócios capitalistas ou investidores – como ocorre com Monteiro Lobato, José Olympio ou Pinto Aguiar, só para citar alguns.[31] Podemos afirmar que em Aracaju, a atividade editorial, nesse momento, não se encaixa aos objetivos do sistema capitalista. Ao contrário, o maior número de publicações editadas se dá por instituições culturais que imprimem livros, folhetos, impressos de ocasião, editais, diplomas e, quase sempre, periódicos, como é o caso da Revista de Aracaju que tem seu primeiro número publicado em 1943.

Como livreiro José Apóstolo atua na livraria. Seu olhar volta-se para o mercado consumidor – o leitor. Como livreiro ele sempre esteve atento às demandas e preferências de seu cliente, procurando manter, com estes, boas relações. É depoimento unânime daqueles que conviveram com "Seu Apóstolo" lembrá-lo como homem tranquilo, educa-

[29] Cf. CHARTIER, R. *Libros, lecturas y lectores em la Edad Moderna.* Versão espanhola de Mauro Armiño. Madrid: Alianza, 1994. p.13-40.

[30] Cf. BRAGANÇA, Aníbal (2002). *Uma Introdução à história editorial brasileira.* Centro de Estudo da Cultura (14), 2002. p.57-83.

[31] Cf. KOSHIYAMA, A. M. (1982). *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor.* São Paulo: T.A.Queiroz e Paixão, F. (1996). *Momentos do livro no Brasil.* Rio de Janeiro: Ática. Para perceber a diferença entre livreiros-editores e editores, simplesmente, como Monteiro Lobato, o primeiro a profissionalizar o campo no Brasil.

díssimo, de fino trato, sensível às artes e à cultura, além de inteligente e bem informado.[32]

José Apóstolo não pode ser considerado como editor porque a Livraria Regina não patrocinava edições de livros, além de não ter uma política editorial para estabelecer linhas de atuação. Como editor José Apóstolo deveria está pronto para decidir que perfil de livros deveria publicar, entretanto o que ocorre é que a Livraria Regina divulgava seus serviços gráficos oferecendo seus serviços de impressão para quaisquer tipos de obras e material. Mesmo não sendo editor, José Apóstolo tinha uma de suas principais características: boa formação intelectual – em geral movido por seus objetivos que foram, ao mesmo tempo, econômicos e culturais.[33]

No que se refere ao trabalho editorial, José Apóstolo incentivava a publicação das obras dos frequentadores da Regina. Ele mesmo se encarregava de todo o processo de edição, fazendo o que era possível não somente de acordo com as possibilidades gráficas da época, mas também de acordo com as condições financeiras do autor.

Enquanto livraria, eram vendidos livros de várias nacionalidades, principalmente os espanhóis, italianos, franceses além da bibliografia nacional, de todas as áreas do conhecimento, principalmente Direito, Administração, Contabilidade e os livros didáticos. A Livraria Regina era reconhecida pela riqueza de títulos de literatura que vendia. Era a única livraria de Aracaju que prestava intermediação para aquisição de livros de outras livrarias ou editoras de outras partes do Brasil. O atendimento era personalizado e, José Apóstolo, como livreiro nato, estava sempre atualizado e informado sobre publicações importantes, além de criar um ambiente atrativo para os intelectuais da Aracaju de então.

Já enquanto Papelaria, ela continua a oferecer os mesmos produtos vendendo material escolar, artigos de escritório, álbuns, livros em branco, livros de folhas soltas, material para desenho e pintura. Da mesma forma

[32] Gostaria de me reportar a todos os depoimentos, pois foi unânime essa informação sobre a personalidade de José Apóstolo. Foram entrevistados Mário Cabral, Santo Souza, Alberto Carvalho, José Silvério Leite Fontes. Os funcionários José Alonso dos Santos e Domingos Alves dos Anjos.

[33] SANTOS, Alonso. Entrevista cedida em janeiro de 2001.

que ocorria no período de Agripino Leite, a maioria das repartições de governo municipal e estadual e instituições culturais compravam material de expediente – depois de concorrências de licitações.[34] Dentre seus clientes, está o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGS, comprando livros e material para escritório como também imprimindo suas revistas. Em janeiro de 1946 foram impressas em suas gráficas 200 Revistas do Instituto por Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros). Cada revista saiu por Cr$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros), conforme Nota Fiscal 31586 de 28 de dezembro de 1945. No mês de maio de 1946, o IHGS compra novamente na Livraria Regina Cr$320,00 (trezentos e vinte cruzeiros) só de livros e no mês de novembro mais livros – no valor de Cr$305,00 (trezentos e cinco cruzeiros).

A LIVRARIA REGINA E SUA ATIVIDADE EDITORIAL

Levantando a bibliografia publicada pela Livraria Regina, listamos cerca de 270 livros impressos em suas oficinas[35] organizando um Catálogo dos Livros impressos pela Gráfica Regina. Este Catálogo nos apresenta um panorama parcial do movimento editorial da Livraria Regina entre as décadas de 1920 e 1970. Sendo ela a gráfica mais procurada, podemos mapear o que foi por ela produzido, segundo os autores e temas. Podemos visualizar com esse levantamento identificar quem publicou, com que frequência e, se possível, também identificar sob qual patrocínio.[36]

As décadas de 1920 e 1930 somam apenas 06 (seis) títulos, sendo destes 05 (cinco) para órgãos públicos: na década de 1920: um

[34] Cf. *Série Portaria n.º 13.* APA, Cx. Nº.02, Fundo Gabinete do Prefeito, Documentos de licitações expedidos pela Prefeitura de Aracaju. Como exemplo citamos a Portaria de nº 13, no qual o Prefeito de Aracaju resolve examinar tabelas de preços da Livraria Regina, Livraria Monteiro, Gráfica Editora e Papelaria Comercial.

[35] Esse levantamento foi feito nas principais bibliotecas públicas de Aracaju, a saber: Biblioteca Pública Epiphanio Dória, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Memorial de Sergipe, Pesquise e Biblioteca do SEPLANTEC. Também tive acesso às bibliotecas particulares do pesquisador Jackson da Silva Lima e das historiadoras Maria Nele dos Santos e Maria de Andrade Gonçalves.

[36] Cf. *Catálogo dos Livros Impressos pela Livraria Regina (1923-1973),* organizado por mim, constando o registro das capas dos livros elencados [inédito]. Na monografia não consta a digitalização das capas.

Relatório apresentado pelo Presidente da Associação aracajuana de beneficência· Simeão Teles de Menezes Sobral, publicado em 1923 e o Código de Posturas do Município de Aracaju de Hunald Santaflor Cardoso, publicado em 1927. Já na década de 1930 os outros 04 títulos: um Relatório apresentado pelo interventor municipal Camilo de Calasans, publicado em 1933; um Decreto-lei publicado em 1934; um Programa para o Ensino das Escolas Públicas e Particulares do Estado, publicado em 1938; e livreto sob o título "Traços da autobiografia do filósofo de Escada", publicado em 1939. Vale ressaltar que em todos encontramos a identificação *"Typographia Regina Ltda"*. Somente no ano de 1938 que encontramos a primeira referência *"Livraria Regina Ltda"*.

Na década de 1940 levantamos 56 livros. Alguns autores chegaram a publicar mais de um livro e, para a composição de todos, a gráfica da Regina foi escolhida. Como exemplo, citamos o médico Garcia Moreno e o sociólogo Felte Bezerra que publicaram 05 (cinco) livros; o bacharel Carvalho Neto e o professor José Cruz que publicaram 04 (quatro) livros; o historiador José Calazans que publicou 03 (três) livros; e o Governo do Estado que chegou a publicar 10 (dez) separatas de conteúdo oficial.[37]

Na década de 1950 a Livraria Regina quase dobra o número de livros impressos em relação à década anterior. Foram cerca de 80 (oitenta) livros, destacando-se entre os autores Mário Cabral, Hunald de Santa Flor Cardoso, Walter Cardoso, Alberto Carvalho, José Cruz, José Silvério Leite Fontes, José Augusto Garcez, Augusto Leite, Gonçalo Rollemberg Leite, Garcia Moreno, José Amado Nascimento e Josué Silva. Sendo que 1956 e 1958 foram os anos de maior atividade tipográfica, com 12 e 23 livros impressos, respectivamente. [38]

A década de 1960 foi o período que mais se intensificou a atividade editorial em Aracaju, tendo, só a Livraria Regina, impresso cerca de cem livros. Destacamos entre os autores, Hunald Alencar, Acrísio Torres, Joaquim Maurício Cardoso, Gilza Borges, Celso Carvalho, José

37 Cf. *Catálogo dos Livros Impressos pela Livraria Regina (1923-1973)*. (inédito)
38 *Idem*.

Cruz, Orlando Dantas, Carvalho Déda, Padre Luciano Duarte, Jacinto Figueiredo, Carmelita Fontes, Bonifácio Fortes, Emanuel Franco, Nunes Mendonça, Jorge de Oliveira Neto, Leyda Regis, Francisco Rosa, Santo Souza, Pires Wynne, dentre muitos outros. [39]

Nos anos de 1970 listamos cerca de 20 (vinte) títulos, destacando-se os autores José Olino, Jackson da Silva Lima, Aderbal Barbosa, Hunaldo Alencar, novamente José Cruz, Amaral Cavalcanti, José Aloísio de Campos, João Dantas de Martins Reis e Sebrão Sobrinho.

Quanto às mulheres que publicaram na Livraria Regina listamos 09 (nove). Percebemos que a publicação de livros por mulheres somente vai se intensificar a partir da década de 1960. Duas se destacam pela quantidade de trabalhos publicados: a professora Leyda Regis e a escritora Núbia Marques. Ambas publicam através da Livraria Regina Ltda, 03 (três) trabalhos. Dos 13 (treze) livros, 09 (nove) são de literatura. Quanto aos outros nomes temos: Gilza Borges, Josefina Leite Campos, Carmelita Pinto Fontes, Silvia Garcez, Neide Mesquita, Maria da Glória Monteiro e Giselda Moraes.

Praticamente a maioria dos livros publicados é editada (ou seja, paga) por seus próprios autores. Atendia, pois, aos autores que desejosos de publicarem seus discursos, palestras, e até relatórios com o intento de presentearem aos amigos, a exemplo do Prof. José Silvério Leite Fontes.[40] Suas publicações, todas pela Livraria Regina, foram com seus próprios recursos.

Cerca de 90 (noventa) escritores entre poetas, professores, bacharéis, médicos, geógrafos, artistas plásticos, sociólogos, jornalistas, historiadores, folcloristas, engenheiros, procuraram a Gráfica da Regina para publicarem seus trabalhos.

Quanto aos temas, destacamos os mais frequentes: livros de poesia, crônicas, biografias, discursos em geral, documentos oficiais. Por ser gráfica, a Regina imprimia de tudo. Não sendo editora, não se preocupava em ter uma linha editorial.

---

39 *Ib Idem*.

40 FONTES, José Silvério Leite. Depoimento cedido em janeiro de 2001.

O UNIVERSO IMPRESSO DA LIVRARIA REGINA: UM POSSÍVEL DISCURSO TIPOGRÁFICO?

Sobre a apresentação material dos livros impressos na Regina, devemos levar em consideração que a história do livro proporciona condições de visualizarmos as transformações de seus elementos materiais. Dessa forma, o livro pode ser analisado a partir de seu suporte, apoiando-se na ideia de que seus aspectos físicos são tão importantes quanto os conteúdos para uma compreensão do universo editorial sob o qual o livro fora produzido denunciando possíveis projetos objetivos pelo editor/impressor. Segundo Chartier, "os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis"[41] Assim, estudar os aspectos físicos dos livros é considerar que este carrega consigo um discurso e/ou objetivo no sentido de conquistar e/ou criar um público e até mesmo ordenar sua circulação.[42]

É nesse sentido, que buscamos estudar os elementos materiais dos livros impressos pela Livraria Regina. A evolução técnico-tipográfica da Gráfica Regina ajudou na construção de uma representatividade da Livraria Regina junto à sociedade aracajuana. Foi justamente sua qualidade tipográfica que levou o Movimento Cultural de Sergipe, fundado por José Augusto Garcez, publicar praticamente todos seus livros pela gráfica da Livraria Regina, como também a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS) e a Prefeitura de Aracaju ao editar a Revista de Aracaju.[43]

A escolha da Livraria Regina pela maioria dos escritores e instituições culturais e até órgãos públicos é justificada pela qualidade resultante de sua gráfica. Além de contar com o melhor maquinário,

---

41 Cf. CHARTIER, 1994, p.8

42 Cf. CHARTIER, R. (1995). *"Textos, impressão, leituras"*. In. Hunt, L. (1995). *A nova história cultural.* Tradução Jefferson Luís Camargo. São Paulo : Martins Fontes, p. 211-38.; Pécora, A. (1996). *"O Campo das Práticas da leitura, segundo Chartier:* uma introdução à edição brasileira" In. Chartier, R. (Org.). *Práticas da Leitura;* tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade. p. 9-17

43 SOUZA, Santo. Depoimento cedido em março de 2004.

contava com os melhores profissionais, constituindo-se, na melhor de Sergipe. Assim como também testemunham os escritores Mário Cabral[44], Santo Souza[45] e Alberto Carvalho.[46] Assim, é necessário frisar que foi através da figura de seu segundo proprietário José Apóstolo de Oliveira Neto, que a Regina construiu uma imagem de Gráfica-Editora. Enquanto homem apaixonado pelas artes tipográficas tratava de promover um tratamento acurado nos livros impressos em sua gráfica, cuidando de todo os detalhes do seu *layout* a ponto de a Regina imprimir uma imagem de Editora, quando na realidade fora somente uma gráfica. De um modo geral, o que ocorre é que as escolhas dos tipos, capas, formatos e até disposições dos parágrafos são feitas de forma deliberada a partir das intenções do editor, observando seus objetivos junto ao público. No caso da Livraria Regina, mesmo não sendo não uma Casa-Editora, e sim uma Gráfica, José Apóstolo faz o papel de editor ao definir todos os detalhes tipográficos dos livros impressos na Regina. O conceito de gráfica-editora aplicado aqui é singular no sentido de que a Regina, através de José Apóstolo de Oliveira Neto, também dispunha a edição como serviço ou cuidado a mais do livreiro. José Apóstolo fazia questão, segundo os depoimentos de autores e funcionários de acompanhar passo-a-passo as composições tipográficas dos livros; essa prática evidencia uma atitude de editor, apesar de não adquirir os direitos autorais dos livros e estes serem de responsabilidade exclusiva do seu autor.

Para compreender a linguagem visual dos livros impressos na Livraria Regina, procuramos, antes, empreender um mapeamento descritivo das publicações. As descrições informam sobre as capas, tipos e formatos buscando reconstituir uma história material do livro. As capas são marcas materiais históricas que denunciam a evolução tipográfica da Regina, bem como seu grau de acompanhamento às mudanças no campo tipográfico brasileiro. Não se ver em Sergipe a

44 CABRAL, Mário. Depoimento cedido em março de 2004.
45 SOUZA, Santo. Depoimento cedido em março de 2004.
46 CARVALHO, Alberto. Depoimento cedido em fevereiro de 2001.

produção de livros de luxo. Os primeiros formatos de capa que correspondem ao período de Agripino Leite informam sobre a atenção dispensada por este bem como sobre as condições técnicas da época. São capas simples de cor única representando *"as monótonas 'capas tipográficas'"*– padrão da época. [47] Nesse sentido, o único papel das capas neste período é apenas apresentar o livro e seu autor sem maiores pretensões de conquista de leitores.[48] Paradoxalmente, já encontramos nos livros impressos na Regina a marca LR, divulgando seus serviços tipográficos – o que indica preocupação comercial.

No segundo momento da Livraria Regina, com José Apóstolo, é que passa a se buscar profissionalização e maior qualificação dos serviços tipográficos. A partir dele a Regina passa a agregar valor à sua marca de melhor oficina gráfica do Estado, com o maquinário mais moderno, de maior rapidez e com menos erros. Tipograficamente, José Apóstolo seguia a linha das impressões das grandes editoras como a José Olympio Editora e a Companhia Editora Nacional. Por exemplo, as capas da década de 50 impressas na Regina mantiveram certo padrão: capas com linhas geométricas, duas cores, e uma estrela no centro. Os livros passaram a ter cores, ao contrário do período anterior. Quanto aos formatos não há uma predominância nos tamanhos: variam entre 18x14cm, 23,5x15,5cm e 13x18,5cm.

Mudanças aparentemente pequenas, como a mudança de formato do *in-quarto* para o *in-oitavo*, usam de ornamentos, enumeração de capítulos com algarismos romanos, índices sumários ou remissivos podem influenciar decisivamente tanto a legibilidade como a legitimidade da obra conferindo-lhe novas formas de leituras e até mesmo de representação. Uma nova legibilidade parte do novo formato, que torna ou não o livro menos denso com apresentação atrativa e até mesmo mais fácil de carregar ou

[47] Monteiro Lobato *apud* TOLEDO, Maria Rita de Almeida. (2001).*Coleção Atualidades Pedagógicas:* do projeto político ao projeto editorial (1931-1981) p. 36 [Tese de Doutoramento, PUC-SP].

[48] Cf. HALLEWELL, L.. (1995). *O livro no Brasil: sua história.* São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp. Em relação aos formatos, Hallewell considera que Lobato também teria inovador, importando, a partir de 1919, seu próprio papel. Assim, o formato francês (12x19cm), dominante desde meados do século XIX, teria sido substituído pelo formato 16,5x12cm em que, menor, possibilitava a diminuição do preço de capa.

mesmo pelo *layout* que pode caracterizar um livro como popular ou elitizado.[49]

Outro elemento visual analisado foi a logomarca *LR* da Regina. A marca *LR* da Livraria Regina mudou algumas vezes buscando atender sua função comercial e simbólica, acompanhando a necessidade do impressor assinar seus trabalhos com o objetivo comercial de os compradores reconhecerem a qualidade tecnológica da oficina em que os volumes são impressos. É dessa tradição que os livreiros passam também a possuírem placas identificadoras.

A "PORTA DA REGINA" COMO PONTO DE ENCONTRO

> "A porta da Regina é bem uma distração, um hábito ou mesmo um vício" [50]

Mário Cabral, um dos maiores escritores de Aracaju, é um dos que cantam em prosa a Livraria Regina. A sua obra é pontuada com lembranças de uma Aracaju que já não existe mais. Uma Aracaju da qual a Livraria Regina foi, de certa forma, responsável pela efervescência do seu cenário cultural. Em *Aracaju Bye Bye*, por exemplo, livro composto de contos e outros escritos, Cabral resgata a Aracaju em vários tons. A leitura de livros como este, faz-nos encontrar outra Aracaju, que pulsava culturalmente que não mais existe. Em suas memórias, o cronista nos informa sobre os cinemas, cafés, bares, saraus e, dentro desse circuito

[49] Cf. MARTINS, W. (1998). *A Palavra Escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.* São Paulo: Ática. O estudo das disposições tipográficas através de suas intervenções no texto para a construção do livro é de extrema importância para o entendimento da representação do livro, pois há uma fundamental distinção entre o trabalho de escrever e o de fazer o livro. Esses aspectos quando observados constroem o que chamamos de história editorial do livro, mapeando e tornando inteligíveis as formas de representação e recepção dos livros, pela qual as mudanças no formato impresso de um texto revelam as transformações de seu significado. Como é o caso do exemplo da *Bibliothèque Blue*, ou Biblioteca Azul, descoberta pelo historiador Robert Darnton em arquivo da Sociedade Tipográfica de Neuchatel. Cf. CHARTIER, R. (1995). *"Textos, impressão, leituras".* In. Hunt, L. (1995). *A nova história cultural.* Tradução Jefferson Luís Camargo. São Paulo : Martins Fontes, p. 222-3.

[50] FIGUEIREDO, Ariosvaldo. A Porta da Regina... Coluna Papel Carbono. *Gazeta de Sergipe*, n.º 273, em 10.06.1958.

cultural, a Livraria Regina com seu fiel grupo vespertino dos literatos que pensam e escrevem sobre a realidade local.[51]

Da mesma forma, em *Roteiro de Aracaju*, Cabral nos faz encontrar uma vez mais uma Aracaju que a Livraria Regina ajudou a transformar. Segundo o autor, a nossa Livraria Regina era uma espécie de José Olympio do Rio de Janeiro.[52] Mário Cabral não exagerava. Brito Broca também reconstitui o cenário cultural do Rio de Janeiro no inicio do século e vemos que eram formados grupos de encontros vespertinos às portas dos cafés e livrarias para as discussões políticas e literárias. [53]

A Livraria Regina também foi imortalizada em poesia. Em *Motivos de Aracaju*, Jacintho de Figueiredo registra com seus versos a prioridade que a Regina teve no comércio de livros em Aracaju.[54]

A mesa redonda da Regina era frequentada praticamente todos os dias por intelectuais como Bonifácio Fortes, Emanuel Franco, Silvério Fontes, José Augusto Garcez, Petrônio Gomes, Antonio Garcia, Garcia Moreno, Felte Bezerra, Mario Cabral, José Cruz, Orlando Dantas que chegavam por volta das 16 horas à porta da Regina compondo o *habituè* das tardes da Livraria Regina. Discutiam de política à piada, como também trocavam ideias sobre os livros locais, na mesa redonda, apesar de ser quadrada. [55]

> Nela se comenta geografia e cinema, se fala em crédito e automóveis, se discute política e direito, se xinga e se elogia, se julga vereadores e se condena deputados, se estuda Sergipe e se salva o Brasil, se critica coisas fúteis e se aplaude jovens de todos tipos, das mal-servidas pela natureza às mais recortadas que "tabuleiro" de xadrez...".[56]

---

51 Cf. CABRAL, Mário. *Aracaju Bye Bye,* s.d.t.

52 Cf. CABRAL, Mário. Roteiro de Aracaju: guia sentimental da cidade. Aracaju: Livraria Regina Ltda., 1948. p.272-3

53 BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. p. 33-45

54 FIGUEIREDO, Jacintho. *Livraria Regina.* In. *Motivos de Aracaju.* 3.ed. Aracaju: J. Andrade., [s.d.].

55 ANJOS, Domingos Alves. Depoimento cedido em janeiro de 2001. Segundo Domingos Alves Anjos, pela manhã a porta da Regina era dos alunos da Faculdade de Direito, que chegavam por volta das 11 horas.

56 FIGUEIREDO, Ariosvaldo. (1958). *op Cit*

A porta da Regina era um convite para entrar. Ia ver as novidades dos livros que chegavam bem como ver os amigos. Era um ponto de encontro dos estudiosos em geral de Aracaju. Todos bem recebidos por José Apóstolo que os animava e contribuía para a divulgação dos livros lá publicados.[57]

Não podemos esquecer os concorridos lançamentos de livros que atraíam literatos e familiares, transformando a ocasião num verdadeiro acontecimento. A Regina ficava pequena nestes dias de autógrafo em que o livro e seu autor eram festejados. Entre estantes e outros livros nacionalmente reconhecidos, autores sergipanos publicavam suas pesquisas, poesias, romances, crônicas, ensaios, biografias, discursos e até relatórios tornando possível o protagonismo local na atividade editorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos o livro enquanto objeto traz relevantes perspectivas para perceber o meio cultural em que estamos inseridos levando-nos a reconhecê-lo como fonte importante para a história cultural.

Foi nesse ínterim que buscamos regatar a Livraria Regina – atuante não somente como importante Livraria, mas também como Gráfica e até ponto de encontro cultural, marcando a história cultural de Aracaju e, certamente, de Sergipe. Aqui o livro como fonte é considerado sob a perspectiva de resgatar as características e dinâmicas das atividades da Regina como casa de comércio e editoração de livros. Relutamos para aplicar o termo "atividade editorial" quando tratamos da Livraria Regina por ela não ter se constituído como Editora, mas o aplicamos devidamente se consideramos a importante contribuição de José Apóstolo no campo da editoração através de sua "Livraria Regina Gráfica-editora".

Quando Agripino Leite abriu a então tímida *Livraria e Papelaria Regina*, certamente não imaginara que José Apóstolo de Oliveira Neto tornaria a marca Regina num dos signos de nossa vida cultural aracajua-

[57] FONTES, José Silvério Leite. Depoimento cedido em janeiro de 2001

na. A pequena papelaria e oficina tipográfica com o tempo tornaram-se a mais frequentada livraria da cidade, como também a melhor Gráfica do Estado. Tornou-se também num lugar de cultura – um ponto de encontro vespertino "obrigatório" dos nossos intelectuais de então que a frequentaram por cerca de 30 anos. A porta da Regina ficou na memória de muitos, inclusive daqueles que só a conheciam de passagem.

A Livraria Regina contribuiu para o crescimento cultural de Aracaju e marcou a memória daqueles aqueles que a conheceram e a viveram. Ela está registrada nas estantes das várias bibliotecas através das centenas de publicações impressas por seu maquinário. Seus livros são indícios que nos levaram a conhecer um pouco do que havia por trás da capa e dos linotipos – todo um universo que sem ele não há livros: a oficina tipográfica, o tipógrafo, a livraria e o livreiro.

É a Livraria Regina, por assim dizer, um dos caminhos possíveis dentro do campo da história do livro – óculo para um novo olhar e outro entendimento da história cultural de Aracaju.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Sônia. M. de. *Em busca de um tempo perdido:* edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo: Edusp: Com-Arte ; Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, 184p. (Memória Editorial, Vol. 2), 1999.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900.* 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960, p. 33-45

BRAGANÇA, Aníbal. *Uma Introdução à história editorial brasileira.* Centro de Estudo da Cultura (14), p.57-83. Resultado parcial da pesquisa sobre Francisco Alves, realizada com bolsa do Ministério da Educação (PICD/CAPES), 2002.

CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*: guia sentimental da cidade. Aracaju: Livraria Regina Ltda., 1948.

_____. *Aracaju Bye Bye,* s.d.t.

CHARTIER, Roger. & Roche, Daniel. *"O Livro: uma mudança de perspectiva"*. In. Le Goff, J. & Nora, P. *História:* novos objetos; tradução Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 99-115

CHARTIER. Roger. *Libros, lecturas y lectores em la Edad Moderna.* Versão espanhola de Mauro Armiño. Madrid: Alianza, 1994, p.13-40.

_____. (Org.). *"Do livro à leitura"*. In. Chartier, R. (Org.). (1996). *Práticas da Leitura*; tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p.77-105

_____. *Textos, impressão, leituras"*. In. Hunt, L. (1995). *A nova história cultural.* Tradução Jefferson Luís Camargo. Sao Paulo : Martins Fontes, 1995, p. 211-38.

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução:* o submundo das letras no Antigo Regime; tradução Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 271p.

_____. *Edição e Sedição:* o universo da cultura clandestina no século XVIII; tradução Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 259p.

_____. *O beijo de Lamourette:* mídia, cultura e revolução; tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 330p

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. A Porta da Regina... Coluna Papel Carbono. *Gazeta de Sergipe*, n.º 273, em 10.06.1958

FIGUEIREDO, Jacintho. "Livraria Regina" In.: *Motivos de Aracaju.* 3.ed. Aracaju: J. Andrade., [s.d.].

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil:* sua história. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp 1995.

KOSHIYAMA, A. M. *Monteiro Lobato:* intelectual, empresário, editor. São Paulo: T.A.Queiroz, 1982.

MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita:* história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 1998.

PAIXÃO, Fernando. *Momentos do livro no Brasil.* Rio de Janeiro: Ática, 1996.

ROCHA, Fernando. *Progresso Editora:* tribuna e paixão de Pinto de Aguiar. Salvador: EDUFBA / EGBA, 1996.

TOLEDO, M. R. de A. *Coleção Atualidades Pedagógicas:* do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). 2001 p. 36 [Tese de Doutoramento, PUC-SP].

TORRESINI, Elizabeth. Rochadel. *Editora Globo:* uma aventura editorial nos anos 30 e 40. São Paulo: Edusp: Com-Arte ; Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1999, 118p. (Memória Editorial, Vol. 1)

Artigo recebido em 05 de abril de 2012.

Aprovado em 21 de maio de 2012

A PARTICIPAÇÃO DO MILITAR AUGUSTO MAYNARD GOMES NA REVOLUÇÃO DE 1930 EM MINAS GERAIS

Adailton dos Santos Andrade*

RESUMO

Juiz de Fora durante quatro dias foi palco de fortes batalhas na região de Dias Tavares, Remonta, Benfica, Mariano Procópio e Tapera. A população civil demonstrou fortes sentimentos de civismo e apoio a causa revolucionária. O presente trabalho tem como aporte a revisão de literatura sobre o assunto e jornais tanto de Aracaju, como também de Juiz de Fora. Objetiva-se examinar a trajetória e a atuação de Augusto Maynard Gomes como um papel decisivo na conquista revolucionária. Maynard foi um bravo militar que as vésperas da Revolução de 1930, fugiu da prisão do Rio de janeiro com alguns companheiros se dirigiu para Belo Horizonte e ao lado de outros revolucionários, recebeu as últimas ordens para em seguida ir a Juiz de Fora a fim de cumprir sua missão fazer com quer a população lutasse ao lado da revolta.

Palavras-chave: Revolução de 1930, Participação Popular, Luta e Resistência.

ABSTRACT

Juiz de Fora during 4° four days was the scene of heavy battles in the region of days Tavares, dating back, Benfica, Mariano Procópio and Tapera. The civilian population has shown strong feelings of civility and support the revolutionary cause, contemporary newspapers report the most ardent demonstrations of the population. This work has as theoretical contribution to the review of the literature on the subject and newspapers both of Aracaju, as also of Juiz de Fora. In this way, aims to examine the trajectory and the work of Augusto Maynard Gomes as a decisive role in revolutionary conquest. Maynard was a brave military that the eve of the revolution of 1930, escaped from prison in Rio de janeiro, sourdough with some moved to Belo Horizonte and alongside other revolutionaries, received the latest orders to then go to Juiz de Fora order to fulfill its mision to make the people want to fight alongside the revolt.

Keywords: 1930 Revolution, Popular Participation, Struggle and Resistance.

* Licenciado em História, pós-graduado em Ensino Superior em História. Pós Graduado em Sociedade e Cultura Sergipana. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Membro na qualidade de pesquisador dos Grupos de Estudo e Pesquisa da UFS: Grupo de estudos e Pesquisas em História das Mulheres (UFS/CNPq). GEPHIM. Grupo de Estudos e Pesquisa em Memória e Patrimônio Sergipano (UFS/CNPq). GEMPS. Adailton.andrade@bol.com.br

1. INTRODUÇÃO

A Revolução de 1930 teve início em 1929, quando lideranças do estado de São Paulo romperam a aliança com os mineiros representada pela política do café com leite, e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas.

A estabilidade da República Velha, conhecida como República do Café com Leite, ficou seriamente abalada quando Washington Luís, ao contrário do que se esperava, insistiu na candidatura de um paulista, e não de um mineiro, à sua sucessão. O indicado era o governador de São Paulo, na época, Júlio Prestes. Esse fato levou tanto gaúchos, quanto mineiros a buscarem outra opção para as eleições. Durante o ano de 1929, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas. Estava formada a Aliança Liberal.

Em sua obra, Fausto (2003) descreve que o programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção do produto nacional em geral e não apenas o café.

Oliveira (1994) cita que Juiz de Fora possuía igualmente, estratégica posição geográfica entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte, favorecendo o trânsito de pessoas, reuniões e acordos entre políticos. Era o centro econômico de grande importância no Estado e sua força política foi decisiva em muitos momentos históricos

Távora (1975) comenta que as articulações sobre os planos da revolta de 1930 já era discutida na ilha de Trindade em tom de descontração e que ao chegar na ilha encontrou Augusto Maynard já acampado em barracas junto com os companheiros sergipanos João Soarino de Melo e Manuel Messias de Mendonça, todos envolvidos na revolta do 28ºBC de Aracaju em março de 1926 quando transitava pelo nordeste a Coluna Miguel Costa e Prestes.

Segundo Dantas (1999) inserido nas articulações conspiratórias, ás vésperas da Revolução, Maynard fugiu de sua prisão do Rio de Janeiro,

camuflado de garimpeiro e com alguns companheiros se dirigiu para Belo Horizonte. Na capital mineira, ao lado de outros revolucionários, recebe as últimas incumbências, indo em seguida para Juiz de Fora a fim de cumprir sua missão.

Ao fazer uma revisão de literatura sobre a revolução de 1930, com um recorte espacial em Juiz de Fora, se observa que o militar Augusto Maynard Gomes participou do recrutamento da população civil para pegar em armas e se juntar aos revoltosos. Após a revolução, Getúlio Vargas o colocou no Governo provisório de Sergipe (1930 a 1934).

Neste Trabalho utiliza-se como aporte a leitura de biografias, livro de memórias e jornais tanto de Aracaju, quanto de Juiz de Fora a exemplo de O LYNCE da Empresa Gráfica Jesus de Oliveira que teve sua circulação semanal nas décadas de 1910-1960 sendo consultados as edições de novembro de 1930 onde aconteceram os combates da Revolução.

2. O MOVIMENTO MILITAR EM JUIZ DE FORA

Sobre o conflito em Benfica, a população local aderiu aos revolucionários e os soldados lutaram durante dias nas proximidades da estação ferroviária e nas regiões de Dias Tavares e Remonta. O Correio da Manhã na edição de 28 de outubro de 1930 definiu assim o conflito: "Benfica, Verdun da Mantiqueira, resistiu até a hora da vitória aos ataques das tropas legalistas". Verdun é uma cidade da França e, na Primeira Guerra Mundial, foi a última resistência contra os alemães.[1]

Oliveira (1966) cita que Maynard encontrou a cidade de Juiz de Fora tomada pela polícia militar ao comando do Major Vila Bela que deixou a cidade paralisada aumentando o patrulhamento com cavalaria e infantaria, convocando reservistas a se apresentarem, ordenando o toque de

1 Ver em Disponível: OLIVEIRA, Paulino de. História de Juiz de Fora.

recolher às 21 horas para as casas de diversão, efetuando várias prisões, fechando os estabelecimentos de ensino e paralisando algumas fábricas.

Na medida em que os combates iam acontecendo, as baixas aumentavam em ambos os lados e a força pública mineira, atual polícia militar, tomava medidas para conter o avanço das forças federais. Alguns pelotões, comandados por Augusto Maynard Gomes se depararam com comunicações telefônicas cortadas, proibições de reuniões ou aglomerações em vias públicas e linhas de trem interrompidas. Ninguém entrava e nem saía da cidade.

Segundo Moraes (1990) a luta em Minas se dividiu em duas fases: uma enquanto durou a resistência do 12º R.I e a outra em que se combateram as diversas unidades aquarteladas no Estado. Conforme o mesmo autor, entre as diversas unidades, a que ofereceu maior resistência foi o 10º RI de Juiz de Fora que foi combatido arduamente só sendo dominado a 23 de outubro. Neste combate Maynard se destacou no campo de batalha, como vencedor foi chamado em Sergipe de herói.

Em Juiz de Fora, Maynard Gomes se apresenta como uma das peças principais nos planos de Vargas para vencer a resistência do 10º RI de Juiz de Fora sendo sua principal missão convocar a população a se envolver com o movimento.

3. CONTEXTO HISTÓRICO

Um dos principais motivos da revolução de 1930 foi o rompimento das lideranças do Estado de São Paulo com os mineiros representantes da política do café-com-leite, com a indicação do paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas.

Segundo Fonseca (1999) a Revolução de 30, não obstante, foi nacional não apenas em suas propostas e consequências.

Tanto a articulação da chapa Vargas/João Pessoa, a Aliança Liberal, como do levante armado para derrubar o governo de Washington

Luís partiu dos Estados descontentes, inicialmente Rio Grande do Sul e Paraíba, mas logo dividiu Minas Gerais e encontrou adeptos até em São Paulo, no Partido Democrático e nas populações urbanas que, segundo relatos, saudavam com entusiasmo os aliancistas quando da campanha eleitoral. Por fim, o apoio do Exército, instituição marcadamente de caráter nacional, foi fundamental para a vitória da "revolução", mas os militares pouco participaram do começo das articulações, quando da formação da Aliança Liberal, então sob a liderança de políticos civis.

Em Minas Gerais, a revolução teve início no mesmo dia que em Porto Alegre. O movimento teve o apoio do presidente do Estado, Olegário Maciel, que no dia 3 de outubro fez publicar em "O Minas Gerais" (órgão oficial do governo mineiro) um manifesto conclamando o povo a apoiar os revolucionários. O comandante militar da revolução em Minas era o tenente-coronel Aristarco Pessoa, irmão de João Pessoa, em cujo estado-maior se incluía Leopoldo Néri da Fonseca e Cordeiro de Farias.

No interior do Estado os obstáculos à vitória da insurreição foram maiores, ao menos em algumas cidades. Na luta travada em Três Corações morreu Djalma Dutra, veterano dos levantes tenentistas da década anterior e elemento destacado da Coluna Prestes. Em Ouro Preto a resistência foi facilmente vencida, mas em São João Del Rei houve combates até o dia 15 de outubro, e em Juiz de Fora até o dia 23. De Minas Gerais partiu ainda uma coluna revolucionária que ocupou Vitória, a capital do Espírito Santo, no dia 19 de outubro.

Minas Gerais dos anos de 1930 exercia uma condição Política bastante atraente. Diversos grupos políticos de todo o país disputavam seu eleitorado, o Estado continha o maior colégio eleitoral do país e Juiz de Fora possuía políticos influentes, o município está geograficamente bem localizado, entre Rio de Janeiro, naquele tempo capital do país, e, Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, por este fato facilitava os encontros políticos. Antônio Carlos, político articulador e envolvente, possuía bases políticas na cidade e fez dela palco de grandes decisões políticas.

Matos (2010) descreve que a população do município estava preocupada com os anúncios em jornais que circulavam pela cidade

dizendo que o batalhão da 4º região estava pronto para bombardear a cidade em caso de manifestações políticas e alteração da ordem. O boato circulou tanto que o então comandante da 4º região Azevedo Costa concedeu uma entrevista esclarecendo as informações estampadas em jornais e explicou que a vinda dos aeroplanos para cidade, nada seria além de um plano antigo e, portanto o as informações não condiziam com a realidade. Declaração que o pouco contribuiu com que a população deixasse de pensar na possibilidade e intelectuais pediam que a população se acalmasse.

Matos (2010) relata que as manchetes de alguns jornais em especial o jornal O Lynce durante todo o mês de novembro estampava em suas páginas relatos sobre os combates e trazia alguns apelos da Força Pública Mineira discurso inflamável que algumas medidas iriam ser tomadas em relação a população civil, quem não se apresentasse ao serviço militar era considerado como desertor. Por outro lado o militar Maynard também usava de seus artifícios para convencer a população a ingressar na luta pela revolução esse foi seu maior papel, como anônimo da revolução, mas muito conhecido e lembrando pelos conterrâneos por seus atos de bravura e heroísmo em favor de um Brasil mais justo[2].

Em Minas Gerais, declarações obscuras em atas secretas circulavam em meio a uma explicita insatisfação com o resultado das eleições presidenciais. No palácio da liberdade coordenava-se um grande plano revolucionário capaz de inundar o país. Antônio Carlos estava disposto a fazer a revolução custe o que custar, declaração que chamou a atenção do comandante da 4º região e na edição do jornal "Diário Mercantil" do dia 28 de junho relata a consequente retaliação que começara a acontecer na cidade. Foram reforçados os patrulhamentos aumentando sua abrangência em quilômetros chegando até os bairros e estradas de rodagem, abordando civis, fazendo revistas fato que foi questionado pelo segundo delegado auxiliar do 2º batalhão da polícia Menelick de Carvalho que envia uma carta ao comandante da 4º região militar Azevedo Costa pedindo explicações sobre a atuação do exército.

[2] Disponível: Jornal O Lynce edição do dia 01/11/1930 - edição do dia 15/11/1930.

O chefe militar da revolução em Minas Gerais foi o tenente-coronel Aristarco Pessoa, irmão de João Pessoa, apoiado por Leopoldo Néri da Fonseca, Augusto Maynard e Cordeiro de Farias, integrantes do estado-maior. Na luta travada em torno da cidade de Três Corações, tombou Djalma Dutra, veterano da Revolução de 1924, que transferira sua base de operações de São Paulo para Minas Gerais, após a morte de Siqueira Campos.

Desta forma, em 1º de março de 1930 houve eleições para presidente da República que deram a vitória ao candidato governista Júlio Prestes, que não tomou posse em virtude do movimento armado desencadeado a 3 de outubro de 1930, e foi exilado. Getúlio Vargas assumiu a chefia do "governo provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha.

A crise da República Velha havia se agravado ao longo da década de 1920, perdendo visibilidade com a mobilização do trabalhador rural, com as Revoltas nazifacistas e as dissidências políticas que fortaleceram as grandes oligarquias, ameaçando a estabilidade da tradicional aliança rural entre os estados de São Paulo e Minas Gerais.

A Aliança Liberal recusou-se a aceitar a validade das eleições, alegando que a vitória de Júlio Prestes era decorrente de fraude. Além disso, deputados eleitos em estados onde a Aliança Liberal conseguiu a vitória, não obtiveram o reconhecimento dos seus mandatos. A partir daí, iniciou-se uma conspiração, com base no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

A conspiração sofreu um revés em junho com o brado comunista de Luís Carlos Prestes que seria um ex-membro do movimento tenentista, mas ele tornou-se adepto das idéias de Karl Marx assim começou a apoiar o comunismo. Isso o levou, depois de um tempo, a tentativa frustrada da intentona comunista pela ANL. Logo em seguida outro contratempo: morre em acidente aéreo o tenente Siqueira Campos.

No dia 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado por João Dantas em Recife, por questões políticas e de ordem pessoal, servindo como estopim para a mobilização armada. João Dantas seria, logo a seguir, barbaramente assassinado.

As acusações de fraude e a degola arbitrária de deputados mineiros e de toda a bancada da Paraíba da Aliança Liberal; o descontentamento popular devido à crise econômica causada pela grande depressão de 1929; o assassinato de João Pessoa e o rompimento da política do Café com Leite foram os principais fatores, ou pretextos na versão dos partidários de Júlio Prestes, que criaram um clima favorável a uma revolução.

Em 12 e 13 de outubro ocorreu o Combate de Quatiguá, que pode ter sido o maior combate desta Revolução, mesmo tendo sido muito pouco estudado. Quatiguá localiza-se a direita de Jaguariaiva, próxima a divisa entre São Paulo e Paraná.

Transferido para Aracaju em setembro de 1927, Maynard, Eurípedes Lima, João Soarino e outros revolucionários sergipanos foram recebidos com grande aclamação popular. Julgados em 1928, os oficiais que haviam integrado a junta governativa militar sergipana em 1924 foram condenados em primeira instância a dez anos de prisão, obtendo depois redução da pena no Supremo Tribunal Federal para dois anos. Julgados novamente em 1929, agora pelo levante de 1926, foram condenados a um ano e quatro meses de reclusão, tempo inferior ao período já cumprido na prisão. Aguardando o resultado da apelação do procurador público ao STF, Maynard foi transferido, em setembro de 1929, para o Rio de Janeiro, onde prosseguiu seus contatos políticos.

A análise da participação popular na revolução de 1930 trás a tona uma dinâmica com uma proposta diferente, ou seja, a forma como as pessoas viam e absorveram este processo, uma reconstrução, apesar de precária, mas necessária para percebermos o jogo dos atores sociais da História quais foram suas ideologias, suas leituras e o quanto essa ideologia se adaptou as massas. O conflito rompe as barreiras da vida política e encontra na luta armada a solução para a decadência do dialogo entre as elites políticas de Minas Gerais e São Paulo dando por encerrado o ciclo vicioso que durante muito tempo excluiu todos os estados que estavam fora do eixo Minas São Paulo.

A participação da população no movimento Revolucionário deve ser vista como um momento em que a população lutou pela quebra de uma tradição ou por um simples momento de desordem que trouxe

uma bagagem, um orgulho, um desejo deles experimentaram na pele o horror dos conflitos. Medidas drásticas tomadas no calor da revolução levaram o governo de Washington Luis a conhecer a força e a vontade de mudança de vários setores sociais da sociedade Brasileira. Portanto o devido respeito se dá pelo resgate dos soldados anônimos que lutaram, sofreram e morreram pela causa que antes distante, mas que tempo transformou em uma causa de todos para todos.

4. O MILITAR AUGUSTO MAYNARD

Augusto Maynard nasceu em Sergipe em 16 de fevereiro de 1886 sendo considerado até hoje uma referência na Política Nacional, pode-se afirmar que o movimento que deu origem ao tenentismo em Sergipe consolidou Augusto Maynard Gomes como uma grande líder.

Com a eclosão da Revolta de 5 de Julho de 1924 em São Paulo, iniciaram-se em Sergipe articulações de solidariedade aos insurretos que, sob o comando de Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital paulista. Segundo declarações posteriores de Maynard, diante da perspectiva de requisição da guarnição sergipana pelo governo federal para a repressão aos rebeldes no Sul e da impossibilidade de adesão em São Paulo, "urgia levar a efeito um levante local, cuja eficiência, além de se traduzir na ausência do próprio 28º BC ao lado das forças legais, atrairia fatalmente contra si outras, que descongestionariam o principal teatro de luta".

Nessa época, a campanha da Aliança Liberal para as eleições presidenciais do ano seguinte estava no auge, em torno da chapa oposicionista composta por Getúlio Vargas e João Pessoa. O pleito de março de 1930, entretanto, foi vencido pelo situacionista Júlio Prestes, o que conduziu à intensificação dos preparativos para a tomada do poder pela oposição através de um levante armado de âmbito nacional.

Identificado com a ala tenentista engajada no projeto insurrecional, Maynard fugiu da prisão às vésperas da data marcada para a deflagração do movimento (3 de outubro) e, disfarçado de garimpeiro, partiu com alguns companheiros para Belo Horizonte. Seguiu depois para Juiz de

Fora (MG), onde teve destacada atuação no combate ao 10º Regimento de Infantaria, que resistiu tenazmente até o dia 24 de outubro, quando a revolução triunfou com a deposição, no Rio de Janeiro, do presidente Washington Luís.

Maynard retornou a Aracaju no dia 8 de novembro de 1930, acompanhado de Juarez Távora, comandante da revolução vitoriosa no Norte e Nordeste do país. No dia 16, foi nomeado por Juarez governador provisório de Sergipe. Anistiado e promovido a capitão ainda em novembro, em 19 de dezembro foi confirmado na chefia do governo estadual, na condição de interventor federal no estado. Em agosto de 1931 foi elevado a major, por merecimento, e no ano seguinte presidiu em Sergipe o Clube 3 de Outubro, organização tenentista criada em vários estados com o objetivo de defender os ideais do movimento de 1930.

Quando da eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho de 1932, passou telegrama ao chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, oferecendo tropas para combater os insurretos. Durante a luta, enviou o 28º BC e vários contingentes da Polícia Militar para participarem das operações. Maynard foi o fundador e dirigente do Partido Social Democrático de Sergipe, que não conseguiu obter maioria na composição da Assembléia Constituinte estadual eleita em outubro de 1934 com a incumbência de promulgar a nova Constituição do estado, além de indicar o representante de Sergipe no Senado e eleger o governador.

Em fevereiro de 1935, escreveu ao presidente Getúlio Vargas sobre as dificuldades que estava encontrando para definir a sucessão estadual, e às vésperas da instalação da Constituinte de Sergipe telegrafou ao presidente solicitando exoneração do cargo de interventor. Alegava sentir-se ameaçado e ter sofrido campanha "indigna e mentirosa" por parte de seus adversários. Depois de obter de Vargas a satisfação de seu pedido, concorreu às eleições indiretas para o governo do estado, sendo derrotado por seu adversário na política local, Erônides de Carvalho. Inconformado com esse resultado, Maynard, a princípio, recusou-se a transmitir o cargo para o seu sucessor. Finalmente, resolveu passá-lo ao

secretário-geral da sua administração, Aristides Napoleão de Carvalho, retirando-se para sua fazenda Caldas no município de Rosário do Catete.

A administração de Maynard Gomes em Sergipe caracterizou-se inicialmente pela preocupação, comum aos revolucionários de 1930, de moralizar os negócios públicos. Com esse fim, no início de sua interventoria nomeou comissões de inquérito encarregadas de apurar possíveis irregularidades cometidas por membros do governo deposto, que foram transformadas em comissões de sindicância por determinação do ministro da Justiça, Osvaldo Aranha. No setor das obras públicas, Maynard construiu pontes, escolas e diversas rodovias estaduais, como a Laranjeiras-Pedra Pedra, a Itabaiana-São Paulo e a Itaporanga-Salgado; iniciou também a construção de uma nova estação ferroviária para a capital.

O militar sergipano após cumprir sua missão em Juiz de Fora chegou de repente de avião a Aracaju em 8 de outubro de 1930, ao lado de Juarez Távora, líder revolucionário, por sua vez conferenciou ao general José Calazans, que já falava em renuncia, e viajou. No dia 17 de novembro do mesmo ano, o Governador Provisório de Sergipe alegava motivos de saúde, e passou o cargo ao coronel Augusto Maynard Gomes, em cerimônia relativamente simples, no palácio Olimpio Campos, como governador provisório Maynard fala a impressa sergipana e afirmou que ia fazer de tudo para que o voto fosse livre e as eleições de fato isentas de fraude .

No dia 19 de dezembro de 1930 deixa de ser governador provisório ao assumir o cargo de Interventor Federal de Sergipe. Enquanto isso, Joao Soarino de Melo exercia o comando do 28ºBC durante algum tempo e Euripedes Esteves de lima, que estava em Salvador, chega mais tarde a Sergipe para assumir a chefia de policia de 1931 a 1934.

O coronel Augusto Maynard Gomes, exerceu com muito critério, senso e justiça as funções de governador provisório e acaba de ser nomeado, pelo governador provisório interventor neste Estado.

Com a revolução de 1930, chegam ao poder do Estado os militares como delegados do poder central. Após governos provisórios efêmeros, o assume o governo Augusto Maynard Gomes. O tenente

Maynard era uma figura revolucionária de maior destaque em Sergipe. Compôs uma junta governativa com participantes do movimento tenentista em Sergipe. Parte das facções dominantes conseguiu representar-se junto ao aparelho do Estado, com exceção dos representantes da facção açucareira.

Fausto (2003) defende que a Revolução de 1930, embora trouxesse maior centralização e intervencionismo estatal, não acarretou a substituição imediata e exclusiva de uma classe política no país, como não modificou no campo econômico as relações de produção. A Revolução de 1930 fora um movimento que teria conduzido a burguesia industrial à dominação política.

A partir de outubro de 1930, o país começava a trilhar o caminho para atingir sua maioridade política, ressaltando o paradoxo, inerente a esta descontinuidade revolucionária, expresso pela inserção das ideologias em voga no mundo de então e na tentativa de utilização destas para a solução de problemas, até então, tencionados resolver-se com adoção de medidas nacionais.

A politica de Vargas nas interventorias, visava implementar avanços na legislação trabalhista, implementadas pela sua política . Apesar de avançar as relações entre capital e trabalho, garantindo direitos dos trabalhadores, as políticas sociais implementadas no pós 30, visavam modernizar as relações capital-trabalho, sendo totalmente desvinculados de uma visão socialista. Nesse sentido Maynard reproduz em Sergipe a máquina de Getúlio Vargas.

5. CONCLUSÃO

Em Outubro de 1930 Juiz de Fora viveu uma situação singular com a presença de forças federais em combate com a policia local dando inicio a revolução de 1930. A Revolução levou a uma nova composição de equilíbrio entre setores da classe dominante. Não houve uma ruptura no processo histórico, e sim apenas uma acomodação de interesses e uma atualização de instituições.

A pesquisa possibilitou analisar a participação de Augusto Maynard neste movimento armando. Em Juiz de Fora percebe-se dinâmicas e propostas diferentes, ou seja, a forma como a população vivia e participava deste processo, uma reconstrução, apesar de precária, mas necessária para compreendermos o jogo dos atores sociais da história quais foram suas ideologias, suas leituras e o quanto essa ideologia se adaptou as massas.

A participação do militar Augusto Maynard Gomes e a participação da população no movimento revolucionário devem ser vista como um momento em que a população lutou contra o sistema.

Observa-se a disputa de civis, tropas legalistas e revolucionários onde a maior familiarização foi com os revolucionários pela causa e principalmente pelo fim da repressão legalista. Grande quantidade de pessoas despreparadas para o exercício militar tanto no lado legalista quanto no lado revolucionário. O reforço de civis contribuiu consideravelmente para a conquista revolucionária em uma missão dada por um líder político que mais tarde vem a ser o chefe maior da nação e cumprida por um bravo militar que ganha como recompensa ser o interventor de Sergipe.

Muitos militares após o episodio foram recompensados em fazer parte do novo governo, alguns chegaram até a receber como premio de participação os governos dos seus respectivos estados, consolidando a participação e a vitória na revolução de 1930 dando inicio ao uma nova política no cenário brasileiro.

Deste modo, a pesquisa conclui que Maynard Gomes teve papel importante neste episódio que marcou a História do Brasil Republicano. Decisões importantes foram tomadas no calor da revolução e levaram o governo de Washington Luis a conhecer a força e a vontade de mudança de vários setores sociais da sociedade brasileira. Portanto, a devida lembrança se dá pelo resgate dos soldados anônimos que lutaram, sofreram e morreram pela causa que antes distante, mas que o tempo transformou em uma causa de todos, para todos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de.[*et.alli] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Pós 1930)*. Rev. Amp. Atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v.1.

CARONE, Edgard. *A primeira Republica (1889-1930):* texto e contexto. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.

CARONE, Edgard. *O tenentismo:* acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: DIFEL, 1975.

CARVALHO, De Menelick. *A revolução de 30 e o Município.* Juiz De Fora: Departamento de Imprensa e propaganda. 1942.

DANTAS, José Ibarê C.. *O tenentismo em Sergipe*: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2 ed. Aracaju: J. Andrade, 1999.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930:* história e historiografia. 16. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Juiz de Fora vivendo a História.* Juiz de Fora: núcleo de historia Regional da UFJF. UFJF. 1994

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora.* 2.ed. Juiz de Fora: Gráfica comércio e industria Ltda. 1966 2° Edição.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* 11ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 660 p.

_____. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: Fausto, B. (org.), *O Brasil republicano.* (vol. 2). (Coleção: História Geral da Civilização Brasileira). Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 1978.

_____. *A revolução de 1930. História e historiografia.* 4a edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FONSECA, P. C. D.; Fonseca, P. C. D. A Gênese Regional da Revolução de 30. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, SÃO PAULO, v. 29, n. 1, p. 113-127, 1999.

FONTOURA João Neves da. *Memórias A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Editora Globo, 1963.

GOMES, Augusto Maynard. *A revolução em Sergipe:* resposta ao Sr. Graccho Cardoso, 1ª parte. Aracaju, 1925.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Juiz de Fora vivendo a História.* Juiz de Fora: núcleo de historia Regional da UFJF. UFJF. 1994

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora.* 2.ed. Juiz de Fora: Gráfica comércio e industria Ltda. 1966.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente:* 1964-1992. Série Princípios, 4. ed., São Paulo: Ática, 2004.

MORAES, Aurino. *Minas na Aliança Liberal e na Revolução.* Ed.fac-similar. Brasília: Câmara dos deputados, coordenação de Publicações, 1990.

SANTA ROSA, Virgilo. *O sentido do tenentismo.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O tenentismo.* Porto alegre: Mercado Aberto, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TÁVORA, Juarez. 1898 -1975 *Uma vida e muitas lutas.* Memórias. Rio de Janeiro, Biblioteca do exército, 1974 -1976

UCHÔA, Severino. *Augusto Maynard:* O Estadista e o Revolucionário. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924, p. 47. (Publicação do D.E.I.P.)

WYNNE, J. Pires. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1970. v.01.

VÁRIOS AUTORES. *A Revolução de 30: textos e documentos.* Tomo I. Brasília: Editora UnB; CPDOC/FGV, c1982.

1.2 - Fontes Periódicas

DIÁRIO MERCANTIL. Juiz de Fora. Diário Mercantil. 1870-1940. Semanal. Edição: 08/10/1930, 13/10/1930, 21/10/1930, 25/10/1930, 27/10/1930, 3/11/1930, 20/11/1930, 10/12/1930.

O LYNCE. Juiz de Fora. Empresa Gráfica Jesus de Oliveira. 1910-1960. Semanal Edição: 01/11/1930, 08/11/1930, 15/11/1930

GAZETA DO POVO (1929)

SERGIPE JORNAL (1929)

CORREIO DE ARACAJU (1929)

Artigo recebido em 27 de março de 2012.

Aprovado em 20 de maio de 2012.

A ESCRITA DA HISTÓRIA DE SEVERIANO CARDOSO NO ENTARDECER DO SÉCULO XIX

Maria Fernanda dos Santos

RESUMO

Este artigo trata da vida e obra de um intelectual estanciano, Severiano Maurício de Azevedo Cardoso, que atuou nas áreas da literatura, magistério, jornalismo e política. O objetivo desse trabalho é expor um manuscrito inédito de caráter corográfico (descrição de um país, cidade e/ou região), produzido no final do século XIX, e que seria um livro didático, destinado aos alunos do ensino primário, caso fosse publicado. Para tanto, esse manuscrito foi o principal instrumento de pesquisa. A partir dele houve a possibilidade de visualizar alguns municípios sergipanos e sua população nos diferentes âmbitos cultural e social. Dessa forma, o trabalho busca demonstrar a importância desse material e a sua organização, iniciada pelo escritor na tentativa em produzir um livro didático de corografia sobre o Estado de Sergipe.

Palavras - chaves: Severiano Cardoso, manuscrito, século XIX.

ABSTRACT

This article deals with the life and work of an intellectual estanciano, Severiano Maurice Azevedo Cardoso, who worked in the fields of literature, teaching, journalism and politics. The aim of this paper is to present an unpublished manuscript of character corográfico (description of a country, city and / or region), produced in the late nineteenth century, and it would be a textbook, intended for primary school pupils, if it were published. To this end, this manuscript was the main research instrument. From it was possible to view some cities Sergipe and its population in the different cultural and social spheres. Thus, the work seeks to demonstrate the importance of this material and its organization, initiated by the writer in an attempt to produce a textbook chorography on the State of Sergipe.

Key – words: Severiano Cardoso, manuscript, the nineteenth century.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Aluna da Especialização em Ensino de História da Faculdade São Luís de França. Integrante do Grupo de Pesquisa em História da Educação: intelectuais, instituições e práticas escolares-NPGED/UFS.

SEVERIANO CARDOSO: SINOPSE DA SUA BIOGRAFIA

O século XIX, conhecido como o século das transformações, tanto de caráter social como intelectual, foi sem dúvida o período majestoso de personagens com ideias inovadoras. Foi então nesse contexto que nasceu o intelectual e escritor Severiano Maurício de Azevedo Cardoso. Esse, mais tarde, viria a ser uma notabilidade na literatura sergipana, um professor de mérito reconhecido, um jornalista de distinta importância para a cultura do estado de Sergipe.[1]

Assim constitui-se a imagem desse grande poeta e dramaturgo. Nascido no dia 14 de março de 1840, na cidade de Estância, filho primogênito de Joaquim Maurício Cardoso e D. Joana de Azevedo Cardoso, era membro de uma família de conceituados professores.

Severiano Cardoso recebeu as primeiras lições educacionais com seus tios maternos, estudando ainda na sua cidade natal o curso de Humanidades. Após 1885, retirou-se para a Bahia, onde empregou-se no comércio. Nesse período, iniciou também suas atividades intelectuais na imprensa, publicou vários artigos no jornal Bahia Ilustrada, ao lado do seu irmão Brício Cardoso.

Casou pela primeira vez, com Leonilla de Carvalho Lima. Nasceram dessa união três filhos: Maria Amália Cardoso, Aníbal Silvestre Cardoso e João Severiano Cardoso. Viúvo aos trinta anos, Severiano retornou a Sergipe para exercer o cargo de escriturário do Atheneu Sergipense. Tendo demonstrado competência e amor à profissão, foi logo promovido a secretário da Instrução Pública. Relatou sua passagem por essa secretaria em alguns artigos no Jornal do Aracaju, entre os anos de 1871 a 1874. Nesse mesmo ano deixou o cargo de secretário para assumir o cargo de oficial maior daquela secretaria. Pai de três filhos ainda menores, casou-se pela segunda vez com Maria Antonia Cardoso, tendo mais seis filhos desse consórcio.

No ano de 1878, Severiano Cardoso esteve em Minas Gerais para lá assumir a diretoria do colégio "Parthenon Mineiro", na cidade de Rio

[1] GURANÁ, Armindo. Diccionário bio-biographico sergipano. Rio de Janeiro: Ponjeti, 1925.

Novo. Retornou a Sergipe, após dois anos de adquirida experiência. Fundou em Estância o colégio "Minerva". Dedicado ao magistério, sendo nomeado em 1882, professor da cadeira de Italiano da "Escola Normal" de Aracaju, passando também a reger a cadeira de Aritmética e Lógica do "Atheneu Sergipense".

Nesse momento, viveu em comunhão conjugal ao lado de Antônia Pacheco de Ávila Cardoso. Dessa relação nasceram mais seis filhos. Em 1900, foi nomeado professor Estadual na cidade de Estância, onde ocupou as cadeiras de Português, Aritmética e Francês. Após um ano, retornou à "Escola Normal" como professor de Matemática.

Tendo sempre lutado em prol da causa pública, ficou conhecido em todo o Estado pelas suas qualidades morais e intelectuais. No magistério, onde dedicou a maior parte de sua vida, era conhecido como a "alma" da "Escola Normal", sendo considerado como uma autoridade educacional de Sergipe.[2] Ensinou a jovens de famílias importantes, tais como: os Campos, os Resendes, os Dantas, os Francos e outros. Severiano Cardoso sempre mostrou-se devotado e fervoroso mestre, entusiasta de Frobel e Pestalozzi, ambos educadores do século XIX, que defendiam a educação como processo criador de autodesenvolvimento do aluno. Seguidor dessa prática educacional, Severiano Cardoso lecionou com amor, conquistando o respeito e a simpatia da mocidade sergipana, sendo para os jovens discípulos um amigo sincero e bondoso de todos os momentos.[3]

Como jornalista, sua carreira iniciou-se na Bahia no ano de 1864, ao lado do irmão Brício Cardoso. Mas foi em Sergipe que freqüentou assiduamente os órgãos de maior publicidade do Estado, sendo redator do Sergipe Jornal e do Estado de Sergipe, onde recebeu o qualitativo de "príncipe do jornalismo sergipano". Escreveu também diversos artigos nos jornais O Americano (1876 - 1877; 1892); Jornal do Comércio (1877-1878); Folha de Sergipe (? - 1906) e no Jornal do Aracaju (1871-1874).[4]

---

2 Ver VALENÇA, Cristina de Almeida. Entre livros e agulhas: representação da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju (1871-1931). Aracaju: Nossa Gráfica, 2005, p.25

3 Ver CAMPOS,Edliberto. Crônicas da passagem do século: *Estância e estancianos*. Ed. Aracaju: A Estância, 1965.

4 Ibdem.

Como político, exerceu o cargo de deputado em duas legislaturas: a primeira em 1898/1899 e a segunda em 1902/1903. Foi ainda oficial de gabinete na vice-presidência do Dr. Pelino Nobre, além de camarista e presidente da Câmara Municipal em Aracaju. Defendeu os ideais do Partido Conservador, cuja bandeira abrigou durante toda vida, divergindo algumas vezes com o irmão Brício Cardoso, que pertencia ao Partido Liberal. Ambos eram de temperamentos muitas vezes antagônicos e opostos.[5]

Como poeta, Severiano Cardoso era um homem dedicado a todos os gêneros literários. Seus versos são trechos apaixonantes e enlouquecedores, caracterizando-o como um autor romântico.

Já na escrita, criou diversas peças teatrais, algumas listadas no Diccionário Biobibliográfico Sergipano, de Armindo Guaraná, sendo muitas dessas peças ainda inéditas, as quais encontra-se no arquivo do IHGSE.

Publicou também alguns livros para a escola primária, dentre eles, podemos citar uma obra inacabada que se encontra no acervo geral do IHGSE (cx. 15 doc. nº 36). Um manuscrito destinado aos alunos do ensino primário de caráter histórico e geográfico, que intitular-se-ia "Corografia de Sergipe", caso fosse concluído, seria esse um projeto inserido no ideal republicano de purificar os costumes e inculcar a ideia de sergipanidade na comunidade estudantil.

Severiano Cardoso morreu em 02 de outubro de 1907. Encontrando-se há tempo isolado do convívio social, sofrendo de tristeza e comoção pelo assassinato do seu grande amigo e discípulo, Olimpío Campos, saía de sua residência somente para lecionar aulas na "Escola Normal".

Segundo o jornal Correio de Aracaju, seu sepultamento foi um dos mais prestigiados e imponentes, sendo descrito em sua morte como um cristão. Seu velório foi acompanhado pelas normalistas, amigos, deputados e familiares. Todos queriam dar o seu último adeus ao ilustre mestre e poeta. Seu corpo foi conduzido até a carneira nº 37, no cemitério "Santa Izabel".[6]

---

[5] LIMA. A. Ávila. *"Brício Cardoso e sua projeção na família e na sociedade Sergipana"*. Aracaju 06 de Julho de 1944.

[6] Cf. *Jornal da Cidade*, 06.10.1907.

Anos após sua morte, esse ilustre intelectual recebeu ainda diversas homenagens. Uma das mais belas homenagens foi realizada pelo seu filho Misael Cardoso, no teatro Rio Branco, em Aracaju, no ano de 1923, onde encenaram algumas peças do poeta e elevaram uma opoteose em seu nome.[7]

SEVERIANO CARDOSO AOS OLHOS DOS CONTEMPORÂNEOS

Severiano Cardoso foi em sua época (1840-1907) um homem sério e dedicado às profissões que na vida soube exercer com amor e responsabilidade. Foi lembrado pelos seus contemporâneos, como um intelectual de mérito e popularidade.

Descrito por Armindo Guaraná, em seu Dicionário Biobibliográfico (1925), Severiano Cardoso teve na sua trajetória profissional destaque no magistério, jornalismo e na poesia. Foi, na memória daquele escritor, um professor competente e apaixonado pela instrução: *não houve em seu tempo quem melhor soubesse difundir o ensino no espírito dos seus jovens discípulos* (Guaraná,1925). O autor ainda lista as principais obras literárias do intelectual e jornalista.

Idênticos elogios ainda lhe são atribuídos por Acrísio Torres, ao *mestre*, que foi considerado um dos mais notáveis educadores do Estado. Torres o elogia também como jornalista, que na imprensa sergipana freqüentou assiduamente os órgãos de maior publicidade, sendo por isso carinhosamente apelidado como o *príncipe do jornalismo*[8].

Severiano Cardoso foi sempre memorado como uma pessoa fluente, espontânea e de estilo lírico, características essas responsáveis pelas suas inspirações poéticas, também descritas por Serafim Vieira em seu livro *Anthologia de Poetas Sergipanos*, onde estão expostos alguns poemas apaixonantes e enloquecedores do intelectual estanciano.[9]

---

7 Cf. *Sergipe Jornal*, 04.01.1923.

8 Ver ARAÚJO, Acrísio Torres. Pó dos arquivos. Brasília: Thesaurus Editora, 1999. p.28-29

9 Ver ALMEIDA, Serafim Vieira de. Anthologia de Poetas Sergipanos. São Paulo: Typographia Cupolo, 1939.

Aos olhos de Liberato Bittencourt, esse estanciano foi então biografado de forma um tanto diferente. Bittencourt buscou mostrar as qualidades daquele estanciano no seu jeito de ser. Para ele o ilustre professor era um homem de forte constituição, pleno de inteligência, alegria e vivacidade. Na área intelectual era de sólida cultura literária. Com paixão e superioridade cultivou poesia, o drama e a comedia, assim também o foi no jornalismo e no magistério.[10]

Já pelo critico literário Sílvio Romero, no livro *Minhas Contradições* (1914), Severiano Cardoso foi muito bem ressaltado, como uma figura simpática, um poeta ilustre que jamais poderia ser esquecido.[11]

Contudo, um fato importante que não foi relatado por nenhum intelectual acima descrito, talvez tenha sido o privilégio de conviver e aprender ao lado do *mestre* estanciano. Esse precioso momento foi vivenciado e escrito por Edilberto Campos, em sua coletânea, *Crônicas da Passagem do Século* (v.1), na qual traz comentários das aulas lecionadas pelo mesmo em sua residência na cidade de Aracaju, onde Severiano Cardoso também atribuía aulas práticas de gentilezas aos seus alunos.

Campos, cita ainda influência do então professor nos carnavais de Aracaju, nos quais criou um dos carros alegóricos, chamado de o *Cordovíncios*, trazendo à frente duas sereias com os seios nus, recebendo severas críticas dos adversários da época.

Qualitativos ainda são descritos pelo intelectual e pesquisador, Jackson da Silva Lima, ao dedicado mestre, apresentando Severiano Cardoso ao lado de grandes poetas ilustres do século XIX, tais como Prado Sampaio e Oliveira Teles. Esse último, às vésperas da morte do intelectual estanciano, homenageou-o como o *mais notável poeta de Sergipe*, tendo num outro momento o elogiado em sua obra *Sergipense I*, como sendo, *o mais antigo na faina, o mais fértil e original de todos*.[12]

Admirado por Prado Sampaio, cão relatar o ilustre professor estanciano como o mais popular talento artístico sergipano, descrito pela

[10] BITTENCOURT, Liberato. Brasileiros ilustres I: *Sergipanos ilustres.* Rio de Janeiro: Pap e Liv. Gomes Pereira, 1913.

[11] ROMERO, Silvio. *Minhas Contradições*. Bahia: Catilina, 1914.

[12] Ver. TELES, Manoel dos Passos de Oliveira. Dicionário Chorographico de Sergipe. Inédito.

sua relevância na literatura, segundo Sampaio, Severiano foi o que complementou a melhor coroa de poetas onde duas ou três gerações sentiram sua presença.[13]

Contudo, Severiano Cardoso teve seu maior destaque no magistério, conhecido como *alma* da Escola Normal, dedicando parte de sua vida ao bom funcionamento da mesma. Recebeu pelo seu desempenho reconhecimento, inclusive do então presidente Manuel d'Araújo Góes.[14]

A dedicação de Severiano Cardoso ao professorado entendeu-se também ao Colégio Atheneu Sergipense, no qual seu nome fazia parte da lista do corpo docente e da *Inteligência Sergipana*, como foi então lembrado na dissertação de Eugênia Andrade.[15]

Severiano Cardoso foi, sem dúvida, uma figura admirável e com grande talento para as profissões que soube exercer com desenvoltura, tanto no jornalismo, na poesia e no magistério.

Um homem que vivia para as profissões, sem jamais abandonar a simplicidade do seu modo de vida e a humildade com aqueles que o admiravam, sempre demonstrou-se dedicado a todas as suas particularidades.

Vale ressaltar inclusive um outro qualitativo daquele professor, o de escritor, quando teve a iniciativa de produzir um livro didático de caráter corográfico sobre o Estado de Sergipe, que seria provavelmente destinado aos alunos do ensino primário, caso fosse publicado.

Essa iniciativa ressaltada pela Profª Vera Maria, em seu trabalho sobre os livros didáticos de geografia do século XIX, onde a autora menciona a obra do escritor estanciano, como a primeira intenção de publicar um estudo sobre a geografia do Estado de Sergipe.[16]

Outro estudioso e pesquisador do século oitocentista, o Prof. Itamar Freitas, em artigo intitulado *Retalhos de Severiano Cardoso*, escreveu

---

13 Ver. TELES, Joaquim do Prado Sampaio. A literatura sergipana. Maroim: Imprensa Econômica, 1908.

14 Ver. VALENÇA, Cristina de Almeida. Entre livros e agulhas: representação da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju (1871-1931). Aracaju: Nossa Gráfica, 2005.

15 Ver. SILVA, Eugenia de Andrade Vieira da. A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2004

16 Ver. *A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX.* Mestrado em Educação- Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2004. pp 18,45.

sumariamente sobre esse escritor e seu manuscrito, focalizando o verbete que trata da cidade de Aracaju, antes mesmo que essa completasse seu cinqüentenário.[17]

É importante salientar que parte desse manuscrito foi publicado no *Almanaque Sergipano*, em 1899, denominado *Lagarto - Sergipe: Historia e Costumes*. O fragmento que salientou a cidade de Lagarto e os costumes de sua população foi observado e descrito pelo historiador Ibarê Dantas, em artigo onde o autor de *História de Sergipe*, buscou destacar a narrativa do professor estanciano, quando esse analisou a vida social, política e econômica dos lagartenses.

O que aparentemente é apenas rascunho, escrito em manuscrito, a obra de Severiano Cardoso traz informações valiosoas do Estado de Sergipe durante o final do século XIX.

UMA COROGRAFIA DO ESTADO DE SERGIPE

No fim da década de 80 do séc. XIX, com o fim da abolição do sistema escravista e o aumento da população, ampliaram-se os debates políticos sobre a concepção de cidadania, devendo então, os direitos sociais e civis serem estendidos a um número cada vez maior de pessoas.

Em Sergipe, essas tentativas de reformas chegaram através dos jovens presidentes, no ano de 1881, dentre eles, podemos cita o Sr. Herculiano Inglês de Souza que, imbuído de idéias progressistas, procurou reformular o sistema educacional através de atos, porém esbarrou na realidade social do Estado.

Contudo dois pontos inovadores de suas atitudes reformistas trouxeram ao currículo do Atheneu Sergipense mudanças significativas. A primeira, voltada ao estudo da Corografia da Província de Sergipe e a segunda, na tentativa de profissionalização do curso secundário. (Nunes, 1984).

[17] Cf. *A Semana*, 05.09.2004

Surgiu, através dessa reorganização do sistema educacional, uma forte presença na produção de livros didáticos, de caráter "corográfico" no ensino. Essa buscava, como princípio, instruir os primeiros experimentos do projeto republicano; purificar os costumes e inculcar a ideia de sergipanidade na comunidade estudantil. Partindo desse pressuposto, alguns historiadores tentaram escrever uma *corografia* de sua região.

Mas, o que significa a palavra *corografia*? Na tese de mestrado da Professora Vera Maria, a autora utilizou de vários estudiosos do tema para definir o conceito da palavra *corografia.* Entre eles, podemos cita David Harvey. Esse compreendia que o *alvo da corografia é lidar separadamente com uma parte do todo, ao passo que a geografia é apreender o todo em sua justa proporção*.

Segundo o professor e pesquisador Itamar Freitas desde o século XIX muitos intelectuais buscaram definir a palavra *corografia*. Porém foi no século XX com Domingos Vieira, que o sentido corográfico adquiriu registro mais preciso, ao ser caracterizado por descrição de um país ou região. Essa mesma definição foi também utilizada por Laudelino Freire; Silva Lisboa e Aires Casal.

Entretanto, Aires ao publicar sua obra, expressou dubiedade no título: *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil*, demonstrando que a definição de *corografia* não estava bem delimitada como obra específica de Geografia.

É provável que essa mudança na forma de descrever os aspectos históricos e geográficos de uma região tenha sido o motivo que encorajou o escritor Severiano Cardoso a redigir uma *corografia* do seu Estado. O que seria supostamente um livro didático destinado aos alunos do ensino primário no final do século XIX, que intitular-se-ia *Corografia do Estado de Sergipe*, caso fosse publicado.

Porém, até 1895 nenhum livro didático de *corografia* do Estado de Sergipe havia sido produzido, apesar da intenção desse professor, mencionado pela professora Vera Maria dos Santos em sua tese de mestrado.

Essa suposta *corografia* de Severiano Cardoso, que estar arquivada no acervo do IHGSE (cx.15 doc. 36), é o principal instrumento dessa pesquisa, a qual recebeu maior atenção em 2005, quando o Prof. Dr.

Itamar Freitas, propôs uma crítica historiográfica do autor e do seu manuscrito.

O primeiro contato realizado com manuscrito foi um tratamento especial de higienização e acondicionamento em uma pasta separada, mas sem perder sua numeração anterior.

Em seguida, a obra foi decifrada e transcrita na íntrega, no período de 29 dias, possibilitando uma melhor visualização do manuscrito, que contém 56 páginas escritas a punho pelo próprio autor, onde confirmou-se a sua autoria nas entre linhas das últimas folhas, algumas vezes escritas de caneta esferográfica, outras simplesmente a lápis.

No entanto, não foi possível definir o ano exato em que o autor se propôs escrever esse trabalho, levando a crer que possa ter sido produzido na última década do século XIX.

Ainda pode-se também observar no seu manuscrito um fato inusitado para as normas de transcrição, algumas folhas da obra, encontram-se coladas com pedaço de papel, nem sempre pertencendo ao original, mas tendo uma utilidade essencial, pois a ideia do autor era complementar o conteúdo do texto e fornecer dados aparentemente recolhidos após sua inscrição.

. O objetivo desse trabalho, além de tornar visíveis as principais ideias expostas pelo autor, é colaborar com os outros pesquisadores interessados na obra desse intelectual e na sua contribuição à história de Sergipe.

Durante a produção do seu manuscrito, após a proclamação da República, Sergipe assim como outras unidades da Federação mais atrasadas no processo desenvolvimentista, seguia os velhos métodos políticos, apenas sob novos rótulos. (Nunes, 1984). Esse novo regime político que fora montada nas competições acirradas, entre os republicanos, militares e adesistas, que queriam manter as posições de mando que detinham na Monarquia (Andrade, 2004), nada acrescentou a economia que continuava voltada para a exportação, tendo o açúcar como principal produto.

Nessa época a sociedade era composta por três classes: as dos senhores proprietários, as dos trabalhadores e as camadas intermediárias em crescimento. (Dantas, 2004).

No âmbito educacional, o novo regime que atestava ser à educação via para alcançar o progresso econômico, pequenas mudanças trouxera ao sistema de ensino.

Era esse o quadro geral de Sergipe, quando Severiano Cardoso se propôs a escrever seu manuscrito, o qual poderia ser o primeiro livro didático de *corografia* sobre o Estado de Sergipe, caso fosse publicado. Tendo em vista ter sido iniciado anteriormente as publicações de Silva Lisboa e Laudelino Freire, no final da década de 90 do século XIX.

O autor do manuscrito parecia com essa situação política, econômica e social, ter um desafio pela frente, ao tentar escrever uma *corografia* de Sergipe, pois o intuito era de construir uma identidade através dos ideais republicanos e o livro didático era um meio importante para a vulgarização desses ideais regeneradores da nação. (Santos, 2004)

Nesta pesquisa, a intenção é mostrar o valor, não somente geográfico da obra, mas também histórico, analisando sumariamente o conteúdo por ele exposto, algumas informações relevantes sobre os municípios sergipanos, que ganharam destaque no manuscrito de Severiano Cardoso e o lugar da sua *corografia* em relação às outras da época.

A organização da obra do escritor estanciano, Severiano Cardoso, que seria supostamente um livro didático, pois constituía o programa de ensino proposito pelo novo regime político e imbuído dos objetivos destinados ao estudo de *corografia* foi feita por seções. Baseado em historiadores e cronistas, que trataram o tema da colonização, o autor inicialmente, fornece informação sucinta, sobre o marco do território, da capitania e da conquista de Sergipe. Em seguida, comenta a primeira povoação e a sua localização, observando as várias mudanças de localidade.

A questão da escolha da localização da primeira povoação de Sergipe foi demonstrada na obra por divergências entre alguns historiadores, de grande conhecimento, entre eles, podemos citar os nomes de Varnhagen, Felisbelo Freire e Marcos Antonio de Souza.

Logo após, Severiano Cardoso noticiou o aspecto físico, clima e salubridade. No quesito destinado a salubridade, o autor associa a falta da mesma como causa principal das doenças epidêmicas, assim como a

melhoria das condições higiênicas decisivas para diminui essas doenças. Neste sentido, o papel das Municipalidades foi bastante importante, na opinião do autor.

Seguem-se ainda, as descrições das montanhas, dos rios e riachos, tornando uma das partes mais minuciosa, pois cita além das divisões fluviais, a importância daqueles rios para cada região, além de tratar das visgosidades dos córregos e das condições de navegabilidades. Depois, trata dos faróis no São Francisco, no Cotinguiba e na Atalaia do Rio Real.

Ocupando-se posteriormente das cidades, vilas e povoados, o verbete que discorrem sobre os municípios de Sergipe, nas suas 46 páginas, dedica-se a falar sobre a cidade de Aracaju, Estância, Maruim, Própria, Lagarto, São Cristóvão, Itabaiana, Capela, Riachuelo, Campos e Riachão.

O autor, nesses verbetes, descrever sobre a situação geográfica de cada município, informa os números de habitantes, dá noticia histórica sobre a fundação, o estado geral de ruas, praças e edifícios, a atividade produtiva da região, os aspectos sobre a salubridade, sendo o interior do Estado apontado no manuscrito como de melhor água potável, e ainda, enumera os equipamentos escolares e a relação sucinta de povoados.

Aracaju, primeira cidade descrita pelo autor, era *ainda nova*, pois antes que essa completasse o seu primeiro cinqüentenário, o professor estanciano enfatizava a importância da cidade para o comércio do Estado, no espaço de influência dos municípios situados nos vales dos rios Cotinguiba e Japaratuba. O texto também dá notícias sobre o mundo do trabalho na noviça capital, o traçado urbano, o aspecto geral dos edifícios públicos e de habitações do homem comum, comparando Aracaju e outras grandes cidades do Brasil no que diz respeito ao aspecto às condições de moradia das *classes* mais necessitadas.

Em seguida, Estância é lembrada pelos seus elogios, carinhosamente chamada pelo Imperador D. Pedro II em visita a cidade, de o *Jardim de Sergipe*, foi também citada pela sua beleza topográfica por Moreira Pinto, em seu livro *Compêndio da Geografia Brasileira* e ainda considerada pelo historiador Ibarê Dantas, ambiente onde floresceram poetas e escritores, pintores e músicos, sendo sua população na opinião deste escritor, certamente a mais civilizada do Estado.

A cidade era então dividida por dois extensos bairros comunicados por uma ponte. Apresentava na época, um considerável comércio, marcado pela presença da tapeçaria e da indústria confeiteira. Esse comércio localizado no bairro principal, na opinião de Severiano Cardoso, precisaria da construção de uma linha de bonde que ligasse o bairro ao porto, onde melhor viabilizaria o acesso a outras localidades e comercializaria seus produtos, também seria de extrema necessidade a construção de uma via férreo. Porém ambas as construções foram adiadas por causa da futura instalação da fábrica de fiação e tecido, construída, no ano de 1896, junto à fábrica *Sergipe Industrial*, consumia a maior parte da produção de algodão do Estado.

O texto ainda traz informação da estreita relação daquela gente com o estado da Bahia, as divergências dos costumes do povo estanciano dos demais sergipanos, e também destaca a história da doação do território por Pedro Homem da Costa.

Maruim, cidade marcada pela forte presença das casas comerciais na região e sua influência no comercio do Estado, tornando os produtos da cidade conhecidos até mesmo na Alemanha. Foi ainda notada pelo autor, sua vida cultural, de pleno florescimento, pois era a cidade do Estado a possuir um Gabinete de Leitura, com obras raras de escritores e filósofos de grande gabarito, tanto a nível nacional, como estrangeiro. Destacando, também a importância da construção da *Casa de Mercado* e a de *Conselho Municipal*, a qual viria melhorar o atendimento dos serviços públicos a população.

Logo em seguida, Própria, antes conhecida como Urubu de Baixo foi descrita pela suas belas lagoas a margem direita do rio São Francisco, sendo a cidade ponto de junção das linhas férreas do rio e outros Estados. Uma curiosidade apontada pelo autor, foi feita em relação às grandes divergências de dois bairros rivais, que atingia até mesmo os costumes da população, no seu modo de vestir.

Já sobre o município de Lagarto, o manuscrito do professor estanciano, privilegiou um maior numero de páginas sobre a terra *papa-jaca*. Dividida sua descrição em duas partes na *corografia*. A primeira, o autor parece ter iniciado de forma sucinta a descrição da localidade, topografia

e o costume do povo lagartense, sendo esses assuntos melhor detalhado, na segunda parte, essa publicada no Almanaque Sergipano, em 1899, intitulada *Lagarto-Sergipe: História e Costumes*.

O autor, segundo sua biografia, não tinha nenhuma relação com aquele município, motivo que leva à hipótese de ter sido Lagarto, uma das primeiras cidades escolhida pelo autor ao inicia sua empreitada na produção da *corografia*. Ao falar da cidade do fumo, como é hoje conhecida Lagarto, o autor começa por descrever seus conteúdos histórico-geográficos, em seguida o aspecto geral da região, citando desde população até mesmo os equipamentos escolares. Logo após, trata sobre os tópicos destinados a agricultura e pecuária, como ainda da indústria e do comércio.

Em relação, ao fragmento, que foi também publicado no Almanaque Sergipano, Severiano Cardoso buscou retratar dados relevantes do povo lagartense desde seus costumes até mesmo o seu modo de vida, qualificando e comparando aquele povo com os dos outros municípios de Sergipe e também de outros estados, até mesmo de países distantes. Demonstrando de certa maneira muita simpatia "ao jeito de ser" do povo lagartense, que na opinião do autor, era aquela gente, muito amável e cortês. O fragmento ainda traz histórias de como o lagartense era obediente às leis e a forma como o mesmo identificava-se a idéia republicana.

A quinta cidade de melhor salubridade do Estado, São Cristóvão, de importante comércio, que consistia na época, do açúcar, algodão e tabaco, além dos belos trabalhos de agulhas produzidos pelas rendeiras da cidade. Era a cidade ainda abundante de vivires cevados em tanques, os quais os moradores orgulhosos, dizia ser os melhores de todo Sergipe.

No entanto, esse município, encontrava-se em decadência progressiva, motivada pela transferência da capital, que na opinião do autor, o qual apontou um fato nunca mencionado antes, o motivo para a mudança se deu por causa da construção da melhor edificação da cidade, ter sido na garupa de uma colina, onde as águas fluviais, mal derivadas, desciam lado a lado lascando enormes brechas, com grandes prejuízos as casas circunvizinha, esse o principal motivo para a transferência, na opinião de Severiano Cardoso.

Entretanto, a população sancristovense, matinha viva a esperança de que um dia a cidade voltasse a ser capital do Estado.

Itabaiana, localizada entre belas planícies, propícias a criação de gado e suas terras de qualidade estimada a quaisquer plantações, inclusive ao cultivo do algodão, esse cujas variedades, poderiam concorrer ao de melhor da América do Sul. O texto sobre essa cidade informa ainda, ser Itabaiana a terra clássica do feijão, como de frutas notáveis e de excelente sabor.

O comercio bastante aminado e considerado um dos maiores do Estado, assim como em Lagarto, ali fabricavam redes, toalhas e cobertores de algodão, sendo de ótimas qualidades, vindo a perder esse prestígio com a construção da fábrica *Sergipe Industrial*.

Capela, localizada no agreste sergipano, cidade de aspecto agradável, pois encontra-se no centro de uma vasta planície, de edificação elegante e simétrica, considerada ainda de melhor clima do Estado. Seu comércio produzia açúcar, algodão, cereais e couros, entre outros, sendo esses exportados pelo município de Maruim, por não haver naquela cidade um porto. Em relação aos prédios públicos daquele município, era de relevância a qualidade de seus acabamentos e o bom selo, sendo bastante elogiados por aqueles que lá passavam.

Outras duas cidades descritas no manuscrito foram Simão Dias e Riachuelo. A primeira na opinião do autor, era uma das mais belas cidades sertanejas, com magníficos efeitos vistos a pequena distância. Esse empório dos sertões sergipanos mantinha como a cidade de Estância, estreitas relações comerciais com o estado da Bahia, seu comercio assim como o de Itabaiana produzia artefatos de couro, queijos de coalho e requeijões, sendo inferiores somente aos produzidos em Lagarto.

O texto ainda noticiou sobre *tal superstição* daquele lugar, quando em certa época do tempo a água ficava de cor avermelhada. Simão Dias ainda guardava com orgulho o termino da construção da estrada-férrea que ligaria o município a capital. Já o texto que descreve sobre a cidade de Riachuelo, inicia seu comentário, por falar que a pouco, a região era um arraial insignificante, denominado de *Pinto*, mas que

seu florescimento foi marcado com o inicia da construção do Engenho Central, sendo o único do Estado.

Campos, hoje Tobias Barreto, foi citada na obra daquele escritor, que ganhou uma organização bastante peculiar no manuscrito, pois como Lagarto, o texto dessa cidade foi também feitos por tópicos. Iniciando a descrição, o autor listou os povoados pertencentes aquele município, em seguida, tratou sobre o aspecto geral e a topografia, logo citando as curiosidades naturais, como ainda sobre suas atividades produtivas e finalizando com os tópicos sobre história e costumes da cidade.

A ultima cidade lembrada na obra, mesmo que de forma sucinta foi Riachão (do Dantas), onde teve destaque seus limites regionais e citações de alguns dos seus povoados.

O autor, ainda no final da obra, demonstrou certo interesse em descrever sobre os municípios de Socorro e Laranjeiras.

Era assim vistos alguns municípios sergipanos, segundo Severiano Cardoso, quando intencionou a escrever sua suposta *corografia*. O Estado de Sergipe, apesar de ser o menor estado do território nacional, foi apresentado na obra daquele professor estanciano, além de sua geografia, a situação econômica, seus diferentes traços culturais, sua população de âmbitos diversificados e seus costumes variados.

Contudo, instiga nesse trabalho monográfico, a curiosidade que a flora no ofício de historiador, responder, que tipo de história o autor tentou expor e o que há de história na sua *corografia*?

Para tenta responder, a essas indagações, Marc Bloch, em seu livro, *Apologia da História ou o ofício de historiador*, foi de fundamental importância.

O autor busca definir, no primeiro momento da obra, o conceito da palavra *servir*, que segundo ele, a história mesmo que não fosse capaz de servir para os outros, ao menos para Bloch, servia a entretém ou divertir.

Já no segundo momento, o historiador, entra em cena, definido o conceito da palavra *história*, onde Bloch buscou responder com argumentos diversos, utilizando vários exemplos. (...) *História é a ciência dos homens no tempo*, foi essa a resposta utilizada por ele, ou talvez a

melhor de todas as definições àqueles que tentaram responder a essa mesma pergunta.

Essa definição foi muito bem defendida por Bloch, a todos aqueles que escreveram seus nomes nas indeléveis linhas do tempo, todos os seres humanos foram, para ele, os personagens principais de sua narrativa, foram de alguma forma, agentes de mudanças ocorridas na sociedade. Isso também é percebível, no provérbio árabe, *os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais*.

Diante dessa definição, a história contada por Severiano Cardoso, em seu manuscrito, não apresenta somente dados sobre os números de habitantes ou uma história narrada e organizada simplesmente por temas sucintos e normalidários, mas, além disso, seu manuscrito nos traz acontecimentos e fatos importantes ocorridos em alguns municípios de Sergipe no final do século oitocentista, o autor enfatizar nos verbetes, sumariamente exposto nesse trabalho monográfico, informações no que se refere, na tentativa de retratar os costumes e modo de vida de cada povo, procurando os traços particulares de cada gente, demonstrando com isso, sua preocupação não meramente com uma história narrativa, mas acima de todo com a organização psico-social dos sergipanos, que mesmo em um pequeno território, o autor via uma grande diversidade cultural.

Em suma, sua intenção em produzir um trabalho sobre os aspectos históricos e geográficos de Sergipe, foi além de suas expectativas, ao tentar descrever características da identidade do povo sergipano.

Seu trabalho mesmo hipoteticamente interrompido pelo tempo recorde das publicações de Silva Lisboa e Laudelino Feire, apresenta-se diferentes dessas *corografias* da época, pela forma como ela foi organizada e o conteúdo nela exposto.

Enquanto, a *Chorographia do Estado de Sergipe*, do lente Silva Lisboa, apresentada em 173 páginas, publicada pela Imprensa Oficial de Aracaju, no ano de 1897, iniciando a primeira página com o destaque para a função do autor e título da obra, seguindo pela sua aprovação e mandando que dela se fizessem uso nas escolas públicas; na pagina seguinte dedicatórias ao presidente da província, C.el Oliveira Valadão e ao Dr. Martinho Garcez, depois a apresentação do seu parecer e sua fala

aos leitores, comentando o tempo árduo que consumiu para organizar elementos indispensáveis a esse trabalho e sua elaboração.

Essa *Chorografia* foi dividida em três partes. A primeira dedicada à parte física, onde o autor ocupou-se a listar nomes de serras, morros, ilhas, rios, bacias, barras, baías, portos, enseadas, lagos, lagoas, faróis, lagunas, ventos, reinantes, dunas, cabos, pontas, canais, produção natural, reino animal, reino vegetal, reino mineral, curiosidades naturais, pontes, passagens, águas termais.

A Segunda parte, dedicada à política, envolveu assuntos, descritos sumariamente, como a divisão político-adminstrativa, governo municipal, divisão municipal e judiciária, ministério público, comarcas, termos, juízes de paz, distritos policiais, força publica, navegação. Praticagem, viação, agricultura, engenho central, algodão, café, fumo, cacau, mamona, baunilha, coco, mandioca, comercio, exportação, importação, indústrias, tecidos e fiação, fabricas de óleo, saboarias, outras industriais, finanças, o futuro.

A terceira e ultima parte, o autor tratou de fala sobre os aspectos topográficos das cidades; Aracaju teve abordagem diferente de seus conteúdos; praças, ruas, edificação, edifícios públicos, comercio, população, fontes publicas, teatro publico, cemitério, lazareto, imprensa, arrabaldes. Já as cidades de Laranjeiras, Maroim, São Cristóvão, Estância, Lagarto, Simão Dias, Itabaiana, Riachuelo, Capela, Própria e Porto da Folha, foram descritas na *corografia* por uma ordem diplomática de conteúdos, desde a posição, clima, salubridade, território, agricultura, comércio, população, porto, prédios, praças e ruas. Logo tratou também de aborda às vilas de Socorro, Santo Amaro, Itaporanga, Rosário, Vila Nova, Gararu, Pacatuba, Aquidabã, Divina Pastora, Siriri, Nossa Senhora das Dores, Japaratuba, Santa Rosa, Carmo, Campo do Brito, Cedro, São Paulo, Cristina, Santa Luzia, Espírito Santo, Arauá, Itabaianinha, Boquim, Campos e alguns povoados.

O trabalho corografico de Silva Lisboa foi bastante elogiado, principalmente pela imprensa sergipana, a iniciativa daquele auto e a qualidade dos conteúdos reunindos na sua obra foram os focos centrais ao mostrar a importância do Estado de Sergipe, naquele momento. Mas

além dos elogios, a obra do lente recebeu severas críticas do geógrafo e professor, Manuel dos Passos de Oliveira Teles, esse que observou minuciosamente aquela obra, concluindo fazer bem os alunos das escolas particulares por não terem obrigações de estudarem a *corografia* de Silva Lisboa. Oliveira, também, pois em questão a autenticidade das informações contidas nos itens referentes à longitude, relevo, hidrografia e outros mais, afirmando que essas seriam muito difíceis de comprovar, por não haver nenhuma referência de fonte. (Santos). Dessa forma, seguiu Oliveira, com um pseudônimo Garcia Muniz a critica toda a obra *corografica* de Silva Lisboa.

Já o *Quadro Chorographico de Sergipe*, de Laudelino Freire, publicado em 1898, foi produzido para ser levado a qualquer lugar, pelo seu formato de bolso. Dividido também por parte e organizado de forma sistemática, o trabalho de Freire como sugere o nome, quadro corográfico foi bem utilizado na obra, já que o conceito da palavra *corografia,* acima mostrado é defendida pelo autor, como parte de um todo, descrição de uma região.

A primeira parte da obra, o autor prioriza, a Descrição Física de Sergipe, assim como Lisboa, enumera nomes ao falar sobre os aspectos naturais, orográficos, morros, hidrografias, limnegrafias, nesografias, portos, barras e faróis. A segunda parte traz a Descrição Política do Estado, o autor nesse momento, organizar de forma sistemática o texto, que fornece informações sucintas sobre a descoberta, conquista e colonização do Estado, como ainda, sobre a invasão holandesa, criação da comarca, emancipação e independência, até a Proclamação da República, finalizando essa parte, por listar os governantes de Sergipe, desde 1821 a 1889, logo os senadores e deputados. Em seguida, noticia a predominante da raça, língua e religião. Explica, ainda nessa parte, a forma de governo e os poderes do Estado, a situação da instrução publica, força publica capitania do Porto, Rendas do Estado e as Indústrias, trazendo dois quadros demonstrativos: um das estações telegráficas e o outro das agencias de correio de Sergipe.

Vale ressaltar, que nesta segunda parte, o autor descrever sobre as cidades de Sergipe, suas vilas e freguezia, fornecendo informações

sucintas sobre noticias históricas, descrições físicas e topografias de cada região.

Diferente da obra de Silva Lisboa, a *corografia* de Laudelino Freire não recebeu lá muitas críticas, talvez por tido esse amigo de Oliveira Teles, o certo é que sua obra, assim como de Lisboa também ficou a desejar no quesito destinado a cultura do povo sergipano, seu modo de vida e sua relação social. Ambas *corografias,* parecem prioriza uma história descritiva e organizada de forma sistemática, pouco ou nada se falou sobre o cotidiano daquela gente.

Entretanto, observando essas duas *corografias* publicadas no final do século XIX e o manuscrito de Severiano Cardoso, não dispersando a importância daquelas *corografias*, mas salientando o valor histórico que teria a *corografia* de Severiano Cardoso, caso este continuasse a sua empreitada. Pois como já fora dito, o autor demonstrou na sua obra, muito mais que simples dados estatísticos, enumeração de rios, bacias, entre outros já citados, mas nos traz uma história dos costumes, dos hábitos e identidade do povo sergipano, apresentados mesmo que de forma sucinta.

Com isso, fica nossa interrogação, caso o manuscrito de Severiano Cardoso, tive sido concluído, ele ultrapassaria em importância de conteúdos históricos e geográficos, as outras *corografias* da época, além é claro de aparentemente ser tido à primeira *corografia*?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando me propôs pesquisar a vida e obra do escritor estanciano, Severiano Cardoso, percebi a urgente necessidade de decifrar e transcrever, um trabalho inédito de sua autoria, que encontra-se arquivado no acervo do IHGSE. O manuscrito, que, seria um livro didático destinado aos alunos do ensino primário caso fosse publicado, é o principal objeto de analisar desse trabalho.

Apresentado, logo após, um resumo biográfico do autor, descrito como um homem de mérito reconhecido e dedicado às profissões que soube exercer na vida com amor e talento. Logo em seguida, fora

memorado por vários intelectuais sergipano, que tiveram ou ao menos sentiram sua contribuição valiosa a educação do Estado, ao jornalismo de Sergipe e a cultura popular, expressas nas peças teatrais, criadas pelo *mestre,* Severiano Maurício de Azevedo Cardoso.

Esse que cem anos, após sua morte nos fornece uma visão de conjunto das atividades de alguns dos municípios, citados no seu manuscrito, quando intencionou a fazer uma história sobre o Estado de Sergipe, em meados do final do século XIX.

No que diz respeito às características do cotidiano e as relações sociais do povo sergipano, seu trabalho traz informações no tocante a construção da identidade *ser sergipano*, em diferentes aspectos culturais.

O estudo sucinto dessa pesquisa não pode se encerrar com a análise documental. Ainda há muitas perguntas sobre esse intelectual, membro de uma família de conceituados professores, que instigar curiosidade, acerca de sua influência e contribuição educacional no ensino de Sergipe, em meados do século XIX, quando atuou efetivamente, no Colégio Atheneu Sergipense e na Escola Normal.

Enfim, esse trabalho é um subsídio ao delineamento da vida de um intelectual sergipano que viveu no século oitocentista e pode ser ainda um ponto de partida para outros pesquisadores interessados nesse objeto de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Serafim Vieira de. *Anthologia de Poetas Sergipanos*. São Paulo: Typographia Cupolo, 1939.

BITTENCOURT, Liberato. *Brasileiros Ilustres 1- Sergipanos Ilustres.* Ed. Rio de Janeiro: Gomes Pereira, 1913. pp 155-156.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de Historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CABRAL, Mario. *Roteiro de Aracaju.* 3º ed. Aracaju: Banese, 2002.

CAMPOS, Edilberto. *Crônicas da Passagem do século: Estância e estancianos- Sergipe e sergipanos*. 1965.

CARDOSO, Severiano. *Lagarto- Sergipe: História e Costumes.* Almanaque Sergipano. Aracaju, pp.242-256.1899.

DANTAS, Jose Ibarê Costa. *Lagarto de Severiano Cardoso*. Aracaju, J. Andrade, 1999.

_____. *História de Sergipe: República (1889 – 2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

ENCICLOPÉDIA *Brasa.* v.6 e v.10, 1968.

FREIRE, Laudelino. *Quadro Chorographico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H. Ganeir, 1898

FREITAS, Itamar. *A escrita da história na "Casa de Sergipe".* Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; São Cristóvão: Editora da UFS, 2002.

_____. *História de Sergipe: Retalhos de Severiano Cardoso.* A Semana em Foco, Aracaju, p.6B, 11 a 18 de set. de 2004.

_____. *Histórias do Ensino de História no Brasil.(1890-1945).* Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; São Cristóvão: Editora da UFS, 2006.

_____. *A História de Sergipe na escola republicana*. A Semana em Foco, Aracaju, 25 de abril de 2004. Disponível em http://www.ensinodehistoria.com.br

_____.*Um resumo da História de Sergipe.* A Semana em Foco, Aracaju, 02 a 08 de maio de 2004. Disponível em http://www.ensinodehistoria.com.br

_____. *O livro didático de História de Sergipe.* Jornal da Cidade, Aracaju, 29-30 de janeiro de 2001. Disponível em http://www.ensinodehistoria.com.br

GALLY, Christianne de Menezes. *Brício Cardoso no cenário das humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)*. Mestrado em Educação--Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2004.

GUARANÁ, Armindo. *Diccionário Bio- Bibliográphico Sergipano*. Rio de Janeiro, 1925. pp 259-260.

LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe.* Ed. Sergipe: Governo do Estado de Sergipe (Série iniciação à cultura sergipana antropologia, etnografia, folclore). 1984.

_____.*Literatura Sergipana*. 2ºed. Brasília; 1976.

_____.*História da Literatura Sergipana*. Ed. Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura, 1971.

_____. *História da Literatura Sergipana*. Ed. Aracaju; Fundesc, v 2- fase romântica, 1986 (Coleção Ofenísia Freire).

LIMA. A. Ávila. *"Brício Cardoso e sua projeção na família e na sociedade Sergipana"*. Aracaju 06 de Julho de 1944.

LISBOA, Luiz Carlos da Silva. *Chorographia do Estado de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial de Aracaju, 1897.

NUNES, Maria Thetis. História da Educação em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: UFS, 1984.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº26 A, 1962.v.XXI.

ROMERO, Sílvio. *Parnaso Sergipano*: (edição comemorativa). Silvio Romero; org. Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago. Ed.; Aracaju, SE: UFS, 2001.

_____. *Minhas Contradições*. Bahia: Catilina, 1914. pp 163.

SAMPAIO, Prado. *A Literatura Sergipana***.** 1908. Imprensa Econômica, Maroim, 1908. pp 52-53.idem, 2ºed.1928. pp 47-48.

_____. *Sergipe*. Maroim, 1905

SANTOS, Vera Maria dos. *A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX.* Mestrado em Educação- Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2004. pp 18,45.

SILVA, Eugenia de Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)*. Dissertação apresentada ao núcleo de Pós Graduação em Educação da UFS. São Cristóvão: Ed, 2004.

TORRES, Acrísio. *Morte dos Boticários*. In: *Pó dos Arquivos*. Brasília: s.n., 1999. p 28-29 (Publicado originalmente no Jornal de Sergipe, Aracaju, 22 maio 1972 e na Gazeta de Sergipe, Aracaju, 18 de maio de 1975).

VALENÇA, Cristina de Almeida. *Entre livros e agulhas: representação da cultura escolar feminina na Escolar Normal em Aracaju (1871-1931)*. Aracaju: Nossa Gráfica, 2005

JORNAIS

Sergipe Jornal: Sergipe, 04 de Janeiro de 1923.

Correio de Aracaju: Sergipe, 04 de Outubro de 1908

A Razão: Estância, 04 de Outubro de 1908.

Correio de Aracaju: Sergipe, 10 de Outubro de 1907

Correio de Aracaju: Sergipe, 06 de Outubro de 1907

A Razão: Estância, 06 de Outubro de 1907

Jornal do Aracaju: Sergipe, 1872 – 1875.

O Estado de Sergipe: Sergipe, 14 de Julho de 1889.

Artigo Recebido em 20 de março de 2012.

Aprovado em 24 de maio de 2012.

Artigo Recebido em 20 de março de 2012.

Aprovado em 24 de maio de 2012.

Discursos

DISCURSO EM HOMENAGEM A MARIA THETIS NUNES*

Terezinha Alves Oliva**

Senhores e Senhoras:

Por muitos motivos é justa a homenagem que o IHGSE presta nesta tarde à memória da Professora Maria Thetis Nunes. Não é a primeira vez que o faz, mas os que dirigem esta Casa sabem que a memória se constitui na repetição, na rememoração e entendem que o IHGSE tem, na sociedade sergipana, um papel que é também pedagógico – o de não deixar cair no esquecimento a importância e a obra daqueles cuja contribuição à construção da sociedade precisa ser reconhecida e pode servir de exemplo e de estímulo a novas atuações.

A nossa homenageada recebeu, em 2003, o título de Presidente de Honra desta Casa, tendo então declarado que o Instituto Histórico estava entre os sonhos que marcaram a sua vida e as realizações que a ela deram sentido. Há quase dois anos uma bela sessão dirigida pelo Professor Ibarê Dantas ocorreu aqui, logo após o falecimento da Professora, num evento carregado de emoção que chegou a provocar lágrimas.

Não é fácil, assim, acrescentar alguma coisa sobre quem foi tão homenageada, quer em vida quanto após a morte. Cito a biografia premiada "Professora Thetis, uma vida" escrita pela historiadora Maria

* Discurso proferido em solenidade realizada pelo IHGSE em 25 de outubro de 2011.

** Oradora do IHGSE e Superitendente do IPHAN/SE.

Nely dos Santos (Aracaju, Gráfica Pontual, 1999); o título de "Mulher do Século" concedido pelo SESC/Sergipe, comemorado com palestra e exposição; a VII Semana de História com temática que o Departamento de História e a Associação Nacional de História/ANPUH dedicaram à sua obra historiográfica, resultando em textos que foram publicados sob coordenação do Professor Jorge Carvalho. Após o falecimento da Mestra multiplicaram-se as homenagens e os artigos publicados em sua memória.

Hoje, quando completa dois anos que perdemos do nosso convívio a ilustre historiadora, o IHGSE lança o Prêmio de Monografias Maria Thetis Nunes, uma homenagem destinada a ser perene, que a fará lembrada pelas novas gerações, estimulando a continuidade da pesquisa histórica, tarefa que lhe foi tão cara. Quero desejar vida longa a esse prêmio. Que o Instituto possa mantê-lo e, assim, reforçar o apoio que dá à pesquisa histórica em Sergipe, como já faz através do acesso aos seus acervos e pela publicação da sua Revista.

Motivos não faltam para justificar essa iniciativa e destacar a figura da Professora Maria Thetis como credora da nossa admiração e apreço. Temos, nós, sergipanos, uma dívida em relação à sua coragem, ao seu espírito forte e pioneiro: ela foi alguém que abriu caminhos, enfrentando o preconceito e as barreiras impostas por uma sociedade patriarcal e machista.

Desafiou-a ao seu modo, sem empunhar bandeiras, sem fazer proselitismo, sem ser panfletária. Discreta, decidida e disciplinada, encarou o mundo dos homens com as armas de uma personalidade forte e com a formação intelectual que adquiriu ao fazer, na Bahia, dois cursos superiores. Era uma época em que constituía quase subversão uma mulher, sozinha, sair para estudar em outras plagas. Ao voltar, graduada, desafiou a Congregação do Colégio Ateneu, que passou a integrar, por concurso, apesar da sua juventude e da condição feminina. Numa época em que nem a Europa reconhecia mulheres historiadoras, eis que ela escrevia a sua tese sobre a Civilização Árabe, prenunciando a historiadora que haveria de tornar-se, em plenitude, no ambiente do Departamento de História da UFS.

Atuando profissionalmente desde 1945, por mais de meio século, Maria Thetis foi um novo tipo de professora. Não era incomum uma

mulher ser professora - afinal uma das poucas atividades a que a mulher tinha acesso para além do lar – mas ela foi pioneira ao ser a um só tempo intelectual e educadora. Pensou, através dos seus livros, a trajetória da educação brasileira e da educação sergipana (numa obra pioneira e por muito tempo, única), assim como a trajetória da civilização em Sergipe e o fez sem abrir mão da prática diária na sala de aula.

Foi professora de gerações, com a mesma disciplina e seriedade. Suas aulas jamais deram espaço à digressão, à balburdia, à indisciplina. Sua presença impunha respeito; os alunos sabiam que deveriam se colocar a certa distância, respeitar a hierarquia e a formalidade no trato, sem que a professora precisasse alterar a voz ou lançar mão de instrumentos arbitrários. Ela respeitava a profissão e tinha orgulho do seu ofício, exercendo-o com dignidade e dignificando-o; sua militância se fez na prática diária, na firmeza das posições, no compromisso, na seriedade, na postura, no exemplo de uma figura afinal incomum, que nunca foi, por conta disso, prepotente.

Engajou-se no esforço para a construção de uma historiografia sergipana, dividindo com o Professor Silvério Fontes a liderança dos professores do Departamento de História que em abril de 1972 implantaram o Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe. Defendeu o Projeto nos Conselhos Superiores da UFS e dele participou, encarregando-se do levantamento em arquivos portugueses.

O início da década de setenta inaugurou a "era da História" em Sergipe. No afã de uma história científica, acadêmica, profissional, os professores da UFS foram aos arquivos com os seus alunos. Identificaram, limparam, catalogaram documentos, organizaram e até criaram novos arquivos. Foi nesse espírito que a Professora Beatriz Góis Dantas, mesmo sem fazer parte do Departamento de História, enfrentou a faina de recuperar e organizar o Arquivo Público Estadual, juntamente com alunos de História, dos quais eu, orgulhosamente fiz parte. Ao fim e ao cabo, os historiadores tinham a sua matéria-prima, ciosos do princípio da história profissional do século XIX – "a história faz-se com documentos" – e aptos para outros vôos a este respeito. Decerto, com a arma da crítica histórica muito claramente usada no Levantamento,

demarcavam-se as características de uma história acadêmica.

A Professora Thetis foi, seguramente, a pesquisadora que mais usou os documentos que buscou nos arquivos portugueses, produzindo a partir deles os estudos sobre a História de Sergipe, dos quais se ocupou mesmo após a aposentadoria e quase até o fim da sua vida.

Nada disso foi por acaso. Além da Tese com que adentrou a Congregação do Ateneu Sergipense, a Professora "descobriu", nos anos cinqüenta, a importância de Manoel Bomfim. Viu em Bomfim e em Silvio Romero, dois ideólogos da nacionalidade brasileira e captou, de Bomfim, o estudo da atuação das elites no Estado brasileiro e a importância da educação para a constituição da nação. Isto junto com a sua aproximação de autores marxistas cunhou uma visão de história bem fundada no valor do documento, mas que articulava o estudo da realidade local – sergipana ou brasileira – nas teias da Totalidade, à maneira do filósofo Luckas.

Da experiência de uma conferência na UNB sobre o processo de independência em Sergipe, em 1972, publicada nos Cadernos UFS de 1973, surgiu o livro "História de Sergipe a partir de 1820", de 1978. O Sergipe Colonial e o Sergipe Provincial mereceram-lhe alentados estudos, enquanto ela anunciou o Sergipe Republicano, que não chegou a publicar. Mas além dos livros, na área da História da Educação, da Biografia e da História Política, foram inúmeros os artigos, os capítulos inseridos em outros livros e até mesmo o dossiê para a candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio mundial contou com a sua contribuição.

Foi no curso da elaboração do Projeto de Levantamento das Fontes Primárias, fundamental para os nossos estudos históricos, que ela foi instada a assumir a Presidência do IHGSE. Segundo seu próprio depoimento, o Professor Silvério e o pintor Jenner Augusto tiveram o poder de convencê-la a aceitar o desafio de presidir uma instituição em crise. Seria pioneira, mais uma vez, a única mulher a assumir essa presidência.

O mundo intelectual estava voltado para a nova universidade; as contribuições do poder público haviam escasseado ou cessado desde o fim dos anos sessenta; o Secretário Perpétuo do Instituto, Epifânio Dória,

já nonagenário e doente, não conseguia manter a dinâmica do IHGSE; o acervo documental e bibliográfico precisava de organização; o acervo pictórico precisava de restauração; o museu se desorganizara , o prédio e principalmente o auditório, precisavam de intervenção.

Durante 32 anos a Professora Thétis empenhou o seu prestígio pessoal na manutenção do Instituto. Os apelos aos governadores do Estado, a prefeitos de Aracaju e a Deputados garantiram a sobrevivência do Instituto e a publicação, mesmo que esparsa, da sua Revista e de obras como a do Padre Aurélio de Vasconcelos.

Tinha consciência das dificuldades e sabia que o Instituto precisava de renovação, depois de tantos anos. Segundo declara no Relatório de 2003, ela sabia que o Instituto precisava passar para novas mãos e convenceu o Professor Ibarê Dantas dessa necessidade.

Dessa forma, a fase atual após a renovação impingida ao sodalício desde 2003 sob o comando do Professor Ibarê Dantas, continuada na atual gestão do Presidente Samuel Albuquerque, preparou o IHGSE para encarar renovado e revitalizado o seu próximo centenário, sem esquecer a importância da contribuição da Professora Thetis Nunes.

Muito obrigada!

DISCURSO EM HOMENAGEM A LUIZ ANTONIO BARRETO*

Terezinha Alves Oliva**

Senhoras e Senhores:

Este Instituto costuma homenagear os seus sócios falecidos. É o momento de um preito de gratidão, o justo reconhecimento àqueles que, tendo a iniciativa de concorrer ao sodalício, contribuíram para o seu fortalecimento, sua promoção e perpetuação. Mas é também o momento de destacar, para além do interesse comum que moveu a todos os que se associaram a esta Casa, figuras que, pela sua obra e pela relevante contribuição pessoal, o Instituto pode referendar no rol dos construtores da chamada "cultura sergipana".

Hoje, reunidos por determinação estatutária para celebrar o dia da Emancipação de Sergipe, é mister homenagear a uma dessas figuras. Luiz Antônio Barreto, falecido em 17 de abril último, já recebeu inúmeras homenagens, que acentuaram a importância da sua obra e da sua contribuição intelectual. Aqui, porém, a coincidência de juntar o nome do escritor, acadêmico e agente cultural ao da celebração da sergipanidade, revela-se como uma dessas oportunidades excepcionais. Quem, entre os nossos contemporâneos, mais deu ênfase a esta data e ao que ela representa? Quem

* Discurso proferido na sessão solene comemorativa da Emancipação Política de Sergipe, realizada pelo IHGSE em 6 de julho de 2012.

** Oradora do IHGSE e Superintendente do IPHAN/SE.

mais buscou explicar-lhe a densidade e o significado, indo além do conteúdo histórico e político?

Toda a vasta obra de Luiz Antônio Barreto, caros confrades, senhores e senhoras, pode ser lida como uma construção permeada pelo esforço de conceituação e de fundamentação do que viria a ser a "sergipanidade". Ele a entendia como: " um conceito cultural, capaz de inspirar artistas, escritores, pensadores, qualificando um sério e inarredável compromisso das manifestações da cultura."

Na visão do nosso homenageado esse compromisso podia ser identificado no povo, que resiste "ao seu modo" ao domínio da cultura hegemônica e "guarda as manifestações mais autênticas, que são a vida, nem sempre fácil, dos grupos sociais subalternos"; mas estaria também representado em personalidades como seriam Tobias Barreto ou Sílvio Romero, símbolos de uma "têmpera sergipana" sempre firmes no enfrentamento da realidade, ainda que seja a mais adversa.

Sergipanidade seria portanto, no entender de Luiz Antônio Barreto, um conjunto de traços típicos, que distinguiriam a identidade sergipana, um conjunto que "inspira condutas e renova compromissos, na representação simbólica da relação dos sergipanos com a terra e, especialmente, com a cultura, e tudo o que ela representa como mostruário da experiência e da sensibilidade."

Esse conjunto de traços típicos, assim compreendido, corresponde a uma "atitude tanto individual como coletiva" através da qual devem "florescer as manifestações artísticas, as contribuições lúdicas, saberes e fazeres, usos e práticas circulantes a serem incorporadas pela aceitação, para serem consagradas e renovadas." (Todas as citações são de "Sergipanidade: um conceito em construção" e-sergipe.com/artigos/luiz antonio barreto 2011. Acesso em 04/07/2012)

Por essas vertentes, tanto a das "manifestações do povo" como a da identificação de personalidades características – intelectuais sergipanos - andou o texto e fluiu a palavra de Luiz Antônio, na prolífica produção que vai dos livros aos artigos em jornais, das conferências, palestras, entrevistas, discursos e depoimentos, passando pela organização de CDs e de eventos diversos, à manutenção de dois sítios na rede mundial de

computadores. Atividade incessante que organizou as obras completas de Tobias Barreto em 10 volumes, as de Silvio Romero em 21 volumes, publicou obras como "Um novo entendimento do folclore; Tobias Barreto; Apologia de Deus e outros escritos sergipanos; Cultura: um roteiro de alusões; Sergipe, 100 anos de história constitucional; Gracho Cardoso – Vida e Política; Dicionário de Nomes e denominações de Aracaju; Sem fé, sem lei , sem rei; Os vassalos do rei; História do poder judiciário de Sergipe; Personalidades sergipanas, além de obras em parceria, como as duas últimas, Aracaju: cidade das águas e a obra póstuma Jouberto Uchoa de Mendonça: vida & experiência, sem falar nos incontáveis livros que prefaciou e apresentou.

Em tudo o que ele escreveu ou fez, é possível perceber o esforço pedagógico, o entusiasmo missionário de quem quis fazer conhecidos Sergipe e a contribuição dos seus filhos, ilustres e anônimos, na riqueza e na diversidade da sua produção cultural. Portanto, a excepcional coincidência de homenagearmos a memória de Luiz Antônio Barreto na sessão solene alusiva ao 8 de julho, não podia ser mais notável, considerando ainda que ele esteve tão atento a esta data que foi um dos responsáveis por transformar em dia da sergipanidade o 24 de outubro, quando o governo de Sergipe entendeu ser necessário definir uma única data para a celebração da nossa emancipação e proclamou o dia da Carta Régia de D. João VI como efeméride oficial, deixando para trás a data da festa, 24 de outubro, que a memória popular consagrou, no passado, mas que foi perdendo conteúdo através do tempo.

Dono de uma vasta e variada biografia cultural Luiz Antônio Barreto se destacou como um dos construtores da produção cultural sergipana, movido por essa busca da sergipanidade tanto do ponto de vista da elaboração do conceito, quanto da sua aplicação à realidade. Enfeixando por várias vezes o poder político nos diversos cargos que ocupou, quer na esfera pública quer na iniciativa privada, como Secretário de Estado, como Secretário do Município de Aracaju, como Assessor da Universidade Federal de Sergipe, como Diretor na Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em Recife, como um dos diretores da Fundação Augusto Franco ou como Diretor do Instituto Tobias Barreto, procurou

sempre aliar a reflexão intelectual à intervenção prática, tomando importantes medidas de estímulo à atividade cultural e à educação públicas. É verdade que essa atuação por vezes o tornou figura polêmica, tão onipresente foi no cenário cultural sergipano. Mas é inegável reconhecer a dedicação, a criatividade e a paixão com que ele agiu, procurando articular e atualizar o que entendia como sergipanidade na ampla teia da cultura brasileira e até no cenário internacional.

Neste sentido, Tobias Barreto foi o seu farol. A admiração pelo grande sergipano fez de Luiz Antônio um continuador de Sílvio Romero, na difusão do pensamento e da obra do Mestre, na atualização do conceito de cultura presente nas inteligências estelares da Escola do Recife. Mas ele nunca foi simplesmente um beletrista. Procurou resultados práticos naquilo em que acreditou. Cultor da memória, plantou memoriais por todo o Estado e ligou o seu nome à criação de bibliotecas e escolas. No campo da educação criou o Programa de Qualificação Docente, o PQD, quando esteve à frente da Secretaria de Estado da Educação. Destinado a proporcionar aos professores da rede estadual, no interior, o acesso ao Curso de Licenciatura, o PQD constituiu uma solução criativa para atender à exigência legal de qualificar os professores enquanto proporcionou à Universidade Federal de Sergipe interiorizar o ensino em cinco pólos de atuação.

Mas nenhuma experiência foi tão longa na biografia de Luiz Antônio Barreto como a atividade ligada ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a continuidade da sua mais pura tradição na construção da sergipanidade. Integrado ao quadro de sócios em 1972, na gestão da Professora Maria Thetis Nunes, ele ainda alcançou a atuação do venerando Epifânio da Fonseca Dórea que, já velhinho e doente, se afastava paulatinamente do seu memorável trabalho à frente do Instituto. A gestão da Professora Thetis Nunes veio, num momento de crise, garantir a sobrevivência da Casa de Sergipe. A Presidente se cercou de novos nomes, remanejando a composição da Diretoria. A partir de 1974, Luiz Antônio Barreto substituiu o Prof. Manoel Cabral Machado no cargo de Orador. Então, um outro estilo marcaria esta tribuna, diverso do estilo arrebatado e poético da inesquecível oratória do Dr.

Cabral Machado. Num modo quase coloquial, moderno, contido, fluía a palavra do novo orador, que mesmo assim dispensava anotações ou roteiros escritos. A prodigiosa memória e o vasto conhecimento, pleno de particularidades o fazia construir atuações com que abrilhantava as sessões solenes do Instituto. Então, ainda como Secretário de Estado, ou residindo em Recife, nunca se afastou do cargo de orador, função que desempenhou até o ano de 2007.

Sobram motivos, pois, para o reconhecimento do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe ao intelectual Luiz Antônio Barreto, que prematuramente nos deixou. Sergipe perdeu um grande estudioso, um dos construtores da nossa identidade. A cena cultural perdeu um agente cujo nome figura entre os criadores de vários dos nossos maiores eventos culturais. Já os eventos culturais perderam o palestrante sempre disponível e presente. O campo da memória perdeu um defensor e um cultor; a produção intelectual sobre Sergipe se empobreceu, as tradições populares perderam um inventariante.

Agora resta-nos a homenagem reconhecida e a certeza de que ele faz falta!

Tenho dito.

HISTÓRIAS DE UM LIVRO...

Fernanda Cordeiro de Almeida*

Hoje é um dia muito importante para mim, é o dia da concretização de um sonho, idealizado há muito e que nas veredas do tempo já calava esquecido. Estou aqui hoje diante de amigos e de familiares que orgulhosos dividem comigo este júbilo. E, estar aqui na Casa de Sergipe tem todo um significado especial, pois esta é a minha terceira casa. Na primeira casa, casa da meus, pais tenho conforto, carinho e mais do que isso tenho cinco amigos, meus pais e meus três irmãos, não posso pensar diferente num lugar onde as conversas na cozinha são sempre o refrigério da alma... Já a minha segunda casa é e sempre foi a UFS, ingressei no curso de história no alvorecer da juventude e por lá permaneci exatos dez anos entre graduação em história, mestrado em meio ambiente e substituta em arte para o curso de museologia. Aprendi muito na casa UFS e tive excelentes professores.

Sob o signo de Clio fui magistralmente conduzida por Terezinha Oliva, Verônica Nunes, Francisco José Alves, Jorge Carvalho do Nascimento e Itamar Freitas. Mais tarde no mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Adauto de Souza Ribeiro, Maria Augusta Mundim Vargas, Rosemeri Melo e Souza, Antonio Carlos dos Santos, Maria Benedita Lima Pardo e Laura Jane me guiaram entre os caminhos do desenvolvimento sustentável, ideias de natureza e a complexidade

* Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe.

ambiental. Ainda na UFS, como substituta de arte em museus aprendi a ser professora, correndo atrás e ensaiando o olhar diante das obras de arte, lição que acredito ter repassado para meus adoráveis e inesquecíveis alunos.

O tempo passou, o namoro acabou e o que eu fiz? Arrumei as malas e sai fazendo pesquisas, aqui e acolá, Salvador, Recife. A cidade anfíbia, de Josué de Castro, erguida entre os rios Capibaribe e Beberibe me recebeu de braços abertos, tudo fluiu, fiz amigos, contatos na UFPE e na Fundação Joaquim Nabuco a inscrição. O dia 28 de agosto de 2009 foi realmente abençoado – tudo convergia para o erro, o atraso, o empecilho – sedex atrasado, trânsito engarrafado, papel encadernado errado, mas ao final deu tudo certo. Concorri com trabalhos do Brasil inteiro e hoje tenho o diploma de vitoriosa. O orgulho e a felicidade dos que me cercam são a consequência do reconhecimento do esforço e da dedicação. Dedicação, sim, sobre-humana por sinal, o livro ora lançado foi escrito em apenas um mês e meio, a pesquisa tão longa não me permitiu o bônus do tempo. Tanta dedicação que na época que escrevia, o objeto quase se confundiu com a autora – por pouco não virei a mulher caranguejo, de tão largada e absorta na escrita, não comia, perdi 5 quilos. Mas, passado o tempo, reconheço que o sacrifício não foi em vão, posso dizer – valeu a pena!! Como diria Fernando Pessoa, tudo vale a pena se a alma não é pequena.

Posso dizer que o sonho foi realizado a partir do improvável, falar do óbvio às vezes é difícil. Mas, para mim sempre foi tão claro – os manguezais de Aracaju são devastados desde sempre e o que temos feito? Muito pouco. O bairro Jardins cresceu assim, como alertou Fernando Gabeira, os dois shoppings da cidade são túmulo de uma paisagem dilacerada para sempre. Reclamar do mau cheiro é fácil quando prédios luxuosos lançam a sua escória, o seu lixo contaminando por remédios e drogas as águas do manguezal. Por que aterrar é mais fácil? Por que construir é mais fácil? Por que envenenar é mais fácil? O Parque Ecológico do Tramanday é uma grande prova de resistência, pálido, anêmico, seu solo é habitado por inumeráveis caranguejinhos que arejam o solo. Aracaju ainda possui muitos manguezais, mas até

quando? Talvez até a especulação imobiliária permitir, especulação que não é exclusividade das classes A e B, mas que é praticada também pelos desfavorecidos economicamente. Alertar para a destruição paulatina, constante e lenta dos manguezais é chamar a atenção também para os milhares de pescadores e marisqueiras que vivem da lama e das folhas que se desprendem dos mangues e alimenta a vida no mar. A cidade conhecida turisticamente por sua passarela do caranguejo, agora observa a devastação que convive, diuturnamente, cotidiana.

Agora este alerta levantado pelo livro será dividido pelo Brasil afora, exatos 900 exemplares deste trabalho de pesquisa serão distribuídos pelas universidades e escolas públicas do Brasil. Para mim é uma honra levar o nome de Sergipe para tão longe. Para finalizar retorno para a minha terceira casa – A Casa de Sergipe. Foi aqui nesta casa que fiz seguramente pelo menos oitenta por cento desta pesquisa. Sempre acolhida de braços abertos por funcionários como o senhor Gustavo que também deu entrevista para o livro. O professor Ibarê Dantas que sempre me incentivou e Samuel Albuquerque, amigo desde a época do curso de história que reconheceu e viu brilhar a minha estrela. Sou muito contente por estar aqui e por fazer o lançamento aqui, não podia ser de outra forma, não podia ser diferente.

Documentos

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE SERGIPE

Florentino Telles de Menezes

Cumprindo a nossa promessa de hontem, damos a seguir o substancioso discurso do Sr. Dr. Florentino Telles, proferido ante-hontem, por occasião de ser fundado o Instituto Histórico e Geographico Sergipano;

Meus senhores:

Antes de tratar dos motivos que me determinaram a convocar esta reunião cumpre-me agradecer a todos aquelles que em tão boa hora attenderam ao meu pedido.

Contudo não foi surpresa para mim a maneira attenciosa delicada de todos vós que concorrendo a esta sessão me honraes altamente com as vossas presenças.

Já esperava isto.

Conheço de ha muito o vosso espírito altaneiro quando se trata de por em execução projetos que visam o futuro e o engrandecimento de nossa pátria.

Procurarei ser conciso afim de não abusar de vossa attenção.

Talvez que minhas palavras toscas demais vão ferir desagradavel-

[1] Discurso de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na tarde do dia 6 de agosto de 1912. O texto foi publicado pelo jornal "O Estado de Sergipe" na edição nº 3903, no dia 8 de agosto do mesmo ano. O mesmo texto foi publicado na Revista do IHGS em seu primeiro número, no ano de 1913. Dada a importância do texto e do momento em que se celebra o centenário da Casa de Sergipe, o discurso é reeditado seguindo a versão original, publicada em "O Estado de Sergipe".

mente os vossos ouvidos de esthetica acostumados a todos os requintes da arte litteraria.

Bem sei que sob este ceo ducissimo, nesta terra abençoada onde as tardes são claras e a briza é um hymno eterno entoado pelos elementos à natureza creadora o homem nasce poeta.

E por isto reclamo para mim a vossa benevolência.

Não vejais nisto um desejo de reclame pois sempre fui adverso a reclames.

Isto é apenas esforço de meu espírito com que eu procuro apresentar-vos neste momento as ideias que por acaso me occorreram.

Julguei que assim procedendo concorreria para o progresso intelectual de Sergipe e então não trepidei nem mesmo diante das difficuldades materiaes que forçosamente haviam de embaraçar-me o caminho.

Tenho certeza que contarei com a bôa vontade de todos vós, com a vossa intelligencia, com os vossos esforços para progredir da ideia de que ora vos apresento.

A fundação do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe não pode por mais tempo ser adiada.

Fallar sobre a sua importância torna-se quase desnecessário; todos vós sabeis e melhor do que eu.

Sergipe não tem um instituto ou uma associação scientifica com que distinga os seus grandes homens.

Todos os nossos talentos são condecorados pelas sociedades extrangeiras ou de outros Estados.

Dahi o marasmo, a falta de estimulo que existe em nossa terra não, por que nos faltem genios, mas porque estes se apagariam sem reflexo, victimas do meio como a voz se extingue nas planícies desertas, aos poucos, sem echo...

Elle é um dos poucos Estados da União brasileira que não possue um instituto deste genero.

Não citarei São Paulo, Minas e o Rio Grande do Sul que pelo seo progresso honraram ao Brazil e podem ser comparados a algumas nações europeias, mas os pequeninos Estados do Nordeste, Alagoas, Parahyba e o Rio Grande do Norte que neste ponto levam vantagens ao nosso.

Não devemos pois continuar nesta inferioridade e preenchamos o quanto antes esta lacuna.

Sergipe é pobre e pequeno em território, mas grande pelo trabalho, pela energia e pelo talento de seus filhos, pelo talento que eleva... eleva e nobilita.

Tobias Barretto e Fausto Cardoso são dois grandes soes que illuminaram e illuminarão sempre a athmosphera intelectual do Brasil.

O Estudo da História não é uma inutilidade como a primeira vista pode parecer a espíritos superficiaes, a História não é a simples enumeração de factos do passado, mas é a escada por onde sobrem os povos... O estudo da Geographia não é de menos importância: elle é uma necessidade impreterível na epocha "socialista" de hoje.

Já nas relações commerciaes, já na troca de pensamentos, os homens cada vez mais unem-se, razão porque o seu estudo torna-se indispensável actualmente.

Não temos um instituto que guarde as nossas tradições e ellas se extinguem por si ou destruídas pela acção do tempo que tudo aniquila.

As tradições são a alma dos povos e nós devemos guardal-as como o legado mais precioso que nos deixaram os antepassados.

Quebrem-se as tradições de um povo, de uma raça e ver-se-há que em seo lugar ficará uma reunião de homens amontoados sem ordem, sem leis, sem unidade si não ethnica pelo menos psycologica e social.

O desprezo as tradições é o ultimo symptoma que aparece nas sociedades envelhecidas as quaes tenderão para a anarchia.

Guardemos pois as nossas, façamos dellas a nossa bandeira e na marcha incerta para o futuro busquemos as energias que porventura nos faltarem nas fontes gloriosas e intérminas do passado.

Mas senhores antes de terminar eu quero vos mostrar a marcha de minha ideia.

Sergipe vivia em um marasmo de corpo e alma.

A nova epocha em que entrou em véspera dos notáveis melhoramentos materiaes e intellectuaes projetados pelo reformador de nosso Estado o Exmo. Sr. Presidente do Estado General José de Siqueira de

Menezes despertou em mim a lembrança da fundação do Instituto de que ora me occupo.

Concorrera portanto este Presidente na elaboração de minha ideia e a elle devo esta iniciativa.

Lembro ainda o nome do Desembargador Manoel caldas Barretto Netto.

Logo que pensei na fundação deste Instituto e a comuniquei a este notável homem de letras e político eminente elle não cessou de dispensar os maiores cuidados e attenções para a ideia que concebi.

De muito bôa vontade offereceu-se para conseguir sala no Club Esperanto a qual foi gentilmente cedida pelo illustre cavalheiro dr. Alcebiades Paes, muito digno Presidente do mesmo Club.

Enfim, o Desembargador Manoel Caldas Barretto Netto por sua intelligencia superior, sua vasta erudição e sua vontade enérgica tornou-se a alma da sociedade que actualmente desejo formar.

E terminando eu apresento para Presidente deste Instituto o Desembargador João da Silva Mello como uma homenagem ao seu talento e profundos agradecimentos.

Florentino Menezes.

O SERGIPANÊS CLODOMIR SILVA

Gilfrancisco[1]

RESUMO
O objetivo deste artigo é mostrar a trajetória meteórica do intelectual sergipano Clodomir Silva (1892-1932), apresentando alguns discursos, entrevistas e reproduções de notas publicadas na imprensa local, especificamente, no Diário Oficial do Estado, salientando também a importância da Imprensa Oficial na divulgação de assuntos políticos e culturais da nossa gente. Nesse sentido, vale lembrar que apesar de Clodomir Silva ter publicado dois livros, *Álbum de Sergipe* (1920) e *Minha Gente* (1926), grande parte de sua produção jornalística encontra-se esparsa, por este motivo apresentamos três textos de relativa importância para a memória cultural do Estado. Apesar da curta passagem pela vida, sua presença foi das mais marcantes. Tanto que, até hoje, é um dos nomes mais citados quando se trata das cousas do Aracaju. Clodomir Silva, no entanto, não poderia deixar de participar deste número especial, comemorativo aos 100 anos de criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, com o fim de enaltecer ainda mais a sua memória. Clodomir Silva foi sempre amigo de todos aqueles com quem conviveu, muita cordialidade, muita estima e muito respeito mútuo.

Palavras-chave: Aracaju, Biblioteca Pública, Minha Gente

[1] Jornalista, professor da Faculdade São Luís de França, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Diretor de Imprensa da Associação Sergipana de Imprensa – ASI. gilfrancisco.santos@gmail.com

No dizer de Freire Ribeiro, Clodomir Silva, "é um pássaro luminoso que alto voa na embriaguês do azul" ou o Desembargador Luiz Pereira de Melo, "seu desaparecimento há 46 anos, foi como uma hora crepuscular para a cultura sergipana." O saudoso mestre, José Calasans diz que "Clodomir recolheu muita coisa da poesia popular em Sergipe. Na Academia Sergipana de Letras, declamava dezenas de quadras populares. Ele me impressionou muito, não era um professor que empolgasse na classe. Faltava muito, mas era desses professores de conversa de porta de sala." O amigo Epifânio Dória em artigo publicado na imprensa sergipana, sobre o seu desaparecimento afirma que "Clodomir Silva foi uma figura singular em nosso meio, digno de um estudo aprofundado por quem tenha qualidades de psicólogo. Modesto, desartificioso, leal, franco, prestativo, desambicioso e decidido, era também um espírito culto, um caráter independente e um lutador destemido, quando tomava partido aos entrechoques da política ingrata do seu tempo." A passagem do décimo segundo aniversário de sua morte foi lembrada pelo jornalista Paulo Costa, diretor do Sergipe-Jornal:

> Ontem era a mocidade do Colégio Estadual de Sergipe que lhe prestava mais uma homenagem significativa. O mestre foi ali relembrado, entusiasticamente, pelos jovens que não esqueceram as suas lições, as suas aulas cheias de humor e de cultura, a sua palavra fácil e envolvente. Clodomir, porém, não se restrigira às atividades magisteriais. Nele, estava também o político em ação, o jornalista fluente, o orador das massas, o advogado sem curvaturas.

Nascido em Aracaju a 20 de fevereiro de 1892, era filho de Eugênio José da Silva e de D. Argemira de São Pedro e Silva. Nessa cidade fez os primeiros estudos, cursando preparatórios no Ateneu Sergipense, onde após conclusão do curso superior, passou a lecionar. Como Machado de Assis, José do Patrocínio, Humberto de Campos e outros escritores, Clodomir foi seduzido pela vida de

imprensa, ingressando muito jovem como tipógrafo, em um dos jornais que aqui circulavam. Segundo um dos seus companheiros de ofício da época, em depoimento a Freire Ribeiro, contou-lhe "do seu trabalho, do seu esforço para acompanhar a composição dos tipógrafos mais adiantados o que dentro em pouco conseguiu não só alcançá-los como ensiná-los no melhor compor essa música dos tipos, cujos acordes retemperam e alargam a grande sinfonia universal das ideias humanas."

No final do ano de 1916, concorre a uma vaga da cadeira de Língua Portuguesa da Escola Normal, não galgando aprovação. Indignado com o resultado, por perceber que existia uma "campanha surda que moveu o Sr. dr. da Instituição Pública, querendo ali naquele estabelecimento de ensino, fazer entrar, a viva força, gente do peito, para poder movê-la a sua vontade e aprovar e reprovar ao sabor dos caprichos, não deixaria entrever outra solução."[2] Por esse motivo Clodomir Silva escreve um longo artigo Uma Bela Comédia, publicados em cinco partes, onde através de requerido enviado a Congregação da Escola Normal, contesta atitude por parte da examinadora Etelvina Amália de Siqueira que publicamente demonstrou afeto "traduzida por longo abraço de felicitações à mencionada candidata."[3]

Em abril de 1919 ingressa na tradicional Faculdade de Direito do Recife, somente no ano de 1923 conseguia matricular-se no curso de Bacharelado. Fazia sempre os exames de segunda época, porque sendo pobre não freqüentava o curso. Diferentemente de muitos sergipanos, ao bacharelar-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1926, retorna a terra natal para dedicar-se ao estudo da história do lugar e dos costumes do povo, dos ditos populares, da linguagem dos homens iletrados.

Casado com a professora do Instituto Coelho e Campos, Anna Araújo de Souza e Silva conhecida no meio social, por Nanoca, a 9 de dezembro de 1922. O jovem casal gerou oito filhos, três homens e cinco mulheres, sendo que dois deles (Atma e Aperipê) faleceram ainda criança.

---

2 Clodomir Silva. Uma Bela Comédia. Aracaju, Correio de Aracaju, 20 de dezembro, 1916.

3 Clodomir Silva. Uma Bela Comédia. Aracaju, Correio de Aracaju, 20, 21, 23 e 24 de dezembro, 1916.

Na condição de deputado estadual para a legislatura de 1920-1922, reeleito para a de 1923-1923 , ao visitar São Paulo em setembro de 1920, Clodomir Silva esteve em Santos, onde foi entrevistado por dois jornais: A Gazeta do Norte e pelo Jornal da Noite: "eu tinha as melhores notícias; não pensei, porém, fosse tão agradável cidade como é. Que formosura natureza! Encantaram-me suas praias, o aspecto das ruas, que, confesso-lhe, meu amigo, tem alguns pontos, parecenças com Aracaju, guardadas as condições das duas cidades".

O Jornal da Noite vem pedir a Clodomir Silva impressões a respeito da vida de Sergipe?

> Clodomir Silva - E com imenso prazer lhes transmito. Sergipe se impôs a si mesmo a tarefa admirável de trabalhar pela sua grandeza. Atualmente a capital e as povoações do interior do Estado vêm a cada dia o incentivo e o auxílio das leis à construção particular, pelo que a situação melhora, não somente sob o ponto de vista de comodidade, como sob o de estética e de higiene.
>
> As cidades mais importantes estão iluminadas a luz elétrica, pelo que Maruim, Laranjeiras, Itabaiana, Riachuelo, São Cristovão, já desfrutam esta vantagem, além de Aracaju. Em trabalhos de instalação já se encontram os serviços de iluminação de Capela, Propriá e Estância.
>
> J.N. - E que nos diz V. S. Quanto à instrução?
>
> C.S. - Que a lotação das escolas excede à toda previsão, motivo por que o governo vem criando grupos escolares em diversas localidades, como sejam São Cristovão, Estância e Vilanova. Atualmente, temos quatro delas na capital e uma na cidade de Capela. As matrículas são continuamente ampliadas, de modo a atender a afluência não somente ao ensino primário, mas, também, ao normal e aos secundários.
>
> J.N. - Qual a divisão adotada em seu Estado, para os cursos?
>
> C.S. - Chamamos secundários aos que se professam no Atheneu, constantes dos seguintes ramos: Ginásio, o fiscalizado pela União; comercial e integral, os preparam os sergipanos para a carreira

do comércio, e para os labores agrícolas; normal, os que formam professoras pela Escola Normal. Primário, o do início como sabe.
J. N. - A renda do presente exercício será grande?
C.S. - Será regular, pois que diversos fatores têm contribuído para que não sejam avultados os reditos do Estado. Cerca de Cinco mil contos.
J.N. - Quiséramos uma opinião quanto à evolução literária?
C.S. - É lenta a evolução; mas firme. Há inegavelmente uma tendência muito apaixonada do sergipano para as letras. Temos certos literários que se esforçam por desenvolver a aptidão e o gosto dos patrícios pelo livro. Possuímos jornais e revistas, modestamente feitos, mas desempenhando o seu objetivo.
A Biblioteca do meu Estado é das melhores do Brasil, não somente pelo edifício, como pelo considerável número de volumes: - trinta mil!
J.N. - De política, que nos poderá informar?
C.S. - Asseguro-lhe que as condições políticas internas e externas são excelentes.
O presidente Lobo vem mantendo o princípio valadonista da calma e da cordialidade na política e na administração. O ruído que às vezes levantam descontentes pela imprensa, como há pouco foi verificado na do Rio, representa, apenas, o despeito dos que não viram realizados os róseos sonhos com que se iludiam. É a mesmo voz que procura denegrir em todos os tempos os ideais superiores apontados pelo amor a sua terra.
Esses rumores não representam nenhum valor político.
J.N – A fórmula da futura chapa?
C.S. - Ponto velado este, meu amigo. Posso, entretanto, afirmar, que a escolha consultará os interesses do Estado e os do Partido, pretendendo-se que a chapa seja uma defesa aos empreendimentos de Sergipe.
J.N. - Vamos terminar, dissemos e ainda quiséramos alguns informes a respeito das questões de limites.
C.S. - Digo-lhe que nada ficou resolvido da última reunião. Bahia

não quer terminar o litígio com os Estados de Sergipe e Pernambuco, pois está de posse das terras reclamadas.
O representante de Sergipe, esforçado e ilustre conhecedor do assunto, o coronel Ivo do Prado, fez o possível pra chegar a uma conclusão. Tudo debalde.

Não me avanço em detalhes porque pretendo fazê-lo, aqui em Santos, de modo mais amplo e conveniente.

Já que pretende deixar-me peço-lhe assegure ao Jornal da Noite a minha estima, e de suas colunas, saúde, em meu nome, a colônia sergipana desta cidade.

No Diário Oficial do Estado, Clodomir de Souza e Silva publicou alguns textos como: Discurso pronunciado na sessão da Assembléia Legislativa do Estado, em 31 de dezembro de 1919.

Sr. Presidente:

O problema mais fortemente interessante, para nós brasileiros, neste momento significativo de nossa vida de povo organizado, vinha sendo de há tempo o problema do saneamento geral do nordeste do Brasil.
Considerado por diversos, referido por muitos, estudiosos e cientistas, permanecem, entretanto, esquecido pelos homens de administração.
Grandemente importante, porém, ele pesava imperioso entravando a nossa civilização, desdizendo os nossos foros de novo que evolve e que se faz notado, pois que era, de tão expressivo e preponderante, um caso capital a resolver.
Dizendo imediatamente para a felicidade física e moral de centenas de milhares de patrícios, essa resolução, Sr. Presidente, si bem que difícil, importa numa escalada vitoriosa para o progresso e para a fama da terra prodigiosa do Cruzeiros.

Esta plaga formosa, cujo pavilhão drapejou, não faz muito ainda, às brisas revoltas dos revoltos mares onde espalhavam os ponderados homens do século das maravilhas a devastação e a ruína, esta plaga formosa, dizia, tão imponente e Ferraz quão inculta e inexplorada, não pode continuar sendo algoz de seus próprios filhos, tumba mages tosa duma raça trabalhadora e descurada.

O serviço de saneamento, Sr. Presidente, que não é somente físico, porque ao lado do trabalho da higiene vem também a escola - o novo Thabor de transformação dos povos - ; esta obra que não é apenas a de desbravar a via fluvial e de traçar férreas paralelas que conduzem a locomotiva, mas também a de iniciar nos mistérios imprescindíveis do livro milhares e milhares de brasileiros que ainda se não forraram às trevas da ignorância, acaba de determiná-la o pulso forte de Epitácio Pessoa, o Presidente cujo governo se vai assinalando pela compreensão e pelo tino, governo que ausculta a necessidade do país para dar-lhe o remédio, que olha para ver, e que perscruta para resolver.

A nação vinha devendo de há muito esta divida a seus filhos do nordeste, devastados pela enfermidade, pelos trânsfugas da ordem, os bandeirantes do crime cujos nomes constituem todo inteiro um capítulo de terra e sangue na história daquelas inditosas gentes.

E agora intenta pagá-la, Sr. Presidente, graças ao patriotismo do nortista eminente que é o dr. Epitácio Pessoa.

A Assembléia Legislativa de meu Estado não se pode esquivar à demonstração que merece o ilustre estadista que orienta a Nação Brasileira, traçando-lhe uma rota de paz, de trabalho e de ventura, demonstrando que se impõe neste momento em que ele se lança à realização do mais capital dos problemas internos de prosperidade do nosso amado Brasil: - o saneamento do nordeste, empreendimento que falara alto no grupo dos projetos do Chefe do Estado.

Sergipe, onde também impera com seu cortejo de infelicidades e miséria a adustão das secas, rejubila-se com este ato valiosíssimo,

porque o compreende capaz de mudar por inteiro o aspecto duma região, que, de futuro, adaptada aos fastígios da civilização, terá condições para ser o soberbo *habitat* de todos os povos.
Por isto, Sr. Presidente, apresento à consideração da Casa a seguinte.

Moção

A Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, com a consciência de que o saneamento do nordeste do Brasil importa na verdadeira redenção da gente infortunada que povoa esta parte na Nação, congratula-se com o eminente estadista dr. Epitácio da Silva Pessoa, Presidente da República pela assinatura do Decreto que autoriza os serviços desta notável obra de administração e da humanidade.
Corpo representativo que é a Assembléia Legislativa não pode deixar de dirigir também, no dia do encerramento da presente sessão extraordinária, seus protestos de solidariedade política a este operoso homem público, cujo intento vem sendo a política de união de vistas para a prosperidade da Pátria.[4]

Três anos depois o Discurso proferido em nome do povo na noite de 27 de julho de 1923, em homenagem aos aviadores navais:

A guerridos soldados do espaço:

A multidão que ora vos defronta vem trazer-vos com a sinceridade que lhe é própria, porque traduz uma vibrante espontaneidade, a demonstração indizível de seu apreço.
A alma sergipana, simples e modesta, sente com frêmito os grandes momentos que dignificam e exaltam sua terra.
E o povo desta gleba fecunda, trabalhador e bom, costumam

[4] Diário Oficial do Estado. Aracaju, 1º de janeiro, 1920.

tomar parte nas manifestações de carinho que se voltam a aqueles que conquistam os nobre feitos pelo seu esforça e pela sua operosidade.

E assim é que a alma popular desta gente afetuosa e amiga que sofreu com Tobias e com Fausto, que lutou com Camerino nos plainos sangrentos de Curuzu e que se corporizou na figura varonil de Aurélio Garcindo, quando da terrível abordagem da Parnaíba, tem para os que lhe falam a emotividade os vivos louvores de seus aplausos.

Agradecida ao vosso empenho em vir honrá-la com a presença ilustre, ela augura que os dias do futuro em que vossa coragem tenha de vos compelir a defesa da formosa Pátria de nosso berço, emulem as vossas iniciativas as lembranças dos céus azulinos de nossa terra, a placidez das águas quietas do Sergipe e o frêmito entusiástico deste povo tenacíssimo que constrói e trabalha que luta e que vence.

E que sempre onde quer que drapeje o pavilhão do Brasil na sua energia vibratibilidade fale ao vosso coração a grandeza imensurável da amada Pátria Brasileira a vos acene com os dilúculos suaves da aurora do triunfo.

Salve, valorosos marujos![5]

***

As palavras formosas do orador calaram fundo na alma popular, que lhe fez, ao terminá-las, uma expressiva ovação.

Para encerrar a inolvidável manifestação com chave de ouro, também da sacada do Palácio do Governo, o comandante Protogenes Guimarães proferiu as seguintes exclamações:

Viva Sergipe forte e industrial. Viva Sergipe culto e trabalhador. Viva Sergipe, jóia da federação brasileira!

Essa generosa saudação foi entusiasticamente correspondida, pelo povo, que aclamou repetidas vezes à marinha Nacional.[6]

5 Diário Oficial do Estado. Aracaju, 28 de julho, 1923.
6 Diário Oficial do Estado. Aracaju, 28 de julho, 1923.

***

Clodomir Silva foi um dos fundadores em 1929 da Academia Sergipana de Letras e ocupou a cadeira n.13 que teve como Patrono o notável Frei José de Santa Cecília. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no qual foi diretor; maçom, membro atuante e destacado, chegou a ser Venerável da Loja Capitular Cotinguiba, de julho de 1924 a junho de 1925; diretor da Instrução Pública de Sergipe. Clodomir foi eleito para a legislação de 1920 a 1922, mandato de deputado que lhe foi renovado para a legislatura de 1923 a 1925. Como deputado, Clodomir teve oportunidade de apresentar vários projetos de Lei, como o que restaurou a informação histórica e fixando o nome do rio Sergipe, então confundido com o rio Cotinguiba. Este projeto foi apresentado em 21 de outubro de 1925 e convertido em Lei em 9 de novembro de 1926.

Estudioso da cultura sergipana, de seus costumes e tradições, realizou sérias pesquisas. Deixou dispersa uma série de publicações em nossos periódicos, publicando apenas dois livros, obras primas da historiografia sergipana: Álbum de Sergipe, impresso na Tipografia do jornal. O Estado de São Paulo, 1920, edição organizada para publicação pelo Governo do Estado na ocasião do centenário da Emancipação Política de Sergipe. *O Álbum,* constitui referência obrigatória para os estudos sergipanos, síntese de uma balanço da história, da economia, da geografia, da administração, da política de Sergipe. Sua segunda publicação, *Minha Gente*, Pongetti & Cia, Rio de Janeiro; uma 2ª ed. para celebrar os 30 anos da morte de Clodomir Silva, Livraria Regina,1962, acrescida de novos textos:

> Essa obra de Clodomir Silva é dada à luz pela Prefeitura Municipal de Aracaju, por determinação expressa do prefeito Conrado de Araújo que assim quis por à disposição da mocidade estudiosa de nossa terra um conhecimento mais aprofundado dos nossos modismos à época do consagrado autor, educador muito conhecido. O lançamento solene terá lugar naquele próprio especializado

> da Prefeitura, as vinte horas, solenemente, em bem elaborada festa dirigida pelo senhor Emílio Vieira de Vasconcelos, diretor da Biblioteca e organizador da edição.[7]

Em 2003 saiu a 3ª edição patrocinada pela Prefeitura de Aracaju, através da Funcaju, lançada em 17 de março na reinauguração da nova Biblioteca Clodomir Silva, com apresentação da professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe Terezinha Alves de Oliva e notas biobibliográficas escritas pelo jornalista Luiz Antonio Barreto.

Embora paupérrimo, fora sempre aluno brilhante e de exemplar comportamento. Seus professores admiravam sua inteligência e firmeza de caráter. Exímio orador, rico de imaginações e fértil de considerações, opulento de ensinamentos, Clodomir Silva tinha um espírito bonachão e displicência, eterno namorador de Aracaju, não sabia odiar ninguém. Possuía uma generosidade impar, uma simplicidade de uma criança e consciência de um adulto. Como jornalista criou e dirigiu alguns periódicos: Em novembro de 1916 foi Redator Secretário de O Estado de Sergipe, onde iniciou como revisor; Correio de Aracaju; Diário da Manhã; Sergipe-jornal; A Voz do Operário; A República; O Liberal. Clodomir dirigiu outros periódicos literários e humorísticos: O Tagarela; A Rua; A Trombeta; O Espião; Voz Sergipana; A Semana; Almanack de Sergipe.

Clodomir de Souza e Silva faleceu muito jovem, em 10 de agosto de 1932, aos 40 anos, vitimado por cruel enfermidade, febre tifo, após 21 dias de intenso sofrimento, que tanto tempo importunou as vidas dos habitantes da nossa cidade. O Diário Oficial do Estado de 12 de agosto de 1932, noticiou sua morte:

> Faleceu pela madrugada de ontem, em sua residência nesta capital, o lente de língua portuguesa do Ateneu Pedro II, bacharel Clodomir Silva, notável por sua vasta cultura literária e científica,

[7] Lançamento solene de Minha Gente, livro de Clodomir Silva. Gazeta de Sergipe. Aracaju, 10 de agosto, 1962.

> que o destacava entre os nossos homens cultos como uma figura de real mérito.
> O seu sepultamento, que se verificou às 10 horas de ontem, no cemitério de Santa Izabel, foi uma fiel demonstração do alto conceito em que era tido o douto mestre extinto, tal a afluência dos elementos de maior relevo da sociedade aracajuana ao lado do pessoal e discente dos institutos de ensino desta capital.
> Vários oradores disseram, em torno do túmulo do malogrado intelectual, a grande perda que vem de sofrer as letras sergipanas com o precoce desaparecimento do dr. Clodomir Silva.
> O exmo. sr. Interventor Federal apresentou condolências ao dr. Álvaro Silva, diretor da Penitência do Estado e irmão do falecido.[8]

Ao completar um ano da morte de Clodomir Silva, o Diário Oficial do Estado trás em sua edição de 12 de agosto de 1933, um pequeno noticiário sobre as homenagens prestadas ao grande intelectual sergipano:

> Em comemoração à passagem do 1º aniversário do falecimento do talentoso e culto professor sergipano dr. Clodomir de Souza e Silva, realizaram-se diversas homenagens à sua memória, tendo sido celebrada missa na Catedral Diocesana, e à noite, uma sessão magna de pompa fúnebre, na Loja Maçônica Cotinguiba, tendo sido nessa sessão inaugurada, na galeria dos grandes vultos maçônicos daquela instituição, a esfinge do saudoso extinto.
> Falaram diversos oradores, tendo sido extraordinária a concorrência ao templo maçônico.
> Para essa ocasião foi distribuído aos presentes o 1º número do jornal maçônico - O Homem Livre.[9]

Mesmo após sua morte, seu nome continuava reverenciado na impressa local e em outros estados como o artigo de Carlos Chiacchio

[8] Noticiário. Diário Oficial do estado. Aracaju, 12 de agosto, 1932.
[9] Noticiário. Diário Oficial do Estado. Aracaju, 12 de agosto, 1933.

"Dois escritores sergipanos", publicado no jornal A Tarde, de Salvador, em 16 de maio de 1933. O mestre folclorista Luis da Câmara Cascudo, incluiu em 1944, na Antologia do Folclore Brasileiro, o trabalho de Clodomir Silva, "*Da Poesia popular sergipana*".

Homenagem

Dada a importância e sua contribuição para a memória cultural do Estado de Sergipe, após a morte em 1932 do advogado, professor, jornalista e político Clodomir Silva, foram prestadas algumas homenagens. A primeira por iniciativa de um grupo de alunos do Colégio Ateneu Sergipense, que criaram em 10 de janeiro de 1934, o Grêmio Clodomir Silva:

> Grêmio Literário Clodomir Silva
> Realizou-se hoje, pelas 10 horas, a inauguração do novo grêmio literário Clodomir Silva, instituição recém-fundada por um grupo de alunos do Atheneu Pedro II e que vem de ser criado pelo esforço de Paulo Reis, João Simões, Joel Silveira e outros.
> Durante a reunião de hoje falaram vários oradores entre os quais o jovem Joel Silveira que fez um discurso apreciável, tendo também todos os oradores estudados à personalidade do ilustre mestre que foi Clodomir Silva, de saudosa memória.[10]

Em 22 de novembro de 1957 foi inaugurada a Loja Maçônica Clodomir Silva (sede própria), pois Clodomir era membro eminente da Maçonaria sergipana. Posteriormente, foi construída a Biblioteca Clodomir Silva, localizada na Rua Bahia com Santa Catarina nº 314, no bairro Siqueira Campos, na gestão do Prefeito José Conrado de Araújo, e sancionada, sob a lei nº 30 de 7 de novembro de 1959, ficando as obras concluídas dois anos depois:

[10] Diário da Tarde. Aracaju, 10 de janeiro, 1934.

> Prefeito inaugura Biblioteca no Siqueira Campos
> O Prefeito da Capital senhor Conrado de Araújo, inaugurou ontem no Bairro Siqueira Campos, a Biblioteca Infantil Clodomir Silva e o Posto Médico Dr. Sílvio César Leite.
> Esses dois melhoramentos para o populoso bairro estão funcionando no Edifício Gracho Cardoso, para o qual deveria também ser transferida a Câmara de Vereadores da Capital segundo era desejo de alguns vereadores e do Prefeito da Capital.
> O prédio, entretanto, de acordo com o diploma legal que abriu o crédito para a sua construção, deveria se destinar à biblioteca e ao Posto médico ontem inaugurados pelo Prefeito da Capital, como parte das comemorações do segundo aniversário da sua administração à frente dos destinos do município.[11]

Existe também uma travessa com seu nome, no bairro Getúlio Vargas, Lei Municipal nº5 de 9 de março de 1964. Mas tudo isso é muito pouco para quem foi um dos maiores estudiosos da cultura sergipana e ter participado de várias campanhas cívicas, como a da Liga sergipana contra o Analfabetismo e da Campanha em Defesa do Voto Secreto, como membro da Comissão de Propaganda.

CINCO TEXTOS ESPARSOS DE CLODOMIR SILVA

Poente de legenda
Clodomir Silva

O Natal, a festa que sempre influiu poderosa ao ânimo do aracajuano, vai sucumbindo triste e dolorosamente num poente trágico.

Natal para todos nós valeu sempre um tesouro de esperanças e o desabrochar de miríades de sonhos.

[11] Gazeta de Sergipe. Aracaju, 1º de fevereiro, 1961.

A fulgência estonteante do sol, a alacridade das tardes opalinas, o estrelado das noites calmas despertavam na alma do nortista de Aracaju, desde que dezembro cintilante e esplendoroso despertava a alegria o movimento deslumbrante.

Era belo, então, pelas gratas madrugadas, ranchos galhardos de raposas garridas irem procurar na caatinga orvalhada, onde a ligeira rolinha cantava o carrasco esverdinhado e a folha de "camarão" com o fim de emprestar ao presepe tosco o aspecto vivo da Natureza poderosa.

O claro céu azul do presepe, a cidade pequenina, arremedo gracioso duma Bethlem muito moderna, idéia da diferentemente por artistas diversos, as minúsculas grotas com pingentes de terra escura, a gloriosa estrela dos Magnos que brilha logo desde o Natal, o Jesus-Cristo mínino dentro do estábulo pobre, adorado pelas brutas criaturas, pelo prudente S. José e pela humilde Maria, tudo isso ungia de encanto e de legenda a vida em tão poéticos tempos.

O reisado, com o indispensável "caboclo" valia uma nota grandiosa: o reisado era uma revelação do valoroso portento da "dona do baile" da "barca bela", "siá Maria Tereza" e de outras figuras. Os lencinhos choviam e a gente que se apinhava para ouvir a toada privilegiada, tinha, por um momento, a visão admirável da felicidade.

Havia, nos bailes pastoris, os cânticos mimosos, os donairosos gestos das meninas.

Hoje não: um poente de legenda assoberba tudo. Há como que uma tendência terrível, para demolir a tradição, para aniquilar, por grotesco e anacrônico, aquilo que de poético e bucólico nos deixaram nossos maiores – aperfeiçoando o que de detestável e frívolo o presente impõe.

O Natal é hoje em dia uma festa que se esvai. Não longe virá o tempo em que a criancinha tenha de deixar no fogão o sapatinho para que o Papá-Noel europeu que não conhecemos nem devemos, venha deixar lhe os presentes, e em que a árvore do Natal substitua imperiosa as nossas tradições de meridionais.

À meia-noite, nas torres esguias, o sino festeja o novo dia; a turba-multa acorda para a alegria triunfante; as crianças falam do Papai do

Céu e toda a gente tem a adorável necessidade de ser jovial e de rir muito e muito.

Entanto, no fundo dos corações palpita sempre a cruciante mágoa de todos os dias; a desdita, mansa e tranqüila, então, arma o novo lanço: é como o serenamento dum mar tempestuoso.

E depois a Verdade nos inspira que

Rirás e chorarás que a vida aqui se espelha,
e após concluirás que, ora brava, ora calma,
em todos nós palpita a mesma dor vermelha.[12]

João Menezes
Clodomir Silva

Anteontem cessou de viver, depois de um eclipse do raciocínio relativamente longo, o homem que foi João Menezes.

Diante do caso triste, devia a minha pena sincera, obediente ao mando do coração, traçar de público palavras de apreço ao conterrâneo que morreu. E o faz sem o esforço que a hipocrisia opõe em circunstância de mentira convencional: obedece no cumprimento da gratidão.

Fui seu companheiro de jornal O Correio de Aracaju em que ele, sob a apreciação verdadeira de alguns, o descaso de muitos, e a troça de certos, fez durante anos, foi, em que pese aos que o menosprezavam, o que poderia ser qualquer jornal partidário, pequeno, num meio limitado como ainda hoje Sergipe o é.

Cumpre, porém, notar uma condição de vulto: - sua pena foi honesta; nunca feriu o decoro da família, não atentou contra a dignidade de ninguém, qualidade a que muitos emprestaram as feições da covardia, mas que representava apenas um aspecto de seu temperamento, que lhe impunha, no acesso de qualquer luta, deixei o homem público à porta do seu lar.

[12] Correio de Aracaju. Aracaju, 24 de dezembro, 1916.

Impulsivo e neurastênico nos últimos tempos encolerizava-se por pouco, desabafando em palavras atropeladas toda a ira que os prodomos da moléstia, em agindo sorrateiramente, lhe geravam no organismo. Passada a crise, ao mesmo individuo sobre quem caiu a tempestade, prestava o seu auxílio, não deixando sem espórtula, que não regateava o pobre, o necessitado.

De sua vida política, de tão sabida, nada preciso adiantar.

Voltando da Câmara Federal, já trazia obliterada a larga escala o cérebro.

Depois de seu regresso, teve que voltar, a uma casa de saúde, e, por fim, vir para, encerrado em casa, dementado e triste, sentir a fuga dos "amigos", o esquecimento dos beneficiados que a sua mão, durante algum tempo forte para suster vontades, prodigamente animou.

Viveu esquecido longos meses, morto em vida para a sociedade em que ele, em época que não vai distante, foi pessoa das mais altas e distinguidas. A parte algumas afeições particulares que, vencendo o mal estar que seu sofrimento causava, o procuravam, tudo se afastou desoladoramente.

João Menezes não era mau. Si hoje aqueles que por ele foram exalçados quisessem falar, eu teria inimigos testemunhos do maior apreço.

Que a paz do Grande Desconhecido o envolva no largo manto protetor.[13]

Olinda, velha Cidade

Clodomir Silva

De vez em quando zumbia, como um besouro gigantesco, a nave com que, zarpando da planície do "Encanta Moça", a que o Instituto Arqueológico vai chamar "Santos Dumont", o capitão Laffay propaga as vantagens da aeronáutica, a 50$000 por vôo sobre Recife.

Um domingo morno e de mormaço, pesado, entedioso.

Num dia assim, nada mais lógico, para a alma de praieiro, que

[13] Diário da Manhã. Aracaju, 21 de outubro, 1924.

ver o mar. E o mar vê-se magnificamente em Olinda, na praia do Carmo, ora deserta de banhistas como formidavelmente freqüentada de setembro a janeiro.

Um elétrico repleto, com pingentes que não temem a parede ou o poste, como se teme em Bahia, levou nos presto e rangedor, entre silvos do apito do caixeiro e badaladas de aviso, à pracinha suave e simples, onde se desce, na cidade patriarcal e quieta.

Um braço amigo, um teto de sergipano e o rememorar de fatos, de cousas de Sergipe, transformações; o que dantes fora o casebre e que hoje ostenta-se ente cuja preponderância tudo cessa.

Saudades, fundas saudades.

As antigüidades de Olinda, não as conhecíamos. Desde 1922, a Mauricéia dos batavos como a Mairi dos caetés nos eram amigas. O que havia, porém, de eloqüentemente histórico, isso não nos passara ainda pela vista.

Um passeio por tudo aquilo.... Raymundo Diniz, moço de talento, em cujo sangue de filho de sergipano circula a estima à terra de seu pai, foi o guiador desta jornada de retrospecto.

Pelas ladeiras extensas derramava-se a cidade numa expansão moderna de edificação bonita e sólida. Fomos ao velho Senado onde Bernardo Vieira de Mello saltara o brado de República, primeiro na terra brasileira.

Resta um trecho de parede, grosso, formidável vestígio do que teria de imponente na sua tosca segurança o casarão que o domínio português alevantara no solo generoso de Olinda. Uma tempestade, certa vez, não muito longe, derruiu o restante dos paredões, deixando ficar esse que apenas revela uma curiosidade, e à frente do qual, numa estrela de mármore, estas palavras singelas revelam um fato poderoso na política do tempo: -

Aqui em 10 de novembro – 1710 – Bernardo Vieira de Mello, deu o primeiro grito em favor da fundação da República entre nós. -

Uma velha igreja de jesuítas, com a coroa católica de Espanha, coroa do Felipe que avassalou Portugal, o segundo, abre seu seio a crentes de toda a espécie, contritos e restritos.

Um intervala pequeno nos separa do observatório astronômico, abandonado pela inércia dos governos e magnificamente colocado, proporcionando a prestar serviços, si o quisessem aproveitar.

Adiante, a Sé, um edifício remodelado, a que adaptaram detalhes da arquitetura da renascença contra aspectos romanos.

Dessa igreja eram soberbo dote mosaicos portugueses, desses que não mais foram produzidos em Portugal e que hoje andam pelos museus particulares como preciosas relíquias de uma era de esplendor, que a desestima pela arte fará com que se não tenha mais.

Os visitantes que por ali passavam, conduziam como documentos da desídia do brasileiro, exemplares desses primores de pintura e esmalte, relegados em montes como qualquer réles material. Em tempo, porém, o Instituto Arqueológico, conquanto não os salvasse in totum, conseguiu reunir os restantes no seu vasto e importante museu.

Um sino forte vibrava as badaladas de um fim de oração. Íamos a essa altura, perto do Seminário a que dá acesso pelo lado sul uma escada que inculca a idéia daquela que se pudesse fazer para alcançar o terraço superior da torre de Babel.

Fomos descendo lentamente, ao som das badaladas, evocativas, replenas da dolência do sol poente.

Recife, nos seus palácios soberbos, estadeava lustre aparecendo ao longe, cortada pelas lâminas brilhantes do Capibaribe e do Beberibe, e pestanejando pelos infinitos olhos das lâmpadas que se ascendiam.

O istmo, pardo e comprido, lembrava a legenda da Cruz do Patrão, perto de que o diabo lutara com o destemido que o apelidara.

O convento dos franciscanos dava a sentir o morno perfume de incenso cujas espiras votivas eram acompanhadas do cântico da prece quaresmal.

As melindrosas em Olinda vão à igreja com uma echarpe ao pescoço, embora o vestido sem mangas deixe ver as cercanias dos joelhos. A almofadinha reza genuflexo...

Belo templo esse convento, de 1754.

Retábulos esplendentes de colorido sóbrio e bem combinados historiam vidas de santos e angustias de mártires. As paredes, deli-

ciosa coleção de mosaicos incrustados repete aos fervores da crença os tormentos daqueles que se deixaram imolar por amor à fé e aos princípios.

É um repositório soberbo de obras d'arte, talhadas à atestação de largos cabedais de talento e de saber e que, entregues a sacerdotes estrangeiros, muito não custará irão parar nos museus heterogêneos da Alemanha.

À tarde desaparecente mostrava pelo céu pespontado de relâmpagos, belos stractus cor de rosa, terminados em franjas.

Pelas ladeiras de pedras negras, já gastas, caminhava em roupas multicores algumas ainda restantes do carnaval, um grupo de damas e cavalheiros, que praticavam, naquele ambiente em que lutas terríveis e feitos de coragem se exercitaram nobremente, abnegadamente, praticava o namoro deste ano do século, ao ar livre, à moda civil, em contraposição aos olhares lânguidos e cumprimentos de etiqueta de quanto fidalgo e quanta rica fidalga cultuaram cupido do alto dos balcões e varandas que ainda hoje demonstram, senão o traço típico de sua época, pelo menos... a resistência do material e da mão de obra.

O cágado enorme que era um documento vivo da batalha da época de Maurício de Nassau, esse escapo da queda que sofreu numa arremetida naquele tormentoso lapso de nossa história, queda que fora a repetição do tombo que um ancestral já houvera levado por ocasião da festa no céu, o cágado foi assassinado covardemente numa noite por um desconhecido.

Olinda é o santuário da tradição e da história de Pernambuco.[14]

Recife, 2 de março de 1925.

Gabinete de Leitura de Maroim[15]

Clodomir Silva

[14] Diário da Manhã. Aracaju, 11 de março, 1925.

[15] Palestra de Clodomir Silva no Gabinete de Leitura de Maroim, por ocasião do aniversário da fundação dessa casa de Ciências e Letras, em agosto de 1923.

Minhas senhoras:

Ilustre auditório

Quando da comemoração de 1922, minhas toscas palavras nesse santuário da perseverança e do amor às letras, que fazem notáveis os maroinenses, foram a respeito da magna deusa a que rendem todos os preitos de seus cultos. Eu então vos falava da Mentira.

Um ano a mais, e afim de que nova celeuma não se levante para anatematizar as frases verdadeiras ditas em afirmação da celebrada virtude contemporânea, hei-me aqui para discursar a respeito da Verdade.

Que vos posso dizer eu dela, de que já falaram os mais celebrados vultos do saber e do talento humano?

Que a verdade é uma formosa convenção? Direi mal? Como for, aventuro-me a novas asserções boas de entender e capazes de provar.

Nos tempos que fluem, a criatura da Terra, circunscrevendo a Idea à gleba em que se agita com o seu egoísmo e a sua ambição, divisa dentre todas umas verdade profunda – aquela que é representada pela entidade diretriz dos destinos dos povos, que é o pior de todos os inimigos, e que, em saindo em grande porção, necessita de guardas e de escolta municiada – s. m. o dinheiro.

É este tão grande verdade que aqueles que o não possuem chegam aos mais exagerados propósitos, contanto que o obtenham.

Depois a outra muito eloqüente da força que impele e compele, modifica os destinos, faz e desfaz a sorte da criatura, consolidada no argumento positivo e inconfundível do – "manda quem pode".

Há a do Amor (eu escrevo Amor, com a maiúsculo) que é a mais difícil de sustentar, por isso que tem alguma cousa das drogas voláteis: si o não arrolhamos muito apertadamente no frasco do coração,evapora-se.

Da verdade da amizade, não é possível falar aqui, isso porque embora eu não seja filósofo, tenho sério respeito a um cidadão grego cuja mulher, de cabelinho à venta – a sra. D. Xantippa, dava-lhe banhos de repuxo depois de compridos sermões, filósofo que a História diz ter-se chamado Sócrates e que repetia como estribilho a seus amigos esta verdade de luxo – "Meus amigos, não há amigos". Note-se bem que era isso La numa época muito distante da nossa e antes de Cristo.

Agora, porque outros haja que estejam na dependência da científica, ocupemo-nos com esta que merece muito e muito notada.

A matemática é uma verdade, dizem os que mergulham o labirinto terrível do x.

Eu, praça de pré, recruta crônico nessa milícia do raciocínio que os fenícios planearam e os árabes desenvolveram, considero-a uma bela convenção, talvez aquela que dentro do cipoal do cálculo, esteja mais próximo da veredazinha que leva até o arraial da Verdade.

E tanto assim que tenho bem guardado o meu doce para o dá a quem me disser como eu lançando três perguntas a resposta satisfatória:

1ª - A unidade é o produto de + 1 x + 1, ou da quantidade – 1 x – 1 ?
2ª - Em face das diversas geometrias, a quantos ângulos retos são iguais os ângulos internos dum triângulo?
3ª - As dimensões são mesmo comprimento largura e altura.

O doce poderia eu dá-lo ao decifrador da última, si não houvesse aquele famoso alemão Einstein, que preferiu a harmonia de suas equações à desarmonia dos congressos da Paz, si não houvesse revoltado os conservadores de todo o mundo, pondo no chão a tão demonstrada teoria antiga das três dimensões, mandando ao sol que parasse um minutozinho, enquanto os srs. Astrônomos lhe aplicavam ao astro-rei o cataplasma novinho da 4ª, bem por cimo das suas inexplicadas manchas.

Respeito profundamente as verdades da Medicina, que são: cortar o pedaço do cristão, podando-o singularmente, e mandando-o para a cidade do Perpetuo Sossego quando ministra o veneno.

Ditas estas verdades a respeito da Verdade, cumpre-me, em verdade, afirmar que si A Mentira do ano passado foi mentira, as verdades deste ano são puríssima verdade.[16]

[16] Almanaque de Sergipe. Aracaju, 1935.

Cadê você, Aracaju?
Clodomir Silva

Você, meu amigo, vai rever Aracaju. Naturalmente já lhe chegaram às mãos as crônicas que escreveram sobre ela. Já. E mesmo que não tivessem chegado, por uma veleidade literária, você diria que sim. Mas, Aracaju está muito, muito diferente. Eu só não quero é que você faça como aquele frade que ao sair de lá sacudiu as chinelas nas bordas da canoa para não levar nem as areias de Aracaju.

As areias de Aracaju! Sim, as areias de Aracaju eram o seu maior atrativo. Hoje, por questão de beleza, dizem só as vemos de longe, se não quisermos sentir-lhes o contato nos morros. Aquela areinha, sim a célebre areinha, onde nós jogávamos bolo e ouvíamos num delírio de risada anedotas obscenas em nosso tempo de ginasianos, não existe mais. Estas gerações não conhecem mais aquelas areinhas que nos servia de cama nas noites do"quebradeira" e luar. A areinha foi morta por uma praça e uma rua. Mas continua o mesmo: escuro, campo livre dos amores livres. E resta aos que vêm os coqueirinhos. Mas os coqueirinhos não têm aquelas areias alvas e bonitas onde nos banhávamos com o mesmo prazer que numa praia.

Aquilo ali é ainda a Assembléia. Está diferente agora. Hoje existem deputados. As cadeiras deles estão dispostas como cadeiras de meninos de escola, uma atrás da outra. Há pouco tempo, a um deputado que pedia abandonassem as discussões estéreas, um "coronel", também deputado, respondeu que não estava histérico.

Os bancos do oitão do Palácio nunca mais ouviram fortes e tolas discussões, nem uma piada gostosa. Hoje quase que só se sentam ali saudosistas do passado, aqueles que vêm ainda na miragem do tempo o retrato de Aracaju criança. Quando não são os funcionários públicos, esperando a hora da repartição. Eles ficam a deplorar a sorte, deles e de Aracaju, e a dizer num suspiro fundo, em meio a uma discussão política: "é e o aumento não veio..." Fausto continua lá na sua praça a olhar Olímpio Campos na frente da catedral. O braço estendido de Fausto hoje tem uma significação. Ele está propondo piedosamente a

Olímpio o aumento do ordenado dos soldados da Polícia. Aquela pose de Olímpio, com ares de arrependido, também já significa alguma coisa. Ele responde: "Pra que, Fausto?" Bem poderíamos dizer que Olímpio é profundo conhecedor do assunto. E, para nos explicar, bastaria citar uma quadra popular acerca da deposição do Padre Antonio Leionardo da Silva Dantas, do governo do Estado:

Chega povo, chega gente
Venha vê a caravanada
A polícia embriagada
Faz barulho na cidade
Padre Olímpio vem na frente
Com a batina arregaçada.

No porque Teófilo Dantas, agora, você encontrará uma cruz de malta. Já está até abandonada. A sua história é interessante. O prefeito a fez para agradar os padres, pois, em pouco tempo, seria realizado um Congresso Eucarístico. E fez também por questões eleitorais. Mas, coitado, o tiro saiu pela culatra. Nas eleições os padres fizeram propaganda contra o Partido dele.

Coisa que você vai gostar é a Rua João Pessoa, o comércio. Algumas casas colocaram em suas portas alto-falantes. Música o tempo todo. Quando você estiver revendo os velhos amigos no bate-papo habitual da Rua João Pessoa, estará acompanhando na caixa de fósforos o ritmo de "Escandalosa".

Chopp? Isto é coisa que você me pergunte. Você se lembra do Caxangá do General Siqueira, aquele que foi governador? Pois presta atenção a esta estrofe:

Dr. Porto engenheiro de talento
Que já fez há muito tempo
Os muros de Sá Bazú
Dr. Porto esta planta não repita
Uma cerca tão bonita
Não é cá pra Aracaju.

Repare bem nestes dos últimos versos. Uma coisa tão bonita, não é cá pra Aracaju, digo eu. Os navios, onde nós o bebíamos há muito tempo não vão lá. Estão com medo de Aracaju. A barra é muito traiçoeira, não os deixa passar. O Comandante Alcidio subiu nas dunas e nunca mais desceu. Da cidade nós víamos o mastro, como um lenço acenando num adeus langoroso de despedida. Ele se foi nas ondas de Aracaju. O Capela não vai mais. Gato escaldado tem medo de água fria. Ele já encalhou uma vez.

A "morada do papa" ainda está no mesmo lugar. Não é mais aquele Vaticano que abrigava centenas de miseráveis. Hoje é sede de sindicatos e casas comerciais. Você está recordando aquelas "pipas" no bar dos marítimos, não é? O povo lá ainda bebe e canta para esquecer:

Na bebedeira dos homens
Eu bebo derramo e dou
Eu bebo, tampo e tapo
Não deixo o "fartum" sair
Sou cidadão brasileiro
E brigo a favor do Brasil.

Eu não duvido que se você andar por lá, revendo os velhos canoeiros amigos que nos levavam à "Barra dos Coqueiros" num dia de gazeta, e os convide para tomar "pinga" eles respondam:

Quando eu engeitá cachaça
Macaco engeita banana
Vigário perde sumana.

Apesar de tudo a demopsicologia sergipana continua rica e original. Não creio que a morte lenta que vem estendendo os véus sobre Aracaju, consiga abater o espírito sergipano na criação de versos, deste "espelho por que se olham os aspectos da alegria, da tristeza, da mágoa, como da esperança, este delicioso anseio-miragem da idealidade humana – dúvida vestida de verde". Há pouco tempo até um jornalista, num soluço de desespero, clamava contra a falta de intelectuais novos. É de se recear que as pragas

daquele velhinho que até hoje ainda não se conformou com a mudança da Capital de S. Cristovão para Aracaju, João Bebe-Água, estejam pegando. Será que agora, ante esta derrocada, ele está preparando os seus arcabuzes nonagenários para disparar no dia que a capital voltar para S. Cristovão?... Será que neste momento ele está cantando uma quadra que revela todo despeito para mudança da Capital:

Quem for ao Aracaju
Leve contas pra rezar
Porque já é o inferno
Onde as almas vão pená?

Autonomia não chegou pra Aracaju, segurança individual não se conhece. Água é como já disse alguém, aquela água, não tem. A cidade teve tanta inveja das trevas que ficou às escuras. E já há tempos o povo cantava:

Aracaju
Cidade que seduz
De dia falta água
De noite falta luz

E, meu amigo, se por acaso você ouvir os versos do poeta José Sampaio, aqueles que dizem assim:

Conceição, cadê você,
Cadê você, conceição?...

não vá repetir maquinalmente:

Aracaju, cadê você
Cadê você Aracaju?...[17]

[17] Alvorada. Salvador, Ano I, nº1, outubro , 1947.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Clodoaldo. Minha Gente. Aracaju, Diário da Manhã, 19 de setembro, 1926.

CALASANS, José. Clodomir Silva e o folclore sergipano. Laranjeiras, Conferência, I Encontro Cultural de Laranjeiras, maio, 1976.

COSTA, Paulo. Clodomir Silva. Aracaju, Sergipe-Jornal, 11 de agosto, 1944.

DÓRIA, Epifânio. Clodomir Silva. Aracaju, Sergipe-Jornal, 20 de fevereiro, 1943.

MELO, Luiz Pereira de. Clodomir Silva, Diário de Aracaju, 11 de agosto, 1979.

Artigo recebido em 27 de março de 2012. Aprovado em 5 de maio de 2012

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (ISSN. 1981-7347) recebe textos, sob a forma de artigos, resenhas, edições de fontes, conferências e comunicações que tenham caráter inédito e que versem, a partir de diferentes perspectivas – histórica, geográfica, antropológica, sociológica –, sobre temáticas relativas a Sergipe.

As colaborações devem apresentar as seguintes especificações:

1- Todos os trabalhos devem ser encaminhados em CD e em 02 (duas) vias impressas (papel tamanho A4), das quais 01 (uma) não exibirá os dados de identificação do autor. O programa utilizado deve ser compatível com o *Word for Windows*. As imagens deverão possuir resolução de 300 (trezentos) dpi;

2- Em uma folha separada, devem constar os dados do autor (nome completo, filiação institucional, titulação acadêmica, número de telefone de contato, endereço eletrônico e endereço para correspondência);

3- O autor deve declarar que o trabalho submetido é inédito e não se encontra em processo de julgamento em nenhum outro periódico ou coletânea. A declaração deve seguir o modelo abaixo:

Declaração de responsabilidade e originalidade
"Certifico minha responsabilidade pelo conteúdo do texto, concebido por mim ou com minha participação, e atesto não ter omitido quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre mim e agências que possam ter interesse em sua publicação. Atesto igualmente que o texto a ser submetido é original e que não foi nem será enviado a outro periódico, seja no formato impresso ou no eletrônico, enquanto sua publicação estiver aguardando o parecer da Revista do IHGSE."
Local, data
Assinatura

4 - Os artigos devem ter a extensão de 15 a 20 páginas, digitadas em fonte *Times New Roman* 12, com espaço entre linhas 1,5. As margens: superior e inferior (2,5 cm); esquerda (3,0 cm) e direita (2,5 cm). Devem ser acompanhados, além do resumo e 03 (três) palavras-chave, do título em inglês, do *abstract* (inglês) 03 (três) *keywords* (inglês). O resumo e o *abstract* devem ter no máximo 10 (dez) linhas;

5 - As citações de mais de três linhas deverão ser feitas em destaque, com fonte 11 e espaço simples entre as linhas;

6 - As notas devem ser colocadas no rodapé do texto (tamanho da fonte: 10), podendo constar de referências bibliográficas e/ou de notas explicativas;

7 - As referências bibliográficas deverão obedecer à seguinte normatização (NBR 6023):

SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, p. ou pp;
SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, p. x-y;
SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, p. x-y, ano.

8 - As resenhas poderão ter entre 1.000 e 1.500 palavras, com 03 (três) palavras-chave e 03 (três) *keywords*, além do título em português e inglês. Fontes e margens seguem as mesmas normas dos artigos. Devem referir-se a livros que abordem temática relativa a Sergipe, publicados no mesmo ano ou no ano anterior ao da submissão;

9 - As edições de fontes, as conferências e comunicações de pesquisa seguirão as normas especificadas para os artigos;

10 - A prévia revisão gramatical caberá ao autor do texto;

11 - Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada em nota de rodapé;

O conselho editorial se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam às normas explicitadas e comunicará ao autor se o trabalho foi: a) aceito sem restrições; b) aceito com sugestões de reformulações; c) recusado. Neste último caso, o autor terá um mês, após o comunicado, para resgatar o material enviado à Revista. A Revista receberá colaborações em fluxo contínuo, decidindo quanto ao momento oportuno para a publicação dos trabalhos aceitos.

Os autores dos textos selecionados receberão 01 (um) exemplar do número que contiver sua colaboração.

Endereço para correspondência:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
Rua Itabaianinha, 41 – Centro
Aracaju-SE
CEP: 49010-190

Telefone: (79) 3214-8491
E-mail: revista@ihgse.org.br